**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

GUSTAVO FERREIRA DE QUEIROZ

# FAMÍLIA E HONRA:

## recrutamento e mobilidade social na Polícia Militar do Pará

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2018

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

GUSTAVO FERREIRA DE QUEIROZ

# FAMÍLIA E HONRA:

## recrutamento e mobilidade social na Polícia Militar do Pará

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos César Alvarez

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Q3f

Queiroz, Gustavo Ferreira de
Família e honra: recrutamento e mobilidade social na Polícia Militar do Pará / Gustavo Ferreira de Queiroz ; orientador Marcos César Alvarez. - São Paulo, 2018.
195 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Polícia Militar. 2. mobilidade social . 3. família . 4. honra. 5. dependência social. I. Alvarez, Marcos César, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

# ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

## Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

**Nome do (a) aluno (a):** Gustavo Ferreira de Queiroz

**Data da defesa:** 19/03/2019

**Nome do Prof. (a) orientador (a):** Marcos César Alvarez

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 13/05/2019

*(Assinatura do (a) orientador (a)*

QUEIROZ, Gustavo Ferreira de. Família e honra: recrutamento e mobilidade social na Polícia Militar do Pará. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovada em: ___/___/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.:_____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof. Dr.:_____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof. Dr.:_____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida para realização desta pesquisa de mestrado, e sem a qual não poderia ter concluído o presente trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade de São Paulo pela oportunidade de estudo e apoio à realização deste estudo.

Ao meu orientador, Prof. Marcos César Alvarez, pela recepção da orientação, pelo profissionalismo e paciência nos momentos de dúvidas, e pelos debates em sala de aula e em seu grupo de estudo.

À professora Flávia Silveira Cristina Lemos, pelo auxilio e indicação para prova de mestrado, sem os quais não teria conseguido acessar o PPGS.

Ao Professor Jean-François Deluchey, pelo acolhimento das dúvidas e incertezas, e pela ajuda no acesso ao campo de pesquisa, sem a qual está pesquisa não seria possível.

À professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, pela participação e comentários durante o exame de qualificação.

Ao professor Luís Antônio, pela colaboração após a qualificação e pelos comentários sobre a estrutura da dissertação, que, em parte, foram absorvidas no presente trabalho.

Aos funcionários de pós-graduação do Departamento de Sociologia, Gustavo Mascarenhas e Evânia Guilhon, pela receptividade e paciência no atendimento aos discentes, e ao suporte quando da apresentação de dúvidas e questões burocráticas.

Ao Tenente-Coronel Alisson e ao Tenente-coronel Heitman que abriram as portas da Polícia Militar do Estado do Pará para a realização da presente pesquisa, e deram seus votos de confiança ao pesquisador.

A cada um dos policiais militares praças que colaboraram com a pesquisa, e que, mesmo receosos, contaram suas histórias e revelaram dimensões de suas vidas, que, ao mesmo tempo, colaboraram com a realização do presente trabalho, e modificaram o ponto de vista do pesquisador sobre o infortúnio de seus problemas cotidianos e sobre a infame condição social a que são relegados.

A minha mãe, Guiomar Ferreira, pela compreensão e pelo apoio nos momentos que mais precisei, e pelo sempre incontido amor. Ao meu irmão, Gabriel Queiroz, pela renovada afirmação de companheirismo, e pelos conselhos que revelam uma maturidade que muitas vezes me falta. Ao meu pai, pelo incentivo ao estudo, sem o qual não conseguiria estar onde estou hoje. A minha madrinha, Suely Queiroz, pelo apoio financeiro, sem o qual não teria conseguido terminar esta dissertação, e pelo acolhimento aberto quando achei não ter a quem recorrer.

A minha família paranaense, principalmente meus tios Cida e Nilson Nogueira, e a minha avó Ana, que me receberam em um momento de necessidade material, de forma aberta e sem ressalvas.

Aos companheiros de início do mestrado, Marcello Giovanni, Jéssica Horing, Letícia Gomes e Thais Santos, pelos momentos prazerosos e conversas divertidas. A Brenda Rolemberg pela amizade desprendida e solidária. Aos amigos mais recentes João Vitor Kosick e William Morais, com os quais descobri uma afinidade tardia. Ao Wellington, que, apesar de poder não saber, foi uma amizade valorosa em momentos de dificuldade.

A Carina que me recebeu em seu lar. Ao nordestino Jeová e ao paraense Iago, com os quais me senti em casa novamente. Ao menino Pedro, pelo grande coração. Ao amigo Nishio, pela compreensão. A Luiza Trocolli, por me acolher entre seus amigos e familiares. Ao Thiago Santos e Lucas Dorce, pelas piadas e brigas intermináveis. E aos amigos sempre presentes, mesmo que ausentes, Vinícius Machado e Breno Neno. E por último, e definitivamente não menos importante, a Amanda Pimentel, pelo companheirismo nos momentos mais difíceis e menos esperançosos. Sua presença iluminou um caminho que achei que havia sido interditado.

**RESUMO**

QUEIROZ, Gustavo Ferreira de. Família e honra: recrutamento e mobilidade social na Polícia Militar do Pará. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Resumo: A pesquisa analisa as formas como as estratégias de mobilidade social dos policiais militares se articulam com o pertencimento à Polícia Militar do Pará. Procurou-se examinar as trajetórias individuais por meio dos papéis desses policiais no âmbito doméstico-familiar e das chances no mercado de trabalho, para compreender a característica do recrutamento institucional, e, por outro lado, analisar as trajetórias possíveis a partir do acesso à corporação policial-militar. Para tanto, a pesquisa apoiou-se na análise morfológica das distintas posições, sucessivamente, ocupadas pelos policiais, e na comparação entre suas trajetórias com base nos dados referentes à família de origem, escolaridade, ocupações pretéritas no mercado de trabalho, percepção sobre o acesso à corporação e à mobilidade interna com base em dados estatutários – grau hierárquico e cargos funcionais. Foram entrevistados 22 praças e oito oficiais, dentre estes três mulheres, todas praças. Os resultados apontaram para a atração majoritária de homens com baixa escolaridade e vindos de ocupações precárias e desqualificadas para o estrato de praças; e de homens com o ensino superior incompleto e completo para o estrato de oficiais. Os praças dependem da continuidade da relação salarial assegurada pelo cargo público, e tendem a permanecer na mesma posição social após o ingresso na instituição, enquanto aos oficiais são possíveis trajetórias de mobilidade social vertical. A dependência social do estrato de praças é justificada internamente por uma retórica familiar, que representa a filiação institucional como uma associação moral baseada na honra familiar dos policiais, que os expõe ao paternalismo do corpo de oficiais e bloqueia suas chances de ascensão social.

**Palavras-chave:** Polícia Militar; mobilidade social; dependência social; família; honra.

**ABSTRACT**

Abstract: The research analyzes the forms of associations of social mobility of the military police are articulated with the belonging to the Military Police of Pará. It was sought to examine individual trajectories through the roles of these police officers in the domestic-family environment and the chances in the labor market to understand the characteristics of institutional recruitment and, on the other hand, to analyze the possible trajectories from access to the corporation. In order to do so, the research was based on the morphological analysis of the different positions, in turn, occupied by the police, and on the comparison between their trajectories based on data referring to the family of origin, schooling, past occupations in the labor market, perception about access to corporate and internal mobility based on statutory data - hierarchical degree and functional positions. Twenty-two enlisted soldiers and eight comissioned officers were interviewed, these are three women, all enlisted. The results pointed to the majority attraction of men with low schooling and coming from precarious and disqualified occupations to the stratum of enlisted soldiers; and men with incomplete and complete higher education for the officers stratum. The enlisted depend on the continuity of the salary relationship assured by the public officers, and tend to remain in the same social position after joining the institution, while officials are possible trajectories of vertical social mobility. The social dependence of the stratum of enlisted soldiers is internally justified by a familiar rhetoric, which represents institutional affiliation as a moral association based on the family honor of the policemen, which exposes them to the paternalism of the corps of officers and blocks their chances of social ascension.

Keywords: military police; social mobility; social dependence; family; honor.

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO.....10**

**1. Irmãos de farda.....16**

**1.1. Estado e Patriarcado: breves considerações.....18**

**1.2. Honra familiar: apontamentos históricos.....25**

**1.2.1. Cabanagem: a revolta dos praças.....27**

**1.2.2. A casa, a prisão e o quartel.....31**

**1.2.3. Patronos e patriarcas.....37**

**1.2.4. "Patrimônio do povo paraense".....42**

**1.3. O quartel e a casa.....48**

**2. A família policial militar.....52**

**2.1. Recrutamento institucional.....54**

**2.1.1. Filiação institucional: associação moral.....62**

**2.1.2. Praças: dependência material.....68**

**2.1.2.1. Estratégias de mobilidade social.....69**

**2.1.2.2. Família de origem e família de destino.....74**

**2.2. Ética policial militar.....81**

**2.3. Espírito de corpo: uma ilusão bem fundada.....90**

**3. Policiais e militares: trajetórias sociais de oficiais e praças.....100**

**3.1. A profissão policial na bibliografia.....106**

**3.2. A estrutura militar das polícias militares brasileiras.....110**

**3.3. Dupla entrada.....114**

**3.4. Corpo de oficiais: "profissionais militares".....123**

**3.5. Corpo de praças: ascensão e estagnação.....132**

**4. Os “bons comandantes”: poder paterno e dependência social.....139**

**4.1 O quartel.....144**

**4.1.1 Trocas sublimadas.....144**

**4.1.2 Comando e concessão de graças.....149**

**4.2 Comando operacional.....156**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....167**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....170**

**ANEXO I: DESENHO DE PESQUISA E ACESSO AO CAMPO.....180**

**ANEXO II: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....185**

**ANEXO III: TABELA DE TRAJETÓRIAS SOCIAIS.....191**

## INTRODUÇÃO

> O sentimento do dever, o pundonor Policial-Militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes da Polícia Militar, conduta moral e profissional, irrepreensíveis, com observância dos seguintes preceitos da ética Policial-Militar: [...] Garantir assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar[1]

Ao iniciar a pesquisa na Polícia Militar do Pará, minha preocupação era entender como as estratégias de ascensão das classes populares na cidade de Belém encontravam possibilidades na corporação: seria a instituição um mecanismo efetivo de escalada de posições sociais? Ou significa a manutenção da situação socioeconômica pretérita dos policiais militares?

Por meio de entrevistas semiestruturadas com os policiais militares, mapeei a sucessão de espaços sociais da trajetória destes[2], tendo em vista a apreciação – caso existisse – às possibilidades de trajetória social, tanto as realizadas antes da entrada na instituição quanto àquelas em relação ao futuro[3]. Foram realizadas 30 entrevistas[4] – com 22 praças e oito oficias – em dois Batalhões de Polícia Militar (BAPM), a saber: no Batalhão de Policiamento Tático, no Instituto de Ensino de Segurança Pública (IESP), na Corregedoria da Polícia Militar e no Comando de Missões Especiais (CME).

---

[1] PARÁ (Estado). Lei nº 5.251, de 31 de julho de 1985. **Estatuto dos Policiais-militares da Polícia Militar do Estado do Pará**. Belém, PA, art. 30, XV.

[2] A construção da trajetória individual será analisada em conjunto com a mobilidade social do grupo familiar, e as transformações possíveis de serem analisadas no *status* da ocupação policial militar. A construção da trajetória será compreendida "como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes", o que permitirá compreender a série de distribuição da própria relação das posições sociais através do tempo, e compreender algumas mudanças estruturais da corporação por meio de uma algumas séries temporais que serão utilizadas para a análise de pontos específicos da comparação da trajetória dos policiais militares. BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Bibliográfica. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas:** Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. p. 81.

[3] Os roteiros de entrevista foram organizados segundo os seguintes tópicos: Família, amigos e vizinhança, Escola e Universidade, Trabalho e Polícia Militar, Percurso Institucional, Estrutura Institucional e Relações de gênero. O roteiro foi reestruturado após as primeiras entrevistas com oficiais e praças que reuniram dados sobre dimensões específicas da posição social e institucional dos policiais. Assim, em alguns itens como: Estrutura Institucional, Trabalho e Polícia Militar e Relações de gênero, foi necessário especificar as perguntas em relação aos agentes com condições estatutárias diversas. O roteiro de entrevista está em anexo.

[4] Seis das entrevistas não foram gravadas, em razão de não existir condição para suas realizações, ou da negativa dos policiais – todos oficiais. Três destas não tocaram em aspectos da trajetória dos policiais, e se focaram mais na organização do trabalho e da relação de comando com os subordinados. Nos casos das outras três entrevistas não-gravadas, foram feitas anotações durante a sua duração, tentando preservar informações que servissem de comparação às gravadas. As anotações serviram, portanto, para a construção de biografias individuais. Após as entrevistas, as anotações eram repassadas em um texto, de forma mais extensa e coerente, pontuando impressões pessoais sobre os agentes relatados.

BAPM e BPOT são as chamadas Unidades de Execução Operacional (UEOp), responsáveis, diretamente, pelas funções de policiamento ostensivo e manutenção da ordem. Os agentes do BAPM trabalham dentro de uma circunscrição territorial específica, geralmente, em bairros determinados pela divisão de atividades entre os órgãos da corporação, realizando aquilo que os policiais chamam de "1ºesforço de recobrimento", ação feita por meio do policiamento a pé, em bicicletas e viaturas com dois policiais.

Em contrapartida, o BPOT possui policiais com treinamento especializado, preparados para respostas rápidas frente a eventos de subversão da ordem pública e enfrentamento do "crime organizado"[5]. Geralmente, esses policiais são distribuídos pela Região Metropolitana de Belém (RMB), segundo os indicadores de estatísticas criminais de cada área, e, por isso, não têm um território fixo de realização do policiamento.

O BPOT está dividido em duas companhias, a Ronda Ostensiva Tático Motorizada (ROTAM) e Ronda Ostensiva de Apoio de Motos (ROCAM). A primeira realiza o serviço de policiamento, com quatro policiais em um automóvel de modelo pick-up, modificado para a corporação, constituído por um arsenal com bombas de efeito moral, armas semiautomáticas etc; a segunda realiza a mesma função, tendo como veículo a motocicleta.

O IESP é um centro de formação que congrega todas as instituições de segurança pública, defesa civil e de execução penal do Estado do Pará. Por outro lado, a Corregedoria Interna concentra os policiais militares que possuem graduação em Direito, como critério para as investigações sobre as transgressões ao regimento interno e/ou possíveis ações ilegais durante o policiamento.

O CME é um comando intermediário que congrega todos os UEOp especializados: BPOT, Regimento de Polícia Montada, Grupamento Aéreo, Batalhão de Polícia de Choque, Companhia Independente de Operações Especiais, Companhia Independente de Policiamento com Cães, Companhia Independente de Policiamento com Cães e Companhia Independente de Policiamento Fluvial.

[5] O termo "crime organizado e violento" é utilizado nos documentos institucionais para justificar a atividade de grupamentos especializados da Polícia Militar, que possuem maior capacidade bélica, e por isso estão aptos a lidar com agentes de quem se espera reação com grande mobilização de força física. ESTADO MAIOR GERAL. **N° 001/2014**: DIRETRIZ GERAL DE EMPREGO OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ DGOp/PMPA. Belém: Polícia Militar do Estado do Pará, 2014, p. 44-45.

A Polícia Militar é dividida entre praças e oficiais, os primeiros, responsáveis pelas tarefas de execução; e os segundos, pelas tarefas de comando e planejamento. Por isso, as UEOp foram escolhidas para a realização das entrevistas com os praças. Enquanto os órgãos de direção (CME, IESP e Corregedoria) foram selecionados para o contato com os oficiais. A amostra composta pelos policiais desses diferentes órgãos internos e posições institucionais justifica-se pela necessidade de conseguir compor as possibilidades diferenciais de trajetória social entre os diferentes estratos – praças e oficiais[6].

O tema comum de todas as entrevistas foi a ligação específica entre os perfis do âmbito doméstico-familiar e as representações que os policiais faziam sobre suas ocupações. A devoção emocional era expressão contínua nos relatos dos policiais militares: amavam, defendiam e se preocupavam com a sua família, assim como sentiam a perda de um "irmão de farda" ou se "orgulhavam" da missão que lhes era confiada ("defender a sociedade").

Consultando os documentos institucionais, percebi que a condição estatutária dos policiais é garantida por meio de uma série de expressões emocionais – devoção, culto, amor, camaradagem – perante símbolos institucionais e em relação aos pares. Segundo tanto os documentos oficiais quanto a representação dos policiais entrevistados, a corporação é uma família regulada por uma moral baseada em valores de honra.

Os cargos são divididos segundo competências técnicas, como no tipo ideal do modelo racional-burocrático estatal weberiano. Contudo, os critérios mínimos de pertencimento à corporação policial-militar são a aderência a uma moral social baseada na **honra familiar**[7]. Trabalhos antropológicos sobre o Exército Brasileiro têm afirmado a dupla dependência entre a casa e caserna[8] dos militares: a "família militar" referencia-

---

[6] Para a exposição do desenho de pesquisa, das categorias analíticas utilizadas e do universo de dados coletado ver o anexo I e o anexo III da presente dissertação.

[7] Por mais que o termo **honra familiar** possa parecer redundante já que "os estudos agrupados em torno da noção de honra chamam a atenção, particularmente, para as variadas formas pelas quais são encenados ou construídos os conjuntos de valores associados ao gênero e, em particular, aos modelos de família adotados em cada contexto", é interessante adotar essa terminologia para acentuar o caráter coletivo do *status* apresentado pelos valores familiais, tanto no que concerne à vida privada quando à relação dos policiais militares com os pares na instituição. O termo "honra" está presente nos documentos institucionais, e é indiretamente mobilizado pelos policiais nas entrevistas através de termos como "orgulho", "respeito", "tradição", "família" etc. Sempre que mobilizado ele se referência aos aspectos de uma coletividade – ou à família ou à corporação policial militar. O conteúdo específico desse termo será tratado na análise do material. ROHDEN, Fabíola. Para que Serve o Conceito de Honra, ainda hoje? **Campos**: Revista de Antropologia, Curitiba, v. 2, n. 2, p.101-120, jan. 2006, p. 101.

[8] Alojamentos dentro dos quarteis destinados aos policiais

se ao conjunto dos militares e seus dependentes, que passam a ser parentes circunstanciais[9].

Dentro dessa perspectiva, Celso Castro, em trabalho sobre a origem social dos militares do Exército, demonstra a tendência ao recrutamento endógeno – filhos de militares são a principal categoria de ingresso na Academia Militar do Agulhas Negras (AMAN) – como instrumento de ascensão social, já que filhos de militares de baixas patentes (praças) conseguem ascender ao estrato dos oficiais[10]. A ascensão e o aumento de posições sociais individuais e familiares está ligada, intrinsicamente, ao Exército. E, de alguma forma, o mesmo acontece nas Forças Armadas. Nos dois casos, a ascensão de posição entre gerações pode ser mediada pela corporação.

A similaridade entre estrutura burocrática e os sistemas de controle interno das polícias militares em relação ao Exército – que se deve à subordinação formal entre as corporações por meio da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM) – também revela as homologias quanto às formas de mobilidade social vertical. Os espaços domésticos confundem-se com uma extensão da corporação policial-militar. Dessa forma, a organização da dimensão "privada" da vida do policial vê-se não só reorganizada pelas exigências institucionais, mas parece corresponder a uma dimensão do próprio pertencimento à instituição.

Destarte, a frase "a polícia me deu tudo", várias vezes citadas pelos policiais, corresponde ao sentimento de dependência em relação à corporação, que tirou muitos dos componentes desse estrato da contingência material de exclusão do mercado de trabalho formal, devido à sua baixa escolaridade. Dependentes da situação de estabilidade econômica e do *status* social conexo, provido pela ocupação, esses sujeitos enxergam na polícia militar as chances de "galgar algo". A relação de "gratidão" para com a corporação está mais distante da fiabilidade de uma competência cultural ou escolar baseada no mérito individual do tipo racional-burocrático, e mais próxima a uma relação de dominação pessoal de um poder doméstico.

Nessa pesquisa, a mobilidade social dos policiais militares foi trabalhada por meio da conexão entre o ambiente familiar e o espaço institucional, tentando compreender

---

[9] SILVA, Cristina Rodrigues da. Família de Militares: explorando a casa e a caserna no Exército brasileiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 21, p.861-882, jul. 2013, p. 879.
[10] CASTRO, Celso. A origem social dos militares. *Novos Estudos - Cebrap*, v. 37, p. 225-231, 1993.

como esses dois elementos se conectavam em suas trajetórias. A dissertação está organizada conforme esse viés de análise. No primeiro capítulo é feita uma breve e parcial revisão sobre o conceito de patriarcado na tradição do pensamento social brasileiro e sobre a gênese dos símbolos institucionais da corporação policial-militar do Pará. O objetivo é compreender como a retórica familiar conseguiu ser absorvida pela instituição e como ela forjou uma ocupação baseada em signos de masculinidade comparáveis com o papel de pai de família.

O segundo capítulo trata do recrutamento institucional[11], focando nos critérios apresentados pelos policiais e constantes nos documentos institucionais que revelam uma filiação institucional caracterizada por vínculos morais familiares. A composição quase exclusivamente masculina da corporação pode ser interpretada pelo ponto de vista dos policiais, que associam a ocupação a signos de masculinidade, e pelo ponto de vista da instituição, que além de controlar a entrada de mulheres – a corporação só oferece 10% das vagas por concurso às mulheres –, concebe os recrutados como "pais de família" e "irmãos de farda".

Por outro lado, praças e oficiais acessam à corporação por vias diversas, cujo critério é determinado pela titulação escolar: ensino médio (praças) e ensino superior (oficiais). A baixa escolaridade necessária à ocupação de praça, o que significa menores salários – a quase totalidade dos policiais militares[12] – faz com que essa seja a profissão mais procurada por aqueles alijados do setor produtivo em detrimento daqueles que não possuem conhecimento técnico e formação escolar, que tendem a atividades representadas "como dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado"[13].

---

[11] O termo **recrutamento** será tratada nesta dissertação de forma semelhante ao que é utilizado pelos estudos das elites políticas: como os indivíduos abandonam sua vida comum para ingressar na vida militar. **CZUDNOWSKI,** M. M. 1970. Legislative Recruitment under Proportional Representation in Israel: a Model and a Case Study. *Midwest Journal of Politcal Science*, vol. 14, n. 02, p. 216-248, May. Serão interrogadas as motivações dos policiais militares ao ingressarem na instituição, e apontados também os critérios de seleção explícitos (idade, sexo, nível de escolaridade, etc.) e implícitos (orientações morais, representações sobre a atividade policial, etc.) de ingressso na corporação como características interdependentes às motivações de ingresso (recrutamento). Por isso, em alguns momentos o termo recrutamento indicará tanto as motivações quanto os critérios de seleção que atuam sobre as características do componentes da instituição.

[12] Segundo os dados mais recentes – correspondente a um levantamento de 2012 – a Polícia Militar do Pará possuía 859 oficiais e 13.341 praças. FIGUEIREDO, Isabel Seixas de; BAPTISTA, Gustavo Camilo (Comp.). **Pesquisa perfil das instituições de segurança pública 2013 (ano-base 2012).** Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (senasp), 2014, p. 55-56.

[13] SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2009, p. 24.

Os oficiais aparecem em ocupações especializadas para as quais são necessários títulos escolares específicos. Isso privilegia uma clivagem estrutural entre a mobilidade social de praças e oficiais por meio dos recortes de classe e gênero.

O terceiro capítulo analisa as possíveis trajetórias dos policiais, afirmando a tendência à ascensão social dos componentes do corpo de oficiais e à mobilidade horizontal dos praças que reúnem uma série de dificuldades que os impede de superar uma situação de dependência social em relação à corporação[14].

O próprio *status* dos dois estratos confirma esse cenário: os oficiais consideram-se e são representados como "profissionais militares" que buscam, por meio de cursos e especializações específicas afirmar o prestígio de sua ocupação. Enquanto os praças são levados a reivindicar sua atividade pelo conhecimento conquistado na "prática". Essas diferenças estabelecem duas estruturações diferentes de trajetórias em espaços sociais conexos.

O quarto capítulo, por sua vez, analisa por intermédio das relações entre diferentes posições institucionais como o paternalismo pode ser exercido, segundo diferentes meios, dependendo da condição estatutária dos envolvidos – praças ou oficiais –, e do espaço institucional em que essas interações são realizadas – "quartel" ou "rua". O paternalismo aparece como a expressão das diferenças estatutárias entre praças e oficiais e da condição social que leva os praças a expressarem sua dependência social em relação à corporação, na relação com oficiais: os praças se veem submetidos às graças concedidas pelos oficiais.

Ao final, a organização dos capítulos busca evidenciar como a potência paterna, ligada ao *ethos* masculino e à gramática familiar, é central para a reprodução institucional. A honra familiar é o elemento tradutor da condição socioeconômica, das redes de sociabilidade e do *status* de praças e oficiais; é ela que define o perfil de recrutamento e as possibilidades de mobilidade social dos policiais militares do Pará.

[14] O conceito de dependência social foi extraído da bibliografia nacional sobre o patriarcado agrário, e será tratado detalhadamente no capítulo 1.

## 1 Irmãos de Farda

> Já tive no meu comando, perdi companheiros na ocorrência aí. Tanto na ocorrência policial, como à paisana também, de folga. Perdi companheiros assim. E a sensação é que, como policial é inexplicável cara. É como se arrancassem um pedaço teu, entendeu? É como se uma parte sua morresse também. Porque, sei lá, tu tens família? Tem irmãos? Imagina você perder um irmão pra um meliante, é a mesma coisa, entendeu? Você perdeu um irmão de farda (PM24)

> Mucha gente cree que el luto es privatizador, que nos devuelve a una situación solitaria y es, en ese sentido, despolitizadora. Pero yo creo que el luto suministra un sentido de comunidad política de un orden complejo, y lo hace ante todo al traer a la palestra los lazos relacionales que tienen implicaciones para teorizar dependencias fundamentales y responsabilidades éticas[1]

Durante a pesquisa de campo, tive contato com várias histórias de assassinato de policiais militares. Os policiais lembravam os companheiros mortos como "exemplos de pessoas" – homens generosos e trabalhadores honestos. Indignavam-se e reagiam emotivamente a uma lembrança dolorosa dos "irmãos", vivendo sua falta como um abalo da própria concepção do eu.

Segundo relato dos entrevistados, quando um policial militar morre não se perde somente um colega de trabalho, se perde também um familiar. A "família policial militar" é sempre mobilizada como uma relação fraterna entre "camaradas", mas também como uma filiação pessoal à corporação policial-militar. O poder doméstico pautava as representações dos vínculos institucionais. Deve-se lealdade aos companheiros e respeito à Polícia Militar. Os policiais militares são irmãos frente à ordem doméstica do grupo.

Dessa forma, a Polícia Militar pode exigir responsabilidades de foro íntimo do policial, como a necessidade de ser um exemplar pai de família. A corporação também fica responsável por manter a família de um policial, caso este venha a falecer em serviço. É possível, portanto, perceber que a corporação cumpre a função do pai da família em caso de falecimento.

A potência paterna forjada pela Polícia Militar deve estar presente tanto na casa quanto no quartel, coligando os dois níveis de vida dos policiais militares em uma família conjunta. A partir dessas informações, se dão as questões: como é possível que um órgão do Estado seja pensado como uma família governada por um pai? É pertinente afirmar

[1] BUTLER, Judith. Violência, luto y política. **Íconos**: Revista de Ciencias Sociales, Quito, n. 17, p.82-99, set. 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50901711>. Acesso em: 06 jun. 2018. p. 84.

que os policiais militares e seus dependentes estão sobre o julgo do poder paterno institucional?

Para conseguir construir um modelo de explicação a essas perguntas, foi preciso recorrer à dimensão longitudinal das mudanças estruturais da Polícia Militar, comparando-a ao modelo de dominação patriarcal, conforme tratado pela tradição do pensamento social brasileiro. Sob a luz da bibliografia nacional acerca do patriarcado agrário, podemos comparar, delimitar e relacionar as posições estruturais que configuram o exercício do poder paterno na Polícia Militar.

Para tanto foi esboçada uma análise de morfologia social[2] para construir a similaridade e a especificidade do papel paterno num corpo diferenciado, que, *a priori*, parece se afastar das explicações vigentes sobre o patriarcado. Sendo assim, a análise histórica está especialmente apta à compreensão da gênese do poder paterno corporativo, na medida em que sua reivindicação é feita com base em uma tradição histórica própria à instituição.

A Polícia Militar conta suas origens e as perpetua por meio de um conjunto de documentos, símbolos e ritos institucionais. Comparar os acontecimentos apontados como originários pela tradição corporativa com a bibliografia acadêmica sobre o tema possibilita compreender por que, a partir de determinado momento, a estrutura institucional começou a ser pensada por meio da lógica paterna.

Para dar conta desse tema, foi possível, a partir da pesquisa de alguns artigos históricos disponíveis sobre o tema, reconstituir o período que vai da Cabanagem (1835) à Guerra de Canudos (1897). A pretensão não era reconstituir fielmente esse período, o que demandaria um trabalho a parte, mas apenas salientar as principais mudanças institucionais, contrastando a estrutura organizacional e o *status* ocupacional dos corpos de policiais nesses dois eventos.

Antes, contudo, foi necessário compreender quais as condições sociais do modo de dominação patriarcal para conseguir aplicá-lo em perspectiva comparada à corporação policial-militar.

---

[2] "Sabemos, com efeito, que as sociedades são compostas de partes reunidas umas às outras. Já que a natureza de toda resultante depende necessariamente da natureza, do número dos elementos componentes e de seu modo de combinação, esses caracteres são evidentemente aqueles que devemos tomar por base, e veremos [...] que é deles que dependem os fatos gerais da vida social. Por outro lado, como eles são de ordem morfológica, poderíamos chamar Morfologia social a parte da sociologia que tem por tarefa constituir e classificar os tipos sociais". DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 82. Dessa forma, especificar a disposição de posições sociais na Polícia Militar e correlacioná-las ao tipo social do patriarcalismo pode levar a compreender os limites e as potencialidades da explicação das relações sociais internas por meio do poder paterno.

### 1.1 Estado e patriarcado: breves considerações

A família patriarcal agrária é central para a análise do desenvolvimento da sociedade brasileira na tradição do pensamento social brasileiro[3]. O patriarca agrário exercia o poder pessoal sobre familiares, aparentados, escravos e dependentes por meio da rede de proteção social constituída por estes. Centrada na posse da terra, a economia colonial condenava aqueles dela despossuídos formal e materialmente à dependência direta dos senhores. Na ausência de uma esfera moral autônoma – a "tradição" weberiana – que regulasse a relação entre o *pater familias* e seus dependentes, o poder paterno podia ser exercido sem limites predefinidos e prescritíveis.

Os sucessivos regimes políticos brasileiros consolidaram a centralização da autoridade estatal por meio do advento de um quadro administrativo, levando à decadência do patriarcalismo familiar. Contudo, seria preservada certa indistinção entre o público e o privado na organização estatal por intermédio da reprodução na ordem política do poder pessoal do patriarca.

O solapamento do sistema agrário escravista não conseguiu abolir a herança do poder pessoal, já que a democracia liberal foi interpretada pelo "que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância"[4]. O fraco aparato estatal não conseguiu firmar um sistema de dominância impessoal, pois ainda estava apoiado nas relações de poder pessoal do patriarca que se apropriaria do domínio público, tratando-o como uma extensão de sua casa.

Dessa forma, a sociedade brasileira tornou-se uma periferia sem centro, na qual a dominância do poder pessoal continuaria dando a tônica das relações públicas. Guardadas as importantes especificidades de análise, essa seria a tese central que percorreria os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre.

Contrapondo-se a esse diagnóstico, Raimundo Faoro constrói uma crítica que se apoia na tipologia weberiana de autoridade. Weber define *coordenação imperativa* como

---

[3] Foram selecionadas algumas obras para a construção do argumento sobre o conceito de patriarcado, que não correspondem há ampla bibliografia sobre o tema no Brasil. O objetivo é conseguir operacionalizar o conceito para a análise das relações sociais na polícia militar representadas como familiais.

[4] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 179.

a probabilidade de comandos de uma fonte específica a serem obedecidos por certo grupo de pessoas[5]. Ou seja, os membros de determinado grupo social poderiam ser levados à obediência por costumes, por laços afetivos, motivos ideais ou materiais, mas, em si, essas motivações não conseguiriam estabelecer a base necessária para a criação de um sistema de coordenação imperativa: estes devem se apoiar num "mínimo de submissão voluntária" baseada na crença em sua legitimidade[6].

De acordo com o tipo de legitimidade reivindicada, existe um tipo de obediência de quadro administrativo e de exercício de autoridade. Weber isola três tipos ideais de autoridade legitima[7]: a autoridade legal, fundada na crença da "legalidade" de padrões normativos e no agente por elas mandatado que, sob tais regras, emiti comandos; a autoridade tradicional, baseada na crença da santidade de tradições imemoriais e no *status* relegado àqueles que possuem autoridade por meio delas; e a autoridade carismática, que repousa sobre a devoção a uma exemplar conduta pessoal e a ordem normativa revelada ou ordenada por esta.

Em diálogo com Weber, Faoro desenvolve seu argumento, analisando os subtipos de autoridade tradicional visando defender a predominância do Estado sobre o espaço doméstico. A comparação se dá, especificamente, entre o patriarcalismo e o patrimonialismo[8]. Segundo Faoro, no patriarcalismo, a autoridade do patriarca é exclusiva sobre aqueles que habitam a sua casa, não podendo ser exercida fora desse espaço, a não ser por meio de conduta e caráter exemplares – forma de autoridade carismática – ou por outros meios não compulsórios[9].

Nesse modelo, o poder pessoal garante a legitimidade das regras estatuídas e que essas sejam obedecidas, sendo limitadas somente pelas normas não-estatuídas da tradição, que, em si, só oferecem um quadro aberto, no qual a autoridade de fato ilimitada do patriarca pode ser exercida[10].

---

[5] WEBER, Max. **The Theory of Social and Economic Organization.** Glencoe: The Free Press, 1947. p. 324.
[6] Ibidem. p. 334-338.
[7] Ibidem. p. 338.
[8] A tipologia de autoridade tradicional weberiana se divide em gerontocracia, patriarcalismo e patrimonialismo. A gerontocracia é a coordenação imperativa que é exercida pelos mais velhos do grupo, e por isso mais familiarizados com a tradição. Ibidem. p. 346.
[9] Ibidem.
[10] WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** Fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 234.

Desse modo, percebe-se que a crença na sacralidade da tradição, base da autoridade patriarcal, identifica-se totalmente com o "senhor", potentado concreto em relação aos subalternos na ausência de quaisquer outros poderes concorrentes. Isso nos mostra que o poder paterno trata aqueles que lhe estão submetidos como propriedade, por isso podem ser tanto protegidos como dispostos segundo sua vontade. O "patriarcado puro" prescinde de um quadro administrativo, pelo caráter pouco diferenciado da autoridade no espaço doméstico.

Em contrapartida, o patrimonialismo torna-se possível por meio do processo de diferenciação social a partir do patriarcalismo. A descentralização do poder doméstico, pela cessão de terras e utensílios aos filhos, resulta em uma dominação patrimonial pelo "senhor de terras", pois a casa não é mais o *lócus* único na relação de autoridade[11]. Com isso, a dominação torna-se menos direta, em razão da intermediação do "costume" das relações comunais domésticas e do tratamento "humano" que deve ser dispensado aos subjugados[12].

Nesse cenário, a constituição de uma tradição nascida da prática reprova inovações consideradas injustas, tornando menor a arbitrariedade entre o senhor e os seus. A diferenciação social, provocada pela descentralização do poder doméstico, garante ao senhor da casa à dominância sobre outros senhores, considerados não-domésticos, por meio do emprego de coação física. Dessa forma, a organização do poder político – e não mais doméstico – responde ainda aos mesmos padrões de exercício do poder doméstico, sob um conjunto que é considerado ainda patrimônio do senhor, mas exercido de forma conexa por meio de um quadro administrativo, tornando-se uma formação estatal-patrimonial[13]. Portanto, o Estado constituído por esse processo de diferenciação seria uma formação política patrimonialmente administrada.

Opondo-se ao diagnóstico de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, Faoro procura afastar o patriarcalismo como o aspecto central da constituição da sociedade brasileira. Refletindo acerca das ideias de Buarque de Holanda, colocado ao lado de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, o autor crítica o clã – composto por parentela,

[11] Ibidem. p. 238.
[12] Ibidem. p. 328.
[13] Ibidem. p. 240.

cliente e protegidos do patriarca – considerando-o a chave de interpretação social do Brasil[14].

Seguindo o argumento de Faoro, Holanda reduziria o quadro administrativo a um prolongamento da família, encarada como principal instituição social. O liberalismo não passaria de uma fachada para uma aristocracia rural, constituindo-se na "aristocracia de toga e beca" do funcionalismo público[15]. Dessa forma, o liberalismo e a autoridade legal seriam uma falácia, estando longe de exercerem algum efeito sobre as estruturas de poder.

Em diálogo com Weber, Faoro afirma que a constituição de uma burocracia tornaria possível a transição do patriarcalismo ao patrimonialismo, na forma do "Estado-patrimonial" governado por um estamento – nesse ponto, portanto, o autor diverge do tipo ideal weberiano do patrimonialismo, no qual o Estado é apropriado pelo soberano e por sua família.

Por outro lado, a distância social do estamento burocrático em relação à sociedade levaria ao monopólio das atividades lucrativas e dos cargos públicos, assegurando privilégios materiais e "espirituais" regulados por convenções morais do grupo de *status*, e não de ordem legal, como no modelo burocrático weberiano.

Destarte, a dominação pessoal não concede espaço para resistências ou insubordinações. O "poder paterno" e a "piedade filial" são expressões da vontade inexorável do patriarca em relação a seus dependentes. O patrimonialismo estamental, por outro lado, abre possibilidade para resistências dos corpos burocrático intermediários entre os governantes e os governados, ainda que dispensem meios legais para tal[16].

Embora a organização estatal-patrimonial reproduza na ordem política a forma de exercício do poder doméstico, deste se diferencia pela existência de um quadro administrativo. O cargo patrimonial, além de não distinguir o privado e o público, não se baseia na competência técnica individual, como, por exemplo, a criação do funcionário burocrático, mas tem seu foco no mero pertencimento estamental[17].

---

[14] FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista Usp**, São Paulo, n. 17, p.14-29, 30 maio 1993. p. 19.
[15] Ibidem. p. 21.
[16] FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, p.14-29, 30 maio 1993. p. 19.
[17] Ibidem. p. 18.

Dessa forma, o patrimonialismo afasta-se da dominação estritamente pessoal do patriarca, pois precisa mascarar os interesses materiais do estamento por meio do apelo à racionalidade institucional[18]. Em contraste com o tipo racional-burocrático, pautado em normas e direitos formais, a racionalidade patrimonial liga-se a valores de base ética que definem a conduta dos cidadãos. O poder público seria o "dono" dos recursos econômicos e administrativos, tendo ingerência sobre as riquezas e bens particulares[19]. Dito isso, Faoro, então, afirma a existência da prioridade do público sobre o privado na sociedade brasileira, de um Estado que leva a reboque a sociedade civil, por meio de sua intervenção na economia e na política.

Heleith Saffioti, no entanto, pelo diagnóstico da posição social da mulher na sociedade brasileira[20], chega a conclusões diversas. Segundo a autora, a tentativa da Coroa Portuguesa de implantar uma dominação baseada no patrimônio se viu frustrada pela incapacidade de fiscalizar os componentes da burocracia patrimonial Real, devido o Brasil ser um vasto território colonial[21].

Com o avanço da economia mercantil baseada na exploração lucrativa da terra, os chefes de parentela – senhores de terra –, formadores do quadro administrativo português na colônia, foram perdendo importância frente àqueles que detinham os meios de poderio econômico à época: os proprietários rurais. As contradições de interesse e o mútuo apoio entre os patriarcas e os funcionários patrimoniais levariam à constituição de um patrimonialismo-patriarcal.

Dessa forma, a constituição da economia colonial brasileira, voltada para o mercado externo, levaria ao enfraquecimento do patrimonialismo estamental, beneficiando o potentado dos senhores de terra. Embora tenha existido a apropriação dos cargos no modelo patrimonial, este apossamento se legitimou centralmente com base na dominação pessoal dos senhores de terra[22].

Pela ordem escravocrata, a propriedade territorial constituía-se, a princípio, na única fonte de direitos políticos, relegando mulheres, escravos e dependentes à exposição apenas da vontade do patriarca[23]. Nesse cenário, a desagregação da ordem escravocrata-

---

[18] Ibidem. p. 21.
[19] Ibidem. p. 17.
[20] SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes:** Mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.
[21] Ibidem. p. 160-161.
[22] Ibidem. p. 162.
[23] Ibidem. p. 174.

senhorial concretiza-se com o deslocamento da população branca e mestiça da casa grande para espaços domésticos autônomos nas grandes cidades, incorporando-se nas classes inferiores da recém constituída ordem capitalista[24].

Logo, a estruturação do nascente proletariado urbano em famílias monogâmicas levou o poder paterno a grandes restrições, em que a autoridade paterna, apoiada na tradição e no exercício da virilidade, com bases materiais nas funções políticas e econômicas, oriundas da ordem escravocrata, reconfigura-se na função de provedor familiar.

Em revisão do conceito de patriarcado no pensamento social brasileiro, Neuma Aguiar defende a aproximação deste ao conceito de patrimonialismo patriarcal[25]. Afirmando a produtividade analítica do conceito de patriarcado na sociedade brasileira contemporânea, a autora critica o diagnóstico de Estado patrimonial como elemento totalizador frente às relações de poder privadas.

Em contrapartida, Faoro não acredita que a renovação das relações entre o soberano e os funcionários estamentais, com as alianças familiares, que acontece por meio de casamentos e negociações dos interesses particularistas, sejam necessárias à reprodução do estamento burocrático[26]. Ou seja, o autor, em seus estudos, não atesta as interpelações mútuas entre o Estado e a família como estratégia de manutenção da dominação patrimonial. Para ele, a análise patrimonial da centralização governamental sobre o domínio público estrito negligenciaria o interesse analítico nas instituições externas ao governo, e sua correlação com estas:

> Com a nova ordem patrimonial, como o conjunto de normas jurídicas repercute no interior do espaço doméstico, quem julga os conflitos: o pai ou o juiz patrimonialmente designado? Como se dá a interação entre esses corpos intermediários de poder e a família? Que tipos de casos jurídicos emergem? Como são avaliados e implementados?[27].

Contrariando a leitura de Faoro, de que as relações de dominação patriarcal declinariam junto às condições de vida pré-capitalistas, Neuma Aguiar apoia-se em

[24] Ibidem. pp. 177-178.
[25] AGUIAR, Neuma. Patriarcado, Sociedade e Patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 15, n. 2, p.303-330, jun. 2000.
[26] Ibidem. p. 316.
[27] Ibidem. p. 317.

autoras feministas anglo-saxãs[28] para afirmar a absorção do patriarcado na sociedade atual como uma forma de dominação que se altera no decorrer da história, centrando sua análise, principalmente, nas relações de reprodução familiar.

Aguiar, assim como os demais autores do pensamento social brasileiro, acaba por afirmar a autonomização do espaço doméstico em relação ao poder político, mesmo que esses estejam em relação de mutualidade. A dimensão pública do patriarcado é afirmada, contudo, somente em relação à disparidade de salários entre homens e mulheres em um mercado concorrencial.

É possível perceber nesse cenário, a dominação patriarcal como um elemento que mesmo afetado pela ação estatal, é vivido como uma experiência à parte. Dessa forma, o Estado não é mais uma família governada pela dominação pessoal do pai, mas uma estrutura regulada por competências legalmente atribuídas, mesmo que a lógica do espaço doméstico impere como forma de dispêndio da estrutura estatal pelas relações familiares que se apropriam dele.

A crítica de Aguiar ao patrimonialismo estamental visa à correlação entre as estratégias de reprodução familiar ligadas à reprodução do estamento burocrático, por meio da apropriação do cargo nos níveis mais altos da burocracia estatal[29], o que possibilita analisar a relação Estado e família por intermédio de sua interdependência. Contudo, como pensar uma instituição estatal composta majoritariamente por estratos sociais socioeconomicamente subalternos, e que se representa enquanto uma família, sob a égide do poder paterno, como a Polícia Militar?

---

[28] As análises anglo-saxãs apoiam na noção de "patriarcado" a definição da dependência das mulheres em relação ao mercado de trabalho, e definem sobre o conceito de "patriarcado público" a diferença no tratamento entre homens e mulheres, que reifica a posição subalterna feminina. Contudo, esses modelos não oferecem uma explicação morfológica mais complexa além da relação de dominação "homem-mulher", e eliminando todas as posições sociais (ocupadas também por homens) que são inferidos do modo de dominação patriarcal – os dependentes que são classificados por meio de *status* diferentes em relação à posição absoluta do patriarca. Além disso, a revisão da noção de patriarcado como empregada na bibliografia nacional possibilita fazer uma análise mais aproximada de noções de gênero que podem estar mais próximas ao presente objeto de pesquisa. WALBY, Silvia (1990). *Theorizing patriarchy*. Oxford: Brasil Blackwell. WITZ, Ann (1992). *Professions and patriarchy*. Londres e New York: Routledge. SHANLEY, Lindon e PATEMAN, Carole (1989). *Feminist interpretations and political theory*. The Pennsylvania State University Press.

[29] Ibidem. p. 316.

## 1.2 Honra familiar: apontamentos históricos[30]

A Polícia Militar do Pará reconta sua história tanto por meio de ritos e documentos institucionais internos como em documentos dirigidos ao público externo à corporação. É por intermédio da história que os policiais enxergam sua unidade enquanto grupo, e é interpretando a história que eles conseguem reconciliar-se com a tradição e afirmar a incontestabilidade de sua competência.

A tradição legitima tudo o que define esse grupo socialmente, tradição, essa, fundada na especificidade do percurso histórico definido pela própria corporação policial-militar: "a história de nossa Corporação nos conduz a feitos marcantes, atos de heroísmo, de coragem, bravura e, acima de tudo, de incontestável amor ao Pará e a nossa gente"[31]. Em razão de conquistas e vitórias, a corporação demonstra sua devoção pela sociedade paraense, e os sacríficos feitos em nome do "nosso povo". O *slogan* "Polícia Militar – Patrimônio do Povo Paraense", presente no site oficial da corporação, representa a integração à historicidade do próprio Estado federativo. O amor ao Pará, essa relação afetuosa de devotamento que é necessária à profissão de policial militar, é provado por meio do levantamento dos eventos históricos que atestam como eles são considerados os "heróis do cotidiano"[32]. Portanto, o amor à pátria e a defesa da honra nacional expressam-se no devotamento à sociedade paraense, inclusive por meio de sacrifício da própria vida[33].

Dessa forma, a tradição histórica e as expressões emotivas que definem o grupo social dos policiais militares e os filiam ao povo paraense têm, em si, sua história. Celso

---

[30] Foram selecionados os parcos trabalhos históricos sobre a polícia entre finais do século XIX e começo do XX – a bibliografia histórica específica sobre a Polícia Militar do Pará só dá conta do período entre a transição à República e 1916. O objetivo aqui não é construir um quadro aprofundado sobre o contexto histórico do período indicado, mas apenas salientar, pelo material disponível, alguns aspectos sobre a transição para expressão positiva do *status* do corpo militar de polícia estadual – a transição para a República – e as noções do papel masculino de defesa do lar e da família em que eles se embasaram (honra familiar).

[31] PARÁ. Hilton Benigno. Polícia Militar do Pará. **Ordem do Dia:** 25 de setembro de 2017. 2017. Disponível em: <http://www.pm.pa.gov.br/index.php/comandante-geral/152-ordem-do-dia-25-de-setembro-de-2017.html>. Acesso em: 20 jan. 2018.

[32] Ibidem.

[33] Segundo o Estatuto da corporação, é exigido de todo o policial "dedicação integral ao serviço Policial-Militar e a fidelidade à instituição a que pertencem, mesmo com o sacrifício da própria vida". Art. 33, I. PARÁ (Estado). Lei nº 5.251, de 31 de julho de 1985. **Estatuto dos Policiais-militares da Polícia Militar do Estado do Pará**. Belém, PA. O texto posteriormente foi mudado na última parte e substituído por "risco da própria vida". PARÁ (Estado). Constituição (2006). Lei nº 6.833, de 13 de fevereiro de 2006. **Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Estado do Pará**. Belém, PA, Art. 22.

Castro, refletindo sobre esse tema, demonstra como os símbolos e ritos que compõe a tradição do Exército brasileiro são frutos de um longo trabalho de consagração da imagem corporativa, uma invenção fundada em disputas sociais e mudanças organizacionais que incidiram sobre o próprio *status* ocupacional dos militares[34].

O trabalho de construção da memória do grupo elege os "mitos originários", que compõe a reinvindicação da tradição histórica, como base da legitimidade da autoridade institucional. Dois eventos principais definem a tradição da Polícia Militar: a participação dos corpos de polícia e militares no Movimento Cabano, em 1835, "considerado o mais nativista no Brasil"[35], e a atuação da corporação na Guerra de Canudos, de onde vários rituais, cultos e símbolos foram criados, assim como o Patrono da Polícia Militar, o coronel Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura.

Apesar da história da Polícia Militar ser reivindicada como remontando o ano de 1818, com a criação do Corpo de Polícia, a participação na Cabanagem e, principalmente, a ida das tropas paraenses à Guerra de Canudos orientaram a memória dos primeiros momentos da Corporação. Por isso, entender, como nesses dois contextos, foi forjado o embrião do que a corporação policial-militar chama de sua tradição, é importante para compreender, também, o que, na construção dessas memórias, foi excluído[36].

Outro evento de suma importância, a Guerra de Canudos foi também uma marco da constituição da identidade simbólica da Polícia Militar, e mobiliza uma série de discursos sobre a defesa da ordem doméstica e do papel paterno, que possibilitam entender o próprio sentido dessa correlação entre o público e o privado na constituição da família policial militar, e na mudança do *status* social de um grupo específico: o corpo de praças.

---

[34] CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
[35] Op. Cit. PARÁ, 2017.
[36] Essas memórias institucionais, tanto no Exército brasileiro como na Polícia Militar do Estado do Pará fazem parte da definição da própria existência social do grupo. Esses ritos e cerimônias que buscam reencenar os "fatos históricos" presentes na tradição corporativa "passam a ser vistos como elementos essenciais à existência de qualquer grupo. Não basta que os indivíduos pensem que fazem parte de uma determinada coletividade: é preciso agir, e agir em comum. É preciso também comemorar — lembrar em conjunto. Através dos rituais, as crenças tornam-se efetivamente sociais para seus participantes. É a repetição regular e coletiva dos rituais que cria e recria a própria coletividade enquanto tal, renovando em seus participantes o sentimento de pertencerem a algo em comum". Op. Cit. CASTRO, 2002.

### 1.2.1 Cabanagem: a revolta dos praças

A Cabanagem é a mais longa rebelião contra o governo imperial –1835 a 1840 –, tendo afetado a maior área do território nacional, apesar de ser pouco tratada como um evento relevante na constituição da ideia de nação brasileira. É também o único movimento em que os rebeldes ocuparam a máquina governamental por inteiro, em nível provincial, tendo tomado a capital da província – Belém – por duas vezes[37].

O ponto importante dessa revolta é que a questão de raça foi uma categoria central para todos os participantes, e esteve diretamente ligada aos corpos policiais e militares da época, os quais, na realidade, eram parte interdependentes em um período em que a maioria desses corpos era composto pela população nativa – "índios" –, isso gerou um *status* negativo à ocupação.

Sobre controle direto da Coroa Portuguesa, a província se resumia, efetivamente, em suas áreas costeiras e a região da cidade de Belém[38]. Nesses territórios era desenvolvido o sistema de *plantation* tradicional, e uma massa da população indígena, constituída em tribos, ainda encontrava-se livre há época e podia transitar por esses espaços sem estar sob o controle do sistema colonial. Apesar disso, nativos desaldeados gravitavam facilmente para os corpos militares, compondo o efetivo de todos os escalões do Exército e das milícias regionais, ocupação desprezada pelos portugueses e por outros imigrantes presentes na região, que a via como um beco sem saída, e que estavam mais interessados em posições comerciais, agrícolas e administrativas[39].

O Oeste do Grão-Pará, concentrando as principais *plantations*, possuía também o principal contingente de escravos africanos, que rareava quanto mais afastadas eram as áreas do centro da população portuguesa[40]. A população escrava estava massivamente concentrada na região urbana de Belém – variando entre um quarto e um terço da população – e no arquipélago do Marajó[41]. Apesar de a importação de escravos para o Grão-Pará e para o Maranhão ter início tardio, comparada a outras províncias – 1755 –, e também ter cessado rapidamente com o bloqueio das rotas de tráfico pelos britânicos, em

---

[37] CLEARY, David. "Lost Altogether to the Civilised World": Race and the Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850. **Society For Comparative Study Of Society And History**, Cambridge, v. 40, n. 1, p.109-135, jan. 1998. P. 111.
[38] Ibidem. p. 114.
[39] Ibidem. p. 115.
[40] Ibidem. p. 116.
[41] Ibidem. p. 118.

1831, o contingente de africanos escravos que chegava pelo porto do Maranhão foi grande o suficiente para compor a maior parte da população, só igualada à população indígena, que se refugiava longe da capital da província[42].

Os negros eram impedidos, em sua maioria, ao trabalho nas forças armadas e nos corpos de polícia por sua condição de escravos, já que tais forças no Grão-Pará só podiam ser acessadas por libertos. Somente ao longo do século XIX, os corpos policiais vieram a ser compostos de africanos ou seus descendentes, sendo os corpos militares rebeldes, envolvidos na Cabanagem, formados, majoritariamente, por nativos ("índios")[43].

A própria composição social da região há época explica, em parte, o caráter racial da revolta Cabana. O julgo português sobre os africanos e nativos era ao mesmo tempo social e racial, pois o monopólio sobre as ocupações ilustres na capital paraense era garantida também por critérios baseados na cor da pele. Por esse motivo, serem os filhos bastardos uma continua ameaça ao privilégio da elite branca, já que sua ascendência social era baseada na cor da pele branca.

Dentro desse cenário, os nativos e africanos livres, geralmente, se ocupavam da lavoura e do extrativismo, ou orbitavam os espaços da província em ocupações estigmatizadas, como as presentes nos corpos militares da província. A população nativa formalmente livre era um elemento central na Cabanagem, pois subjugada por meio dessas ocupações marginalizadas, em certos momentos, se viam similares à relação de escravidão, muitas vezes recriada no ambiente dos corpos militares da época:

> O mais importante tem a ver com a composição étnica e racial da população amazônica às vésperas da Cabanagem. Em outras regiões do Brasil, a raça era socialmente construída ao longo de um espectro preto-branco, com o negro passando de mulato a branco. No norte do Brasil, a situação era mais complicada, tanto na superfície e quanto abaixo dela: na superfície, porque a contínua presença do indígena acrescentava uma dimensão adicional às relações raciais que outras regiões do Brasil haviam largamente deixado para trás durante o século XVIII; por baixo, porque as definições de índio no norte do Brasil sempre foram (e em grande parte ainda são) mais complexas e moralmente ambíguas que as definições de negritude. Ao contrário dos negros, os índios, em teoria, sempre foram tecnicamente livres, salvo em certas circunstâncias altamente específicas[44].

[42] Em 1835, Belém era uma pequena cidade de 13 mil pessoas. Ibidem. p. 118-119.
[43] Ibidem. p. 120.
[44] Ibidem. p. 121. Tradução nossa.

Dentro dessa perspectiva e diferentemente de outras regiões, o Grão-Pará era governado diretamente por Lisboa, estando sobre sua forte influência até o início de 1830[45]. A elite nativa dividia-se em disputas faccionais influenciadas por questões ideológicas, religiosas e interesses pessoais. Conservadores opunham-se a liberais, assim como católicos a maçons acerca da questão de apropriações dos cargos públicos. As famílias tradicionais e detentoras do capital e do poder da região também reclamava seu quinhão na administração da província.

As disputas de poder resumiam-se entre as elites portuguesa (conservadores) e brasileira (liberais). Ambas, exclusivamente, brancas, empunhavam suas querelas frente aos setores subalternos da capital – brancos, índios, libertos –, que compunham as tropas de linhas e milícias. Os líderes da rebelião Cabana eram da elite brasileira local, que desejavam a independência da província do Grão-Pará, pela elegibilidade de seus governantes, ao invés de tê-los impostos pelo centro do Império Português, vindo do Rio de Janeiro.

Contudo, foi por meio dos estratos subalternos das Forças Armadas rebelando-se contra os oficiais que a Cabanagem teve seu início, em um massacre, em janeiro de 1835, que se alastrou, rapidamente, sobre todos os corpos policiais e militares do Grão-Pará, já que as forças legalistas (portugueses) não tinham corpos sem participação de nativos. Tentou-se, inclusive, montar um corpo de portugueses brancos para servir como forças legalistas, mas esses não chegavam a 400 homens, um efetivo que não poderia ser comparado à população nativa em armas, esta muito superior à época[46].

A Cabanagem foi encabeçada pelos liberais, que se apossaram da máquina governamental e negociaram a independência do Grão-Pará. Esse golpe e a dominação da cidade de Belém levaram a elite brasileira ao poder. Contudo, a rebelião logo virou uma revolta escrava, por meio de movimento de vinganças contra a elite portuguesa local, dona de escravos, estes que se libertaram, matando seus donos[47].

O líder da rebelião – Eduardo Angelim, da elite brasileira – não tinha poder constituído em todas as áreas da região da província. Em determinados espaços, podiam ser encontrados bandos armados e soldados sem oficiais, e uma ampla população

[45] Ibidem. pp. 120-121.
[46] Ibidem. p. 115.
[47] Ibidem. pp. 122-125.

composta por negros, indígenas e mestiços com acesso a armas e trânsito livre entre aldeias, quilombos e cidades da província[48].

A Corte, para combater as rebeliões que estavam ocorrendo em algumas localidades da colônia, recorreu ao marechal Francisco José de Andrea, português, nomeado governador provincial, entre 1836 e 1839, período no qual o Pará viveu sobre regime ditatorial. E com ele trouxe tropas das Forças Armadas que atuaram como força de ordem no Pará até o começo da República Velha. Figura ilustre, o marechal acabou com as rebeliões em Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo nomeado, portanto, governador em todas estas províncias.

A primeira tarefa de Francisco José de Andrea como governador foi desarmar as tropas rebeldes, aprisionando os denunciados pela elite portuguesa local e oferecendo anistia àqueles que se juntassem as tropas legalistas[49]. Os casos em que soldados matavam seus oficiais e evadiam para o interior da província – deserção – justificava-se em razão da composição majoritária dos participantes da Cabanagem nas tropas rebeldes, já que a opção pelo serviço nos corpos militares era compulsória, em função de um possível encarceramento nas prisões da época que, pelas condições físicas e de tratamento dado aos presos, significava morte certa.

Mais tarde, o presidente provincial – Bernardo Sousa Franco –, que sucedeu o marechal, definiu o governo militar como "tirania violenta"[50], em razão dos inúmeros massacres contra populações nativas e negros corridos durante o período do governo de Francisco José de Andrea[51].

A memória Cabana é uma dimensão importante para a formação da identidade do Estado do Pará. Ela faz parte da história oficial do governo estadual da memória da Cabanagem enquanto um movimento de determinação da identidade regional, caracterizando tanto um sinal de integração com a federação brasileira como de particularidade do "povo paraense"[52]. Integração, essa, celebrada com a inauguração da estátua do marechal Andrea em 1936, durante o governo Vargas, nos "100 anos" da Cabanagem.

A data de comemoração retorna ao momento em que o marechal Andreas reintegra a província ao Império, e é relembrada, no período varguista, como sinal de integração

[48] Ibidem. p. 127.
[49] Ibidem. pp. 127-128.
[50] Ibidem, p. 128.
[51] Ibidem, p. 130.
[52] Ibidem. pp. 131-132.

do Pará à nação brasileira. Por outro lado, o movimento cabano é considerado como evento que marcou a especificidade da personalidade regional por meio do seu "nativismo".

Sob outra ótica, a inauguração de um monumento e um museu da Cabanagem, em 1985, no Entroncamento – área de entrada da cidade de Belém – marca o aniversário de 150 anos da Cabanagem, como parte de do processo de redemocratização. O monumento projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer representa a celebração da autonomia federativa, após o período ditatorial e, por isso, a data remonta ao ápice da revolta cabana em 1835. A mesma data é comemorada como signo de especificidade regional e integração nacional.

Por todos esses aspectos, a Cabanagem é um movimento inserido na própria identidade da Polícia Militar, em sua concepção "nativista"[53], como algo que liga a corporação ao "povo paraense", afirmando sua legitimidade no interior da formação da identidade dele. Portanto, podemos perceber a Cabanagem como um evento de secessão, no qual os estratos subalternos dos corpos militares e de milícias voltaram-se contra seus oficiais, negando sua autoridade, constituindo uma relação que relegou os últimos a situações consideradas indignas pelo *status* da posição social.

### 1.2.2 A Casa, a prisão e o quartel

Os anos que se seguem ao evento Cabano demonstram como a ocupação dos praças nos corpos militares confunde-se com um controle de tipo penal ou mesmo da relação de trabalho compulsório do tipo senhor-escravo. As Forças Armadas foram responsáveis pelo policiamento e como instituição de controle penal durante quase todo o resto do século XIX.

Devido à incorporação das forças policiais e armadas locais na rebelião Cabana, o controle militar externo do Grão-Pará ocorreu como forma de manutenção da ordem Imperial até quase seu descenso[54], possibilitando que o Exército fosse usado como uma instituição de controle penal durante todo esse período na região e em todo o restante do território brasileiro[55].

---

[53] PARÁ. Hilton Benigno. Polícia Militar do Pará. **Ordem do Dia:** 25 de setembro de 2017. 2017. Disponível em: <http://www.pm.pa.gov.br/index.php/comandante-geral/152-ordem-do-dia-25-de-setembro-de-2017.html>. Acesso em: 20 jan. 2018.

[54] CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armas e Política no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. P. 33.

[55] BEATTIE, Peter M.. **Tributo de Sangue:** Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. pp. 195-233.

Durante o regime imperial, e em função da escassa capacidade do sistema de justiça penal, o Exército cumpria um importante papel enquanto uma instituição protopenal, para a qual eram recrutados toda a sorte de "criminosos" ou "desocupados" como praças.

Além disso, o *status* individual ligado à honra familiar distanciava todos aqueles "pobres honrados" dos quartéis, considerados espaços que ameaçavam a honra masculina devido às práticas associadas à sodomia entre os praças e o emprego dos "desocupados" sem família[56].

O emprego privilegiado dos "criminosos" e "vagabundos" em um sistema de recrutamento semicoercivo dava-se sob os critérios morais da honra familiar: os quartéis eram espaços de isolamento de toda sorte de homens "perigosos" e "sem honra", que ameaçavam a moral social. Por isso, os quartéis eram o equivalente masculinos dos bordéis, pois buscavam afastar das casas de família todos aqueles que ameaçavam sua honra[57].

Por essa razão, o serviço militar no Brasil era considerado uma prática desonrosa, pois retirava dos lares os pais, provedores domésticos, restringindo a capacidade de subsistência familiar. Várias práticas de disciplinamento do Exército eram consideradas degradantes para qualquer "homem honrado", pois estas aproximavam muito o cidadão da condição de escravos, aplicando castigos físicos e submetendo os policiais a residências lotadas e coletivas, assemelhadas às senzalas.

A mesma situação acontecia na província do Pará, onde o serviço militar era encarado como uma coerção, pois retirava nativos, africanos livres e mestiços do sistema de economia familiar, baseada no cultivo de lavouras e no extrativismo[58]. Na região, foi criado o Corpo de Trabalhadores, um mecanismo de controle de populações livres no Grão-Pará novecentista que representava, ao mesmo tempo, o papel de instituição penal e o órgão de afastamento desse cidadão à economia de tipo familiar dos não-brancos.

Os Corpos de Trabalhadores foram criados como meio de controle da população, após a Cabanagem, e tinham como objetivo evitar que houvessem "vagabundos e homens ociosos" espalhados pela província. Os agentes que trabalhavam nessa instituição se

---

[56] BEATTIE, Peter M.. Ser homem, pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick (Org.). **Nova história militar brasileira.** Rio de Janeiro: Fgv, 2004. Cap. 10. p. 269-300.
[57] Op. Cit. Beattie, 2009, pp. 33-34.
[58] NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. "Esses miseráveis delinquentes": desertores no Grão-Pará setecentista. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick (Org.). **Nova história militar brasileira.** Rio de Janeiro: Fgv, 2004. Cap. 3. p. 87-110.

faziam presentes empregados, principalmente, em obras públicas e, acessoriamente, em serviços particulares.

Esses agentes usavam seus instrumentos de coerção, como expõe o documento de criação dos corpos, para "índios, mestiços e pretos não escravos", considerados ociosos pela elite branca local[59]. Os Corpos de Trabalhadores eram controlados por oficiais do Exército, e funcionava tendo como base a divisão em companhias. Os critérios de definição de "ociosidade" eram voltados àquela população não-branca, possuidora de um sistema de economia diverso ao projetado pelas elites locais.

Os agentes dos Corpos agiam sobre o espaço de circulação das populações livres, definindo que estas não poderiam sair das localidades em que estavam lotadas pela instituição sem permissão de seus comandantes[60]. Aqueles que andassem sem seus guias deviam ser presos e remetidos a seus superiores.

Tais homens livres, no entanto, não eram necessariamente indigentes ou despossuídos. Na realidade, a maioria era composta por lavradores, que viviam da produção de alimentos para seu próprio consumo ou para a troca[61]. Portanto, não era a ocupação ou não em uma atividade que caracterizava o indivíduo como ocioso, mas, sim, o afastamento da produção para o mercado, ou a falta de mão de obra para as obras públicas.

Na realidade, essa classificação de ociosidade estava baseada na propriedade privada e no modelo de atividades produtivas da elite da época. A definição de ofício ou ocupação foi criada com relação à absorção desta pelo sistema mercantil local e à fixação de um espaço considerado o limite de sua propriedade. Extinguir a mobilidade das populações não-brancas fazia-se necessário, por ser essa uma forma de conseguir inseri-las no modelo de trabalho livre vigente há época. O modelo de trabalho coercivo de toda a sorte de não-brancos também estava ligado à interdependência entre o *status* racial e a condição de classe, já que as divisões de ocupações eram categorizadas segundo a cor da pele, e mantinham a elite branca portuguesa nas ocupações privilegiadas: agiotas, comerciantes, donos de propriedades agrárias e ocupantes de cargos públicos proeminentes[62].

---

[59] FULLER, Claudia Maria. Os Corpo de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p.52-66, jun. 2011. p. 52.
[60] Ibidem, p. 53.
[61] Ibidem, p. 55.
[62] Ibidem. pp. 133-134.

A presença das Forças Armadas no policiamento durante todo o século XIX na cidade de Belém, a suspeita de os corpos de polícias locais significarem um perigo iminente a uma rebelião racial associada à Cabanagem e as relações de poder pessoal que influenciavam as fileiras destes corpos parecem ter contribuído para a inconstância de uma força pública estadual durante o período[63].

Nos anos finais do Império, apesar de não existirem referências que apontem para o caráter coativo do recrutamento, a ocupação dos praças nas fileiras do corpo de polícia[64] parecia ser relegada aos estratos sociais mais subalternos da capital. A força pública estadual sofria com casos de indisciplina e deserção, muito em função da baixa remuneração do corpo de praças, composto basicamente por homens livres e pobres, sob um regime de alistamento voluntário, mas que poderiam ficar presos à função por dívidas contraídas em relação à corporação[65].

Ao contrário dos métodos empregados pelo Exército e pela Marinha na época – tropas de linha –, que possuíam como instrumentos o alistamento obrigatório, as juntas de alistamento militar e as escolas de aprendizes, que atuavam por meio da publicação de convocatórias e por recenseamento de homens para o trabalho nas Forças Armadas[66], o corpo de polícia da época possuía poucos meios de atração para ocupação[67].

O reengajamento – período após o primeiro estágio de serviço obrigatório – poderia ser realizado não só por praças do corpo de polícia, mas também por aqueles advindos do Exército e da Marinha, o que parece demonstrar que não existia uma concepção organizativa muito diferenciada entre Exército nacional e força pública estadual no Pará, há época[68].

---

[63] Somente durante os últimos 15 anos do século XIX, o corpo de polícia estadual foi reorganizado cinco vezes: em 1886, da união do Corpo de Polícia Provincial com o Corpo de Guarda Urbana fez surgir o Corpo Militar de Polícia do Pará; com a proclamação da República, este foi substituído pelo Corpo Provisório de Linha; em 1890, retorna a ser denominado Corpo Militar de Polícia; em1891, devido ao envolvimento de praças em uma revolta, foi reorganizado enquanto Corpo Militar de Infantaria; e em 1894, sofrendo sua maior reorganização, passou a ser denominado Regimento Militar do Pará.

[64] Utilizarei de forma genérica o termo "corpo de polícia" ou "força pública estadual" para referenciar os corpos militares responsáveis pelo policiamento à época, devido à sucessão muito rápida de denominações.

[65] FARIAS, William Gaia. Do Corpo de Polícia ao Regimento Militar: reorganizações, condições materiais e conteúdos simbólicos – dos anos finais do Império a Guerra de Canudos. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 1, p.207-234, jan. 2013. P. 215-216.

[66] BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue:** Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 206.

[67] Op. Cit. Farias, 2013, p. 215.

[68] Ibidem. p. 217.

Além disso, o corpo de polícia não exigia escolaridade mínima como critério para o ingresso, e somente após a passagem para o posto de cabo era cobrado a alfabetização dos policiais. Dentre as categorias de trabalho do serviço público do Estado, os funcionários da força pública estadual eram os que se encontravam em maior desvantagem salarial, já que, em comparação histórica, um porteiro de repartição pública, que ganhava um dos menores proventos, poderia receber mais do que um 1º sargento do corpo de polícia[69].

Existiam ainda atritos entre as tropas federais e a força pública estadual, inclusive casos de vingança entre pertencentes as duas corporações[70]. As "rixas" entre corporações e o uso pessoal dos cargos parecia evidenciar-se por meio da diferenciação de estratos. Dois casos exemplificam essa clivagem, pois se apoiam na oposição do jogo político no Pará, entre o Partido do Republicano Democrático – PRD (oposição) e o Partido Republicano Paraense – PRP (situação). Em 1888, o caso "Mão de Seda" foi um escândalo que envolveu o comandante do corpo de polícia e o vice-presidente da província. Juntos tentaram assassinar o "capoeira" Cabralzinho, cidadão liberal e proprietário de um jornal que tecia várias críticas aos conservadores no poder. Para isso, recorreram ao também "capoeira" conhecido como Mão de Seda para executar o plano. A tentativa de assassinato e o julgamento que a sucedeu, em 1889, geraram grande debate na sociedade, pois o evento estava inserido, diretamente, nas principais disputas políticas e de poder que, há época, opunham liberais do PRD e conservadores do PRP.

Em 1891, essas disputas voltaram a se acirrar com a tentativa de golpe levada à frente por Cabralzinho. Liderando um grupo de civis até o quartel do então Corpo Militar de Polícia, o "capoeira" articulou a revolta com os militares, compostos, principalmente, por praças, tendo um número muito superior de envolvidos em relação ao caso "Mão de Seda", tendo configurado:

> [...] uma ação deliberada de rebeldia da qual participou a maioria dos militares da polícia e não um plano elaborado pela cúpula civil-militar como em 1888. [...] Os dois momentos foram marcantes na história da corporação policial militar. A primeira culminou com a substituição do comandante da corporação policial que teve que responder inquérito militar. No outro caso, o da participação dos policiais na Revolta de 11 de Junho de 1891, o alarde foi maior, ocupando por cerca de dois meses as principais páginas dos jornais e resultando

[69] Ibidem. p. 220.
[70] Ibidem. p. 226.

> em muitas prisões de praças na colônia prisional do Exército em São João do Araguaia (Sudeste do Pará), além de inquéritos e da dissolução do Corpo Militar de Polícia[71].

Republicanos e democratas opunham-se conforme a correlação de aliados no jogo político. A aliança entre integrantes do PRB e o comandante do Corpo de Polícia pode ser explicada pela sua proximidade social. Os oficiais da força pública provinham do Exército, ou da elite branca local, na qual o acesso ao oficialato era possível, com base em títulos honoríficos ou escolares herdados pelos grupos sociais dominantes.

Em contraponto, o Corpo de Oficiais era composto pela nobreza militar – baseada na passagem do título honorífico entre pais e filhos – a nobreza civil – pelos doutores da lei ou da medicina – filhos de famílias ricas de comerciantes[72]. A passagem de oficiais do Exército para o Corpo de Polícia garantia uma clivagem social em relação aos praças, homens pobres livres.

Portanto, a associação entre um "capoeira" – Cabralzinho – e os praças, pertencentes a grupos sociais subalternos, em oposição ao grupo das elites locais, marca a própria clivagem da força pública estadual, entre o corpo de oficiais e o corpo de praças. Essa situação nos possibilita ver que a revolta dos praças, assim como a Cabanagem, levou à própria possibilidade de dissolução do poder central, demonstrando como o corpo de praças pode ser considerado um grupo de interesses que, por sua condição social, pode ser opor a uma elite exógena – o corpo de oficiais.

Longe de garantir legitimidade enquanto corpo autônomo, a força pública estadual era um conjunto inconstante de todos aqueles degredados da ordem familiar, considerados "sem honra" pela cor da pele e pelo modo de vida, este ligado ao sistema de trabalho sazonal e não-mercantil[73], a maioria dos praças do corpo de polícia continuava sendo composta por lavradores. Na visão da elite local, o emprego de homens desagregados da ordem mercantil era sinal de inferioridade moral, afetando a "credibilidade e legitimidade desses tanto aos olhos dos pobres como dos privilegiados"[74].

---

[71] Ibidem. pp. 228-229.
[72] CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armas e Política no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 16.
[73] Op. Cit. Cleary, 1998.
[74] Op. Cit. Beattie. p. 217.

### 1.2.3 Patronos e Patriarcas

Canudos, sob a égide do líder carismático Antônio Conselheiro, era encarada como uma ameaça ao recém-instituído pacto republicano. O movimento era composto, similar à Cabanagem, por homens livres que, desagregados da ordem agrária nordestina, fora das relações de compadrio e dependência com o senhor de terras, eram expostos à própria sorte.

Maria Sylvia de Carvalho Franco, refletindo sobre o tema, ressalta o caráter dos grupos rurais do sertão brasileiro, sublinhando a exígua moralidade comunitária, que viviam à beira das relações de trabalho com os donos de terra e eram vulneráveis às contingências materiais[75]. A extrema conflitualidade nas relações sociais dos sertanejos devia-se ao fraco associativismo – que apenas sazonalmente acontecia em época das colheitas – e à ausência de uma tradição comunal que possibilitasse as trocas reguladas nas interações entre esses homens.

Para a autora, o Arraial de Belo Monte, por meio do reforço dos vínculos comunitários, da hierarquia política interna e da estratificação com base na riqueza e no prestígio, possibilitou uma organização social que supria as carências materiais mínimas de seus participantes, os afastando das contingências da vida que impossibilitava erigir um controle moral sobre a ação dos indivíduos[76].

Em contrapartida, os controles sociais de base religiosa respondiam praticamente às necessidades da existência, fortalecendo a vida familiar e política. As virtudes ordenadas pelo Messias, respondidas de forma fervorosa, visando à preservação do paraíso terrestre e sua defesa contra ameaças externas encobriam a necessidade de redenção material implicada nessa associação social.

Tendo como exemplo o Pará, o mesmo corpo que havia se envolvido durante todo o século XIX em revoltas e rebeliões contra a elite conquistaria sua legitimidade perante essa mesma elite por meio da luta pelo ideal republicano, e pelo combate ao movimento conselheirista, considerado um evento de secessão que ameaçava a unidade federalista.

Os discursos e desfiles cívicos antes e depois da Guerra de Canudos demonstram o prestígio conquistado pelo Regimento Militar do Pará – denominação do corpo de

---

[75] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** 4. ed. São Paulo: Unesp, 1997.
[76] Ibidem. pp. 112-113.

polícia militar à época que foi autorizado ao combate no Estado de Pernambuco – frente à "sociedade ilustrada" paraense, e que se apoia nas noções de honra familiar e dos valores ligados ao papel masculino de sua defesa – honra que nesse momento se vê atrelada à "Pátria"[77].

Após a derrota da 3ª expedição do Exército brasileiro pelas forças de Antônio Conselheiro, ao qual o governo paraense havia solicitado a permissão para o envio das tropas, negado num primeiro momento, e depois permitido pelo governo republicano central. Dois corpos de infantaria foram enviados ao Arraial de Canudos em 5 de agosto de 1897, com o intuito de compor a 4ª expedição. Sob marcha cerimonial, com a presença do governador do Estado, José Paes de Carvalho, do vice-governador, major Antônio Baena, magistrados, de autoridades locais, representantes do Exército e da Marinha e entes da sociedade civil[78], os praças e oficiais partiram com "convecção e enthusiasmo com o qual [todos] se mantiveram na ocasião de deixar a Pátria Paraense"[79] na defesa da causa republicana.

Na ordem do dia, proferida pelo comando do Regimento Militar do Pará, no dia 06 de agosto de 1897, o Coronel Comandante José Sotero de Menezes referia-se aos comandados pelo "patriotismo" e "abnegação", assim como o "nunca desmedido amor às instituições republicanas e à causa da legalidade"[80]. Nesse discurso, o comandante utilizou o termo Pátria em referência não ao território brasileiro, mas ao estado do Pará, ficando a referência ao governo central, usualmente, denominado de "República", "federação" ou "país"[81].

A representação de laços afetivos mais próximos em relação ao estado natal sinaliza o regionalismo da concepção de um grupo social: "patriotas paraenses"[82] –

---

[77] Os sentimentos ligados ao serviço militar aparecem no mesmo período no Exército brasileiro em conjunto com a mudança no *status* social dos praças. A imagem pública dos soldados começa a ser reconhecida pela defesa da nação, e os atributos do homem de honra começam a ser identificados com a proteção descompromissada dos interesses nacionais. Isso não se deu sem a reforma interna das Forças Armadas, que passou a ser abrigo "honrados" para a proteção e desenvolvimento da virtude masculina nacional. Op. Cit. Beattie. p. 389-394. O modela da honra familiar – e todas as expressões emotivas ligadas a ela – passa a ser utilizado como princípio de estruturação da "honra nacional".

[78] FARIAS, William Gaia. A Brigada Militar do Pará na Guerra de Canudos. **Alpha**, Patos de Minas, n. 11, p.62-71, ago. 2010. p. 65.

[79] APEP. Ordens do Dia / OdD nº 505 *apud* FARIAS, William Gaia. Como Lendários Espartanos: a invenção da heroica atuação da polícia paraense na Guerra de Canudos. **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p.410-430, dez. 2015. p. 411.

[80] Ibidem. p. 412.

[81] Ibidem.

[82] Op. Cit. Farias, 2010, p. 415.

relacionado à autonomia estadual dentro da federação. E a garantia da liberdade estadual era assegurada em relação à existência de um país. Dentro desse contexto, Canudos representou o consentimento da unidade nacional dado pelos paraenses, que enviaram suas tropas estaduais para ir lutar ao lado do Exército Nacional, contra uma "ameaça à república"[83].

O comandante Sotero de Menezes referia-se à tropa por meio de termos referentes aos deveres masculinos frente ao espaço doméstico. Dessa forma, ele iguala o "lar" ao *lócus* dos valores pessoais, materiais e morais do homem, os quais valem ser protegidos em defesa da pátria paraense, meio social que ajuda a formar a moralidade – definido pelo comandante como "conjunto de ideais e sublimadas crenças"[84] .

Portanto, a justificativa da ida da tropa paraense a Canudos se dá em razão da defesa do conjunto de "bens" domésticos, pois defender a nação republicana é proteger, também, a ordem familiar: "nossas esposas e mães, ao despedir-se saudosas, sabiam que íamos a caminho da glória em defesa de sua honra que é a honra nacional!"[85]. Missão abnegada dos homens de honra em defesa de uma pátria feminina, transição da proteção da ordem doméstica para uma coletividade que a congloba: "já que no sossegado remanso [de] nossos lares soou a hora extrema de corrermos em defesa da Pátria 'amada'"[86].

A partida da tropa para Canudos demonstra o prestígio social dos praças, anteriormente inexistente, frente ao seu entorno social imediato. O corpo de praças – homens de "cor" e "ociosos", sobre o qual eram empregados métodos de controle que eram similares à relação senhor-escravo – se viu em uma situação de mais prestígio, alcançada por meio do altruísmo oriundo da defesa da "pátria paraense".

Dentro desse cenário, podia-se perceber no envio da tropa paraense a Canudos um corpo de polícia relativamente mais estável. E, portanto, com a estruturação do Regimento Militar do Pará, em 1894, houve a diferenciação estrutural da organização e o melhoramento dos soldos[87] dos praças – ainda que continuassem bem inferiores a outros cargos estatais –, e o ingresso à instituição por meio do recrutamento voluntário, já que

[83] Op. Cit. Farias, 2010, p. 414.
[84] Ibidem. p. 417.
[85] Ibidem. p. 412.
[86] Ibidem.
[87] Vencimento dos militares de qualquer posto ou graduação.

não dispunha dos mecanismos de recrutamento coercivo do Exército. Isso mostra que os militares eram tratados, então, como homens honrados e investidos de uma missão nobre.

Durante o comandado da tropa no envio a Canudos, o comandante Sotero de Menezes foi ferido em batalha, sendo substituído pelo tenente-coronel Antonio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, comandante do 2º Corpo de Infantaria e futuro comandante geral e patrono da Polícia Militar do Estado do Pará. Fontoura conduziu a tropa paraense nas últimas batalhas da Guerra de Canudos, para o salvamento da "honra da República", levando os "brios" à corporação policial[88].

Ao final da guerra, as tropas foram recebidas em Belém pela elite intelectual, política e econômica da época, além de receber vasta notoriedade pública, em clima de festa cívica[89]. O discurso proferido por Fontoura em 06 de outubro[90], por ocasião da tomada de Canudos, refere-se ao prestígio masculino na defesa da pátria personificada:

> [...] na imagem feminina semi-maternal de uma "alma de joelhos" que, agredida por seus próprios filhos, clama por outros filhos seus que sejam "melhor compenetrados dos sacratíssimos deveres de liberta-la" (*sic.*), empenhando-se os soldados em agir corretamente em frente da pátria que aguardava sob suas vistas esse "povo de bravos" diante dos quais após a derrocada do "Recanto de Selvagens" simultaneamente "curva-se banhada em lágrimas" pelos caídos e "sorri... abençoando aqueles que sobreviveram"[91].

A nova legitimidade alcançada pelo Regimento Militar do Pará, por meio da aprovação cerimonial da "sociedade paraense", é uma memória preservada institucionalmente por um conjunto de símbolos e ritos militares. Fontoura era oficial "natural" da força pública, na medida em que iniciou sua carreira militar em 1890, como capitão do Corpo de Provisório de Linha, e não por formação militar, há época centralizados pelos oficiais do Exército.

Apesar de remontar sua ancestralidade até José Victorino de Amarante, comandante do Corpo de Polícia, em 1818, e preservar a memória de sua participação na Cabanagem, a corporação tem a Guerra de Canudos como ponto de inflexão. A identificação com uma ancestralidade própria ao corpo paraense elegeu Fontoura como

[88] Ibidem. p. 416.
[89] Op. Cit. Farias, 2013, pp. 231-232.
[90] Op. Cit. Farias, 2010, p. 415.
[91] Ibidem. pp. 415-416.

seu patrono, figura advinda do contato da tradição militar francesa com a Escola Militar do Realengo, onde foi eleito, pela primeira vez, patrono pela turma de 1925[92].

Patrono vem do francês *patron*, que significa ao mesmo tempo "protetor" e "padrão"/"modelo". O Exército possui cinco patriarcas que definem seus mais remotos vínculos de ancestralidade, mas também um patrono maior, Duque de Caxias, líder carismático eleito pelo exemplo de sua conduta disciplinada e apolítica[93].

Os patronos são figuras ancestrais que pesam sobre o corpo de oficiais como ideais morais de suas condutas. A construção de Fontoura como patrono da força pública estadual parece remeter a 1916, quando houve um levante dos praças e oficiais inferiores da Brigada Militar que, com o apoio da população, tomaram os quartéis e removeram seus oficiais para impedir a posse do governador eleito, em proveito de Lauro Sodré[94].

Orvácio Deolindo Marreca, comandante do 1º Corpo, em 1916, posteriormente escreveria duas obras, reagindo à insubordinação dos praças e oficiais subalternos, impondo Fontoura como exemplo a ser seguido por todos os pertencentes do Corpo de Polícia: *A Milícia Paraense e sua Heróica Actuação na Guerra de Canudos* (1937) e *Histórica da Polícia Militar do Pará: desde seu início (1920) até 31 de dezembro de 1939* (1940).

Os símbolos ligados ao patrono são centrais para a constituição do corpo de oficiais da Polícia Militar, pois simbolizam, em contraposição ao Exército, a constituição de um oficialato "nativo" da corporação e, por isso, filiado a uma ancestralidade específica. A constituição do patrono está fincada em bases carismáticas: o patrono é o militar que, pelo exemplo de sua conduta ética, baseada em pressupostos do dever masculino da honra institucional e pátria, conquista a autoridade perante outros homens de honra. O poder paterno de condução dos homens responde à constituição de uma nova base da legitimidade institucional: os policiais da força pública conquistam seu *status* social por meio da exemplar conduta masculina na proteção da honra familiar e da pátria.

---

[92] CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002. P. 13.
[93] Ibidem. p. 14.
[94] Op. Cit. Farias, 2015, p. 418: "esse levante é apenas citado nos anais da polícia militar, carecendo de fontes e não sendo encontrado nenhum trabalho que possa embasar uma análise própria do evento".

### 1.2.4 “Patrimônio do povo paraense”

A revisão da gênese da estrutura militar e dos símbolos institucionais colocam em perspectiva a própria escala de antecedência e tradição histórica da corporação policial militar. Centrando seu início no começo do século XIX e suas principais memórias nos eventos da Guerra de Canudos, é possível perceber uma contradição entre os símbolos de sua fundação “imaginária” àqueles dos momentos que estabeleceram um corpo relativamente constante em defesa da “pátria”[95] – a campanha no Arraial de Belo Monte.

Contudo, as mudanças da estrutura organizacional e o acúmulo da tradição histórica permitem afirmar que o prestígio reivindicado pelo grupo social baseou-se sobre o modelo da honra familiar (enquanto prerrogativa masculina de defesa e provisão da família), que só foi pensado ao final do século XIX. Dentro desse contexto, Benedict Anderson afirma que a “nação” é em grande parte descrita como progenitora ou lar, com os quais se tem uma “ligação natural”[96] – como marcado na identificação regionalista na referência ao corpo de polícia paraense.

Sendo assim, o amor político pela Nação, ou pela corporação entre os policiais militares, assenta-se nos princípios da moral familiar pautada pela solidariedade e pelo amor desinteressado. Os irmãos de farda são a expressão da constituição de laços naturais com uma coletividade restrita – “povo paraense” –, mas vivida pelos laços pessoais com

---

[95] Por indisponibilidade de pesquisas históricas até o período de redemocratização, foram omitidas as transformações que se deram ao longo do século XX. Entre esses processos, a fusão da Polícia Militar com a Guarda Civil após a ascensão da ditadura militar é particularmente importante: “Em 1966, o regime formalizou a participação do Exército nos órgãos de segurança pública. Dois decretos definiram ser o cargo de Comandante Geral da Força Pública uma função militar equivalente ao cargo de Comandante de Tropa do Exército. Em 1967, o regime reorganizou as polícias de todo o país. O Decreto-lei Federal nº 317/67, marco da centralização da segurança pública, vinculou as instituições policiais ao Exército, o que fez tanto aprimorando o controle como valorizando o modelo de policiamento militar em relação ao de policiamento civil. É possível destacar quatro modificações centrais: controle de nomeações, criação da Inspetoria Geral da Polícia Militar, proibição de sindicalização e atribuição às polícias militares da prerrogativa de atuação no policiamento ostensivo”. GUERRA, Maria Pia. **Polícia e Ditadura:** A arquitetura institucional da segurança pública de 1964 a 1988. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2015. p. 16. Antes de 1969, a secretaria estadual de segurança pública possuía uma guarda civil que era responsável pelas atividades de policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública. Após o decreto, essa guarda foi absorvida pela Polícia Militar que passou a protagonizar o serviço de policiamento. Para uma análise das mudanças no serviço de policiamento e da estrutura do espaço de instituições de segurança públicas no Pará, no período de redemocratização ver: DELUCHEY, Jean-françois. **Sécurité Publique et Ordre Démocratique au Brésil L’Etat du Pará.** 2000. 582 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sciences Politiques, Ufr D'etudes Des Societes Latino- Americaines, Universite Paris Iii, Paris, 2000. p. 360. Dessas mudanças, a proibição de sindicalização é a mais importante, analiticamente, para o presente trabalho. Será esboçada uma análise sobre os movimentos de greve na conclusão da dissertação.

[96] ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 199-215.

os pares que, na virada do século XX, começam a se representar como uma família, pela provável influência do Exército brasileiro[97].

Destarte, morrer pela "pátria paraense" adquire a grandeza moral daqueles dispostos a também entregar a vida por seus "irmãos". Durante a pesquisa, o espaço institucional que mais foi possível perceber a afirmação desses laços foi o Batalhão de Policiamento Tático (BPOT). Todos afirmavam que esse era um batalhão diferente, em razão da "questão da irmandade, da União, da força de vontade" (PM12). Todos sentiam o compartilhamento de laços afetivos comuns: "a união ela é bem específica, tu passa a sentir a dor do companheiro, tu convive mais, é a convivência mesmo" (PM7). Os camaradas caracterizam-se pela abnegação e pela entreajuda:

> Olha, aqui no quartel tem a questão da união, aqui é bem unido. Se você está precisando de alguma coisa, todo o pessoal daqui se reúne pra te ajudar, entendeu? A questão também do apoio, quando você está numa área de risco, o pessoal está lá te dando apoio. Eles são bem família, são bem próximos. Essa é uma das melhores partes de estar aqui nesse quartel. Falo por aqui, é difícil falar por outros batalhões, porque nunca trabalhei fora daqui. Acho que é a questão da união mesmo! (PM11).

O BPOT é rodeado por "místicas" que afirmam na simbologia de seus uniformes e ritos a especificidade dos laços que os unem. Às 9h da manhã, realizam seus ritos diários antes de sair para o policiamento ostensivo, e pronunciavam duas orações: o Pai Nosso e a Oração da ROTAM[98]. Esse esforço de teatralização diária procura dar a si mesmos e diante si mesmos a ideia de que o grupo tem de si – mesmo porque, na maioria das vezes, não existe nenhum observador externo para testemunhar suas profissões de fé.

---

[97] Beattie trata sobre a gênese da retórica familiar no Exército brasileiro entre os últimos anos do século XIX e primeiro do XX. O Exército buscava reestruturar-se, atraindo recrutas por meio de um discurso fundado na honra familiar, que tornavam os quartéis em "casas" para os "homens pobres honrados" que a partir dali seriam vigiados como praças pelos oficiais, que constituíram sua ascendência por intermédio da autoridade paterna. Op. Cit. Beattie, 2009, p. 389-394. Em 1890, o Exército traduziu um livro italiano sobre a educação moral do soldado, que parece ter influenciado a constituição da ordem familiar militar brasileira: "O Exército deve ser considerado como uma escola onde os futuros pais de família aprendem a ordem e o respeito às leis". Corsi, Carlo. Educação Moral do Soldado, 1890, p. 30. Op. Cit. Beattie, 2009, p. 391.

[98] Posteriormente, fui informado por um policial mais velho, que havia participado da fundação do batalhão, em 2007, que a oração não era específica da Ronda Tática Ostensivo Motorizada (ROTAM), mas do "tático", como se intitulavam aqueles pertencentes ao BPOT à época. No período do trabalho de campo, o BPOT possuía duas orações uma para a ROTAM e outra para a ROCAM (Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas). Como a principal atividade de policiamento diário do batalhão era realizada com carros, a oração da ROTAM é era pronunciada quase que exclusivamente. Segue a oração: "Oh! Senhor dos Exércitos / Fazei com que o taticano permaneça / Perseverante, Destemido e Audaz / Para o perigo enfrentar / A qualquer hora do dia ou da noite / Em área urbana ou rural / E ainda que ande no vale das sombras, / Não temerá mal algum / E assim agradecer / Por sermos dignos de tal glória / Sua perseverança nos trás esperança / E é uma benção poder servir e proteger a sociedade / Mesmo com o sacrifício da própria vida / Agora e para sempre / Amém! / Tático!".

Dessa forma, o sentimento de união é baseado nas demonstrações públicas de "devoção" e "fé" na missão, que imitam e se apoiam em ritos religiosos, e na demonstração do consentimento contínuo. Isso se justifica em grande parte pelo caráter "extraordinário" da mobilização das companhias do BPOT, que deve "atuar em sublevação ou graves perturbações da ordem pública, precedendo a atuação das tropas especializadas no que lhe compete, restabelecendo a ordem quebrantada e zelando pela sua preservação em todo o território paraense"[99].

Ficando destinados, principalmente, à atuação contra "ameaças maiores" – o "crime organizado" e as "subversões" da ordem pública –, os "rotamzeiros" compensam os perigos projetados do serviço de policiamento com os ritos de representação da unidade interna, estes estabelecem relações de confiança mútuas indispensáveis, segundo seu princípio de visão, ao "trabalho de rua". Por isso, as demonstrações cerimoniosas são tão indispensáveis entre os policiais do batalhão:

> R[100]: [...] a ROTAM, assim como a COE[101], ela é cercada por místicas, místicas nossas, do quartel, mistérios né? Então isso é algo assim que deixa a ROTAM viva, entendeu? Tem que ter esse mistério. Se não tiver o mistério... [alguém falando atrás 'tem que ter' em tom de brincadeira com o policial] [Risos] Olha aí... Entendeu? Isso são coisas nossas aqui. De manhã, houve ali a nossa oração espiritual aonde geralmente um irmão, ele faz menção da palavra de Deus, né? Lê a bíblia, lê um versículo, faz uma breve explanação da palavra. Depois nós oramos o Pai Nosso, apresentamos nossa vida, o nosso policiamento a Deus, pra que ele vá à frente, nos guarde, nos proteja, nos dê a vitória, e guarde nossa família, né, nesse dia. E logo após isso, nós fazemos a oração do batalhão, que é aquela oração ali que eu te mostrei na parede, a oração do Batalhão Tático.
>
> P: É essa daqui, né? [apontando para a "oração da ROTAM" escrita na parede do batalhão].
>
> R: É. Nós proferimos a oração, e existe todo esse respeito, entendeu? O meu pelotão tá proferindo a oração ali, eu não vou ficar sentado aqui. Eu vou me levantar, tomar posição de sentido, enquanto a oração é proferida[102]. Isso é mistério de ROTAM (PM3).

---

[99] Polícia Militar do Estado do Pará. Normas Gerais de Ação: **Doutrina ROTAM**. Tenente coronel Fernando Moura. 06 de maio de 2008.

[100] "R" para os entrevistados, e "P" para o pesquisador.

[101] A Companhia de Operações Especiais (COE) é um grupamento especializado em situações que demandam uma resposta tática de alta letalidade, como o resgate de reféns, em espaços delimitados, como presídios e prédios fechados, diferente do BPOT que atua no policiamento ostensivo. A COE, assim como o BPOT, tem seus próprios símbolos e ritos, que lhe conferem identidade própria.

[102] Nesse dia, permaneci sentado na frente deste policial para esperar a oportunidade de começar a realizar alguma entrevista. O pelotão estava em formação em frente ao prédio do batalhão, recebendo as últimas

Em muitos momentos ouvi de vários policiais militares a afirmação de que os policiais do BPOT se consideravam, ou eram considerados, a "polícia da polícia". Isso era afirmado pelos "rotamzeiros", mas não de forma "soberba" e "convencida". Para eles o ideal da atividade de policiamento residia na forma como a exerciam, com o treinamento, equipamentos e "espírito de corpo" apropriados[103].

Portanto, esses policiais não afirmavam que eram "essencialmente" melhores que os outros policiais militares, mas que todo o "trabalho de rua" da corporação devia ser feito conforme os padrões que estabeleciam para si mesmos. Compartilhavam desse ideal por meio do "respeito" conquistado frente à sociedade em função de seus trabalhos com base em origem e história próprias. Na capital paraense, a ROTAM distingue-se tanto por sua farda (rajado preto e cinza) quanto pela "notoriedade" conquistada desde sua fundação em 2007. A realização do campo se fez quando o batalhão estava completando seus dez anos de existência, cercado pelas cerimônias de comemoração que todo batalhão realiza na data de seu aniversário de criação.

Ao mesmo tempo, policiais advindos do batalhão tinham sobre si suspeita de envolvimento nos eventos de chacina e casos de homicídios em série registrados posteriormente na capital paraense[104]. Além disso, o batalhão participa semanalmente da gravação de um programa policial famoso em Belém, o "ROTA Cidadã", que claramente faz uma alusão ao Ronda Ostensiva Tobias Aguiar (ROTA) da Polícia Militar, tropa especializada do estado de São Paulo. Tudo isso faz com que o batalhão seja encarado

---

instruções antes do patrulhamento. Quando começaram a fazer a "oração da ROTAM", o policial se levantou, ficando em sentido, mesmo não estando destacado para o serviço, e cumprindo tarefa diversa.

[103] "O policial militar que serve na ROTAM deve possuir uma só tendência e um só esforço, realizar-se enquanto Policial Militar e manter-se na experiência de servir em uma unidade diferenciada. A existência de um sistema defensivo específico, a saber, a ideologia da profissão Policial, denominada doutrina, preserva o comportamento do homem. O comportamento não digno irá influenciar negativamente na coletividade que é a ROTAM, a qual reúne em seu seio policiais militares engajados num trabalho comum em prol da sociedade". Ibidem.

[104] Uma série de 24 assassinatos havia ocorrido após a morte de um soldado da ROTAM, um pouco antes da entrada do pesquisador em campo. Os assassinatos aconteceram nas 24 horas que sucederam a morte do policial. G1/PARÁ. **Série de mortes em Belém completa uma semana e vítimas chegam a 28:** Onda de assassinatos deixou 25 mortos e 24 feridos na Grande Belém. Três feridos que estavam internados no Hospital Metropolitano morreram. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2017/01/chacina-completa-uma-semana-em-belem-e-numero-de-mortos-chega-28.html>. Acesso em: 27 jan. 2017. Grande suspeita recaia sobre os componentes do BPOT desde a "chacina de novembro": série de dez homicídios, ocorridos entre a noite do dia 4 e a madrugada do dia 5 de novembro de 2014, após o assassinato de um ex-componente da ROTAM. Foram feitos vários áudios e mensagens escritas em redes sociais por policiais militares, além da comprovação do envolvimento de integrantes da corporação no ocorrido, o que gerou uma constante suspeita sobre o batalhão.

com “respeito” e “medo” em Belém – onde são realizadas as principais atividades de policiamento ostensivo do batalhão:

> Graças a Deus, o nosso batalhão é um batalhão respeitado e temido, tanto pela população como pela vagabundagem. Isso é fruto de um trabalho de pessoas que estiveram aqui antes de eu chegar, entendeu?! E eles sabem que o nosso trabalho é um trabalho sério, dedicado! Eles sabem que a gente vai pra cima mesmo (PM12).

A “legitimidade” conquistada pelo BPOT é acompanhada dos próprios mitos de origem, que dão base a reivindicação da importância do trabalho realizado pelo grupo, o que é comum entre os batalhões especializados das polícias militares brasileiras[105]. O acumulo da notoriedade e da tradição, “trabalho das pessoas que estiveram aqui antes”, constrói o patrimônio simbólico próprio de uma unidade da organização que acabava de completar seus dez anos de existência. Era por meio do batalhão que os policiais acumulavam a notoriedade, baseada na honra de todos aqueles policiais que compunham e haviam composto o BPOT.

Com relação à remuneração, não existe aumento salarial quando do acesso ao batalhão, e nenhum “privilégio” em comparação aos policiais militares no mesmo posto ou graduação empregados em outras funções. O serviço no BPOT é “voluntário”, e como afirmado por quase todos os policiais entrevistados do batalhão, algo constante em sua doutrina: “o princípio básico para servir na ROTAM é o voluntariado. É preciso que o homem deseje servir, sendo suas condutas familiar e profissional quase que irrepreensíveis, pois o importante é o exemplo do fazer”[106].

Os policiais oferecem voluntariamente suas honras individuais para compor o patrimônio de honra coletiva do BPOT. Isso levou o pesquisador, à luz da revisão histórica acima realizada, a entender a reprodução social da instituição como um processo de acúmulo de um patrimônio simbólico coletivo baseado nos princípios de honra familiar[107]. A história própria tanto de um único batalhão como de toda a instituição é percebida pela instituição como a prova da submissão à vontade do “povo paraense”:

---

[105] Paulo Storani tem um interessante capítulo em sua dissertação que analisa tanto os mitos de origem da Polícia Militar do Rio de Janeiro quanto do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE). O autor demonstra como a definição de identidade dos policiais militares se dá pela autorreferência histórica, e da ancestralidade ligada a um passado místico. Construção identitária da PMERJ e o mito de origem. In: STORANI, Paulo. **“Vitória sobre a morte. a glória prometida”:** O “rito de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE. Nitéroi: Programa de Pós-graduação em Antropologia, 2008. Cap. 1. p. 25-43.

[106] Ibidem. Polícia Militar do Pará, 2008.

[107] A Polícia Militar retira seu prestígio específico das condutas realizadas por “homens honrados” que “inscrevem” o nome da corporação na história. A prerrogativa masculina da defesa da honra familiar serve

> Neste dia em que completamos 199 anos de serviços prestados ao povo do Pará, e prestes a nos tornarmos uma Corporação bissecular, por vontade desta mesma sociedade, minha convicção de que a maior riqueza da Polícia Militar do Pará, o que temos de melhor, são seus integrantes, Oficiais e Praças honrados e dedicados a causa que abraçaram, que, sob juramento ao ingressar na Corporação, prometeram dedicar, e dedicam sua vida em defesa da vida do nosso povo, o povo do Pará![108]

São "homens honrados" que, por vontade própria, colocam-se sobre a vontade de uma entidade coletiva e superior – "povo paraense", "nação", Polícia Militar – e podem inclusive oferecer sua vida como demonstração dessa "devoção". Benedict Anderson afirma que a concepção de nacionalidade como "laço natural" ("famíliar"), que se expressa em imperativos de abnegação e submissão à vontade coletiva, está na raiz do porquê as pessoas se dispõem a morrer por essas noções "abstratas"[109].

O amor desinteressado pela nação justifica-se como um ato de grandeza moral em relação a todos aqueles que se protege com altruísmo, como quem protege a própria família. Os policiais militares "amam" a corporação e seu "povo", da mesma forma que expressam o "amor" por suas esposas, seus filhos e seus parentes de "sangue". A empreitada moral em que estão investidos lhes cobra o desprendimento frente ao exercício volitivo de um "outro", do qual eles mesmos fazem –. a Polícia Militar, e por extensão o "povo paraense".

Somente por meio do desapego das intenções materiais – inclusive da própria vida – um policial militar pode "honrar" a tradição da corporação e se inserir na história desta. Só assim, os "irmãos de farda" conseguem acumular o patrimônio simbólico de honra da "família policial militar" – objetivado nesse ser austero e transcendente do qual são venerados os ancestrais, e onde habita a "família próxima" dos policiais militares, e para o qual se acumula o patrimônio simbólico, que é o quartel, a "casa dos militares".

---

como modelo para a atividade pública de defesa da "honra paraense". O registro dessa conexão entre honra, pátria e história pode ser encontrado em vários documentos institucionais e ritos, como no Hino da Polícia Militar do Pará: "Altaneira Polícia Militar / Cobre de louro o teu nome tradicional / Para a glória do Brasil / Terra santa e imortal / Teus soldados heróicos e destemidos / Quer na paz ou na guerra feroz, / O Brasil, o Pará, hão de honrar, / O teu nome exaltar, / E a luta cessará, / Teu pavilhão mais uma vez tremulará, / O teu nome está gravado na história, / E ligado ao de um bravo e grande herói, / Que em canudos cobriu-se de mil glórias / Salve Fontoura, o precursor da vitória!". RESENDE FILHO, José. **Hino da Polícia Militar do Pará.** Disponível em: <http://cfap.blogspot.com/2008/06/cano-da-polcia-militar-do-par.html>. Acesso em: 6 maio 2017.

[108] PARÁ. Hilton Benigno. Polícia Militar do Pará. **Ordem do Dia:** 25 de setembro de 2017. 2017.

[109] ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 199-215.

### 1.3 O quartel e a casa

Existem poucos trabalhos sobre os vínculos familiais no Exército, mas a especificidade comum a que todos eles apontam diz respeito à similaridade e à interdependência entre o quartel e casa dos militares. Numa instituição que se funda vis-à-vis à honra familiar, o quartel assume a função de suportar a "família militar", na qual os oficiais exercem poder moral paterno sobre os praças[110]. A influência organizacional do Exército sobre as polícias militares relegou-as ao mesmo nível de representação dos vínculos familiais em condições organizativas e de *status* ocupacional diversos[111].

Sendo assim, projetar os princípios da lógica doméstica sobre as estratégias de mobilidade social torna-as relativamente inteligíveis, pois possibilita compreender como se estruturam as trajetórias modais dos policiais, já que sua maior peculiaridade é a mobilidade vertical e horizontal entre posições sociais que estão sob a égide do poder doméstico: o domicílio de moradia (onde habita sua família de "sangue") e o quartel (onde estão seus "irmãos de farda"). Os policiais militares ocupam de forma compassada posições sociais diversas entre a família de origem e a "família policial-militar", que aparecem como espaços sociais conexos.

A oposição entre a "casa" e a "rua", utilizada por Roberto DaMatta como modelo de análise para compreender sociedade brasileira[112], é plenamente aplicável do ponto de vista dos policiais militares. Segundo o autor, a rua responde ao incontrolável, onde as adversidade e contingências acontecem. A casa é o lugar do controlado e do previsível, onde impera a harmonia e a calma, e se desenvolvem os laços afetivos. O respeito é característica básica da casa, por meio das relações de pais e filhos – poder paterno *vs* piedade filial – ao contrário das relações da rua, pautadas pela suspeita e pela possibilidade do engano.

---

[110] Op. Cit. BEATTIE, 2009, p. 389-394.

[111] A Polícia Militar é formalmente subordinada ao Exército, por meio da Inspetoria-Geral das Polícias Militares (IGPM). Decreto Nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, Capítulo VIII. Nas polícias militares está ausente o círculo do generalato, a hierarquia ocorre somente até o posto de coronel. Além disso, os proventos recebidos por policiais militares não podem superar aqueles recebidos por membros do Exército brasileiro: "Os direitos, remuneração, prerrogativas e deveres do pessoal das Polícias Militares, em serviço ativo ou na inatividade, constarão de legislação peculiar em cada Unidade da Federação, estabelecida exclusivamente para as mesmas. Não será permitido o estabelecimento de condições superiores às que, por lei ou regulamento, forem atribuídas ao pessoal das Forças Armadas, considerada a correspondência relativa dos postos e graduações". Decreto Federal Nº 88.777/83, art. 43.

[112] DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 90-102. DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 19-45.

Portanto, a casa é o espaço dos "laços naturais" – de parentesco e sangue – organizados em uma hierarquia social interna, que privilegia os homens e os mais velhos para as posições de autoridade demarcadas e, inclusive, divididas espacialmente. A casa é o lugar da proteção dos "laços naturais" em oposição à rua que, muitas vezes, pode chegar a ameaçar à família – tanto física como moralmente. Ao pai – "chefe de família" – cabe a função de proteção e provisão da família e da casa (lugar do feminino) contra todas as ameaças que possam vir a lhe ocorrer. Os termos "casa", "família" e "pai", poderiam ser substituídos por "Polícia Militar", "irmãos de farda" e "comandante"/"oficial", e boa parte dos aspectos do modelo de explicação seriam preservados.

Nesse contexto, a profissão do policial militar têm como peculiaridade ser investida em dois sistemas de estratégias de reprodução[113] interdependentes – o familiar e o institucional –, sistemas esses vinculados à reprodução do patrimônio simbólico da corporação policial militar. A mobilidade social individual é subsumida na coletiva ("familiar") tanto no caso da família de origem e/ou atual quanto da "família militar". A coletividade que se estabelece por meio da coligação entre esses dois grupos na grande "família policial militar", com os policiais militares e seus dependentes, se dá por intermédio da égide da "casa":

> Essa espécie de entidade transcendente aos indivíduos poder ser o sujeito de certas ações que se prolongam na duração; uma das propriedades da casa [...] é que a casa é duradoura: a principal propriedade da própria casa é pretender perpetuar-se no existir, é pretender durar; e toda uma parte das ações que ela exige dos temporais, além de suas próprias existências[114].

A diferenciação social da corporação policial-militar impossibilita a comparação simples com a lógica da "casa" (domicílio). Contudo, podemos pensar um modelo que leve em conta as características morfológicas da corporação com base na família

---

[113] As estratégias de reprodução são um "conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes, pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconsciente e conscientemente, a conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a manter ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe". BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2008, p. 122. Apesar da definição referenciar-se à posição social individual e da família, podemos afirmar que a Polícia Militar investe num trabalho social de acúmulo de um patrimônio simbólico baseado na honra familiar. O sistema de estratégias de reprodução do patrimônio simbólico institucional – conjunto de estratégias que se direcionam à conservação e ao aumento desse patrimônio – apoia-se no sistema de estratégias de reprodução familiar das classes populares recrutadas e, como veremos mais detalhadamente no segundo capítulo, funciona como um sistema interdependente de estratégias institucionais, familiares e individuais baseados na honra familiar.

[114] BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 332.

patriarcal, para encontrarmos aquilo que é singular em sua estrutura, e que nos dá condições de explicar as estratégias de reprodução institucionais por meio de um modelo de explicação que possui quatro pontos mutuamente dependentes.

Primeiro, na transição ao trabalho assalariado, o recrutamento da Polícia Militar perde o caráter coercivo e se torna de livre associação, mesmo que ainda mantenha um controle interno que apoia, em alguns momentos, a coerção. Isso significa que essa se torna uma ocupação desejável para um grupo social, que não a enxerga mais como uma atividade "desonrosa". A filiação à corporação passa a ser representada como uma relação afetiva – "amor", "culto", "devoção" – e apoiada no papel masculino de defesa da honra de uma coletividade feminina – "pátria paraense".

Isso posto, foi possível verificar que as formas de recrutamento até meados do século XIX, seja como trabalho compulsório ou degredo penal, assemelhavam-se à relação senhor-escravo (patriarca-dependentes), pelo *status* dos dependentes e pela assimetria de poder que impossibilita qualquer alteridade volitiva por parte destes[115]. Para compreender as condições sociais desse livre associativismo, é necessário entender algumas questões.

Primeiramente, como ocorre o recrutamento para a ocupação policial militar, e como ele funciona como adesão a uma ordem familiar? Como se estabelecem os "laços naturais" entre os policiais militares a partir do sistema de trabalho não compulsório e voluntário? Mais, se fez necessário, também, analisar como o modelo burocrático-legal – baseado na hierarquia de competências e em regras e normas escritas – concilia-se com uma ordem moral baseada na honra familiar. Destarte, encontramos na "ética policial militar" a conciliação possível entre as relações familiais (pessoais e afetivas) e as regras formais (baseadas na impessoalidade).

Após esclarecimento dessas primeiras questões, é preciso compreender como a clivagem estrutural entre o corpo de praças e o corpo de oficiais, e a exclusão das

[115] "Na sociedade patriarcal brasileira, o *status* era definido por concepções de honra e os laços entre o patrono e cliente asseguravam posições acima e abaixo na escala social. A incapacidade de se proteger de uma autoridade impessoal que indicava uma falta de *status*. As táticas ardilosas e violentas usadas para recrutar homens para o serviço militar assemelhavam-se àquelas empregadas para capturar escravos na África e nas Américas. Como muitos pobres livres definiam sua virilidade e honra por oposição a estereótipos de comportamento e condição servil, o recrutamento forçado evocava um estigma poderoso. Mesmo hoje, o posto de soldado raso carrega as marcas de uma origem humilde. As percepções sobre a condição do praça oscilaram ao longo do tempo, mas sua associação com um *status* modesto está enraizada numa história de recrutamento forçado, por seu turno, relacionado ao sistema português de degredo penal e às hierarquias da sociedade escravista multirracial brasileira" Op. Cit. Beattie, 2009, p. 44.

mulheres das fileiras da corporação policial-militar podem ser representada por meio da oposição “pai”/”filhos”, ou “patriarca”/“dependentes”, e qual seu papel na reprodução institucional.

Por fim, tentamos entender como acontece a mobilidade social dos policiais militares por meio desses dois sistemas de estratégias de reprodução interdependentes e conflitantes – familiar e institucional – e qual sua influência nas trajetórias individuais, dependendo das diferentes posições institucionais e estatutárias (oficiais e praças; mulheres e homens). Esses pontos serão tratados mais profundamente nos próximos capítulos.

## 2 A família policial militar

A interdependência entre a família e o Exército brasileiro é tratada por alguns trabalhos, que percebem a inclusão desses dois níveis da vida social, como um único complexo relacional, no caso do corpo de oficiais: a "família militar". A tendência ao fechamento das relações sociais ao interior da instituição se dá em função da incorporação do núcleo familiar do cadete no conjunto de signos que o definem perante seus pares na corporação militar. Isso leva ao recrutamento parcialmente endógeno, já que os matrimônios dos policiais são feitos, geralmente, com mulheres de famílias de militares, e os filhos são criados muito próximos ao "mundo militar"[1].

Dessa forma, o acesso ao oficialato não se dá por títulos honorários herdados, pois a correlação entre as famílias e a corporação militar possibilita processos de mobilidade social familiar por meio da própria instituição. O matrimônio entre oficiais e entre oficiais e filhas de oficiais mais velhos, a proximidade dos filhos aos valores institucionais, que constrói uma "herança moral"[2], e a possibilidade de ascensão social dos filhos de praças por meio da entrada nas academias militares, com o acesso ao oficialato por títulos escolares, tendem a ser os aspectos que permitem o recrutamento parcialmente endógeno[3]. Sendo assim, vimos que a potência paterna organiza o princípio do recrutamento, pelo qual as chances de mobilidade social podem ser realizadas pelos militares – por meio da herança paterna dos valores militares.

Com base na comparação desse modelo de explicação a partir das trajetórias sociais dos policiais militares do Pará, pode-se conservar somente aspectos das estratégias educacionais, já que as estratégias matrimoniais e sucessórias – que buscam preservar a proximidade com a instituição por meio de uma herança moral transmitida aos filhos – são realizadas em relação a um universo exógeno à corporação: as relações sociais e o destino social dos filhos de policiais são apenas parcialmente esquematizados pela corporação.

Portanto, uniões entre policiais militares não parecem ser incomuns, mas não chegam a representar parte significativa das estratégias de mobilidade social da Polícia

---

[1] CASTRO, Celso. A origem social dos militares. *Novos Estudos - Cebrap*, v. 37, p. 225-231, 1993.

[2] "O "modelo de família militar", que opera com todo o seu potencial nas famílias em que só o marido é militar, nos mostra essa intenção da instituição, em estimular, de certo modo, nas famílias, uma série de condutas e valores próprios da vida militar (hierarquia, disciplina, retidão moral)". SILVA, Cristina Rodrigues da. Família de Militares: explorando a casa e a caserna no Exército brasileiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 21, p.861-882, jul. 2013, p. 879.

[3] Op. Cit. Castro, 1993.

Militar. No mais, a mobilidade social individual e entre gerações é determinada pela conquista de títulos escolares que possibilitam a ascensão do/a policial e de seus filhos. Devido ao *status* ocupacional e aos baixos salários em comparação a outras ocupações, o destino social dos filhos de policiais não se resume à entrada na corporação militar. Contudo, o modelo da família patriarcal é o princípio pelo qual os policiais pensam seu pertencimento à instituição, e essa pensa as obrigações públicas e domésticas dos policiais. Logo, a família articula-se com a corporação nas possibilidades de mobilidade social dos policiais militares, mas de forma diversa do Exército.

É a **honra familiar** – conjunto de valores morais herdados da família – que possibilita as condições mínimas de mobilidade social aos policiais militares. A proximidade das famílias militares, fator importante para o recrutamento endógeno do Exército, está apoiado nas disposições de "homens pobres honrados", no caso da Polícia Militar do Pará. Entre as classes populares, a família não se apresenta somente como núcleo principal dos vínculos materiais e afetivos, mas é o *lócus* de onde retiram a definição de sua identidade e a base sobre a qual reivindicam reconhecimento social[4].

Dessa forma, entre as famílias pobres, cabe aos homens a provisão material e a garantia moral da família, enquanto às mulheres, a preservação da casa, dos filhos e da ordem doméstica, na qual a hierarquia social entre as atividades define-se de forma homóloga à precedência da família sobre a casa – a "família compreende a casa, a casa está, portanto, contida na família"[5] –, que define, ao mesmo tempo, a precedência da autoridade masculina sobre a feminina.

Portanto, a honra enquanto "um nexo entre os ideais da sociedade e a reprodução destes ideais no indivíduo através de sua aspiração de personificá-los"[6], é subsumida entre os homens das classes populares pelas relações familiais, que imprimem na expressão de seu *status* individual as obrigações concernentes à proteção material e moral da família.

O recrutamento da Polícia Militar é realizado por meio da conversão desses princípios de honra familiar dos homens das classes populares em moralidade institucionalmente regulada – ética policial militar. Por isso, o recrutamento é basicamente apoiado em estratégias de reconversão, em que "para manter sua posição na

---

[4] SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. 1994. 221 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994, p. 61.
[5] Ibidem, p. 77.
[6] PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. (org.). Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1973, p. 13-14.

estrutura social e as propriedades ordinais que lhe são associadas, os agentes são obrigados a proceder a uma translação acompanhada por uma mudança de condição"[7]. A reprodução institucional é caracterizada por deslocamentos transversais que convertem os valores e *status* familiais masculinos em honra institucional, ou seja, o reconhecimento social por parte dos policiais militares, enquanto "chefes de família", passa a importar na relação que estes possuem com corporação.

A grande questão é que os supostos pais de família, "protetores" e "provedores", por virem de uma situação de instabilidade social, com empregos precários e descontínuos, são levados a garantir a própria proteção contra às contingências da vida submetidos a uma relação de trabalho assalariado com a corporação policial-militar que tem como compromisso oferecer um sistema de proteção parental: a Polícia Militar aparece como "protetora" e "provedora" dos policiais militares[8]. Logo, as trajetórias dos policiais militares são fruto desses dois níveis de sua vida social: a família, a qual precisam prover, e a Polícia Militar, a qual lhes asseguram realizar esse papel frente a sua família.

### 2.1 Recrutamento institucional

> "Ao ingressar na Polícia Militar do Pará, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à preservação da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida".[9]

A seleção por concurso público possui organização que privilegia – e quase monopoliza – a ocupação da atividade de policial militar ao público masculino, além de ser, a ocupação, a opção mais viável a estratos sociais com baixa escolaridade. Outro aspecto importante observado é que o critério mínimo de adesão à corporação – entre praças e oficiais – se dá em função do comportamento medido com base em critérios de

---

[7] BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2008, p. 122.

[8] A Polícia Militar pode ser compreendida como um sistema de proteção social concebido "de acordo com o modelo parental que é experimentado por quase todos os indivíduos em sua infância, o único sistema social cuja organização e conteúdo das relações sociais são essencialmente seguros. A imagem do 'protetor' e do 'provedor' está relacionada àquela do chefe da família com a autoridade doméstica, que é assimilada, em nosso sistema familiar burguês, ao 'pai'", dessa forma "aqueles que desejam dominar qualquer pessoa imbuída de cultura parental, para qualquer finalidade, lucrativa ou política, buscam dar a si mesmos uma imagem 'paterna'". Claude Meillassoux, Des dimensions du paternalisme au Brésil, **Lusotopie** *1996*, p. 346.

[9] PARÁ (Estado). Constituição (2006). Lei nº 6.833, de 13 de fevereiro de 2006. **Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Estado do Pará**. Belém, PA, Art. 22.

conduta fundamentados na honra familiar. Isso significa que as classes populares, ao entrarem na corporação policial-militar, trazem como critério de adesão uma herança moral.

Sobre esse tema, Selma Machado analisa a transmissão entre gerações de um *ethos* baseado na família, na honra, no trabalho, em estudo e "lutas"[10]. E nos leva à compreensão de que a abnegação pessoal em proveito da família, por meio de sacrifícios individuais e coletivos, colaboram para a manutenção dessa posição socioeconômica que, apoiada na divisão sexual do trabalho, delega aos homens a função de provisão pelo trabalho assalariado e às mulheres, as atividades domésticas[11].

Dentro dessa perspectiva, a disciplina do estudo e a conquista de títulos escolares são consideradas, ao lado do "trabalho", como a principal estratégia de ascensão social. Na maioria das vezes, pela condição socioeconômica da família não existe a transmissão de uma herança material, somente uma herança simbólica baseada nos valores familiais, ou seja, entre os pobres "a moral é a única coisa realmente sólida que se tem a deixar como legado, isso quando se trata de uma família minimamente organizada"[12].

É essa herança moral que é projetada como sendo o princípio de adesão à corporação, expresso simbolicamente pelo **compromisso de honra**, ritual que demarca oficialmente a linha divisória entre a "vida civil" e o "mundo militar", ao final dos cursos de formação de oficiais e praças. Esse é o rito de passagem pelo qual os policiais confirmam sua adesão à ordem ética militar, que se baseia numa socialização prévia vinculadas aos cursos de formação[13].

---

[10] MACHADO, Selma Suely Lopes. Gênero, geração e o lugar das avós: estudo com famílias de bairro popular em Belém. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 14, n. 1, p.131-137, jan. 2010.

[11] "A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrentes das relações de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres a esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação dos homens das funções de forte valor social agregadas (políticas, religiosas, militares etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o de separação (existem trabalhos de homens e outros trabalhos de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem "vale" mais do que um de mulher)". KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA et al (orgs.), **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67.

[12] MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2009, p. 245.

[13] Após o concurso, os praças fazem Curso de Formação de Praças (CFP) de duração de cerca de 9 meses, e os oficiais o Curso de Formação de Oficiais (CFO) de 3 anos.

Acerca desse tema, vários trabalhos na área da antropologia tratam sobre os ritos de passagem de corpos de oficias e das tropas especializadas das polícias militares[14]. E é possível encontrar pesquisas que mostram ser por meio de um trabalho de socialização durante o período dos cursos de formação que se constroem as condições de fiabilidade do compromisso de honra por parte dos policiais. Entretanto, é preocupação da própria instituição que o policial só preste o compromisso a partir do momento que "tenha adquirido o grau de instrução compatível com os seus deveres enquanto integrante da Polícia Militar"[15], traduzido pelo Curso de Formação respectivo. Por isso, esse período é retratado como um período muito nítido de transição:

> Não foi uma experiência relativamente fácil. Foi avaliação que a gente teve. Lá é avaliação direto, em tudo. A todo momento. Tanto prático como teórica. Uma dificuldade pra quem tá entrando lá, e não conhece, né, o militarismo. A gente vê lá a disciplina, a ordem. Uma coisa totalmente diferente pra um civil, mas eu acho que a maioria consegue passar, poucos os que não conseguem. Eu acho que pessoas que não estão acostumadas, assim, com um pouco de dificuldade, geralmente, ficam pelo caminho [...] Principalmente quanto à disciplina. Uma disciplina bastante rigorosa, né. Aí, também, quando a gente já tá lá, a gente conhece outro universo, aí, de insegurança e segurança também, né. A gente vê que os nossos colegas, lá mesmo, já começam a falecer pelo caminho. Aí bate logo aquele medo, pra quem não tá acostumado. Eu conheci vários amigos aí que nesses 7 meses, 8 meses, aí, largaram por causa disso. [....] [O treinamento ] era puxado. Pegava cedo, exercício físico, depois ia pra sala de aula, estudava, fazia prova. Treinamento. O dia todo era muito treinamento, muito treinamento. Desde a manhã, desde as 6 da manhã até as 19. Saia de lá cansado mesmo (PM16).

O recrutamento é privilegiadamente masculino em razão de apreciações pretéritas de homens e mulheres em relação à ocupação. A "estabilidade financeira" e a possibilidade de aumento salarial pela progressão na carreira são os motivos principais de acesso à corporação. No entanto, existem tendências formais e informais da entrada de

---

[14] Sobre as tropas especiais são notáveis dois estudos acerca dos ritos de passagens das tropas especiais das polícias militares: STORANI, Paulo. ***"Vitória sobre a morte: a glória prometida"*:** O "rito de passagem" na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE.. 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. FRANÇA, Fábio Gomes; GOMES, Janaína Letícia de Farias. "Se não aguentar, corra!": Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.142-159, ago. 2015. Quanto ao rito de passagem do corpo de oficiais o único trabalho encontrado foi: ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 5, p.214-239, jan. 2001. Não encontrei nenhum trabalho que analisasse os ritos de passagem no caso do corpo de praças.

[15] "Todo cidadão, após ingressar na Polícia Militar mediante concurso público, ao término do curso de formação, prestará compromisso de honra, no qual afirmará a sua aceitação consciente das obrigações e dos deveres policiais-militares e manifestará a sua firme disposição de bem cumpri-los". Op. Cit. PARÁ, 2006, art. 21.

homens na corporação. Estes são atraídos pela apreciação pretérita baseada nos signos de força fincados na expressão física e nos valores relativos ao "enfrentamento", ao "combate", e ao exercício de uma "autoridade" expressa no "falar de frente", "no ir de frente".

Dessa forma, a imagem social da ocupação está ligada aos signos de virilidade, ao uso do corpo como instrumento de autoridade pelo apelo à força física, componente inerente ao "corpo biológico" dos homens. A tendência aos jogos viris – trotes, policiamento ostensivo etc. –, constituído pela socialização prévia dos homens, leva-os a aderir facilmente a uma profissão que é representada enquanto exercício de autoridade baseada em aptidões "físicas". A virilidade, enquanto princípio de diferenciação, estabelece a divisão de gêneros, masculino e feminino, e naturaliza uma divisão social enquanto diferença "corpóreo-biológica"[16]. Contudo, a virilidade revela seu caráter ético enquanto razão de conservação e aumento da posição social, ou seja, enquanto relação de dominação socialmente constituída, e, assim, predispõe os homens à realização das atividades tidas como "viris", entre estas, a ocupação militar:

> R: Eu me adaptei fácil, porque eu sempre quis ser militar.
>
> P: [...] Qual a imagem que o senhor tinha da instituição em específico?
>
> R: Ah da instituição. Não, dá instituição, tinha uma... naquela época houveram aqueles fatos de Eldorado, bem no início, né. Então, a instituição era bem maculada pelos meios de comunicação, mas como eu sempre quis ser militar, a questão militar foi fácil. Teve aqueles trotes normais que... exercício físico. Para mim isso sempre foi tranquilo (PM21).

A expressão de "vocação" à ocupação é fragilmente sustentada pela abnegação em carregar uma "missão nobre", sem o reconhecimento social e material correspondentes. A "vocação", essa antecipação fantasiosa do que a profissão promete e permite, na medida em que favorece e autoriza condutas sociais e técnicas que também são sexualmente orientadas[17], não representa a forma como os policiais militares expressam os "motivos" de escolha da profissão: a "estabilidade financeira" sempre é o elemento central – principalmente entre os praças –, já que o exercício da profissão aparece exatamente pelos seus signos de virilidade "como dispêndio de energia muscular

[16] BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 18-21.
[17] Ibidem, p. 72-74.

no trabalho masculino desqualificado”[18], ou seja, como uma atividade masculina de pouco valor.

A tendência à endogênia é relativamente pequena dentre os policiais entrevistados. Apenas cinco policiais afirmaram que o convício com o pai ou familiares policiais militares os levaram a optar pela carreira na instituição. Contudo, esses são todos os policiais presentes na coleta de dados que possuíam ou pai (quatro dos entrevistados) ou familiares próximos (um destes) ligados à instituição. Essa correlação indica que a ocupação pode ser objeto de herança familiar. No entanto, para conseguir discernir de forma mais precisa as tendências ao recrutamento endógeno, será necessário um estudo futuro que foque em entrevistas com policiais militares que sejam filhos ou parentes de policiais militares.

No entanto, quando a ocupação é representada como preteritamente desejada pelo caráter de sua atividade – apenas quatro vezes entre os praças, e uma vez entre os oficiais, isso se deu[19] –, este “desejo” referencia-se em seus aspectos morais, muito mais do que técnicos. O “sacrifício” no enfrentamento a um problema social personificado em um tipo social representado, como oposto moral dos policiais militares – “bandido”/”vagabundo” –, afirma na própria missão moral e na abnegação da atividade a reivindicação de seu prestígio masculino. A apreciação pretérita do “trabalho de rua” – policiamento ostensivo –, como ideal da atividade social corporativa, privilegia seus elementos morais ligados à “defesa da sociedade”:

> Eu nunca imaginei tá aqui, onde eu to trabalhando hoje na PM, minha motivação no início foi pra tá trabalhando na rua[20], né, [inaudível] diferente, questão de... querendo ou não, na época que eu tinha 23 anos, fazer cumprir a lei, tava nessa... eu acho que todo mundo, de certa forma, tem uma certa revolta com bandido, né. Ser roubado, ver alguém roubado, ver isso acontecer, e poder contribuir para parte da segurança pública em si, pra mim é o perfil do policial isso (PM15).

Com relação às mulheres, o acesso delas à corporação policial-militar paraense teve início em 1982, com a criação do Pelotão de Polícia Feminino[21]. Nos últimos anos

---

[18] SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2009, p. 24.

[19] Sobre as categorias analíticas utilizadas para categorizar o motivo expresso de entrada dos policiais militares na instituição, assim como os dados gerais das trajetórias destes, conferir os anexos I e III desta dissertação.

[20] À época da entrevista, o policial trabalhava na função administrativa, considerada entre os policiais militares como atividade “feminina”, por estar protegido dentro dos batalhões dos “perigos do trabalho de rua”.

[21] Decreto Estadual Nº 2.030, de 15 de Dezembro de 1981.

da ditadura militar, a PM possibilitou o acesso de mulheres na tentativa de "humanizar" sua imagem por meio de atividades "femininas" ligadas a cuidado, amparo e serviço. As aptidões sociais femininas – "amabilidade", "sutileza" e "afeto" – seriam necessárias para o atendimento mais próximo a crianças, adolescentes, mulheres e idosos[22]. Apesar de a concentração das mulheres em um pelotão único ter acabado e o efetivo feminino se dispersado pelo restante da tropa, as possibilidades de trajetória institucional dessas policiais continuam sendo enquadradas por uma ideia de trabalho policial, cujas competências necessárias são monopólio ideal dos homens.

O Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará estipula a preservação da moralidade corporativa – ética policial militar – que privilegia os valores conexos aos signos de masculinidade – coragem, lealdade, honra e sacrifício – e expressões de abnegação demonstradas pelo "integral devotamento à preservação da ordem pública, mesmo com o risco da própria vida"[23]. A naturalização desse conjunto de valores constituídos enquanto inatos aos homens evidencia a arbitrariedade da definição da "força física" relacionada a aptidões masculinas.

Em contrapartida, a regulação da entrada de mulheres, por suas "restrições fisiológicas próprias"[24], restringe a ocupação feminina de cargos e funções, relegando a estas uma consideração estatutária diferenciada – apenas 10% das vagas dos concursos públicos são destinadas ao público feminino, sendo aproximadamente essa a composição do efetivo feminino da corporação[25].

Ao controle oficial de entrada e a condição estatutária das mulheres somam-se à própria naturalização anterior das diferenças sexuais, que fundamenta o descrédito da expressão de signos de força física em função do "corpo biológico" das mulheres. O

---

[22] LEITE, Maúrea Mendes. **Origens Sociais e Trajetórias Profissionais das Primeiras Mulheres Policiais Pertencentes ao Círculo de Oficiais da Polícia Militar do Pará.** 2013. 80 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013, p. 12-15.

[23] Op. Cit. XXI, art, 17.

[24] "Cargo de Policial-Militar é um conjunto de deveres e responsabilidades inerentes ao Policial-Militar em serviço ativo. [...] § 2° – As atribuições e obrigações inerentes ao cargo Policial-Militar devem ser compatíveis com o correspondente grau hierárquico e, no caso da Policial-militar, às restrições fisiológicas próprias, tudo definido em legislação ou regulamentação específica". Art. 21, PARÁ (Estado). Lei nº 5.251, de 31 de julho de 1985. **Estatuto dos Policiais-militares da Polícia Militar do Estado do Pará**. Belém, PA.

[25] Segundo o último levantamento disponível sobre o efetivo da Polícia Militar do Pará, existem 14.271, policiais na ativa – 1.796 (12,58%) são mulheres e 12.475 (87,42%) homens. FIGUEIREDO, Isabel Seixas de; BAPTISTA, Gustavo Camilo (Org.). **Pesquisa perfil das instituições de segurança pública 2013 (ano-base 2012).** Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (senasp), 2014, p. 57.

exercício da autoridade na "rua" – espaço social onde se desenrolam as disputas entre "meliantes"/"vagabundos" e policiais – só é garantido pela força masculina, já que "inata" aos homens, não somente como característica física, mas como atributo que não pode ser conferido às mulheres em razão da ausência das aptidões que asseguram aos homens a posição nos jogos viris da "rua" – tanto do ponto de vista dos homens como das mulheres:

> E o senhor acha que tem diferença de condicionamento físico pra ser policial militar?
> Não, não precisa não.
> O senhor acha que não precisa de uma força física...
> Não, não. Tem cara que é magrinho, é 5º dan de karatê. [risos] Tem cara que é magrinho... na ROTAM tu vai ver, um bando de cara magrinho é 5º Dan de Karatê, Ju-jitsu, não precisa ser grande [...] A mulher é mais frágil, né, é questão de mais frágil. Eu, pra mim, eu gostaria que elas ficassem só no administrativo, né. Eu acho muito pesada a rua, muita pesada. Tem momento que é difícil, né, tem momento que é difícil. Por exemplo, eu fui fazer a apreensão de um elemento em uma invasão, eu e um soldado, o elemento flagrado com maconha, com cocaína, e tudo. Pra tirar de lá, foi a população veio pra cima dos marginais, pra toma ele da gente. Aí foi que nós pedimos apoio. Quer dizer, uma mulher fica difícil pra fazer isso, não é, vai ficar difícil. Ela não tem aquela força que o homem tem, né. Ela... esse é o detalizinho, né, mas tem mulheres boa no operacional, mulher boa de serviço (PM20, *grifo nosso*).

> Não só o meliante [acha a mulher mais fraca], como a população em geral. A gente fala assim "Que o progresso da mulher, não sei o que", mas ainda tem esse estigma, essa visão de que a mulher... E se a gente for analisar, realmente, na questão de... é questão física mesmo. O homem tem mais força que a mulher. Então, acaba, às vezes, nem sendo tanta descriminação. É da nossa situação mesmo... fisiológica mesmo. O homem sempre tem mais força que a mulher (Policial Mulher, administrativo, 10º Batalhão) [...] Eu fui fazer a prova, por muita insistência do que na época era o meu namorado, agora marido, e aí eu passei, e ele não. Aí, só que eu tinha aquela coisa assim, que era Polícia, pegar em arma, e aí eu falei assim "Não, eu vou ver como é que é". Eu fiz apresentação, tudinho, e aí os primeiros dias na academia, aquela questão assim, né, é meio que, a gente fica assim ansioso, tem toda uma hierarquia, tem toda uma disciplina. Não que eu era indisciplinada, mas não tava acostumada com aquele rigor. Aí na primeira semana eu pensei em desistir do concurso. Só que daí todo o tempo o meu marido "Não, é um concurso, vai ser pra vida toda, não sei o que. Depois tu continua. Tu estuda pra entrar na universidade". (PM19, *grifo nosso*).

Portanto, característica construída socialmente como congênita ao corpo masculino, a força física faz parte de fato de uma série de disposições e aptidões adquiridas por meio da socialização na família de origem, que os predispõe a certas

atividades sociais. O elemento físico, citado como a limitação da participação das mulheres na corporação, representa a forma por excelência da naturalização da hierarquia social baseada na divisão de gêneros, esta que se reproduz, institucionalmente, baseada na delegação de funções menos valoradas às mulheres[26] – no caso da Polícia Militar, as mulheres, geralmente, ocupam atividades administrativas.

Sendo assim, tanto o recrutamento feminino é desencorajado quanto a própria definição social da atividade policial leva as mulheres a ocuparem posições institucionais consideradas de pouco valor e marginalizadas dentro da corporação. Mesmo não sendo uma política totalmente explícita de secundarização do efetivo feminino, as características masculinas, a qual a atividade policial retira seu valor social – tanto seu prestígio parcial quanto a fonte de seu descrédito (ocupação considerada "violenta") –, "funciona como exigência tácita, orientando, mais ou menos abertamente" as trajetórias dos policiais militares "desde a entrada na profissão e ao longo de toda a carreira, de modo que os membros da corporação desprovidos desses traços são excluídos ou enviados para posição marginais"[27].

O controle formal do acesso de mulheres à corporação é o princípio explícito de uma série de oposições – planejamento/execução, trabalho administrativo/trabalho operacional, policiamento de área/policiamento tático[28] etc. – apoiadas na divisão feminino/masculino, que constroem a trajetória dessas policiais na instituição, naturalizando seus locais de inserção prováveis. Mesmo sem estas tarefas ou funções lhes serem diretamente negadas, a produção prolongada de uma experiência dentro da instituição que lhes põe à prova suas qualificações, enquanto policiais, ajusta suas esperanças às oportunidades, de uma forma ou de outra, enquadradas enquanto atributos masculinos.

Contudo, longe de serem apenas a negação simples de oportunidades, são formas incorporadas da divisão sexual do trabalho, transformando a inserção feminina no "trabalho do homem" – conjunto de atividades em que são necessárias aptidões as quais as mulheres são virtualmente despossuídas:

---

[26] Op. Cit. KERGOAT, 2009, p. 67.
[27] BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2008, p. 98.
[28] Cabe salientar que essas oposições são demonstradas tanto pelas trajetórias das mulheres na corporação por meio de todas as tarefas consideradas "femininas" – trabalho administrativo, policiamento comunitário e a pé – em oposição a todas as trajetórias "masculinas" valorizadas enquanto sinal de distinção na corporação – policiamento ostensivo motorizado e tático, posições de comando.

> P: A senhora sentia dificuldade mais com o que?
> R: Pensava "Ah, será que eu vou consegui? Será que eu vou me sair bem? Será que eu tô fazendo certo?" Era isso, a gente fica um pouco apreensivo, era um pouco psicológico. Pensava que eu não ia aguentar. "Será que eu servia pra estar nesse batalhão?". Mas, a gente vai se acostumando [...] A gente sente, pelo efetivo [de mulheres] ser menor, a gente acaba sentindo [dificuldades]. No nosso estágio, formou eu e mais uma, então não senti tanta dificuldade. Seria mais difícil se fosse só eu. Então eu e a outra, a gente acabou se unindo, tanto que o nosso círculo de amizade é além do batalhão. No começo tem aquela coisa "Ah, é mulher, então é mais sensível". Mas aqui não, mesmo sendo mulher, a gente enfrenta o trabalho do homem de um jeito normal (PM11).

Isso posto, percebe-se que recrutamento privilegia a ocupação masculina da ocupação por meio dos signos de virilidade que atraem a participação de homens e desencorajam o engajamento de mulheres. A atração masculina relegará a dois tipos básicos a adesão à corporação: de dependência e consensual. Dependendo da situação socioeconômica dos policiais, existe um tipo de adesão à corporação. Contudo, toda adesão é encarada como consensual, já que parte do acesso voluntário do compromisso de honra. A análise da ilusão de adesão consensual geral ajudará a entender duas adesões para dois grupos sociais próximos, que correspondem a dois estratos sociais distintos: oficiais e praças.

### 2.1.1 Filiação institucional: associação moral

A enunciação do compromisso de honra é a prova oficial da adesão consensual à corporação. Ao concordar com a moralidade corporativa, a relação de hierarquia e o engajamento no cargo, e tendo se inteirado ao longo do curso de formação da ética policial militar, o recém-chegado adere a uma moral social a qual já estava predisposto pela criação familiar. O compartilhamento de valores familiais entre a casa e a corporação policial-militar permite com que a filiação à instituição se dê como uma associação moral: os "laços naturais" são o princípio de filiação de um grupo de *status*, o que os policiais muitas vezes citam como "respeito" – o "valor moral e social da instituição, representando o conceito do policial-militar em sua amplitude social, estendendo-se à classe que o militar compõe, não subsistindo sem ele"[29].

[29] Op. Cit. Pará, 2016, §5º, art. 17.

Sendo assim, o zelo pelo "bom nome da Polícia Militar"[30] não é nada mais do que o investimento na ascese moral em relação aos valores corporativos – ética policial militar. Os policiais militares não tendem senão apoiar a sua competência no ideal de moralidade do "homem honrado" das classes populares, e levá-lo à inflexão através da representação familiar, emotiva, em relação à corporação.

Dessa forma, a moralidade é central no caso do acesso à corporação policial-militar, pois está relacionada com a própria competência institucional: a defesa corporativa de uma ordem moral e política – "cultuar os símbolos e as tradições da Pátria, do Estado do Pará e da Polícia Militar e zelar por sua inviolabilidade"[31]. O que funda a filiação à corporação é uma competência moral, e não técnica, para uma atividade representada como o exercício da *potestas* masculina: a força física – esse conjunto valorativo que se naturaliza no corpo – gradiente, ao mesmo tempo, de maneira física e moral[32]. Portanto, a herança moral composta pelo conjunto de relações que se dão no seio da família, e que predispõe os policiais militares a justificarem seu *status*, segundo valores familiares, é o que o policial traz como "título fiduciário" quando se associa à corporação.

Em contrapartida, o patrimônio simbólico individual (honra pessoal) herdado de pai ("disciplina", "justiça") e mãe ("humanidade"), do princípio de visão que opõe posições masculinas e femininas, liga a cada um dos policiais um conjunto de valores morais sexuados:

> Olha o que eu herdei do meu pai foi disciplina, disciplina e senso de justiça, com o coração mais justo. E da minha mãe, olhar o lado do ser humano. A minha mãe, assim, eu digo que ela é um espírito que... impressionante. Ela não consegue ver maldade nos cantos. E eu sou meio assim também, entendeu? Assim, às vezes as pessoas falam "tu vai quebrar a cara ali", mas enquanto eu não chego, e não quebro a cara mesmo, entendeu? É complicado, então assim, a gente acredita no ser humano, a gente acredita na coisa, mas enfim. Então isso eu acho que herdei um pouco dela, essa questão da humanidade, que ela é muito humana. E do lado do meu pai, a questão de disciplina, de justiça também. Eu acho que isso daí, eu herdei um pouco dele (PM24).

[30] Ibidem. XXXVI, art. 18.
[31] Ibidem. I, art. 18.
[32] O aspecto ético do exercício da virilidade é ocultado pelas diferenças sexuais "naturais" em que se apoia. O "homem de honra" tem a virilidade física indissociável da virilidade enquanto expressão ética – princípio de ação – exatamente pela relação que opõe homens e mulheres: a "força física". No caso dos policias militares, a "força física" está ligada a aptidões e qualidades morais ("justiça", "disciplina", "coragem", "autocontrole") inatas ao corpo masculino. Para a definição ética do princípio de virilidade: Op. Cit. Bourdieu, 2012, p. 20-21.

O “senso de justiça” e a “disciplina” (herança paterna) autorizam os policiais militares à filiação com a corporação, sendo esta uma forma de associação moral, mas também de abnegação aprendida pela coletividade do seio familiar. Por isso, o engajamento emotivo – uma profissão de fé – é tão central para a ocupação. A honra familiar dos ingressantes torna-se o “título fiduciário” de uma troca “devotada”: os policiais podem acessar a instituição, contanto que se sujeitem a abnegação virtualmente total em relação à vontade institucional.

Sendo assim, o engajamento institucional é representado por meio de símbolos emotivos e de devoção religiosa – “amor”, “fé” e “culto” – que encarnam o sentimento de piedade filial em relação à vontade impessoal da instituição. A subsunção da vontade pessoal à institucional ocorre, inclusive, por meio do “sacrifício da própria vida”, forma de pô-la à disposição da corporação, apagamento de sua existência em favor de sua “glória”.

Por outro lado, o engajamento emotivo é a representação da piedade filial em relação a tudo aquilo que revela à corporação, para a qual a abnegação e a entreajuda são características dessa relação com os “irmãos de farda”. Sendo assim, a “família policial militar” tem uma curiosa relação com um patriarca desencarnado, que às vezes, aparece nas figuras dos patronos ou dos comandantes. Nessa relação, palavras e cerimônias religiosas são utilizadas em um exercício de devoção que venera os patriarcas e patronos mortos, e os eclipsa na representação maior da Polícia Militar[33].

Portanto, é em relação a esse “patriarca imaterial” (Polícia Militar) e pela negação da própria vontade que o policial associa sua honra à da instituição. O patrimônio simbólico da corporação são ações heroicas e honradas, objetivadas nesse hiperindivíduo desencarnado – a Polícia Militar:

> Temos um passado e um presente de dedicação, suor, lágrimas e sangue derramados por nossos companheiros que, no enfrentamento ao crime e a violência, tombaram no estrito cumprimento do dever policial militar, defendendo de forma heroica e digna nossos concidadãos. Essa é uma marca do

[33] A função da teatralização dessas expressões de fé, que em determinados momentos se confunde com ritos religiosos – como o “pai nosso” pronunciado em conjunto com a “oração da ROTAM”, ou o recurso a personagens “santos” (patronos) – faz aparecer seu caráter imanente: as demonstrações de devoção são endereçadas a seus pares, pois correspondem aos imperativos da honra militar, que só consegue ser provada frente aos outros. Essas cerimônias religiosas podem ser transladadas à corporação policial-militar como tecnologias sociais, a partir das quais é possível “fazer crer que há um fundamento no discurso que só aparece como autofundador, legítimo e universal porque há teatralização [...] do grupo unido e que consente com o discurso que o une”. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 103-104. O modelo ético presente na encenação dos ritos e da filiação aos patronos reconcilia e reafirma os princípios morais que orientam a definição do grupo, pois são endereçados a seus pares e não a esses símbolos transcendentes.

> engajamento da nossa Polícia Militar do Pará na proteção da nossa gente. Somos heróis do cotidiano, juramos defender nossa sociedade mesmo com o sacrifício de nossa própria vida[34].

As demonstrações de devoção à corporação, a última maior dessas: a morte, é algo que se deve fazer em frente aos outros – como o próprio compromisso que deve ser "prestado na presença da Tropa"[35] –, e encenados, diariamente, através das "honras, tratamentos e sinais de respeito"[36] devidos por subordinados a seus superiores imediatos. Tal compromisso representa uma expressão de adesão à defesa desinteressada do patrimônio simbólico coletivo da corporação, renovado por meio dos ritos cotidianos dentro do quartel e fora dele, que investem na conservação e no aumento deste patrimônio.

Esse patrimônio é o prestígio da Polícia Militar perante à "sociedade paraense", a legitimidade constituída por meio de "feitos marcantes, atos de heroísmo, de coragem, bravura e, acima de tudo, de incontestável amor ao Pará" que, objetivados na constituição de uma tradição histórica, "confunde-se com a própria história da Pátria e do Estado"[37]. Sendo assim, o patrimônio simbólico pode ser apropriado diferencialmente, e apenas parcialmente, pelos ocupantes dos diferentes níveis hierárquicos: a relação de comando-obediência possibilita que os superiores hierárquicos representem perante seus subalternos a própria Polícia Militar.

A devoção é distribuída conforme o cargo, acessado por meio do "grau hierárquico e de qualificação exigidos para seu desempenho". As posições institucionais – "cargos" – abrem-se a interações que encenam as diferenças do patrimônio simbólico individual delegado pela corporação[38] aos policiais, e marcam uma dissociação moral: o "respeito" aos superiores é a piedade-filial escalonada entre as posições institucionais. O culto aos símbolos impessoais da ordem e a entrega pessoal à "missão" são personalizados na relação de absoluto respeito pelo superior que encarna esses elementos.

---

[34] PARÁ. Hilton Benigno. Polícia Militar do Pará. **Ordem do Dia:** 25 de setembro de 2017. 2017. Disponível em: <http://www.pm.pa.gov.br/index.php/comandante-geral/152-ordem-do-dia-25-de-setembro-de-2017.html>. Acesso em: 20 jan. 2018.
[35] Op. Cit. Pará, 2006, art. 22.
[36] Op. Cit. Pará, 1985, alínea b, Parágrafo único, art. 81.
[37] Op. Cit. Pará, 2017.
[38] "Os uniformes da Polícia Militar com seus distintivos, insígnias e emblemas, são privativos dos Policiais-Militares e representam o símbolo da autoridade Policial-Militar, com as prerrogativas a ela inerentes" Op. Cit. Pará 1985, art. 84.

O comando, ou seja "a soma de autoridade, deveres e responsabilidades de que o Policial-Militar é investido legalmente, quando conduz homens ou dirige uma Organização Policial Militar"[39], e a prerrogativa dos oficiais preparados ao longo da carreira para seu exercício[40] sintetizam a clivagem estrutural da corporação entre oficiais e praças.

Estruturalmente, o compromisso de honra delega os dois corpos (oficiais e praças) a posições estruturais que se apoiam na representação da relação patriarca-dependentes, pois o comando é a própria figuração do poder paterno na instituição[41]. A relação de comando-obediência, que tende à relação de um exercício volitivo sobre um polo passivo, é incontornável na interação entre praças e oficiais, e, portanto, estrutural. A associação livre a duas posições sociais diversas imprime um conteúdo simbólico distinto sobre a associação moral entre praças e oficiais, o que pressupõem diferenças morais na própria filiação institucional.

Portanto, a diferença de conteúdo simbólico pode ser exemplificada pelos ritos e pelas cerimônias que ocorrem durante o Curso de Formação de Oficiais (CFO) e estão ausentes do Curso de Formação de Praças (CFP). Ao final do primeiro ano do CFO é entregue o espadim "Coronel Fontoura", "símbolo da honra e dignidade do cadete PM"[42]. Esse evento marca a filiação inicial dos cadetes à corporação, pois "ao receber o símbolo do cadete, o espadim, o aluno militar deverá nortear o seu comportamento, enaltecendo o espírito militar".

Ao término do período de três anos do CFO, com "a presença de familiares, os aspirantes [participam] da marcha de devolução do espadim, arma que simboliza a honra do cadete durante o período de formação na Academia". O espadim é substituído pela espada, que será o novo símbolo da honra militar"[43]. Assim, como no caso do Exército brasileiro, o espadim é o símbolo da honra pessoal do cadete, que se torna indiscernível

---

[39] Op. Cit. Pará, 1985, art. 36, caput.

[40] "O Oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício do Comando, da Chefia e da Direção das Organizações Policiais-Militares". Ibidem, art. 38, caput.

[41] BEATTIE, Peter M.. Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. pp. 195-233.

[42] CORREA, Tenente Geysa. **Cadetes da PM ingressam no segundo de formação e recebem espadim "Coronel Fontoura".** 2017. Disponível em: <http://www.pm.pa.gov.br/?q=node/914>. Acesso em: 05 jun. 2018.

[43] VASCONCELOS, Jorge. **Academia Coronel Fontoura forma mais 115 aspirantes a oficial da Polícia Militar.** 2016. Disponível em: <http://www.pm.pa.gov.br/?q=node/2042>. Acesso em: 13 nov. 2017.

da honra militar do oficial[44]. Os oficiais cumprem dois compromissos, sendo o primeiro ao término do CFO, quando se tornam aspirantes-a-oficial, e que é similar ao dos praças[45]:

> Ao ingressar na Polícia Militar do Pará, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à preservação da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida[46] (compromisso de honra dos praças, *grifo nosso*).
>
> Ao ser declarado aspirante-a-oficial da Polícia Militar do Pará, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à preservação da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida[47] (compromisso do aspirante-a-oficial).

Com o acesso ao primeiro posto do oficialato, o policial militar deve pronunciar o compromisso do oficial: "Perante a Bandeira do Brasil e pela minha honra, prometo cumprir os deveres de oficial da Polícia Militar do Pará e dedicar-me inteiramente ao seu serviço"[48]. Após essa etapa, o elemento de subordinação material presente nos outros dois compromissos – "cumprir as ordens das autoridades a que estiver subordinado" – só permanece nos princípios de associação moral à ética corporativa – "prometo cumprir os deveres de oficial". A *potestas* do comando é representada pelo exercício do poder paterno, desde os grandes patronos ancestrais (Coronel Fontoura, protetor maior da corporação) aos atuais oficiais em posição de comando, pequenos patronos das turmas de cadetes-oficiais, como o Coronel PM Dilson Melo de Souza Júnior, oficial em serviço, que, inclusive, foi contatado durante o período de pesquisa, e que se tornou o exemplo de ética de uma turma que havia terminado CFO[49].

Sendo assim, o patrono é o "espelho moral" da conduta do oficial. Longe de serem somente aquelas personalidades ancestrais que servem de modelo e proteção ao corpo de oficiais, os patronos são "patriarcas carismáticos", absorvidos pela tradição em razão do

---

[44] CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 35.
[45] Antes do Código de Ética e Disciplina de 2006, os praças pronunciavam um compromisso similar ao atual substituído o "risco da própria vida" pelo "sacrifício da própria vida". Op. Cit. Pará, 1985, art. 35.
[46] Op. Cit. Pará, 2006, art. 22.
[47] Ibidem. §1º, art. 22.
[48] Op. Cit. Pará, 2006, §2º, art. 22.
[49] "A turma, denominada Coronel PM José Dilson Melo de Souza Júnior, desfilou diante do vice-governador, antes do encerramento da solenidade, marcado pelo tradicional lançamento dos quepes para o alto". VASCONCELOS, Jorge. **Academia Coronel Fontoura forma mais 115 aspirantes a oficial da Polícia Militar.** 2016. Disponível em: <http://www.pm.pa.gov.br/?q=node/2042>. Acesso em: 13 nov. 2017.

exemplo de suas ações. O posto de patrono pode ser conquistado ainda em vida, mesmo que em figurações menos ilustres como é o caso do coronel Dilson.

Dentro desse contexto, o espadim e a espada são símbolos de um patrimônio simbólico individual e indiscernível do coletivo, pertencimento consentido e prometido pelo compromisso de honra. É por meio da entrega a um ideal de ascetismo ético que os oficiais devem conquistar a posição de "patriarcas carismáticos" em relação a seus subordinados e aos praças. O prestígio pela forma que se conduz em frente a seus subalternos é a fonte de legitimidade de sua autoridade[50].

Os praças, por sua vez, são elementos de execução, despossuídos do comando, e por isso o seu acesso à corporação, simbolizado pelo compromisso de honra, tem um conteúdo diverso – o da subordinação à ordem dos oficiais. Como estrato dominado, o consentimento da devoção aos símbolos institucionais é a abertura individual ao exercício volitivo do outro, seus superiores – os oficiais. A proximidade entre os praças é muito pequena para que as diferenças de graduações e autoridade formal possibilitem o exercício da autoridade paterna garantida aos oficiais pela corporação. Sendo assim, qual seria a especificidade da associação moral entre os praças, e qual sua relação de filiação institucional?

### 2.1.2 Praças: dependência material

Como tratado no primeiro capítulo, o isolamento do poder doméstico do Estado levou à exclusão mútua das relações familiais dos órgãos oficiais pautados pela impessoalidade. Mesmo que se possa afirmar que os cargos públicos têm a possibilidade de serem apropriados por gerações de famílias, por meio de acordo de castas – como na tese do patrimonialismo – as classes populares estão majoritariamente excluídas dessas relações.

[50] O carisma do oficial na condução de seus homens, o respeito que possui frente a eles, simbolicamente representado pelo patrono institucional (Coronel Fontoura), não é garantido pela ascendência hierárquica, mas por aquilo que personifica essa autoridade, o prestígio. Por isso, o exercício da autoridade formal (baseadas em princípios impessoais) confunde-se com a pessoalidade da condução dos subalternos pelo comandante, já que apesar da autoridade ser garantida oficialmente pelas normas internas, ela só consegue ser conquistada na prática pelo respeito conquistado frente aos praças. Para as diferenças entre o exercício formal e pessoal da autoridade militar entre o corpo de oficiais do Exército brasileiro: CASTRO, Celso. **O Espírito Militar:** um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 26-30.

Com a formação das famílias urbanas e da parcial generalização das relações de assalariamento, o poder paterno apoia-se na função de provedor doméstico. A manutenção material da família – por meio de proventos econômicos – produz o poder sobre esse espaço social. A proteção do patriarca é substituída pelo sustento material da casa pelo pai de família, pois a garantia da estabilidade da situação socioeconômica passa a equivaler a proteção contra as contingências da vida[51].

Nas classes populares, a estabilidade financeira corresponde à principal preocupação, já que não dispõem dos recursos materiais e simbólicos de apropriação do público. Isso significa que elas podem entrar em uma correlação específica em relação ao cargo público que não seja nem a apropriação pessoal nem o desempenho impessoal do cargo (modelo burocrático weberiano). Este que será ocupado pelos policiais por meio da dependência em relação à corporação policial-militar.

Apesar do caráter voluntarista da filiação institucional, uma vez declarada a adesão à ordem ética corporativa, o policial está numa virtual condição de dependência total do arbítrio volitivo da Polícia Militar. A relação do policial com a corporação é homóloga à do dependente em relação ao patriarca: o policial se entrega frente a um "patriarca impessoal". Contudo, conforme a condição estatutária (praças ou oficiais), a dependência possui um conteúdo diverso, que correlaciona sua situação socioeconômica e o papel masculino de provedor do espaço doméstico na forma de dependência material em relação à corporação.

Portanto, é na articulação entre as estratégias familiares e institucionais de reprodução que serão encontradas as condições da dependência institucional entre os praças. Analisaremos primeiro as estratégias de mobilidade social empregadas na entrada na instituição, ligadas à situação socioeconômica, para depois explorar o apelo ao papel de provedor doméstico implicado no recrutamento majoritariamente masculino.

#### 2.1.2.1 Estratégias de mobilidade social

Delimitei quatro estratégias gerais de mobilidade social, três em relação aos praças e uma em relação aos oficiais – a última, como parâmetro de comparação para

[51] SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes:** Mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 179-182.

compreender os primeiros. Entre os praças, a estabilidade material é majoritariamente afirmada como motivo de acesso à instituição. A ocupação confere a continuidade da condição econômica, e responde a três formas de mobilidade social diversas. A primeira justifica-se pela necessidade inescapável da entrada na corporação, caso se queira manter uma posição social digna. O acesso à ocupação é a fuga possível das contingências materiais de praças provenientes de famílias pobres, sem ocupação formal assalariada.

Dessa forma, vindos de ocupações informais e formais precárias e possuindo baixo nível de escolaridade, encontram na instituição a possibilidade de acesso ao funcionalismo público – valorizado pela vitaliciedade do cargo – e de manter um nível de vida aceitável, como o sargento que entrou na década de 90 na PM, quando era cobrado somente o primeiro ano do ensino médio:

> O meu ingresso foi em virtude da falta de emprego, de opção, de trabalho. Antes disso eu não havia adquirido uma profissão, nem concorrido com minha formação acadêmica. Em virtude disso, eu tinha como ingressar numa instituição. Vindo de uma família pobre, sem formação acadêmica, intelectual. Na época, a gente teve essa condição, e dessa forma [...] a gente ainda podia entrar com nível médio incompleto (PM17).

A segunda estratégia é representada pelo grupo daqueles que já possuem uma estabilidade material mínima e a garantia de sua continuidade. Nesses casos, é possível um planejamento reduzido das apostas e chances de ascensão social. A tentativa apoia-se na aquisição de títulos de graduação e da participação em concursos públicos, que "pagam bem" – geralmente outras forças policiais ou o acesso ao oficialato.

Essa é a situação de uma mulher cabo que acessou a corporação – e no momento da pesquisa estava a oito anos na ocupação – e fez graduação em história numa universidade pública paraense. Com pai policial militar praça, havia tido condições de planejar uma graduação. No entanto, ao chegar aos 20 anos, ainda não tendo passado no vestibular, e testando suas aptidões na realização de provas, fez o concurso para a polícia militar, e, passando, resolveu acessar a corporação por conselho paterno:

> Por conta do pai, por iniciativa do pai. "Não, fica que é bom. É um concurso público". Eu ainda não tinha essa visão, essa maturidade, né, que emprego concursado é algo que hoje em dia a gente, todo mundo almeja, né. Então eu não tinha muito essa visão, mas daí por insistência do pai, da família. "Não, vai que é concurso público. É estabilidade". Aí eu continuei, e simultaneamente continuando o estudo pro vestibular (PM22).

Quando já estava na corporação e, ao mesmo tempo que realizava sua graduação, a policial em questão engravidou, tendo cuidar de sua filha como mãe solteira. Terminou a graduação e, atualmente, planeja acessar ocupações públicas melhor remuneradas, almejando ainda uma possível ascensão social:

> Você tem plano de fazer alguma coisa dentro do oficialato? Dentro da Polícia Militar?
>
> Sim, sim, já tentei esse ano inclusive. Tava estudando pra prova de oficial, e pra prova da Polícia Civil também. Eu tô nessa área assim, outros concursos só que na área militar. Pra oficialato e pra Polícia Civil. Então, eu tentei. Não consegui, mas vou continuar a tentar aí. (PM22).

A terceira estratégia é o atestado do fracasso social – dentro do conjunto de possíveis trajetórias antes da entrada na corporação – e a tentativa de conter o descenso social. Esse é o caso de um policial com quase 30 anos de serviço efetivo, que entrou na corporação como o atestado de um fracasso pessoal. Vindo de uma família que possuía condições materiais estáveis, viu-se em um quadro de instabilidade financeira que o levou a prestar o concurso da corporação:

> Meu pai era guarda portuário da CDP. Minha mãe era do lar. Houve a partilha do casal, separação, e houve o decréscimo da qualidade de vida. A gente passou uma fase ruim quando menor, aí com o tempo abriu a oportunidade, já era adolescente, jovem aliás, abriu a oportunidade de entrar na carreira militar, como era um desejo meu, entrei na Polícia Militar. Não fui militar das forças armadas porque na época tinha atrasado o estudo, e não quis prejudicar o estudo. Deixei de servir as Forças Armadas, completei o estudo, nível médio, e depois houve a oportunidade de entrar na Polícia Militar. Então, pra mim não teve dificuldade de adaptação. Regime militar, sempre eu gostei (PM21).

Apesar de afirmar que sempre quis ser "militar", é em relação às Forças Armadas que ele se dirige, e não à Polícia Militar. Em razão de problemas na adolescência, que ele julga serem relativos à ausência da figura paterna e da cobrança familiar da disciplina nos estudos, repetiu algumas vezes as séries do ensino fundamental. Com a melhoria da situação econômica e por meio de uma bolsa de ensino em uma escola particular de classe média, voltou à escola, tendo completado o ensino médio, e "retomado o gosto pelos estudos", tentou acessar a universidade:

> Com 22, eu acho que foi 22, eu tentei vestibular. Nessa época me apaixonei por uma moça. Rapaz novo, sem orientação, talvez ausência do pai, né, pra orientar assim como é que... e aí o que que acontece, foquei só na relação com a moça. Esqueci a parte do estudo. Aí perdi a oportunidade. Aí fiz um excelente convênio

> numa escola particular boa, mas não teve aproveitamento. Aí apareceu a oportunidade da Polícia Militar, inscrição. Então eu tava com essa moça, tava com a intenção de se juntar a ela, né. "Vou entrar, que vai poder ter uma condição de vida. Alugar uma casa pra gente", sei lá, alguma coisa do tipo. Acabou que nem deu certo, mas ainda fiquei na instituição. Eu me adaptei fácil, porque eu sempre quis ser militar (PM21).

Seus planos eram começar uma carreira nas Forças Armadas e, por isso, procurou terminar o ensino médio, para prestar as provas. Contudo, tentando garantir as condições materiais para investir no relacionamento com uma companheira e sentindo necessidade conexa de um espaço doméstico autônomo – "casa"–, acessou a Polícia Militar.

Dessa forma, o término do relacionamento em conjunto com a rotina de trabalho o impediram de ascender por intermédio da obtenção de títulos escolares – mesmo que as tentativas de acesso ao oficialato tenham sido várias –, estagnando em uma posição, na qual ele só consegue projetar sua história de vida como signo de fracasso parcial – não total, pois consegue interpretar seu valor como um "trabalhador honesto" que cumpre a função de provedor do seu espaço doméstico.

Dessa forma, as três estratégias acima delineadas apoiam-se em trajetórias distintas: a primeira é o sinal de uma ascensão social mínima, acompanhada pela estagnação na mesma posição social; a segunda representa a possibilidade de ascensão social por meio do planejamento, propiciada pela garantia de continuidade da posição atual; a terceira é o caminho de descenso social em uma ocupação que atesta seu fracasso social[52].

Contudo, elas têm em comum o fato de representarem a manutenção de uma posição social mínima, materialmente estável pelo valor da remuneração e pela vitaliciedade do cargo – os praças acessam a corporação contra as contingências materiais. Logo, conseguir planejar o futuro é o sinônimo da situação socioeconômica estável, propiciada pela remuneração do policial. Por outro lado, os oficiais representam sua entrada na corporação como o caminho aberto de ascensão social por meio da progressão nos postos, como a descrição oficial abaixo:

> Na realidade, quando eu me formei em engenharia, e assim, a gente tem uma decepção né, porque assim, se você não tiver

[52] A terceira estratégia é de fato incomum, porém presente. Existe uma diferença etária entre aqueles que traçaram o primeiro e o segundo tipo de trajetórias. Os primeiros acessaram a corporação entre o final dos anos 80 e começo dos anos 2000. Os segundos, geralmente acessaram a corporação após o começo dos anos 2000.

> dinheiro, né, pra começar um negócio, tipo montar uma empresa de construção, enfim, um escritório, não tiver família, não tiver um elo, uma ligação, é muito complicado. Então eu pensei "Vou fazer concurso, porque primeiro eu quero trabalhar, e eu quero ganhar o meu dinheiro, eu quero sair de casa, ter a minha vida normal, pra depois pensar nas coisas, mas primeiro eu quero uma garantia, eu quero trabalhar, eu quero ter minhas coisas". E assim, fiz vários concursos, o que tu imaginar aí, vários concursos, e concursos bons, inclusive a própria Polícia Rodoviária Federal, né, passei. E meu pai foi que me falou "Filho, não vai. Não vai porque você passou na Polícia Militar também. Lá você passou pra oficial. Daqui a 20 anos você vai ver que lá tem uma ascensão de carreira muito boa" (PM24).

Percebe-se que o policial depoente admite que foi a carreira e o aumento progressivo do salário que o atraiu – "te confesso que eu ter feito um concurso que tinha uma perspectiva de ascensão de carreira". Isso posto, vemos que a corporação, na apreciação pretérita do oficial, era o caminho aberto para a ascensão social. Além disso, ele tinha a possibilidade de ocupar cargos em outras instituições públicas por meio dos concursos que havia passado, mas preferiu a Polícia Militar, pois enxergava nesta maiores chances de mobilidade social vertical.

A divergência em relação às demais trajetórias se dá no fato de que a própria Polícia Militar é o caminho da ascensão social do oficial, e não a base material que lhe possibilitará apostar em outros caminhos de mobilidade social, como daqueles praças que ainda possuem a possibilidade de ascender pela conquista de títulos escolares e concursos.

Isso nos mostra que a dependência social em relação à corporação – expressa no "tudo que eu tenho foi a polícia que me deu" – possibilita diferentes formas de mobilidade social entre praças e oficiais. Os policiais militares, portanto, devem seu *status* social e situação econômica à corporação, mas, assim como estão em posição sociais e institucionais diferentes, o conteúdo de sua dependência também é diverso.

A dependência para os oficiais é sinal de sua ascensão social pela corporação. A dependência dos praças é material, pois o pertencimento à corporação permite que eles não se rebaixem à anomia das ocupações formais e informais, temporárias e precárias, que não lhes dão condições de planejamento das necessidades futuras. Logo, a dependência material do corpo de oficiais em relação à corporação (entidade impessoal) é uma ilusão, e a segregação entre o corpo de praças e oficiais relega os primeiros à dependência estrutural dos segundos, representantes da autoridade paterna institucional.

Sendo assim, os oficiais se apoiam nessa clivagem e no exercício de uma ascese ética para afirmarem a legitimidade de sua autoridade, não existindo dependência estrutural, mas apenas a ilusão de dependência baseada na conformidade com uma moralidade institucional. Os praças dependem, materialmente, da corporação, e, necessariamente, do corpo de oficiais que representa a instituição perante eles, mas do que da simples ascese ética.

#### 2.1.2.2 Família de origem e família de destino

O recrutamento privilegiadamente masculino associa ao *ethos* provedor a motivação de acesso à corporação[53]. Os homens apresentam sempre a manutenção da família como motivo para a dedicação à corporação. A necessidade de colaborar com a subsistência familiar aparece nos primeiros anos da maioridade masculina – e mesmo durante a infância, quando precisam ajudar a família em pequenos comércios domésticos – período em que é imperativo colaborar em casa ou conquistar a autonomia representada pela manutenção material própria – nos casos em que a família não colabora para as chances de ascensão individual dos praças:

> Não, eu trabalhei em empresas. Depois que eu fiquei maior, eu saí de casa, porque eu vi que não tinha muita coisa pra mim ali. Aí eu peguei sai, fui procurar emprego, arranjei emprego e depois fiz o concurso da polícia. Depois que eu já estava trabalhando, aí eu fiz o concurso da polícia, passei e larguei a empresa (PM14).

Os praças interpretam a ascensão social individual e familiar como conexas. Em suas estratégias. os policiais constituem uma família tanto como afirmação do *status* social quanto como investimento de ascensão social. É nos investimentos e nas trocas familiais que os praças (e os policiais militares como um todo) veem suas chances de ascensão, ou pelo menos manutenção da posição social.

---

[53] A provisão masculina possibilita a posição de autoridade sobre a família entre as classes populares, sendo a fonte de respeito próprio entre os homens pobres: "o trabalhador respeitável é membro de uma família cuja sobrevivência concorre aumentando a renda familiar. [...] É esta obrigação com os demais membros da família, em especial quando ele é o provedor principal, que o faz aceitar como positivo o trabalho". ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta:** As organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994., p. 89. Sobre as concepções de masculinidade envolvendo a função de provisão paterna entre as classes populares de Belém ver: PANTOJA, Ana Lídia Nauar. "Ser alguém na vida": uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, p.335-336, 2003.

Geralmente, os policiais já haviam trabalhado na infância, adolescência e vida adulta em pequenos comércios familiares, ou em outras atividades domésticas, como forma de manutenção material – "nós chegamos até a ter um comércio. Então a gente fazia, como é que se diz, estudava e participava do comércio, né, atividade do comércio, que era uma lanchonete" (PM14).

É possível perceber que os vínculos familiais melhoram as chances de manutenção da posição social – "na infância não era tão ruim. Papai trabalhava bem, recebia, só que depois, com o tempo, foi ficando ruim, mais ou menos, foi ficando um pouco pior, até lá pela adolescência meu irmão começou a trabalhar, aí melhorou um pouco" (PM14).

A partir dos depoimentos dos praças, fica claro que é a família que acaba sendo o centro de todo o investimento social dos policiais, e é se apoiando nela que eles projetam melhores condições de vida ou a ajuda em momentos de necessidade – "eu fiquei quase cinco anos parado de estudar depois que entrei na polícia, mas foi com a ajuda dos meus irmãos que eu consegui voltar a estudar, e já vou me formar em engenharia de produção" (PM10).

Contudo, o papel masculino de provisão do espaço doméstico representa uma armadilha aos policiais, tanto no que se refere à relação de dependência material da família, fazendo com que percam a fonte de sua autoestima, como com relação à necessidade da provisão masculina, o que os faz minorar suas chances de ascensão individual, principalmente por meio dos estudos[54]:

> A minha infância foi meio complicada. Naquele tempo, de escola, a gente não tinha uma ajuda financeira boa. Aí devido a situação de depender dos irmãos que eram formados, aí os irmãos que ajudavam a gente. O meu pai naquele tempo bebia muito e a gente dependia dos irmãos. O meu irmão, como que se diz, ele 'pisava', assim uma situação não de jogar no rosto, mas foi uma vida muito ruim, especialmente pra mim que era irmão mais novo, não tinha formação, não tinha graduação em nada [...] E as vezes tinha mais que ajudar o pai, em relação até a estudar, perdia muito foco no estudo por causa de tentar trabalhar junto com o pai. Tentar ajudar a família (PM14).

[54] Devido às contingências materiais que podem levar ao descenso social da família, ou ao investimento na constituição da própria família (como é comum nos casos em que a família de origem passa por problemas financeiros, ou o jovem tem um filho não planejado com uma parceira), a conquista de títulos educacionais – e a chance correlata de ascensão social – é secundarizada pelo imperativo de provisão material familiar. Op. Cit. Pantoja, 2003, p. 338.

Pela pesquisa, podemos constatar que todos os policiais com mais de 30 anos estavam em união estável ou haviam contraído matrimônio, sendo este o destino provável da maioria deles. Ter "sucesso na vida" para eles é constituir uma família e assegurar sua provisão e proteção por meio do trabalho assalariado, como é demonstrado pela trajetória do cabo que conseguiu dar melhores condições de vida à família – uma filha com ainda poucos anos de idade e sua esposa. A esposa possui graduação, mas saiu do mercado de trabalho para cuidar da filha. O cabo a mantém com a remuneração da ocupação que ajuda a garantir a melhoria da situação econômica da família:

> Mudou muita coisa! Através da polícia, eu consegui minha casa própria, consegui uma vida, que posso te dizer, mais estável. Consegui ter certos planejamentos que na minha vida de Civil, mesmo ganhando mais do que eu ganho hoje, eu não tinha. Essa parte financeira realmente mudou! Não é uma coisa altamente satisfatória, mas eu tive uma melhora nisso (PM12).

A constituição de uma família e a manutenção da casa são garantias da autoestima e do *status*, inclusive no trato dos superiores em relação aos subalternos – "não tem porque ser um contato desrespeitoso, entendeu? Mesmo porque tu tá trabalhando com pais e mães de família. Tem que ser respeitado" (PM24). A mobilidade social familiar e individual é indiscernível do ponto de vista do "homem provedor", pois a constituição e manutenção da família são sinais de distinção social. A família é parte do patrimônio simbólico e material que compõem a identidade do policial "pai de família", logo, representa o que define sua posição social:

> O que me motiva mais são duas coisas. A minha família. Eu acho que hoje eu tenho uma estabilidade. Tem que ter cuidado com isso. Tem que trabalhar isso. Porque a minha família depende disso. Tudo que eu tenho de construção, eu devo à instituição Polícia Militar e a minha família (PM24).

O encontro entre a visão moral masculina com a ética policial militar tende à interdependência, pois o imperativo de proteção da família por parte do homem se estende, com a filiação institucional, ao conjunto da "família policial militar", composta pelos policiais e seus dependentes. Portanto, o pertencimento corporativo apoia-se nos valores da honra familiar dos homens das classes populares como condição da associação moral, representada simbolicamente pelo compromisso de honra.

Dentro dessa perspectiva, são os valores familiais herdados e as disposições morais associadas que conferem condições de adesão a um cargo público pautado por uma competência moral. Os interesses materiais que levam os policiais ao recrutamento

constituem a responsabilidade masculina frente à "casa". Logo, os policiais se veem confirmados em uma atividade social pensada por meio do modelo familiar.

Dessa forma, a autoridade do patriarca sobre sua família representa o modelo como o poder institucional e a estrutura organizacional são pensados pelos policiais militares. A própria corporação exige do policial a prestação de "assistência moral e material à família"[55]. A instituição pode, inclusive, substituir a função paterna de provisão, por meio das pensões aos dependentes dos policiais militares falecidos, definidos segundo os seguintes critérios:

> § 2° - Serão considerados dependentes do Policial-Militar:
> I - A esposa;
> II - O filho menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou interdito;
> III - A filha solteira, desde que não receba remuneração;
> IV - O filho estudante, menor de 24 (vinte e quatro) anos, desde que não receba remuneração;
> V - A mãe viúva, desde que não receba remuneração;
> VI - O enteado, o filho adotivo e o tutelado [...], enquanto permanecer neste estado [...] e desde que vivam sob responsabilidade da viúva;
> VIII - A ex-esposa com direito à pensão alimentícia estabelecida por sentença transitada em julgado, enquanto não contrair novo matrimônio;
> IX - O esposo inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, não podendo prover os meios de subsistência, mediante julgamento proferido por Junta Policial-Militar de Saúde da Corporação[56].
>
> § 3° - São ainda, considerados dependentes do Policial-Militar desde que vivam sob a sua dependência econômica, sob o mesmo teto, e quando expressamente declarados na Organização Policial-Militar competente:
> a) A filha, a enteada e a tutelada, nas condições de viúvas, separadas judicialmente ou divorciadas, desde que não recebam remuneração;
> b) A mãe solteira, a madrasta viúva, a sogra viúva ou solteira, bem como separada judicialmente ou divorciadas, desde que em qualquer dessas situações não recebam remuneração;
> c) Os avós e os pais, quando inválidos ou interditos e respectivos cônjuges, estes desde que não recebam remuneração;
> d) O pai maior de 60 (sessenta) anos e seu respectivo cônjuge, desde que ambos não recebam remuneração;

[55] Op. cit. Pará, 2006, art. Art. 18, XVII. Na normativa anterior que regulava as relações familiais "privadas" do policial, o disposto era escrito da seguinte forma: "Garantir assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar". Op. Cit. Pará, 1985, art. 30. XV. Isso só reforça a necessidade da condução de vida do policial por meio da manutenção da sua função de provedor, e da garantia da honra familiar, entendido como seu patrimônio material e simbólico (moral) frente a sua família "não militar".
[56] Op. Cit. Pará, 1985, art. 52.

> e) O irmão, o cunhado e o sobrinho, quando menores ou inválidos ou interditos, sem outro arrimo;
> f) A irmã, a cunhada e a sobrinha, solteiras, viúvas, separadas judicialmente ou divorciados, desde que não recebam remuneração;
> g) O neto, órfão, menor ou inválido ou interdito;
> h) A pessoa que viva no mínimo há 05 (cinco) anos sob a sua exclusiva dependência econômica, comprovada mediante justificação judicial;
> i) A companheira, desde que viva em sua companhia há mais de 05 (cinco) anos, comprovada por justificação judicial;
> j) O menor que esteja sob sua guarda, sustento e responsabilidade, mediante autorização judicial.

Existe uma concepção bem clara das divisões de gênero implicadas na concessão de pensões. As mulheres sem maridos e os menores são os beneficiários privilegiados da pensão dos militares. Os homens em idade avançada ou inválidos tem direito à pensão. A dependência não se constitui somente pelos vínculos de progenitura, matrimônio e os "laços de sangue", mas também aqueles que vivem "sob o mesmo teto" do policial, na forma de "dependência econômica". O policial militar é aquele que provê economicamente e moralmente sua casa com a família que a habita – com seus dependentes "naturais" e "econômicos".

Sendo assim, a noção do papel masculino de provisão e proteção que os policiais militares trazem da família de origem é reforçada pelo pela própria corporação. Portanto, fica claro observar que a escolha das classes populares ao acesso da profissão de praças está baseada na instabilidade da situação socioeconômica individual. Entretanto, os policiais que almejam a casa própria e uma família devem contribuir para a manutenção da família de origem, ficando expostos a duas questões: deixam de se dedicar ao estudo, elevando o contingente de fracasso escolar esse tipo de profissão, os expondo à contingência do mercado de trabalho precário e informal; e, por outro lado, recebem a responsabilidade moral de valorizar a família, como lugar de entreajuda e abnegação, o que os prende à necessidade de corresponder às expectativas de provisão material futura.

Para realizar seu destino social projetado – se tornar um "chefe de família" –, os policiais devem conseguir manter ao mesmo tempo a família de origem e os dependentes da família que deseja "ter". Seus progenitores chegam à velhice sem a garantia das condições materiais estáveis e, muitas vezes, é necessário auxiliar os irmãos na empreitada individual de ascensão social.

Sendo assim, a mobilidade social vertical individual não pode ser adquirida sem a garantia da ascensão conjunta da família[57]. Isso torna mais penoso o processo de constituição da própria família, que atesta a ascensão social individual. Com relação à contradição da herança paterna, o policial tende a superar essa questão com seus próprios filhos, a fim de continuar o seu projeto de ascensão social, e, para isso, precisa investir na sua ultrapassagem e ocupar sua posição social: "a herança realizada é um assassinato do próprio pai cumprido por ordem expressa do pai, uma ultrapassagem do pai destinada a conservá-lo, a conservar seu projeto"[58].

Isso posto, observamos que uma característica específica do estilo de vida dos praças é a frequente ausência da herança paterna, causada pelo abandono parental e pela inexistência da transmissão de condições de enfrentar as contingências materiais da vida[59]:

> Na verdade, eles não tinham estudo em si, e continuavam trabalhando no trabalho informal, como a gente fala, aí o trabalho foi... então sempre oscilava, né. Épocas tava bem, a época... aí tipo... por causa da chuva aqui, quando o papai parava de trabalhar, geralmente, né. Aí ficava ruim, um pouco, aí... com foco, que essa situação de não ter um salário fixo, né, uma estabilidade financeira, um salário (PM15).

Os praças, quando conseguem atingir a estabilidade financeira, inclusive possibilitando algumas apostas mais tardias na conquista de títulos escolares, já se veem tendo que corresponder às necessidades materiais da família de origem. Logo, entre os praças, a estabilidade só consegue vir quando do acesso à corporação policial-militar – isso é unânime. A partir desse momento conseguem ter condições de planejar estratégias de melhoria frente a todas as contingências materiais que estão implicadas na constituição de um núcleo familiar autônomo. Contudo, essa melhor condição econômica só pode ser

---

[57] Op. Cit. Sarti, 1994, p. 129.

[58]. BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 588.

[59] A ausência da herança paterna, mesmo com o pai presente, se justifica por seu fracasso em manter a posição social de provedor doméstico, que lhe garante uma fonte mínima de auto-respeito. Ao falhar em regular sua posição também impede os filhos de terem o exemplo do pai. Os filhos acabam se apoiando no respeito pelas mães que passaram a garantir a subsistência da família. O importante é perceber que sem o apoio paterna, e perante o imperativo de abnegação e entreajuda familiar, as chances de ascensão familiar e individual são comprometidas. Sem a palavra e o exemplo paterno a partir dos quais os praças homens constroem sua personalidade e valorizam a posição de provisão, os praças acabam num estágio em que essa ausência dificulta a manutenção de uma posição social estável. Sobre os efeitos do fracasso de transmissão da herança paterna e os efeitos de instabilidade financeiras geradas sobre os filhos: ROCHA, Emerson; TORRES, Roberto. O Crente e o Delinquente. In: SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira:** Quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 205-240.

garantida com base na manutenção da posição social atual ligada à estabilidade do emprego, vinculada à garantia de assalariamento contínuo.

Entre todas essas necessidades de resposta, por parte do provedor doméstico, tanto à família de origem quanto à constituição do núcleo familiar próprio, os praças dependem materialmente do vínculo de assalariamento com a corporação e, por isso, estão na situação de dependência material em relação à Polícia Militar. Isso pôde ser expresso pelo exemplo de um cabo que, por meio da corporação, conseguiu permitir que seus filhos conquistassem títulos universitários e ocupassem profissões mais bem remuneradas e mais reconhecidas.

Contudo, ele mesmo não conseguiu ascender a ocupações mais bem remuneradas, nem por dentro da corporação, por intermédio da progressão nas graduações. Esse fato poderia atestar o fracasso individual, porém, o policial, ainda sente orgulho de seu trabalho na corporação:

> Eu, eu... a questão da polícia, eu admiro muito a polícia. Eu gosto muito da polícia. Tudo que eu tenho foi a polícia que me deu. Tudo o que eu tenho foi a polícia que me deu. Eu agradeço, vou fazer, em nome de Jesus, vou fazer agora meus 30 anos de polícia! Não tem nenhum tempo fora. Só de polícia. Dia 15 agora de março eu fecho meus 30 anos, e me orgulho de ser polícia. Eu gosto de ser polícia (PM20).

O cabo se apresenta por meio de dois "eus": um "eu" externo à corporação – "tudo que eu tenho foi a polícia que me deu" – e um "eu" que se identifica com a corporação – "me orgulho de ser polícia". Um se referencia pela dependência material e simbólica da instituição, na garantia da posição social atual – que só foi possível em razão do acesso à corporação. O outro "eu" incorpora como Polícia Militar e se identifica totalmente à corporação. Diferentemente do jogo duplo que se apropria da relação com a posição social[60], esse duplo "eu" atesta a peculiaridade da filiação à instituição por parte dos praças: a associação moral só é garantida pela necessidade material.

Dentro dessa perspectiva, não existe a relação de apropriação, mas de estagnação no emprego, pelas várias forças que freiam a mobilidade social dos praças. Contudo,

[60] O jogo duplo é a prosopopeia por meio da qual os agentes deslizam entre falar em seu próprio nome e em nome da instituição, e acumulam benefícios pessoais por meio da representação impessoal dos interesses universais de um agente entre duas situações possíveis (ser indivíduo ou instituição). O agente beneficia-se de sua posição estrutural intermediária para realizar anseios de caráter pessoal, que nem por isso conseguem se descolar da necessidade de manter as aparências de conformidade com as regras oficiais. Op. Cit. Bourdieu, p. 370-380.

garantida essa situação mínima, é possível conquistar certo *status* social pela constituição de uma família e pela possibilidade de ascensão social dos filhos. Sendo assim, o policial abre mão das possibilidades de mobilidade social individual, em proveito da ascensão social familiar e, por isso, estagna na mesma posição.

Ainda no interior desse cenário, é possível verificar que o acúmulo de honra familiar – patrimônio simbólico e material coletivo – só é possível pela situação de continuidade das condições materiais coletivas garantidas pelo provedor. Contudo, conquistada a posição social de provedor por meio da continuidade com do vínculo de assalariamento na corporação, o policial é condenado à imobilidade social.

## 2.2 Ética Policial Militar

O compromisso de honra não estabelece somente o vínculo com a instituição, mas institucionaliza aspectos da honra do policial, reforçando e dando novo conteúdo a um exercício anterior à virilidade, prerrogativa masculina. Portanto, a afirmação de uma institucionalização da honra é possível, pois os princípios que norteiam a honra familiar do policial passam a ser validados intramuros, pelos parceiros-adversários que são os demais policiais, e têm por objetivo o estabelecimento de formas de diferenciação e de possibilidade de acúmulo de honra institucional que dê acesso aos instrumentos de poder objetivados pela instituição: graduações (para praças), postos (para oficiais), cargos e funções.

Destarte, a "honra pessoal" é definida pelo Código de Ética da Polícia Militar, por exemplo "o sentimento de dignidade própria, como o apreço e o respeito de que é objeto ou se tornam merecedores os policiais militares perante seus superiores, pares e subordinados"[61], em que toda a consideração devida ao policial – objetivada nas formas de honras, tratamentos e sinais de respeito – fruto das graduações, postos e cargos que ocupa[62].

Isso posto, a honra do policial é indissociável à posição que este ocupa dentro da corporação, pois é a forma de validação oficial, portanto incontornável, de dignidade que este possui perante à corporação. Assim, o *ethos* masculino passa a ser estruturado por

[61] Op. Cit. Pará, 2006, art. 17, §2º.
[62] "As prerrogativas dos Policiais-Militares são constituídas pelas honras, dignidade e distinções devidas aos graus hierárquicos e cargos". Op. Cit. Pará, 1985, art. 81.

um conjunto sistematizado de regras explícitas que fundamentam a competência institucional e definem socialmente esse grupo.

Dessa forma, a adesão à ética profissional representa o centro do vínculo institucional, pois diferente de outras ocupações que possuem competências técnicas específicas e são reguladas por um código de ética – como advogados, médicos etc. –, a ocupação policial militar é definida por uma competência moral: a honra institucional[63].

Portanto, no limite, as aptidões ideais necessárias à ocupação profissional são atributos éticos de uma atividade social considerada como uma "cruzada moral":

> Eu acho que não deveria ter um perfil separado. Todo policial deveria ter, por assim dizer, perfis iguais. Os principais seriam: honestidade, vontade de trabalhar, a vontade de combater esse mal que está aí fora. Infelizmente, nem todos tem esse perfil, infelizmente. Então, é levado muito em consideração justamente a questão da honestidade do policial Militar, a sua integridade (PM12).

A "honestidade", necessária ao exercício da função policial, é princípio ético, ou seja, explicito[64] de uma "conduta policial militar", sinal da abdicação dos interesses pessoais em detrimento da "missão policial militar", *télos* de uma tarefa sem conclusão possível, pois sempre renovada por meio da imanência das demandas sociais externas diárias. Logo, a honestidade é vista como sinal maior do culto à instituição é a demonstração prática da atuação "com devotamento ao interesse público, colocando-o acima dos anseios particulares"[65].

Dessa maneira, é exigida, ao policial, a entrega completamente desinteressada, e vetada a demonstração de interesse pessoal em quaisquer das tarefas realizadas. O desvio pessoal, tanto material quanto simbólico, também é considerado um sinal de indignidade ao posto, graduação, cargo ou função que o policial esteja exercendo. Por isso, o acesso

---

[63] Para efeitos de análise diferenciarei o *ethos* policial militar da "ética policial militar". Me inspirei na tipologia utilizada por Bourdieu para o estudo do processo de acumulação de capital simbólico pelo campo religioso, no caso francês. Ele diferencia o *ethos* como sistema de esquemas de ação e apreensão, como conteúdo não formulado em sentido prático, da ética enquanto conjunto sistematizado e racionalizado de normas explícitas. A sistematização das normas do sentido normas éticas explícitas e escritas tem como função legitimar o que define socialmente o grupo, afirmando a especificidade de sua prática e a irredutibilidade de sua competência. BOURDIEU, Pierre. Génesis y estructura del campo religioso. In: BOURDIEU, Pierre. **La eficacia simbólica:** Religión y política. 2. ed. Buenos Aires: Biblos, 2010. Cap. 1. p. 43-89. Curiosamente, é por meio de princípios morais explícitos que a Polícia Militar garante o monopólio de sua competência. Contudo, o *ethos* policial militar não corresponde inteiramente a esse conjunto de normas escritas, sendo singularizado segundo a posição do policial na corporação, o que possibilita diferentes formas de apoio nas normas éticas.

[64] São atributos inerentes à conduta do policial militar, que se consubstanciam em valores policiais militares: [...] a honestidade. Op. Cit. Pará, 2006, art. 17, XV.

[65] Ibidem, art. 18, IV.

às posições institucionais deve ocorrer visando o "bem" e a dignificação da corporação, não podendo essas serem pleiteadas, mas somente concedidas[66].

Por conseguinte, existe uma distância a ser dada entre a conduta do policial e quaisquer sinais externos de riqueza[67], publicidade ou benefício pessoal que não sejam condizentes com o cargo ocupado[68] não são consideradas boas condutas. O policial deve dignificar seu cargo por meio de uma conduta honrosa para, assim, dignificar a corporação por intermédio de sua função, com base em, qualquer distinção de tratamento, dignidade e honrarias do cargo.

Além disso, os policiais militares consagram sua vida a uma atividade social abnegada, por isso não podem ter retornos materiais além dos merecidos (a remuneração), nem se apropriar do cargo para benefício próprio. O único benefício da ocupação do cargo que o policial deve retirar é a satisfação do exercício de abnegação pessoal – "Olha, pra mim o mais motivante, é quando o cidadão vem 'Obrigado, porque o senhor fez isso'" (PM21).

O caráter ideal da ocupação policial militar mobilizado através dos termos "honestidade", "sacrifício", "amor", etc., não precisa condizer com o caráter "real" da atividade institucional. Não importa na presente análise se as representações dos policiais sobre esses valores nos momentos das entrevistas são verdadeiras ou falsas, mas sim que através dessas representações os policiais buscam dar de si a imagem condigna com a concepção de honra vigente entre os componentes da Polícia Militar do Pará. Em suma, a teatralização de uma conduta ética exemplar é uma das formas de conseguir se distinguir dos pares dentro de uma instituição pautada pela gramática da honra:

> Mas o que é unânime, que o pessoal fala que eu sou um cara honesto. Porque você trabalha, eu trabalho com todo tipo de pessoas, entendeu, honesto, desonesto. Eu falo pro pessoal que tá vindo aí, quando você assume o comando de uma instituição, que você tem um mau policial, que você tem um policial com desvio de conduta, você não vai mudar ele, cara. Você não vai mudar o caráter dele, a índole dele. É muito difícil. Mas ele te respeita, te respeita porque você é honesto. Você é trabalhador. Ele não vai apontar o dedo pra sua cara, nem te desafiar. Sério cara, não

[66] "Não pleitear para si, por meio de terceiros, cargo ou função que esteja sendo exercido por outro militar do Estado" op. Cit. Pará, 2006, art. 18, XIV.

[67] "Compete aos comandantes fiscalizar os subordinados que apresentarem sinais exteriores de riqueza incompatíveis com a remuneração do respectivo cargo, fazendo-os comprovar a origem de seus bens mediante instauração de procedimento administrativo, observada a legislação específica". Ibidem, art. 19, §1º.

[68] "Abster-se do uso do posto, graduação ou função para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros [...] XXII - não solicitar ou provocar publicidade visando à própria promoção pessoal". Ibidem, art. 18, XVI.

> desafia, porque você é honesto. Porque você tem uma conduta. Porque a partir do momento que você não tem aquele tipo de conduta, ele te desafia, ele aponta o dedo na tua cara. Sério. Entendeu? Graças a Deus, nunca aconteceu isso, e nem vai acontecer. Então, eu acho que o pessoal fala muito, assim, da minha conduta, da minha forma de conduzir, procurar ser o mais justo profissional, e da minha honestidade (PM24).

Mediante o exposto, é notório perceber a moralidade institucional impondo a aparência de coesão e homogeneidade interna: o espirito de corpo, expressão do "orgulho do policial militar pela OPM onde serve"[69]. Em vista disso, a unidade dos policiais das Organizações Policiais-Militares (OPM) que compõem a estrutura burocrática deve ser expressa pela "camaradagem" que "é indispensável à formação e ao convívio da família policial militar, devendo existir as melhores relações sociais entre os policiais militares"[70].

Além do mais, o espírito de corpo representa a união indissociável do grupo social em todos os níveis da vida social dos seus componentes. Celso Castro percebe o espírito militar como o princípio de subsunção do individual pelo coletivo na formação dos oficiais da AMAN[71]. O autor expõe nesse mesmo contexto que a tendência à diferenciação – encontrada pela competição entre os cadetes da AMAN – entra em contradição com o princípio de unidade. Logo, o espírito militar apoiaria-se nessa dualidade: um conjunto de práticas que ora apelaria à unidade ora se apoiaria nos jogos de diferenciação interna. Portanto, percebe-se que o Exército se organiza segundo diferenças de antiguidade e mérito em uma hierarquia social que escalonaria todos os militares, ao mesmo tempo que afirma sua indivisível unidade[72].

Contudo, podemos explicar o espírito de corpo sobre à ótica dos princípios de honra que organizam sua afirmação pela corporação de policiais militares. Para tanto, iremos nos basear na noção de honra utilizada por Bourdieu, no trabalho sobre a sociedade Cabila, da Argélia. Nessa sociedade, o sentimento de honra é uma prerrogativa masculina que sintetiza o valor social dos homens perante o grupo social, composto por todos aqueles elementos que podem ser considerados seus bens – a família, sua casa e a linhagem da qual provém.

---

[69] Op. Cit. Pará, 2006, art. 17, XXIV.
[70] Ibidem. art. 15.
[71] CASTRO, Celso. **O Espírito Militar:** um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 53.
[72] LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver:** um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Fgv, 1997, p. 84.

Nesse contexto, a diferenciação social é produzida pela lógica do desafio e da resposta, ao qual todos os homens, idealmente iguais em honra, participam para tentar aumentar seu prestígio social. Portanto, o *ethos* de honra é oposto a uma moral universalista de igualdade em dignidade dos homens, pois se afirma em jogos que buscam afirmar a diferença de *status* entre os agentes[73].

Nesta sociedade, é possível observar o sentimento de honra indissociável da imagem de um homem perante os outros, pois é exatamente por meio da imposição de uma definição de si para os outros que a dominação torna-se possível[74]. Contudo, o prestígio social só pode ser atingido por meio do respeito à tradição que pauta as trocas de desafios e respostas entre os homens e na confirmação dos valores formais do grupo.

Sendo assim, a honra não é considerada somente como um patrimônio individual, mas como o conjunto do prestígio acumulado por uma linhagem e, por isso, qualquer afirmação de prestígio pessoal apoia-se no imperativo de solidariedade e entreajuda familiar, e na discrição e no pudor quanto à correição frente à moral do grupo[75]. Logo, o princípio de honra que orienta a conduta dos indivíduos é indissociável do grupo familiar ao qual pertencem e das regras que comandam a imagem oficial, que deve ser o exemplo incontornável da imagem individual.

Esse modelo de organização social coloca como imperativo a negação do eu íntimo e a impossibilidade de singularizar-se frente às demandas externas de conformidade com a moral social do grupo. Por isso, o respeito só pode ser conquistado diante do outro, em razão da conduta moral e da negação da particularidade individual. Por conseguinte, esse modelo, que poderia nos levar a enxergar, em outra sociedade, os princípios com os quais percebemos o nosso entorno social, na realidade, parece oferecer uma visão comparativa com a organização policial militar baseada na honra, que torna indiscernível o singular e o coletivo por meio do espírito de corpo. Em vista disso, o elemento simbólico que permite pensar essa relação no caso das polícias militares é a farda:

> Se para o indivíduo deve ser uma honra vestir a farda policial, seu uso correto é [...] imprescindível para a honra da instituição. A farda torna-se assim, uma vez mais, símbolo bivalente, que expressa tanto a honra individual − o orgulho da adscrição − como a honra institucional. Porque a honra é um atributo coletivo, que se alimenta das honras individuais dos membros

[73] BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática:** precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras: Celta Editora, 2002, p. 33.
[74] Ibidem, p. 18-19.
[75] Ibidem.

> dessa totalidade. Tal como sucede com a honra de uma família, que se deriva da conduta de seus diferentes membros, também, na sempre proclamada "família policial", a honra institucional resulta da somatória das honras individuais[76].

Dessa maneira, o uso da farda representa a dualidade da honra pessoal e da honra institucional. E, o investimento na atividade abnegada, que reforça o *status* pessoal do policial, só pode se dar frente à disposição para o apagamento individual em face à corporação, representado pela homogeneidade provinda da utilização da farda.

Isso posto, a relação que o policial estabelece com a farda aproxima-se à forma do adorno[77]. Este se apresenta como um ser-para-o-outro, já que adornar-se justifica-se, sempre, frente à felicidade e o prazer do outro, ou seja, para ser visto pelo outro. Entretanto, é, ao mesmo tempo é um ser-para-si, já que toda a forma de favor em função do ser-para-o-outro volta em forma de reconhecimento do valor de quem se adorna.

Destarte, a relação com a farda representa a própria relação de desinteresse que deve permear todas as formas de expressão da autoridade policial militar, tanto intra como extramuros. O cuidado com o uso da farda é a simbolização mais próxima ao policial, no sentido físico e social, ao mesmo tempo, perante o dever de "cultuar os símbolos e as tradições da Polícia Militar e zelar por sua inviolabilidade"[78], e é por isso que sobre o seu uso recaem as mais diversas sanções[79].

Dessa forma, o ser-para-o-outro, por meio da representação da farda, constrói os princípios de uma dignificação para a instituição, por meio de uma ascese corporal, princípio homólogo ao de uma ascese moral, de acesso à posição institucional: não é a farda que deve se encaixar no corpo do policial, é o corpo do policial que deve se encaixar na farda. Sendo assim, durante o período de pesquisa foram ouvidas muitas reclamações dos policiais mais velhos sobre a conduta dos mais novos, que tinham tornado-se mais desleixados frente à etiqueta militar:

> Quando eu entrei na polícia, em 91, a Polícia Militar, ela era um militarismo acirrado, um militarismo puro. Então, eu aprendi muito, assim, no militarismo, enquadramento muito forte, barba tem que ser bem tirada. Hoje em dia, você vê, minha barba aparece já. Antigamente, não, eles passavam algodão aqui, se ficava um pelo: "vai fazer a barba". Ou então era pernoite, tinha que fica no quartel (PM18).

---

[76] SIRIMARCO, Mariana. A Vida com Farda: O vestimento policial como relato institucional em disputa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, p.31-43, jun. 2013, p. 37.
[77] SIMMEL, Georg. **The Sociology of Georg Simmel.** Glencoe: Illinois, 1950, p. 338-345.
[78] Op. Cit. Pará, 2006, art. 18, I.
[79] Existem nove tipos de infrações contra o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará no que concerne ao uso do uniforme (do inciso LXXXII ao XC do art. 37).

Por conseguinte, a questão do adorno possui uma importância em si que traduz o valor de quem a utiliza dentro de um sistema social de valoração: dando o exemplo a partir da comercialização de joias, Simmel demonstra como o "valor monetário" traduz o *status* social de quem a utiliza, por meio da significância do pertencimento a um grupo social específico[80]. É por isso que a relação entre o adorno e quem está autorizado a utilizá-lo é de interdependência: o adorno não confere, em si, a significância de quem o utiliza, mas a significância de quem o utiliza deve ser transmitida pelo adorno.

Contudo, não existe nenhuma relação de ascendência a não ser por meio do adorno e da atenção que é conferida ao agente frente à questão. Portanto, essa relação é da mesma natureza conferida à utilização da farda: só um policial militar pode utilizá-la, e, ao mesmo tempo, ele só é policial militar por poder utilizá-la. A farda é a simbolização do pertencimento a um grupo específico que se distingui pela posse de uma competência exclusiva[81] – policiamento ostensivo e manutenção da ordem – e pelas distinções que se operam no interior desse grupo em função dos distintivos, insígnias e emblemas utilizados, símbolos da posição institucional[82] – tanto hierárquica quanto dentro dos cargos e funções –, e que estabelecem relações de ascendência e subordinação, portanto de autoridade.

Em vista disso, o significado dessas peças de roupa só existem enquanto usadas, exclusivamente, por uma série de agentes autorizados e, ao mesmo tempo, em razão do significado de uma ritualização em seu uso – "pela dignidade que tem [em] carregar essa farda" (BAPM, Cabo, Homem). Assim, os signos institucionais só tornam perene o seu valor baseados nas formas de sacralização que passam por meio dos rituais de devoção e do trabalho social contínuo de atualização dessa devoção.

Sendo assim, enquanto as formas de respeito são prestadas à instituição por meio dos cargos, o desrespeito se dá pela utilização profana dos símbolos institucionais – na utilização indevida por laicos ou fora das especificações oficiais[83]. Dentro desse contexto,

---

[80] Op. Cit. Simmel, 1950.

[81] "Os uniformes da Polícia Militar, com seus distintivos, insígnias e emblemas, são privativos aos Policiais-Militares e representam o símbolo da autoridade Policial-Militar, com as prerrogativas a ela inerentes". Op. Cit. 1985, art. 84.

[82] "O Policial-Militar fardado tem as obrigações correspondentes ao uniforme que use e aos distintivos, insígnias ou emblemas que ostente". Ibidem, art. 86.

[83] "Constituem crimes, previstos na legislação específica, o desrespeito aos uniformes, distintivos, insígnias e emblemas Policiais-Militares, bem como, seu uso por parte de quem a eles não tiver direito". Ibidem, art. 84, parágrafo único.

a prática de uso dos símbolos da corporação podem ser vistas em interações cotidianas – por respeito, honras e tratamento devidos por cada um dos policiais, em relação ao seu "irmão de farda", em razão de sua posição –, em cerimônias oficiais da corporação, no controle institucional das possibilidades de acesso às distinções para a utilização de todos os símbolos institucionais – inclusive por meio dos regulamentos sobre o uso de todos os distintivos que devem compor o uniforme policial militar e sobre a forma das fardas.

Entretanto, apesar da construção da atividade ocorrer em volta do acesso e da manutenção dos símbolos que possibilitam a autoridade por meio da farda, o seu uso deve ser garantido com base nos signos da "honestidade" e do "decoro", demonstrados pelo respeito aos princípios que norteiam a ética policial militar, inclusive nos períodos que o policial não esteja em serviço[84], devendo "proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular"[85]:

> Tu é policial militar 24h, não só fardado. Até porque quando tu sai da tua casa, mesmo quem não anda fardado, que é uma ilusão pensar que perto de casa não sabe. Todo mundo sabe que tu é policial, né, todo mundo sabe. Então, mesmo eu, se eu chegar em casa fardado ou sem farda, eu sou policial militar. A lei, o estatuto, né, as leis, a nossa legislação me vê como policial 24h, e os vizinhos me veem como policial 24h, o tempo inteiro (PM15).

Por conseguinte, a farda, enquanto adorno, estabelece uma posição social ocupada, que se torna visível para todo o entorno social do policial. Essa visibilidade abrangente que se dá pelos símbolos oficias, ou seja, pela da farda, corrobora à necessidade do policial "ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada"[86]. Sendo assim, a discrição é uma disposição que deve se dá "em relação [a] assuntos de caráter oficial, cuja divulgação possa ser prejudicial à disciplina ou à boa ordem do serviço"[87].

Dessa maneira, é imprescindível dar visibilidade ao conjunto de interações e informações que permeiam o exercício cotidiano do trabalho policial, e que devem, *a priori*, permanecer em segredo; e, ao mesmo tempo, não chamar a atenção para aspectos

---

[84] "conduzir-se, mesmo fora do serviço ou na inatividade, de modo a que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro policial-militar". Op. Cit. Pará, 2006, art. 18, XXXV.
[85] Ibidem, art. 18, XXXIII.
[86] Ibidem, art. 18, XXXI.
[87] "São transgressões disciplinares todas as ações ou omissões contrárias à disciplina policial-militar, especificadas a seguir: [...] CXXIII - ser indiscreto em relação a assuntos de caráter oficial, cuja divulgação possa ser prejudicial à disciplina ou à boa ordem do serviço". Ibidem, art. 37, CXXIII.

que individualizem o policial em relação à instituição e seus símbolos, tanto "elementos estéticos e adereços que possam ir de encontro à sobriedade e discrição inerentes à condição de militar"[88] quanto expressões de um conduta individual que tragam atenção à intimidade do policial.

Em vista disso, a expressão da vida do policial militar, segundo os princípios da ética policial militar, deve ocorrer entre a exteriorização dos signos institucionais e o ocultamento de tudo o que possa ferir tanto a dignidade individual do cargo quanto a coletiva da instituição, por meio de um controle de sua vida privada. Sendo assim, o conhecimento sobre o policial externado para seu entorno não pode ser o conhecimento do que ele é "em si", mas somente do que representa, significativamente, em um *status* – e da confirmação desse *status* – conferido pela instituição.

Portanto, sua condição, enquanto policial, é aparente mesmo sem o uso da farda, por meio de um corpo que foi socializado para usá-la, construindo o pertencimento a um grupo social que pode ser colocado à prova mediante a expressões da vida íntima:

> Principalmente esses barzinhos de rua aí, em bairro periférico aí. Evita festa onde o cara vê que tem pessoas que não tá compatível com aquele lugar e tudo. Boate, esses tipo de boates aí. O cara tem que evitar. Que a polícia, a gente somos conhecidos, né, não tem... um que é cabelo baixo, o outro cara já tem mesmo aquele gingado, aquela coisa de polícia já nele (PM20).

Sendo assim, a discrição necessária não só por parte do policial, mas por parte de quem interage com este, é a garantia de sua própria honra, pois oculta o que não deve e não pode ser revelado: o que, na maioria das vezes, não é nenhum tipo de conduta reprovada externamente, mas somente pelos pares.

Dentro desse contexto, Simmel descreve a discrição como respeito ao segredo do outro, não a algo em específico, mas a uma reserva geral sobre o conhecimento de sua personalidade total, uma esfera que se penetrada pode destruir o valor da personalidade do indivíduo, tornando-se, assim, uma ofensa a sua honra[89]. Logo, a distância tomada em

---

[88] "usar, quando uniformizado ou à paisana em serviço público, elementos estéticos e adereços que possam ir de encontro à sobriedade e discrição inerentes à condição de militar". Ibidem, XC.

[89] A noção de discrição que Simmel emprega está relaciona ao jogo de conhecimento e desconhecimento. Aquilo que é apresentado pelo sujeito o representa *per se*, mas apenas em nível de sua personalidade, que é necessário à sua representação social, que muitas vezes necessita dessa distância e do desconhecimento como condição de manutenção daquilo que ele denomina "honra": "A sphere of this sort is placed around man by his "honor." Language very poignantly designates an insult to one's honor as "coming too close": the radius of this sphere marks, as it were, the distance whose trespassing by another person insults one's honor". Op. cit. Simmel, 1950, p. 321. Goffman cita esse trecho para afirmar a importância da "mistificação" na manutenção de definição de interações sociais pelos atores: "O fracasso em regular a

relação às pessoas com quem se interage deve ser tão maior, quanto maior for o *status* e a importância social dessa distância: a significância e a dignidade que se estabelecem em razão da ocupação de um cargo se tornam possíveis, portanto, por meio da distância estabelecida frente a uma reserva pessoal, possibilitando que as atividades dos policiais tornem-se públicas.

Dessa maneira, para o policial militar, a distância realizada em relação ao entorno social só consegue ser mantida se estiver baseada na linha do segredo e do isolamento, visto que os símbolos de dignidade frente à instituição lhe acompanham inclusive nas atividades mais íntimas de sua vida. Por conseguinte, o espírito de corpo, ou espírito militar, não é nada mais do que a tendência de apagar a individualidade do policial em relação à filiação institucional.

Em resumo, o policial militar deve expressar, em todos os momentos de sua vida, somente os princípios de conduta moral que condigam com o seu pertencimento corporativo e com patrimônio simbólico coletivo, este pensado por meio dos princípios da honra familiar.

## 2.3 Espírito de Corpo: Uma Ilusão bem fundada[90]

informação adquirida por uma plateia acentua a possível ruptura da definição projetada da situação. O fracasso em regular o contato implica a possível contaminação ritual do autor [...] É uma noção largamente defendida que as restrições ao contato, a manutenção da distância social, fornecem um meio pelo qual o temor respeitoso pode ser gerado e mantido na plateia, um meio [...] pelo qual a plateia pode ser mantida num estado de mistificação com relação ao ator". GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 80-83. Essa noção é central para entender o princípio de ação dos policiais militares, e de que forma o cálculo da informação revelada é influenciado pela relação de honra – expressada plenamente nas interações sociais, pois essencialmente ligada à imagem que se tem diante dos outros.

[90] O título deste tópico foi inspirado na legenda "La homogeneidade: una ilúsion bien fundada", presente na tradução argentina da análise do episcopado francês, por Pierre Bourdieu e Monique de Saint-Martin. A igreja católica, nesse contexto, é levada a negar as diferenciações sociais no interior do grupo, em benefício de uma unidade social homogênea. Para conseguir vencer essa ilusão no interior da análise morfológica das trajetórias dos bispos franceses, o autor, primariamente, procurou entender as condição sociais de sua afirmação: "[...] lo que hay que intentar compreender son los fundamentos objetivos de la ilúsion de la homogeneidade, es decir a la vez los mecanismos que dan al episcopado las apariencias de unidad que reivindica y los que lo inclinan a reivindicar esta apariencia o, más claramente, a rechazar el reconocimiento de toda especie de diferenciación según critérios propriamente sociales, como la classe social de origem" (p. 95). BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique de. La Sagrada Família: El episcopado francés en el campo de poder. In: BOURDIEU, Pierre. **La eficacia simbólica:** Religión y política. 2. ed. Buenos Aires: Biblos, 2010. Cap. 2. p. 93-192. A Polícia Militar, por meio de princípios de honra familiar, estrutura uma unidade social indissociável, expressa no espírito de corpo (ou espírito militar), e que tanto serve para recalcar as demonstrações de interesses materiais, por meio da representação dos signos de abnegação, quanto garante a entreajuda familiar (regulados pela ética policial militar). Para conseguir diminuir os efeitos da ilusão de espírito de corpo dos policiais militares para a análise morfológica, será necessário

> Irmãos e irmãs de farda, compomos um só corpo e vestimos a mesma farda. É dessa maneira que os paraenses precisam de nós e é assim a nossa essência. Que esse sentimento, substancializado no espírito de corpo, possa servir de base para a pavimentação do caminho aqui proposto, cujo final sonhado é a construção de uma sociedade melhor[91].

O discurso acima foi extraído do Plano Estratégico da Polícia Militar, para o período entre os anos 2015/2025. Este documento foi produzido como estratégia de reorganização da Polícia Militar por meio do modelo de administração pública gerencial, no qual são traçadas metas e oferecidos serviços públicos como "produtos" aos "clientes" (cidadãos).

Entretanto, a tentativa de organização da corporação como uma empresa contradiz totalmente a moral antieconômica da "família policial-militar", visto que a conciliação só pode ser feita mantendo "a lealdade às tradições da profissão policial militar, garantindo seus valores históricos e ensinando-os aos mais novos e, ao mesmo tempo, realizar [ando] a crítica, de maneira a analisar as vias percorridas, [...] realinhar os rumos, reconhecendo falhas e refazendo escolhas"[92]. Dessa forma, o *telos* nobre da corporação policial-militar impõe a atuação dos agentes enquanto "um só corpo", como "irmãos e irmãs de farda", na construção de um caminho comum, mesmo quando se fizer necessário negar, em parte, a tradição.

Destarte, é o imperativo de afirmação de relação filial do/a policial para com a instituição que funda a ilusão bem estabelecida da constituição desse conjunto de indivíduos dispersos enquanto "corpo", e que, por meio da profissão de fé (compromisso de honra), defendem a honra indivisa de sua instituição, por conseguinte, da sociedade. É por isso que todas as regras de exercício de uma conduta condigna com a instituição, baseadas na honra, no pundonor e no decoro da ética policial militar, proíbem toda exposição de vida íntima.

Isso posto, essa conduta ilibada deve ser conseguida por meio da discrição necessária, a fim de evitar toda singularização do policial – demonstração de uma personalidade diferente da imagem oficial instituída pela corporação –, pois esse fato comprometeria a própria ideia de corpo, de indivisão, que está imposta. Contudo, a afirmação de um espírito de corpo esconde, porém, o conjunto de clivagens internas –

---

interrogar como esse imperativo de homogeneidade deve ser garantido a partir de cada posição institucional.

[91] Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025. Estado Maior da PMPA. 6ª Seção do EMG – Planejamento e Orçamento. 1ª edição. Belém. PMPA-2015, p. 9.

[92] Ibidem. p. 8.

entre as quais a principal ocorre entre oficiais e praças – que tendem à afirmação de interesses divergentes.

Sendo assim, a homogeneidade social que a corporação tenta imprimir sobre seu conjunto, sendo este, objetivamente, uma estrutura clivada, tem diferentes possibilidades de realização, dependendo da posição institucional. Acima de tudo, a honra é o princípio de ascendência social com base na imagem pessoal construída em frente a outros[93]. Essa relação com a própria *self* nos permite analisar as clivagens internas a partir da própria interação dos policiais militares com o pesquisador. Dessa feita, as entrevistas e a observação participante nos quartéis propiciaram situações nas quais a disposição à defesa da honra institucional era a todo momento acionada. Entretanto, o mesmo princípio que possibilitava a representação de unidade imprimia a diferença frente às possibilidades de aproximação da imagem oficialmente imposta.

Por conseguinte, a crença do policial na instituição devia ser garantida pelas demonstrações de sinceridade e devoção e pela correição da conduta baseada no acatamento do sistema de regras (ética policial militar). Qualquer sinal que contradiga essas expectativas contesta o próprio *status* do policial, pois se colocam ante às formas de ação prescritas pelo grupo. Por isso, a discrição faz-se necessária como um dispositivo para chamar a atenção ao que revela a instituição: os símbolos de sua existência, os sinais de comprometimento, as expressões de devoção. Logo, ocultar tudo o que possa aparecer e revelar aspectos que desmintam a encarnação do espírito de corpo e, consequentemente, a honra do policial que é indiscernível à da corporação[94].

Dessa forma, a revelação é um instrumento tão poderoso de definição da situação, pois está envolvida na definição da imagem do policial, tanto entre os adversários-parceiros, que são os policiais, quanto em relação a um observador externo. Isso posto, durante as entrevistas e a observação participante, foi possível perceber duas formas de revelações que implicavam os aspectos de honra dos policiais de duas formas diversas: as "fofocas" e as "confissões". Isso possibilitou entender como a imagem oficial pode ser

[93] Op. Cit. Bourdieu, 2002, p. 18-19.

[94] O policial militar, como representante da honra institucional, além da própria honra que é conexa a esta, tem a tendência, enquanto "homem de honra", de ser "especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança, fazendo aparecer à luz do dia os actos e ditos secretos, escondidos, do presente e do passado, os quais são próprios para desmentir os actos e os ditos presentes e para desacreditar o seu autor". BOURDIEU, Pierre. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 188-189.

utilizada, além da produção de unidade, sobretudo como um princípio de diferenciação interna.

Dentro dessa perspectiva, as "fofocas" são instrumentos de associação e dissociação que permitem aos policiais reforçar a ascendência que eles, ou seu grupo mais próximo, possuem em relação a outros policiais, com base nos valores e nas crenças do grupo. Isso posto, os "mexericos" não são um fenômeno independente, mas só são possíveis perante um sistema de regras oficialmente reconhecidas e acatadas, mesmo que só na aparência, pelos agentes institucionais.

Estruturalmente, porém, as "fofocas" não são somente formas de insulto dirigidas aos outros, visto que existem, também, as do tipo "elogiosas", que buscam exaltar os valores reconhecidos pelo policial e pelo grupo com o qual ele se identifica[95]. Enquanto instrumentos de revelação, funcionam como uma "arma" entre os adversários-parceiros que são os policiais militares: construir a imagem do outro como indigna, por meio do insulto, possibilita que o policial alcance uma elevação pessoal baseada no respeito dos princípios éticos da corporação. Por outro lado, dar crédito aos seus, por meio do elogio, reforça os parâmetros do próprio crédito, pois reafirma os valores oficialmente reconhecidos.

Portanto, a "fofoca" é regularmente desencorajada - "[...] manter ambiente de harmonia e camaradagem na vida profissional, solidarizando-se nas dificuldades que estejam ao seu alcance, minimizar e evitando comentários desairosos sobre os componentes das Instituições Policiais"[96] -, pois influencia na imagem que os policiais, individualmente, possuem e coloca em jogo as próprias condições de legitimidade da autoridade da instituição, esta baseada em princípios de honra compartilhados por todos os policiais.

Sendo assim, a competição que se dá no interior da corporação pelos princípios de correição moral constrói os compromissos das relações internas que contribuem para o próprio conteúdo da honra do policial, já que esse fato pode associá-lo, por meio dos rumores e das "fofocas", a grupos menos dignos em relação às condições de manutenção

[95] ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders:** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 121.
[96] Op. Cit. Pará, 2006, art. 18.

de um determinado padrão de conduta ética e, assim, funcionar como um princípio de aumento ou diminuição de sua honra pessoal:

> E no momento ele bateu uma foto, uma foto num evento, e infelizmente eu tava do lado dele. E falo infelizmente mesmo. E nessa foto lá no programa, ele cortou as pessoas que tavam no lado, que tinha quase 30 pessoas, e jogou nas redes sociais uma foto como se fosse só minha e dele, e de uma outra pessoa, entendeu? E passando uma mensagem subliminar como se dissesse assim mesmo "Olha, hoje, o coronel João[97] tá comigo". Mentira, eu não tô com ele não. Então, isso repercutiu mal pra minha imagem. "Ah, você tá com esse cara?". Eu disse "Não pô. Aconteceu isso, entendeu?". Então assim, é muito fácil usarem a tua imagem, é muito fácil. O que me entristeceu muito na época, que foi que ninguém, assim, raros, me ligaram pra "Olha, o que que tá acontecendo?". Os caras já criticam por uma foto, por uma imagem, entendeu? E olha que só saiu uma foto minha do lado dele, imagina se me pegassem fazendo alguma coisa. Tanto que é que ele queria usar a imagem. "Coronel João tá comigo". Não, to não. Os meus amigos não são desonestos, cara. Porque se eu souber, mano, não são meus amigos (PM24).

Dessa maneira, a revelação, quando funciona enquanto "confissão", só pode implicar o próprio policial e os que possam estar junto a ele no que é confessado. Acerca desse tema, Simmel considera esse modo de revelação como uma expressão negativa do poder que se tem sobre o segredo, pois no momento que se atualiza o sentimento de superioridade por meio da demonstração de uma informação que outras pessoas podem não ter, realiza-se sua própria humilhação e contrição[98].

Contudo, a confissão também funciona como forma de estabelecer uma definição da situação que possibilite a relação de confiança necessária à garantia de parâmetros mínimos para a manutenção da honra do policial. Isso é o que Huggins denomina "revelação feita em confiança", a qual "ajuda o detentor a controlar a compreensão de um segredo por outros e regula sua partilha"[99].

Portanto, as revelações em forma de confissão são maneiras de estabelecer diferentes condições de trocas entre os policiais e o pesquisador, que só podem ser

---

[97] Nome Fictício.

[98] "Although this superiority lies in a latent form, so to speak, in secrecy itself, for our feelings it is fully actualized only at the moment of revelation or often, also, in the lust of confession, which may contain this feeling of power in the negative and perverted form of selfhumiliation and contrition". Op. Cit. Simmel, 1950, p. 334.

[99] HUGGINS, Martha K.; FATOUROS, Mika Haritos. **Operários da Violência:** Policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: Universidade de Brasília, 2006, p. 119.

conseguidas por meio do compartilhamento de determinados tipos de informações, no que pode ser referido como um consenso sobre a definição da situação de interação, ou seja um consenso operacional realizado para compreender que demandas serão acatadas nas trocas realizadas entre pesquisado e pesquisado[100].

Assim, ao confessar, o policial não estabelece simplesmente sua posição de humilhação em relação aos outros interlocutores, mas, por outro lado, o "contrato mínimo" sobre os quais se darão determinados tipos de trocas, e que devem ser estabelecidas desde o início para que o próprio conteúdo de sua honra não possa ser comprometido por meio de revelações posteriores a seu segredo.

Destarte, é relevante notar que qualquer das informações ou relatos conseguidos no trabalho de campo, são formas de "confissão", mesmo as "fofocas" alimentadas entre os próprios policiais, pois essas buscavam intermediar a própria impressão que o pesquisador devia ter dos entrevistados. As "fofocas", em primeiro lugar, funcionavam como maneiras de criar as condições de afirmação de honradez do próprio policial, principalmente em relação aos "maus" policiais, aqueles que não deviam a real homenagem aos valores oficiais. Porquanto, não eram vistas como formas de humilhação, mas de afirmação da própria dignidade, que só podia se realizar com base nas trocas de informação com o pesquisador.

Em contrapartida, em relação ao pesquisador, as fofocas eram consideradas "confissões", pois implicavam tanto o policial quanto seus colegas em assuntos que, *a priori*, não devia ser de conhecimento do pesquisador, visto que podiam prejudicar a imagem da instituição, "ferindo sua honra". Dessa forma, para um observador externo, construir a ascendência em relação a outros policiais era negligenciar o dever de "zelar pelo bom nome da Polícia Militar e de cada um de seus integrantes"[101].

Nesse cenário, o *status* do pesquisador foi valorizado localmente pelo fato de este ser aluno da Universidade de São Paulo – uma instituição do "centro" (sudeste) –, o que foi considerado um sinal de ascendência social[102] e garantia de legitimidade no momento da interlocução com determinados policiais, pois as entrevistas eram realizadas entre agentes na mesma situação de dignidade, como no caso dos oficiais, que possuíam uma

[100] Op. Cit. Goffman, 214, p. 22.
[101] Op. cit. Pará, 2006, art. 18, XXXVI.
[102] Cheguei em determinado momento a ser parabenizado por um 3º sargento pelo fato de estar fazendo mestrado.

formação equivalente a um ensino superior. Muitos desses policiais também possuíam pós-graduação, por isso se enxergavam numa situação análoga à do pesquisador[103].

Nesses casos, as fofocas aconteciam de forma aberta, sem mediações, apenas como prova, por meio da ilustração provida pela situação de elevação moral do policial em relação a outros. Mesmo sendo considerada uma atitude de transgressão à moral corporativa e ao espírito de corpo, a partir das fofocas, os policiais afirmam sua exemplar conduta ética por meio do rebaixamento moral do outro.

Contudo, essa relação não se apresentava da mesma forma quando não existiam as condições institucionais e sociais para tal. Na maioria das entrevistas e interações realizadas, majoritariamente com praças, o que prevaleceu foi a "lógica da suspeita", essa relação entre pesquisador e pesquisado que se realiza por meio de um jogo intrincado entre revelação e ocultamento, sempre aparecendo entre os dois polos a necessidade de atualizar a quantidade de informação que se possui do outro, para conseguir redefinir as respostas à situação em si[104].

Isso se dá numa relação de assimetria proporcionada pela situação, em que existe a desconfiança em relação ao entrevistador traduzida na "suspeita dos interlocutores, motivada pela incompreensão que se alojava à atividade de pesquisador, facilmente associado a outras profissões com as quais os interlocutores tinham familiaridade"[105].

Por conseguinte, a harmonia que conseguia ser mantida na interlocução com os oficiais, muitas vezes, era conseguida a duras penas com os praças, por meio das demonstrações de boa-fé antes e durante as entrevistas. Assim, a incompreensão do que seria o pesquisador – muitas vezes confundido com um jornalista – e quais seriam suas intenções no espaço institucional eram frutos de uma série de mal-entendidos que, ao invés de serem um efeito de contexto, não passavam nada mais do que um sinal de incompreensão mútua das divergências de *status* social: na maioria das vezes, os praças,

---

[103] Em três situações, isso se revelou patente. Nesses momentos, o pesquisador se viu discutindo a pesquisa com interlocutores que não só tinham uma boa noção sobre vários aspectos da bibliografia da área, como tinham condições de colocar em discussão também a viabilidade da pesquisa, tendo em vista os aspectos que seriam abordados na dissertação. Um deles chegou a me mandar um livro no qual havia escrito um artigo.

[104] BARREIRA, César. **Crimes por encomenda:** Violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Núcleo de Antropologia da Política, 1998, p. 29-32.

[105] PAULA, Ricardo Henrique Arruda de. Matadores: A construção social e simbólica de identidades violentas. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, jul. 2010, p. 65.

principalmente os mais velhos, possuíam baixa escolaridade e demonstravam não compreender exatamente a posição do pesquisador[106].

Durante a pesquisa, absorvo as reflexões metodológicas de trabalhos que tiveram que lidar com processos de interação com determinados tipos sociais ("matadores", "pistoleiros" e "torturadores"), não pela equivalência de suas situações, mas pela importância da reflexão sobre a imagem que desejavam imprimir acerca do pesquisador. Dessa feita, as interações sempre tinham como objetivo influenciar o *status* social do agente, segundo seu próprio ponto de vista, resultando num "jogo de espelhos", que levou o pesquisador a considerar central a reflexão sobre os momentos que se intercalavam entre o primeiro contato e a última interação.

Excetuando a pesquisa realizada por Huggins sobre os "torturadores", as outras duas pesquisas tiveram que lidar com questões sobre o que era o pesquisador e sobre suas intenções sobre a pesquisa. Situação análoga ocorreu durante o período de campo na Polícia Militar do Pará – os praças pesquisados não compreendiam o papel nem a atividade do pesquisador e, por isso, as interações foram facilmente interrompidas, pois o caráter das trocas não era entendido por eles. Por isso, com relação aos praças existia o duplo cuidado de tentar diminuir os mal-entendidos quanto ao *status* social do pesquisador e, ao mesmo tempo, entender acerca dos princípios de etiqueta da honra, que impedia o acesso aos aspectos da vida do policial que fossem considerados inoportunos ou ofensivos a sua honra ou à imagem da instituição.

Por conseguinte, a comparação entre a condição estatutária diferenciada entre oficiais e praças era traduzida na interação com o pesquisador, enquanto diferença de titulação escolar: enquanto os primeiros têm acesso à titulação universitária e de pós-graduação, os segundos, na sua maioria, possuem níveis escolares mais baixos, uma grande parte dos policiais não possuindo nem o ensino médio completo.

Dessa forma, a incompreensão sobre o pesquisador e sua pesquisa se dava na contraposição entre diferentes grades de definição da situação. Em relação aos praças,

[106] A estratégia foi opor a "harmonia" das entrevistas com os oficiais com os mal-entendidos ocasionados nas interações com os praças, a partir do entendimento daquilo que me unia aos primeiros e me afastava dos segundos. Por meio da percepção da dualidade do encontro de espaço mentais diversos em relação aos praças, pude compreender em que nível compartilhava espaços sociais específicos com os oficiais e, ao mesmo tempo, me afastava dos praças por meio da titulação escolar. Isso foi possível observar pela percepção da "dualidade dos espaços mentais, solidários de espaços sociais diferentes", que me opunha aos praças e também opunha estes dos oficiais. Op. Cit. Bourdieu, 1989, p. 227.

estes enxergavam na presença do pesquisador a possibilidade de exposição de determinados elementos que poderiam comprometer sua honra individual e coletiva e, por isso, se precaviam com diversas "medidas iniciais de segurança"[107].

Dentro desse cenário, os praças faziam perguntas sobre o que se tratava a pesquisa, sobre quem era o pesquisador, sobre o que ele iria fazer acerca da pesquisa, de onde ele era; reservas quanto à gravação das entrevistas, respostas por meio do silêncio ou do laconismo para perguntas que consideravam pouco pertinentes. Ou seja, eles buscavam controlar a definição da situação, longe de uma compreensão clara sobre a projeção da situação por parte do pesquisador.

Tudo isso garantiu a assimetria do processo de comunicação por parte do pesquisador, pois, apesar das medidas de segurança, a própria redefinição que se construía no processo de comunicação ajudava na coleta dos dados relativos à percepção da autoimagem dos pesquisados, dependendo de sua posição institucional e, portanto, à percepção dos princípios que dominavam a construção da sua honra perante um observador externo.

A demonstração de homogeneidade social (espírito de corpo), afirmada por meio dos símbolos da honra policial militar – "orgulho", "amor", "devoção" e conformidade ética –, estava presente em todas as entrevistas. Contudo, a percepção da dissimetria social era somente advinda da interação com os praças. Dessa forma, a clara hierarquia social percebida no momento de demonstração da incompreensão sobre o *status* do pesquisador – principalmente entre praças antigos – era sinal da diferença de titulação entre pesquisador e pesquisados-praças.

Portanto, esse fato pôde ser percebido também como diferenciação baseada no tempo de estudo entre os policiais militares, que apesar da afirmação contínua de associação moral, apoia-se em estratos sociais separados entre aqueles que tiveram chances de alcançar apenas títulos escolares básicos (ensino médio completo) e aqueles que puderam realizar inclusive pós-graduações para aumentar seu *status* profissional frente os pares.

Sendo assim, a homogeneidade de uma moral dava lugar à diferença de percurso escolar entre os policiais militares. Logo, a compreensão da principal condição da

[107] Op. Cit. Huggins, 2006.

clivagem institucional, a saber, a diferença de titulação escolar, conduziu o questionamento sobre a própria aderência à moral corporativa por meio desses dados.

Por isso, foi necessário interrogar a morfologia social da corporação a partir desses dois pontos: a diferença de *status* socioeconômico (tendo como base as diversas titulações escolares e heranças familiares) e a adaptabilidade dos princípios da ética institucional, segundo as posições sociais ocupadas dentro da instituição (diferenças estatutárias e morais).

## 3 Policiais e Militares: trajetórias sociais de oficiais e praças

> "Com os exércitos contemporâneos, a tarefa mais difícil para os governos, a parte mais delicada a tratar. É a criação desse nervo motor que dá vida a nação armada, isto é, a organização do corpo de oficiais. É que hoje, mais do que nos tempos passados, torna-se preciso que o corpo de oficiais constitua uma verdadeira aristocracia de sangue, mas uma aristocracia física, moral e profissional"[1].

Celso Castro analisa o processo de reestruturação do Exército que implicou a necessidade de criar uma nova concepção sobre sua elite interna: o corpo de oficiais. Após o início do regime varguista, foi colocado a cargo de José Pessoa a reorganização da Escola Militar de Realengo. Pessoa vinha de uma importante família de políticos da Paraíba e era irmão de João Pessoa, presidente do mesmo estado, cujo assassinato eclodiu nos acontecimentos da Revolução de 1930.

O objetivo de Pessoa era afastar o futuro corpo de oficiais do Exército dos conflitos políticos e ideológicos, constituindo-os enquanto "mentalidades uniformes", afastados das relações personalistas que pudessem tragá-los para contendas que atentassem contra a "homogeneidade" do corpo. O oposto do envolvimento em conflitos políticos em seus escritos e pronunciamentos é o engajamento na "disciplina militar", associação consciente ao imperativo da indivisão, que impede a exteriorização de divergências entre os componentes do Exército e torna os futuros oficiais "escravos de sua dignidade pessoal"[2].

Ao mesmo tempo, José Pessoa buscava constituir uma elite social por meio da titulação escolar. Para tanto, recuperou um termo em desuso desde 1897, "cadete" – os alunos de origem aristocrática da época do Império – para se referir à "aristocracia do mérito" que passaria a fazer parte dos oficiais do Exército brasileiro. O comandante da Escola Militar do Realengo iniciou, então, a transferência para as Agulhas Negras, em 1944, recebendo a denominação Academia Militar dos Agulhas Negras (AMAN).

Com isso, Pessoa pretendia "alargar a base de recrutamento para a Escola Militar, atraindo alunos de nível social mais elevado, evitando, assim, o predomínio de filhos e

---

[1] Pessoa, José. Carta ao ministro de Guerra Góis Monteiro. 31 de março de 1934. Apud. CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 45.
[2] Ibidem, p. 42.

parente de militares”[3]. A partir de então, a “ideologia do mérito” constitui a principal justificativa para as estratégias de ascensão social dos militares por meio da progressão nos postos hierárquicos entre o corpo de oficiais, como demonstram as pesquisas mais recentes sobre o Exército brasileiro[4].

Por tanto, fica claro que Pessoa se opunha à hereditariedade dos postos militares, afirmando a necessidade de construir uma elite social com base no mérito provado pela posse de títulos escolares. Contudo, os dois modos de seleção para o corpo de oficiais do Exército conseguiram entrar em interdependência, como sugere o pioneiro trabalho de Celso Castro sobre a origem social dos cadetes das escolas militares[5]. Como já citado, Castro percebeu a tendência à endogenia no recrutamento – principalmente entre filhos de praças e oficiais subalternos – e baseou esse diagnóstico na constituição de redes de sociabilidade entre as famílias de militares ingressos na AMAN.

Sendo assim, a conexão entre a “casa” e o “quartel”, imposta pela estrutura militar do Exército, incorpora no seio familiar os valores e comportamentos militares, estendendo seu caráter de coesão social para este espaço[6]. Logo, a homogeneidade era uma forma de afastar militares da política e da hereditariedade familiar. Porém, acabou provocando a tendência parcial à herança paterna da ocupação militar.

No caso dos oficiais da Polícia Militar do Estado do Pará, não foram conseguidos dados para corroborar à hipótese da endogênia, pois seria necessária uma amostra muito grande, a qual não houve oportunidade de coletar. Contudo, é possível afirmar que a conquista de títulos escolares pode levar à trajetória ideal dos praças que conseguem passar na prova para o corpo de oficiais. Várias são as tentativas e raros, os sucessos.

Isso demonstra que o tempo da mobilidade social dos policiais militares por dentro da instituição é diferente ao do Exército brasileiro, visto que os que estão no Exército podem completar o processo de ascensão social interna em uma única geração. Portanto, esse tempo social específico pode ser exemplificado pela descrição de um 1º sargento,

---

[3] Ibidem, p. 45.

[4] Principalmente o trabalho de Celso Castro sobre a AMAN, e a pesquisa sobre a hierarquia militar realizada por Piere Leirner. CASTRO, Celso. **O Espírito Militar:** um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver:** um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Fgv, 1997.

[5] CASTRO, Celso. A origem social dos militares. *Novos Estudos - Cebrap*, v. 37, p. 225-231, 1993.

[6] SILVA, Cristina Rodrigues da. Família de Militares: explorando a casa e a caserna no Exército brasileiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 21, p.861-882, jul. 2013, p. 869.

com 25 anos de corporação, e que diversas vezes tentou a prova para oficialato, mas falhou em todas. Ele enxerga no tio o exemplo de quem "venceu na vida":

> Olha, dentro da instituição tem uma pessoa que eu admiro, quer dizer, é parente meu, porque admiro? Porque é um camarada que a história dele é uma história de luta, e como eu falei, minha vó separou do meu avô, ele era muito aquela pessoa antigo, de educação antiga. Então, esse meu tio sofreu muito na mão dele. Esse meu tio tem uma história de vida bonita, venceu na vida, e hoje é coronel da reserva, mas ele entrou como soldado. Foi cabo, foi sargento, e foi fazer o curso de oficial no Rio Grande do Sul, 4 anos. Então eu me lembro que o curso de sargento, parece que ele fez, foi um ano em Minas Gerais, passou um ano longe da família. O curso de oficial no Rio Grande do Sul, 4 anos longe da família. Um camarada que eu tenho por ele uma grande admiração. Realmente, um cara que percebe que o camarada veio lá de baixo, e conseguiu. Certa vez, ele tava fazendo um curso de soldado, alguma coisa assim, mandaram ele limpar o alojamento, e não deram material nenhum pra ele. Ele simplesmente pegou a camisa, e ele foi limpar lá, passou pano tal. Depois enxugou, espremeu a camisa, e vestiu, e pronto. Material nenhum, ele fez com que não fosse dificuldade pra ele. Então foi uma coisa que... foi um princípio dele. Partiu dele. "Não, eu vou dar uma solução", e deu. Então, realmente é um camarada que é um exemplo. E formou-se em direito, mesmo na instituição, se formou em direito na federal. Hoje atua como advogado (PM21).

Essa história exemplifica o ideal do mérito na Polícia Militar: a situação daquele que conseguiu, a partir do esforço próprio, transpor todas as dificuldades encontradas para alcançar uma posição de prestígio social. O que, *a priori*, pode parecer estar coligado ao discurso corrente sobre o merecimento, na realidade denuncia um universo de relações sociais mais restrito. O corpo de oficiais – a "aristocracia física, moral e profissional" – filia-se à moralidade compartilhada irrestritamente com toda à corporação policial-militar, mas justifica sua posição social por meio de seu prestígio, conquistado com base no que os distingue positivamente em relação a seus pares, considerado como "mérito" ou "competência"[7].

Dessa forma, é a honra, no sentido específico que têm na polícia militar, que justifica as diferenças estatutárias entre os policiais: primeiramente, todos os policiais são iguais em honra[8]. Sendo assim, a afirmação de homogeneidade social apoia-se na

---

[7] CASTRO, Celso. **O Espírito Militar:** um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 25-27.

[8] A igualdade em honra é o pressuposto dos jogos de desafio e resposta (as trocas) que são necessárias para seu aumento, diminuição ou perda. Por isso, o critério mínimo de honra familiar do acesso do policial à corporação pressupõem uma igualdade moral: "a base do reconhecimento está na admissão de que todos têm honra, com a qual se nasce (com exceção das famílias de *status* social muito baixo), mas que se tem a possibilidade de perder. É um estado de integridade que é preciso manter e que relaciona atributos físicos

associação moral entre os policiais militares, a qual institui, de maneira ideal, uma base a partir da qual todos possuem chances iguais de ascender, tornando a mobilidade vertical nas graduações e nos postos um processo de acúmulo de prestígio pessoal. Entretanto, é por meio dos títulos escolares que as diferenças estatutárias entre o corpo de oficiais e o corpo de praças são justificadas, impossibilitando as chances de ascensão comum de todos os participantes da corporação.

Isso posto, observamos que o corpo de oficiais, atualmente, tem como critério de acesso a detenção de títulos de graduação – de qualquer tipo -, sendo o Curso de Formação de Oficiais (CFO) equivalente a uma graduação, título escolar válido somente intramuros. Porém, até recentemente (2016), para a seleção era necessário somente o ensino médio completo.

Destarte, os oito oficiais entrevistados para esta pesquisa ou estavam cursando alguma graduação no período em que prestaram o curso ou já possuíam o título universitário. Em relação à profissão de praças, atualmente, os policiais necessitam ter o ensino médio completo – até 2015 só era necessário o 1º ano do ensino médio – e fazem o Curso de Formação de Praças (CFP), durante, aproximadamente, nove meses. O que que não equivale a um título escolar, mas tem a função de constituir o espírito militar que será necessário à afirmação estatutária enquanto componente da instituição.

Sendo assim, o requerimento de diferentes títulos escolares entre as funções tem como objetivo possibilitar a afirmação da clivagem estrutural entre o corpo de praças e o corpo de oficiais, e não fundamentar a ocupação e as funções com base em um *métier* de competência técnica. Logo, as competências escolares justificam o modelo de dupla entrada – uma para oficiais e outra para praças –, exatamente, para manter as diferenças de *status* baseada em uma concepção específica de honra e hierarquia burocrática.

Após o acesso por essas duas vias diferentes, o controle sobre o tempo social de progressão nas graduações e postos é o que consegue manter a principal clivagem interna, criando uma diferença qualitativa (com base na honra) entre praças e oficiais. Ou seja, é por meio dessa curiosa dependência entre títulos escolares e títulos honoríficos que

---

e morais". ROHDEN, Fabíola. Para que Serve o Conceito de Honra, ainda hoje? **Campos**: Revista de Antropologia, Curitiba, v. 2, n. 2, p.101-120, jan. 2006, p. 108. Contudo, os títulos estatutários corporativos são honras atribuídas pela instituição e, por isso, derivadas de seu patrimônio simbólico, funcionando, pela hierarquia como assimetrias entre as honras individuais, pelo jogo considera todo iguais em honra familiar, mas diferentes em honra militar.

podemos interrogar o caráter específico da mobilidade social dos componentes da Polícia Militar do Pará. Outrossim, a distinção entre os corpos continua sendo baseada em diferenças estatutárias e só por meio destas os oficiais se valem de sua autoridade frente os praças, mesmo que a legitimidade dessa divisão tenha de se apoia em títulos escolares.

Por outro lado, a organização atual do policiamento ostensivo da corporação é tributária da discussão anglo-saxã sobre o tema. Os documentos institucionais provam a recepção dos modelos de administração da atividade policial desta tradição. Por meio da bibliografia especializada, dos *thinks tanks* estrangeiros e de consultorias externas dos modelos de policiamento utilizados nesses países, muitas forças policiais empreenderam reformas institucionais[9].

Da mesma forma, a Polícia Militar do Pará, durante os últimos anos, vem absorvendo muitos desses modelos, a saber: policiamento para resultados, *hot spots*, cartões-programa, modelo gerencial de administração pública etc. O processo de diferenciação funcional do corpo de policiais militares tem suas condições na incorporação de:

> Instrumentos operacionais como centrais de atendimento e despacho de viaturas, pontos-base e cartões-programa, ou modelos e políticas operacionais, como polícia de resultados e polícia comunitária, transformaram-se no senso comum do fazer policial nas grandes cidades brasileiras. Nossas organizações policiais amadureceram institucionalmente, em especial nos últimos 30 anos, transformando-se em grandes organizações burocratizadas, centralizadas e altamente hierarquizadas, muitas vezes com milhares de membros organizados segundo linhas de comando semimilitarizadas[10].

Por outro lado, a bibliografia nacional sobre o tema afirma que a absorção dessas técnicas de policiamento pelas polícias militares brasileiras acabaria gerando um conflito nos meios de emprego da força física e na concepção "democrática" da missão institucional atualmente vigente. As duas definições sobre a atividade ("policial" e "militar") tornaram-se elementos dispares: o *ethos* de força mínima das técnicas policiais apoia-se nas demonstrações militares de uso da força. Essa ambiguidade não influencia

[9] WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 30-31.
[10] BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. A polícia em transição: o modelo profissional-burocrático de policiamento e hipóteses sobre os limites da profissionalização das polícias brasileiras. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, n. 1, p. 65-96, 2011, p. 89.

somente os meios de emprego da força, mas a própria definição da ocupação, que aparece aberta à negociação por parte dos policiais[11].

Sendo assim, os policiais militares paraenses apresentam-se segundo cada uma dessas fachadas ("policiais"/ "profissionais" ou "militares") segundo a dimensão das vidas sociais relatadas e segundo a posição institucional que ocupam: praças tendem a se representar e serem representados por meio de atributos ligados ao aspecto "militar" da ocupação, enquanto oficiais tendem a transitar entre representações "profissionais" e "militares" da ocupação e da atividade.

Dessa forma, a definição "profissional" da ocupação está inclusive presente em documentos oficiais, por meio dos vários regulamentos que tratam de forma diferenciada os praças e os oficiais, como é o caso da Ficha de Avaliação de Desempenho Profissional dos Praças, em que são avaliados quatro principais elementos – "caráter", "inteligência" ("capacidade de raciocínio e decisão" e "facilidade expressão escrita/oral"), "espírito militar" e "capacidade física". Nesse caso, o único elemento distintivo é a adesão à ética institucional ("espírito militar"), sendo os aspectos intelectuais referidos a um nível de escolaridade mínima ("saber ler e escrever").

Em contrapartida, na Ficha de Avaliação de Desempenho Profissional do Oficial, "conhecimento e habilidade técnico-profissional" são definidos pela corporação como o "potencial técnico-profissional e capacidade de buscar novos conhecimentos, mantendo-se em constante preparação intelectual refletido no desempenho profissional"[12]. Isso mostra que a especialização funcional atestada pela "habilidade técnico-profissional" é um elemento presente nas expectativas formais do corpo de oficiais, e precisa ser atestada pela "confiabilidade profissional" – "grau de confiança que desperta, em razão do seu desempenho funcional e postura militar, refletindo o grau de credibilidade do profissional militar"[13].

Sendo assim, os oficiais apoiam-se tanto na afirmação da identidade "militar" (estatutária) quanto na especialização funcional (adquirida por meio da conquista de

---

[11] Os trabalhos sobre a definição da identidade policial militar por meio dos cursos de formação das polícias militares demonstram na análise de conteúdos curriculares e definição da atividade pelos cadetes os paradoxos do modelo "democrático" e o modelo "militarizado". MUNIZ, Jaqueline. A Crise de Identidade das Polícia Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. **Security And Defense Studies Review**, Washington, v. 1, p.177-198, fev. 2001. ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p.214-237, jan. 2001.

[12] POLÍCIA MILITAR DO ESTADO PARÁ. Decreto nº 1.672, de 28 de dezembro de 2016. **Boletim Geral N° 003**. Belém, PA, 04 jan. 2017. p. 8.

[13] Ibidem.

títulos escolares e corporativos). Em razão dessa afirmação, foi composto um quadro de análise para compreender como essas definições da ocupação são derivadas tanto da relação entre o corpo de praças e o corpo de oficiais quanto do lugar ocupado pela instituição entre os órgãos estatais. Para isso, foi realizada uma breve revisão da bibliografia internacional e nacional acerca da profissionalização policial, procurando demonstrar como esse debate foi feito nos dois níveis, com objetivo de compreender como a definição profissional da ocupação está ligada às possibilidades de mobilidade social que estão ao alcance de ambos os estratos da Polícia Militar paraense: oficiais e praças.

### 3.1 A profissão policial na bibliografia

O modelo de policiamento nos países anglo-saxões nasceu como uma resposta às demandas de controle da atividade policial e ao crescimento dos crimes registrados a partir de meados do século XX. A necessidade de isolamento das influências políticas indevidas que geravam uma série de escândalos de corrupção, levou ao controle dos instrumentos policiais pela comunidade profissional interna e apartou a instituição das relações de lealdade e afinidade com a população e as autoridades políticas locais[14].

Por outro lado, uma série de inovações tecnológicas possibilitou a centralização do comando por meio da utilização de instrumentos de comunicação, como rádio e telefone, e do uso de viaturas para o policiamento em geral, isolando os policiais dos contatos diretos com a população atendida[15].

Sendo assim, a translação de uma visão da missão policial pautada na manutenção da ordem para a de "combate ao crime" também influenciou na organização das atividades e do modelo de controle interno utilizados pelas forças policiais americanas[16]. Portanto, a manutenção da ordem contra eventos disruptivos e comportamentos anormais realizados por meio de uma função primariamente vigilante foi cada vez mais colocada

[14] REISS JUNIOR, Albert J.. Organização da Polícia no Século XX. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). **Policiamento Moderno.** São Paulo: Edusp, 2003. p. 72.
[15] Ibidem.
[16] KELLING, George L.; COLES, Catherine M. **Fixing Broken Windows:** Restoring Order and Reducing Crime in our Communities. New York: Martin Kessler Books, 1996, p. 73-77. Wilson, James Q; Kelling, George L , "Broken Windows: The police and neighborhood safety", *The Atlantic*, Mar 1982. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465>. Acesso em: 20 mai. 2018.

de lado em razão da legitimidade constituída na apreensão e na detenção de ofensores penais[17].

Esses eventos levaram às instituições policiais a se estruturam ao redor de serviços de radiopatrulha, em razão da rapidez do atendimento de eventos em andamento, o que, dentro da lógica da "guerra ao crime", produziria mais prisões, já que os criminosos ainda estariam na cena do crime quando da chegada dos policiais – assertiva que logo se mostrou falsa para o caso americano[18].

Destarte, as reformas das forças policiais basearam-se fortemente na teoria científica ou clássica da administração[19]. Esta partia de duas assunções: uma em que os operários não estariam interessados no exercício de suas funções, e se deixados à própria vontade, tenderiam a evitá-las; e outra de que o único vínculo entre gestores e operários seria o interesse econômico de sua troca, tendo que, assim, ser-lhes oferecidas recompensas materiais pela produtividade de sua função.

Por conseguinte, a organização do trabalho tenderia a subdivisão de atividades e do controle centralizado por uma sede física com domínio informacional sobre todo o empreendimento[20]. Tendo como missão o *law enforcement*, essas agências trabalhariam com base em modelos estatísticos de produtividade em relação às prisões realizadas e aos crimes solucionados[21].

Isso posto, a utilização da radiopatrulha inseriu-se nesse contexto como possibilidade de aumentar os níveis de produtividade baseados na reação a infrações penais, cobrindo, virtualmente, um território maior do que o dos patrulheiros a pé, tradição do modelo de policiamento nos países anglo-saxões.

Dentro desse contexto, as leis penais aparecem como um instrumento de manutenção da ordem pelas forças policiais, e, ao mesmo tempo, de controle da ação dos agentes do Estado que se utilizam delas. Logo, a legalidade da ação policial se veria controlada em um quadro, no qual a garantia da ordem acontecia por meio da persecução penal (*law enforcement*) em que a lei pudesse ser infringida.

---

[17] KELLING, George L.; MOORE, Mark H.. The Evolving Strategy of Policing. **National Institute Of Justice**, Washington, v. 1, n. 4, p.1-15, nov. 1988, p. 5.
[18] Op. Cit. Reiss Jr, 2003, p. 67.
[19] Op. Cit. Kellings; Moore, 1988, p. 5.
[20] Ibidem.
[21] WALKER, Samuel. **A Critical History of Police Reform:** The Emergence Of Professionalism. Heath: Lexington Books, 1977.

Dessa forma, sobre as forças policiais recairia a contradição entre a produção da ordem e o respeito à lei – *law and order*[22]: as garantias de proteção de direitos individuais (*substancial laws*) podem entrar em contradição com as normas procedimentais (*procedimental laws*) dos corpos policiais, na garantia da ordem pública, visto que ao mesmo tempo que é função das polícias garantir esses direitos, esta pode vir a infringi-los pelos meios utilizados para protegê-los[23]. Sendo assim, a organização necessária ao policiamento abre mais possibilidades à discricionariedade à medida que se desce na hierarquia, para a qual os regulamentos burocráticos têm pouca ou nenhuma validade[24].

Nesse cenário, as organizações do trabalho desenvolvem sistemas de controle e sanções como base de regulação da atividade de seus membros que, no caso das forças policiais, atua tanto sobre os meios quanto sobre os fins[25]. Não raro, as incertezas da atividade ligam-se à necessidade de apresentar resultados dentro dos meios prescritos, pois os dois objetivos acabam funcionado em uma relação de mútua exclusão: "o estrito respeito aos meios prescritos tem um efeito negativo nos resultados obtidos, a busca exclusiva de resultados superiores leva a se liberar dos meios autorizados"[26].

A instituição, portanto, deve definir os meios de como controlar o uso da autoridade pelos policiais de linha e, ao mesmo tempo, cobrá-los dos resultados necessários ao desempenho da atividade, mesmo que essa cobrança possa acabar infringindo as próprias normas de utilização dos meios pela polícia.

A isso soma-se a relação de visibilidade e as sanções institucionais positivas e negativas, apresentadas classicamente pela bibliografia anglo-saxã como modelo quase-militar – *semimilitary model* –, regulado por princípios de hierarquia e disciplina militar[27]. Percebe-se a necessidade de um corpo disciplinado e coordenado para o controle do crime e para manutenção da ordem e a supervisão próxima como justificativas para a militarização dos corpos policiais anglo-saxões. Contudo, o controle militarizado sem

---

[22] SKOLNICK, Jerome H.. **Justice without Trial:** Law Enforcement in Democratic Society. New York: John Wiley & Sons, 1966, p. 14.

[23] MCNAMARA, John H.. Uncertainties in Police Work: The Relevance of Police Recruits' Backgrounds and Training. In: BORDUA, David J. (Ed.). **The Police:** Six Sociological Essays. New York: John Wiley & Sons, 1967. p. 163-166.

[24] WILSON, James Q.. **Varieties of Police Behavior:** The management of law and order in eight communities. Cambridge: Harvard University Press, 1973, p. 7-9. Op. Cit. Skolnick, 1966, p. 16-17.

[25] MONJARDET, Dominique. **O Que Faz a Polícia:** sociologia da força pública. São Paulo: Edusp, 2003, p. 210-219.

[26] Ibidem, p. 211.

[27] BITTNER, Egon. As Funções da Polícia na Sociedade Moderna: uma revisão dos fatores históricos, das práticas atuais e dos possíveis modelos do papel da polícia. In: BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial.** São Paulo: Edusp, 2003. Cap. 4. p. 143-155. Op. Cit. McNamara, 1967, 178-183. Op. Cit. Wilson, 1973, p. 78-79.

relação efetiva com a atividade de policiamento seria mera aparência, já que os supervisores não teriam condições de fiscalizar seus subordinados na efetiva realização da tarefa[28].

Esse fato produz um sistema de recompensas baseado na conformidade da conduta aos regulamentos internos, mas pouco voltado à avaliação do trabalho policial externo:

> Desde que os padrões estabelecidos e as recompensas por bom comportamento estão relacionadas [relacionados] à disciplina interna, os julgamentos que são transmitidos não têm praticamente nada a ver com o trabalho do policial na comunidade, sem qualquer exceção significativa [...] o reconhecimento é dado por ter-se agido bem no departamento, e não fora dele, onde todos os deveres reais estão localizados[29].

Por conseguinte, esse modelo de explicação estaria centrado na relação de escores que contam oficialmente para o recebimento das recompensas – as atividades efetivamente reguladas pelo sistema de controle – e na possibilidade de produzir "resultados visíveis em seus trabalhos"[30]. Sob a lógica dessa explicação, os ganhos institucionais dariam-se pela correspondência do policial com os códigos militar-burocráticos internos, e não sobre a realização da atividade fora do departamento, espaço de menor visibilidade dos subordinados pelos supervisores e fracamente regulado pelas normas institucionais[31]. Sendo assim, a falta de visão sobre o exercício da autoridade dos policiais nos espaços públicos torna o processamento das infrações legais e procedimentais irregular, pois na prática essa atividade seria pouco supervisionada pelos superiores.

Destarte, a profissionalização também foi um tema abarcado pela bibliografia tendo como base a relação com os títulos educacionais. Bittner[32] e Goldstein[33], no contexto norte-americano, defendem o credenciamento da ocupação policial como forma de "profissionalizar" sua atividade, buscando a produção de um *corpus* de conhecimentos e habilidades que seriam a condição de melhora da prestação de seus serviços.

Contudo, os autores percebem como núcleo dessa profissionalização a especialização ligada ao uso da força, liberando os policiais de ações que têm pouco ou

---

[28] Op. Cit. McNamara, 1967, p. 181.
[29] Op. Cit. Bittner, 2003, p. 147.
[30] Ibidem.
[31] Ibidem.
[32] Op. Cit. Bittner, 2003, p. 165-181.
[33] GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre.** São Paulo: Edusp, 2003, p. 349-376.

nada a ver com as atividades de manutenção da paz e do controle do crime, tendo como correlato o aumento do *status* da atividade a uma "vocação profissional"[34].

### 3.2 A estrutura militar das polícias militares brasileiras

As forças policiais brasileiras possuem uma história diretamente ligada aos regimes políticos que se sucederam no país. Instituídas e organizadas conforme as competências delegadas pelo quadro político em que se encontravam, as policias militar e civil conquistaram seu *status*, suas atividades e sua posição no espaço das instituições de justiça criminal, posições estas deslocadas conforme a reestruturação das relações políticas no país.

Durante o período ditatorial no Brasil (1964-1985), as polícias militares foram alçadas às instituições responsáveis pelo policiamento ostensivo e pela manutenção da ordem, tendo seu papel enquanto força auxiliar do exército reforçado pela doutrina de segurança nacional[35]. Sendo assim, o *duopólio* da violência legítima, composto pelas Forças Armadas e Polícias Militares, investiu às últimas do monopólio virtual sobre as práticas de policiamento que conservam a soberania do Estado brasileiro sobre seu território e população[36].

Dessa forma, após o período de redemocratização e divisão constitucional de competências com os demais órgãos de segurança pública, a estrutura militar e a subordinação às Forças Armadas, por meio da Inspetoria Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros (IGPM), foram mantidas sem alterações relevantes[37]. Contudo, ao longo da história do país, as corporações policial-militares foram destinadas muito mais enquanto instrumentos de defesa do Estado, do que como uma instituição responsável pela segurança pública[38].

---

[34] "Parece que, para elevar a manutenção da paz e o controle do crime ao nível de uma vocação profissional e realmente criar uma condição favorável para seu desenvolvimento, seria absolutamente inevitável que aqueles que são designados para tais cargos sejam liberados de todas as tarefas não relacionadas com isso, ou estão apenas incidentalmente ligadas à manutenção da paz e do controle do crime" Op. Cit. BITTNER, 2003, p. 168.
[35] Op. Cit. Muniz, 2001, p. 185-186.
[36] MUNIZ, Jacqueline; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia Para Quem Precisa De Polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. **Caderno Crh**, Salvador, v. 23, n. 60, p.437-447, set. 2010, p. 439.
[37] GUERRA, Maria Pia. **Polícia e Ditadura:** A arquitetura institucional da segurança pública de 1964 a 1988. Brasília: Ministério de Justiça e Cidadania, 2016. (Coleção LAB-MDH laboratório de tecnologia para pesquisa em memória e direitos humanos, v.1).
[38] Op. Cit. Muniz, 2001, p. 179.

Como parte do processo de redemocratização do país, os cientistas sociais refletiram sobre as instituições de segurança pública e do sistema de justiça criminal, e, ao mesmo tempo, construíram uma agenda de discussão pública acerca do tema. A partir do diálogo com as universidades, do envolvimento com partidos políticos, movimentos sociais e organizações não governamentais, esses intelectuais procuravam agir em conjunto, criando uma militância na defesa de direitos humanos[39]. Atuantes principalmente na região sudeste, esses acadêmicos objetivavam medir a relação das instituições com a garantia efetiva de direitos civis e sociais, criticando o legado autoritário e as relações sociais desiguais que condenavam as parcelas mais pobres da população brasileira a uma série de formas de violência sofrida por meio de ações dos órgãos estatais[40]. Dessa forma, esses intelectuais, juntamente com instituições de defesa dos direitos humanos, buscavam novas formas de pensar um modelo de cidadania inclusiva, que oferecesse meios de satisfazer às parcelas excluídas aquilo que lhe é dado teoricamente como direito. Na virada do milênio, e até o momento atual, esses estudos continuaram a ser:

> inter-relacionados com a pretensão (muitas vezes explícita) de melhoria e/ou mudanças de funcionamento, organização e alteração nos padrões de atuação das instituições de controle do crime e do criminoso, ou seja, comprometidos com a perspectiva institucional e, até no limite, com a agenda governamental no período em seus Estados e na Federação[41].

Dentre esses estudos, alguns procuram influenciar o debate público sobre desmilitarização das corporações policial-militares. Com base nessas análises, o "militarismo" das polícias militares é interpretado como subordinação destas ao Exército brasileiro, pelo controle dos policiais através de Regulamentos Disciplinares e por seu julgamento pela Justiça Militar, similarmente às Forças Armadas[42].

Destarte, em diagnósticos mais recentes, a interdependência entre as Forças Armadas e as corporações policial-militares tem levado à conclusão da constituição de

---

[39] ZALUAR, Alba. Um Debate Disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 3, n. 13, p.3-17, jan. 1999, p. 3-6.

[40] PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista Usp**, São Paulo, n. 9, p.45-56, mar. 1991.

[41] CAMPOS, Marcelo da Silveira; ALVAREZ, Marcos César. Políticas Públicas de Segurança, Violência e Punição no Brasil (2000-2016). In: MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos Benedito (Org.). **Sociologia Brasileira Hoje.** Cotia: Ateliê Editorial, 2017. p. 161.

[42] "É o militarismo da PM brasileira, refletido na subordinação às Forças Armadas, na organização interna e na relação com a sociedade que, combinado com a interiorização da ideologia da guerra contra o crime, contribui para torná-la campeã nas graves violações de direitos humanos". MACHADO, Eduardo Paes. MEU CASACO DE GENERAL: 500 dias no front da Segurança Pública do Rio de Janeiro. Resenhas in CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 275-278, jul. 2003, p. 277.

um dispositivo de segurança militarizado, que apelaria a símbolos de poder militar pautados por uma gramática da guerra frente a um inimigo interno, que atuaria na restrição de direitos de parcelas subalternas socioeconomicamente da população[43].

Dessa forma, a organização militar das corporações e seus sistemas de controle e formação correlatos seriam elementos causadores do modelo de ação que propicia as altas taxas de corrupção, de violência e de letalidade policial, contrariando a noção de "militarização" dos casos norte-americanos, diretamente implicados na necessidade de controle, e divergindo também da concepção "profissional" da ocupação[44]. Logo, os limites do controle militar são similares à explicação do modelo de controle quase-militar anglo-saxão: as normas dirigem-se mais ao controle interno do que à regulação da atividade policiamento:

> A hierarquia e a disciplina militares são eficientes mecanismos de controle no âmbito interno do aparelho policial. Dentro dos quartéis, elas asseguram, de fato, o controle dos subordinados; isto é, nos assuntos domésticos, os superiores não encontram obstáculos em se fazerem obedecer pelos subalternos. Por causa dessa utilidade nas relações internas, esses elementos do exército são valorizados pela Corporação. Porém essa eficiência não parece ser traduzida para o mundo exterior, ou seja, a disciplina e a hierarquia militares não parecem ser garantias da boa conduta do policial nas ruas[45].

Isso posto, as pesquisas sobre a formação policial apontam para a contradição entre o modelo militarizado e o paradigma democrático que deve permear a atividade policial[46]. São escassos as normas de conduta, técnicas e procedimentos que orientam as atividades de policiamento cotidiano, o qual tem seu conteúdo principal voltado para uma perspectiva reativa que valoriza as práticas ligadas ao confronto e ao combate[47]. Contudo, as pesquisas não têm conseguido dar conta de construir um modelo de explicação mais

---

[43] SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Dispositivo militarizado da segurança pública: Tendências recentes e problemas no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p.207-223, jan. 2015, p. 210.

[44] OLIVEIRA, Antonio. Uma Polícia Militar em uma Sociedade Democrática. **Caderno CRH**, Salvador, v. 14, n. 18, p.281-298, maio 2005, p.296.

[45] BITTNER, Egon. As Funções da Polícia na Sociedade Moderna: uma revisão dos fatores históricos, das práticas atuais e dos possíveis modelos do papel da polícia. In: BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial.** São Paulo: Edusp, 2003. Cap. 4. p. 143-155.

[46] Os estudos focam sobre os ritos de passagem que constituem o "espírito de corpo" através da constrição e da humilhação, cujo efeito é nivelar todos à autoridade do superior hierárquico. Op. Cit. Muniz, 2001. Op. Cit. Albuquerque; Machado, 2001. FRANÇA, Fábio Gomes; GOMES, Janaína Letícia de Farias. "Se não aguentar, corra!": Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.142-159, ago. 2015.

[47] PONCIONI, Paula Ferreira. O Modelo Policial Profissional e a Formação Profissional do Futuro Policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p.585-610, mar. 2005.

complexo entre a estrutura militar das corporações policiais, seus padrões de policiamento e a produção de violência policial[48].

Sinal disso é, portanto, a incapacidade de se formular um conteúdo prático para a desmilitarização das polícias, já que não foi possível ter um diagnóstico preciso sobre o que seria a própria "militarização" das PM's[49]. Dessa forma, as pesquisas focam-se, principalmente, nas implicações do controle da atividade fim das Polícias Militares. Porém, poucas são as que interrogam acerca da relação de ocupação frente a aspectos de classe social dos policiais para a análise das estruturas militares.

Por conseguinte, os policiais militares são os que recebem os menores salários e possuem o pior *status* dentre as instituições do sistema de justiça criminal[50]. Além de ficarem expostos a mecanismo de controle, à subordinação por parte do Exército parece representar rebaixamentos simbólico e material das polícias militares, já que legalmente os policiais não podem receber os mesmos proventos que recebem os componentes das Forças Armadas, nas mesmas posições hierárquicas que as suas[51].

Em contrapartida, os salários e o *status* oferecidos pelas corporações são a possibilidade de ascensão social para homens das classes populares, geralmente negros[52]. Pouco são os trabalhos que se dirigem a entender a composição socioeconômica das policias militares[53].

---

[48] SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato Sérgio de. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 133.

[49] Ibidem.

[50] Ibidem.

[51] "Os direitos, remuneração, prerrogativas e deveres do pessoal das Polícias Militares, em serviço ativo ou na inatividade, constarão de legislação peculiar em cada Unidade da Federação, estabelecida exclusivamente para as mesmas. Não será permitido o estabelecimento de condições superiores às que, por lei ou regulamento, forem atribuídas ao pessoal das Forças Armadas, considerada a correspondência relativa dos postos e graduações". Decreto Nº 88.777/83, art. 43.

[52] Os trabalhos que tratam de aspectos referentes à classe dos policiais militares têm como ponto central o conceito de "raça" para a análise. RAMALHO NETO, J. P.. Farda & "cor": um estudo racial nas patentes da Polícia Militar da Bahia. Afro-Ásia, 45, 2012, 67-94. SANSONE, Livio. Fugindo para a Força: Cultura Corporativista e "Cor" na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 3, 2002, pp. 513-532. PIRES, G. L. A cor da farda. As relações raciais na Polícia Militar de Sergipe. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, 2010.

[53] Entre os trabalhos que se voltam a entender o aspectos socioeconômicos das corporações policiais militares o de maior destaque é o realizado por Minayo e colaboradores sobre as condições de trabalho dos policiais civis e militares cariocas: MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia (Org.). **Missão Prevenir e Proteger:** condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 146.

### 3.3 Dupla entrada

A honra é o sentido unívoco da dimensão de filiação entre os policiais militares, e responde a um conteúdo específico. Os policiais militares "depositam" sua honra familiar – como *ethos* masculino apreendido no seio familiar – e "recebem" a honra institucional. Dessa forma, o patrimônio simbólico acumulado pela corporação – por meio da tradição histórica – é conferido parcialmente por meio das honrarias – sinais de distinção no meio militar –, que passam a compor a honra pessoal como definida pela Polícia Militar do Pará[54].

Portanto, os títulos honoríficos não são mais herdados, como no caso dos militares da aristocracia imperial, porém conferidos com base numa ordem de titulações regulada pela corporação. Sendo assim, a ordem de titulações escolares é a primeira a servir a essa distribuição, por meio da consagração de diferenças estatutárias entre praças e oficiais. O Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) é o que possibilita maior ascendência em honra. E o acesso ao (QOPM) se dá por meio de concurso público, cujos critérios foram mudados de ensino médio completo para a graduação completa em 2016.

Por conseguinte, os policiais passam pelo Curso de Formação de Oficiais PM Combatentes (CFO) e são "preparados ao longo da carreira, para o exercício do Comando, da Chefia e da Direção das Organizações Policiais-Militares"[55]. O QOPM é o quadro ligado às funções operacionais, ao planejamento e ao comando das atividades de policiamento e manutenção da ordem, rotineiras e extraordinárias, oficialmente determinadas enquanto a função fim da instituição[56]. Existe também o Quadro de Oficiais

---

[54] "Honra pessoal é o sentimento de dignidade própria, como o apreço e o respeito de que é objeto ou se tornam merecedores os policiais militares perante seus superiores, pares e subordinados" PARÁ (Estado). Constituição (2006). Lei nº 6.833, de 13 de fevereiro de 2006. **Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Estado do Pará**. Belém, PA, art. 17, §2º.

[55] PARÁ (Estado). Lei nº 5.251, de 31 de julho de 1985. **Estatuto dos Policiais-militares da Polícia Militar do Estado do Pará**. Belém, PA, art. 38.

[56] O Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Pará dividiu os círculos hierárquicos em cinco: círculo de oficiais superiores (coronel, tenente coronel e major), círculo de oficiais intermediários (capitão), círculo de oficiais subalternos (primeiro e segundo tenente), círculo de subtenentes e sargentos (subtenente, primeiro, segundo e terceiro sargento) e círculo de cabos e soldados (cabos e soldados), em que a ordenação de autoridade entre os oficiais está dividida em postos que vão de segundo tenente até coronel. E a ordenação de autoridade entre os praças é dividida em graduações que vão de soldado até subtenente. Além desse quadro, existem o Quadro de Oficiais de Saúde (QOSPM) – constituído por oficiais médicos, dentistas, farmacêuticos, veterinários, fisioterapeutas, nutricionistas e fonoaudiólogos –, o Quadro Complementar de Oficiais (QCOPM) – composto por oficiais com graduação superior nas áreas da psicologia, assistência social, comunicação social, pedagogia, contabilidade, estatística, terapia ocupacional e informática -, o Quadro de Oficiais de Administração (QOAPM) – constituído por pessoal oriundo das graduações de subtenente a 2º sargento, possuidores do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO) –, o Quadro de Oficiais Especialistas (QOEPM) – constituído por pessoal oriundo das graduações de subtenente a 2º

de Saúde (QOSPM), o único que possui acesso ao posto de coronel, último posto da Polícia Militar[57]. A importância dessa divisão é que o QOPM constitui o espaço institucional oficialmente privilegiado de acesso aos instrumentos de poder objetivados nos postos e cargos que, em suma, pode-se chamar *comando*:

> Comando é a soma de autoridade, deveres e responsabilidades de que o Policial-Militar é investido legalmente, quando conduz homens ou dirige uma Organização Policial Militar. O Comando é vinculado ao grau hierárquico e constitui prerrogativa impessoal, na qual se define e se caracteriza como Chefe[58].

Sendo assim, o oficial exerce seu comando, chefia ou direção sobre os seus auxiliares (subtenentes e sargentos), que "complementam as atividades dos Oficiais, quer no adestramento e emprego de meios, quer na instrução e na administração"[59], e estes, por sua vez, sobre os "elementos de execução" (cabos e soldados)[60]. A ascendência entre os pares é garantida por diferenças estatutárias realizadas pelos títulos institucionais delegados aos policiais, com base num código rígido de interação, vinculado às formas de respeito devidas aos superiores – "honras, tratamentos e sinais de respeito"[61].

Dentro desse contexto, Erving Goffman trata da divisão entre ritos negativos e positivos[62]. Segundo o autor, os primeiros são caracterizados pelas interdições nas interações necessárias à validação da definição de "eu", que todos os atores envolvidos buscam dar de si. Os segundos, em contrapartida, são os ritos de mútua validação entre os atores, como os cumprimentos e os elogios[63]. Esses ritos cotidianos definem a deferência necessária à definição da situação de interação entre dois atores:

> Na sociedade contemporânea, os rituais realizados para substituir entidades sobrenaturais estão em toda parte em decadência, assim como extensas agendas cerimoniais envolvendo longas

---

sargento, possuidores do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO) –, e o Quadro de Oficiais Capelães Policiais Militares (QOCPM) – constituído de oficiais portadores de diploma de curso superior em Teologia, expedido por instituição de ensino reconhecido pelo Ministério da Educação. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO PARÁ. Lei Complementar Estadual nº 053, de 7 de fevereiro de 2006. **Lei de Organização Básica da Pm/pa**. Belém, PA: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, a, inciso I, art. 42.

[57] O QOSPM possui direito a duas vagas no posto de coronel, sendo uma destas destinada à categoria de médico, enquanto o QOPM possui 35 vagas destinadas ao posto de coronel.

[58] Ibidem. p. 38.

[59] Os subtenentes e sargentos também serão "empregados na execução de atividade de policiamento ostensivo fardado". Op. Cit. Pará, 1985, art. 39.

[60] "Os Cabos e Soldados são, essencialmente, elementos de execução". Ibidem, art. 40.

[61] Op. Cit. Pará, 1985, alínea b, Parágrafo único, art. 81.

[62] Emile Durkheim, *Elementary Forms of the Religious Life,* Joseph Ward Swain, trans. (New York: The Macmillan Co., 1926; London: Allen and Unwin) *apud* GOFFMAN, Erving. **Relations in Public:** microstudies of the public order. New York: Basic Books, Inc., Publishers, 1971.

[63] GOFFMAN, Erving. **Relations in Public:** microstudies of the public order. New York: Basic Books, Inc., Publishers, 1971, p. 62-65.

> filas de ritos obrigatórios. O que resta são breves rituais que um indivíduo realiza por e para outro, atestando civilidade e boa vontade por parte do performer e ao receptor de um pequeno patrimônio de sacralidade[64].

No caso de uma instituição militarizada como a Polícia Militar, esses ritos de interação são regularmente definidos, pois simbolizam as diferenças hierarquizadas entre os atores, e as distâncias sociais existentes. Portanto, os postos delimitam os "pequenos patrimônios de sacralidade"[65] – a dignidade do cargo ou posto – que cada oficial possui, e devem ser atualizados cotidianamente por meio dos rituais de honras, formas de tratamento e sinais de respeito, dando acesso aos cargos em conjunto com a "qualificação exigid[a] para seu desempenho"[66], proporcionando, assim, ganhos específicos que combinam a necessidade de titulações válidas no interior da corporação com o escalonamento hierárquico.

Dessa forma, a condição estatutária só poderá inicialmente ser acessada com base na seleção social por títulos escolares. Por isso, a divisão entre os Cursos de Formação de praças e oficiais e a dupla entrada na instituição estabelecem uma divisão de competências legitimadas no interior da instituição. A respeito desse tema, Elcimar Oliveira Lima percebe que pelo ponto de vista dos policiais militares o CFO equivale a um curso superior, e o Curso de Formação de Praças (CFP) equivalente ao ensino médio, em razão da baixa escolaridade necessária à entrada desses policiais na instituição[67].

Sendo assim, a progressão na carreira para praças só pode ser realizada após o Curso de Adaptação, para a graduação de 3º Sargento, e após o Curso de Aperfeiçoamento de Sargento, para as graduações de 1º Sargento e Subtenente[68]. Por outro lado, aos oficiais são necessários o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), para a progressão ao posto de major, e o Curso Superior de Polícia (CSP)[69], para o acesso ao posto de coronel, o qual é indispensável para a investidura no cargo de Comandante geral[70].

Isso posto, observa-se que a ordem de titulações dentro da instituição possibilita tanto a progressão nas graduações e nos postos quanto o acesso aos cargos de

---

[64] Op. cit. Goffman, 1971, p. 63.
[65] Ibidem.
[66] Op. Cit. Pará, 1985, art. 22.
[67] LIMA, Elcimar Maria de Oliveira. **Polícia e Policiamento:** as ambivalências entre a formação profissional e a prática policial na periferia de Belém. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p. 96.
[68] Incisos V e VI, art. 13, Lei Nº 8.230, de 13 de julho de 2015.
[69] Alíneas a e b, inciso I, art. 10, Lei n° 8.388, de 22 de setembro de 2016.
[70] Art. 7º, Lei Organização Básica da Polícia Militar do Pará.

proeminência, preservando, contudo, a grande clivagem no interior da instituição entre praças e oficiais, entre os que detêm o conhecimento "prático", porque adquirido na atividade policial, e os que possuem as competências oficialmente instituídas para o comando da corporação.

Apesar de toda experiência acumulada ao longo da carreira, um praça nunca estará autorizado pelos meios oficiais a exercer o comando, pois nunca terá acesso ao quadro dos oficiais, a não ser por meio de concurso externo ao oficialato, estratégia de muitos praças, ou concurso interno para o Quadro de Oficiais de Administração (QOAPM), o qual só permite ir até o posto de capitão, não dando acesso ao comando operacional, tarefa mais distinta da instituição.

O CFO confere ao oficial a legitimidade para representar um papel de autoridade baseado na delegação institucional. Instituindo o comando como competência monopolizada pelos oficiais, para o qual são permitidos apenas àqueles profissionais licenciados e que devem manter a impressão de terem sido reconstituídos pela experiência de aprendizado e, portanto, se veem colocados à parte dos outros policiais (no caso, dos praças) por essa espécie de margem mística[71].

Dentro dessa perspectiva, Piero Leirner define "fato social total" como a "totalização" da vida social dos militares, a qual estabelece uma ordem de classificação do mundo social por meio da interpretação das segmentações internas à instituição[72]. Dessa forma, um oficial pode dizer que um praça não precisa de "curso de pós-graduação para fazer o trabalho de rua"[73], e, por outro lado, esse mesmo oficial possuir mestrado e doutorado, realizados em universidade pública, que lhe conferiram a notoriedade propícia ao acesso a cargos de prestígio no interior da instituição.

Por conseguinte, um praça que está quase no final da carreira (cerca de 25 anos de efetivo serviço), e ainda cabo, reivindica o conhecimento da "rua" como forma legítima

---

[71] GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 58-59.

[72] LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver:** um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Fgv, 1997, p. 110.

[73] Esse mesmo oficial havia ascendido pelos postos do oficialato por meio da conquista de títulos de pós-graduação, ocupando uma posição de prestígio no Instituto Ensino de Segurança do Pará (IESP), que congrega o ensino de todas as instituições de segurança pública do Estado (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros).

de adquirir a competência relativa à ocupação policial, comparando o serviço operacional a um "técnico":

> Especialista em segurança pública? O cara nunca pegou uma arma, e foi pra rua pra ele falar de segurança pública. "Ah, mas ele estudou". Meu amigo, quantos engenheiros a Vale do Rio Doce não já botou pra fora pra ficar com técnico. Porque? Porque o engenheiro vem da universidade, ele vem com toda a teoria. E vem ganhando um dinheiro bom, que o engenheiro tem que ganhar bem, mas o técnico faz muito mais do que ele. Conhece muito mais. Porque o técnico já aprende trabalhando, aprendendo na prática. E como tem técnico muito bom, aí... meu colega tá lá, olha, botaram um monte de engenheiro, e ele tá lá como técnico, já tem quase uns 19 anos. Aí eu digo "E ele é técnico". Técnico na mesma coisa que o engenheiro mecânico, técnico em mecânica. Isso que eu te digo. Aí cara diz assim mesmo, falando em segurança pública, "Porque o não sei o que em segurança pública, conhecedor de não sei o que, falou não sei o que". Cara só quem sabe de estatística de qualquer coisa na segurança pública, são os policiais que trabalham na rua. Nem Polícia Civil sabe. Sabe estatística, quando fazem censo aí, que... mas na rua mesmo, pra te perguntar, tem que perguntar pra um policial militar que trabalha na rua, ele te fala tudinho (PM18).

Dessa forma, foi possível observar que tanto oficiais quanto praças compartilham da mesma grade de visão sobre suas atividades, e, por meio de princípios de visão e divisão construídos na socialização do ambiente hierarquizado da instituição, estabelecem uma divisão social do trabalho baseada em competências relativas ao "mundo civil", que acompanha a representação sobre suas condições estatutárias.

Sendo assim, a denegação da necessidade de títulos universitários para os praças vem acompanhada pela reivindicação do reconhecimento do exercício da ocupação dos oficiais, enquanto profissão apoiada em títulos reconhecidos oficialmente – o CFO é reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), como Bacharelado em "Ciências de Defesa Social e Cidadania" – tendo acesso somente àqueles que possuem título universitário, mesmo que este não apresente nenhum tipo de ligação com a ocupação policial.

Como exemplo, as Fichas de Avaliação de praças e oficiais utilizadas como critério de avaliação para a progressão em graduações e postos para ambas as categorias[74].

[74] Oficiais e praças são avaliados por duas fichas cada um: a "Ficha de Avaliação de Potencial Técnico e Profissional", similar entre os dois estratos, e a "Ficha de Avaliação de Desempenho Profissional", específico para cada corpo. As notas das duas fichas são somadas em cada caso e divididas por dois, gerando a nota total que o policial militar receberá, e que talvez possibilite sua ascensão de grau hierárquico. Primeiro, analiso a segunda ficha para conseguir perceber a diferença na representação da ocupação dos

A Ficha de Avaliação de Desempenho Profissional do Praça está dividida em quatro itens e 18 subitens, com a seguinte disposição: Caráter (4 subitens); Inteligência (02 subitens); Espírito e Conduta Militar (10 subitens); Capacidade Física (02 subitens)[75].

Em contrapartida, a Ficha de Avaliação de Desempenho Profissional do Oficial está dividida em oito itens e 48 subitens, com a seguinte disposição: Capacidade de Trabalho (seis); Liderança (seis); Decisão (seis); Senso de Justiça e Promoção do bem estar (seis); Capacidade de direção e controle (seis); Atitude policial militar (seis); confiabilidade profissional (seis); Conhecimento e habilidade técnico-profissional (seis)[76].

Com base no que foi exposto, é possível argumentar acerca da validade desses instrumentos quanto à objetividade da correspondência entre os critérios apresentados nas fichas e a realidade dos atributos considerados necessários pelos policiais para suas atividades, contudo não pode ser negado "o fato de que este é um instrumento coletivo de controle do mecanismo de promoções, na medida em que todos têm que ser avaliados à luz desses critérios"[77], ou seja, correspondem às expectativas formais quanto à atividade desses agentes.

Dessa forma, esses critérios avaliativos podem não corresponder às aptidões consideradas realmente relevantes às atuações dos atores em suas atividades dentro da instituição, mas pelo menos são as expectativas oficialmente delimitadas do tipo de papel que oficiais e praças podem e devem representar.

Disto isto, percebe-se que a relação de atributos avaliados entre os praças são basicamente elementos relacionados às expectativas relativas ao sistema de regras internas (ética policial militar), e ao espírito militar. Portanto, esse conjunto de demonstrações de conformidade com os valores institucionais é, basicamente, uma repetição dos itens constantes no Código de Ética da Polícia Militar.

Por conseguinte, os elementos presentes na ficha de avaliação dos praças são a confirmação da moralidade corporativa que relega as expressões necessárias à conservação de uma conduta condigna com o pertencimento à instituição. Por outro lado, revela uma relação com os atributos "físicos" – "resistência à fadiga" e "disposição para

---

dois estratos, já que estas enumeram aspectos subjetivos necessários à avaliação do policial pelos superiores, e depois me detenho, rapidamente, em alguns aspectos da segunda ficha.

[75] POLÍCIA MILITAR DO ESTADO PARÁ. Decreto nº 1337, de 17 de julho de 2015. **Boletim Geral N° 129**. Belém, PA, 20 jul. 2015, p. 11.

[76] POLÍCIA MILITAR DO ESTADO PARÁ. Decreto nº 1.672, de 28 de dezembro de 2016. **Boletim Geral N° 003**. Belém, PA, 04 jan. 2017. p. 5-27.

[77] Op. Cit. Leirner, 1997, p. 93.

o trabalho" – e "intelectuais" – "capacidade de raciocínio e decisão" e "facilidade de expressão (escrita/oral)" –, considerados necessários ao exercício da atividade.

Isso posto, a ficha de avaliação dos oficiais recorre a vários elementos de uma "gramática gerencial" baseada nas expressões de uma competência "profissional", pela qual o oficial deve demonstrar "ser respeitado em razão de sua inteligência, conhecimentos, experiência e postura profissional"[78], conseguindo "apresentar ideias inovadoras e pertinentes para o aumento da eficiência das tarefas executadas"[79].

A relação entre as expectativas das atividades e suas fachadas correspondentes estabelece, por meio da diferença de formação, um reenquadramento que se dá com base na hierarquia entre as atividades distintas socialmente – comando, planejamento ou a gestão organizacional –, as quais correspondem à visão ideal que o grupo desejaria arrogar a si mesmo, e que deve condizer com a dignidade da posição institucional que autoriza o ator a desempenhar o papel correspondente e o "trabalho sujo" (*dyrth work*)[80] – "execução" –, atividades *infra dignitatem* para os oficiais, e relegadas aos praças.

Nesse sentido, é conveniente definir a relação entre a fachada e a atividade social. Segundo Goffman, pode-se "denominar de fachada a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam sua representação", ou seja, a fachada " é o equipamento expressivo de tipo padronizado e intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação"[81].

Em contrapartida, para os policiais militares a fachada deve corresponder aos símbolos presentes na farda, às expressões faladas e ao comportamento de uma forma geral, elementos que traduzem sua situação estatutária. Portanto, como a honra baseia-se sempre na imagem social do ator, podemos compreender a variação das fachadas apresentadas pelos policiais como diferenças ligadas ao próprio *status* do policial.

A ligação, portanto, não se dá entre a atividade necessária ao desempenho organizacional e a fachada escolhida para este desempenho, mas entre a organização hierarquizada das fachadas institucionalmente determinadas por sua "dignidade" e as

[78] Op. Cit. Polícia Militar do Estado do Pará, 2017, p. 23.
[79] Ibidem, p. 24.
[80] CUNHA, Neiva Vieira de. Como se "fabrica" um policial: algumas considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional. **Comum** – Rio de Janeiro, v.9, n 22, p. 198-207, janeiro, 2004, p. 202-203.
[81] Op. Cit. Goffman, 2014, p. 34.

atividades redistribuídas pela estrutura organizacional, em consonância com expectativas estereotipadas abstratas de sua representação.

Destarte, o termo "dignidade" é empregado como o respeito que o policial militar deve ter perante o cargo institucional que ocupa e a moral institucional que deve regular sua conduta. Assim, tornar-se indigno é não perfazer mais os imperativos morais que permitem o aceso à posição institucional: "a indignidade para com o cargo é o ferimento a preceitos morais e éticos vinculados à conduta do policial militar"[82].

Portanto, os títulos escolares são os elementos distintivos que permitem a clivagem principal entre oficiais (CFO) e praças (CFP) e a diferenciação individual por meio da especialização funcional, mas também influenciam o modo como os policiais conseguem interpretar suas trajetórias. De modo diverso do cabo, que reivindica o conteúdo prático de sua ocupação, os oficiais expressam a necessidade sempre contínua de aprimoramento profissional:

> A instituição, a formação, ela te dá um norte. A tua formação acadêmica, ela vai te dar um norte. Que vai buscar é você, através da sua especialização, através da sua vivência. Muita coisa que você tá coletando de dados aqui, no teu mestrado, daqui a 2, 3 anos, não se aplica mais. E muita coisa você: "eu podia ter ido por esse caminho aqui. Tem essa ideia, tem essa vertente". Então isso é normal, o conhecimento, ele não para. O que eu acho o grande diferencial do profissional é que ele não pode ficar parado em qualquer profissão. Ele tem que tá se motivando, e buscando (PM24).

Nesse contexto, foi possível perceber que a representação profissional dos oficiais opõe-se a atividade prática e desqualificada dos praças. Em relação aos praças, os aspectos de disciplina militar são muito mais visualizados do que qualquer item que se relacione a uma especialização, excetuando as titulações universitárias[83], que colaboram

---

[82]. Op. Cit. PARÁ, 2006, art. 17, §6º. É interessante notar, que existe uma hierarquia de honras que mantém a própria distância hierárquica, na forma de todos os símbolos que compõe sua situação estatutária: "as prerrogativas dos Policiais-Militares são constituídas pelas honras, dignidade e distinções devidas aos graus hierárquicos e cargos". Op. Cit. Pará, 1985, art. 81. O exercício da atividade deve ligar-se ao prestígio da posição, tendo como função expressar a própria situação institucional do policial militar. As organizações militares estão sempre às voltas na distribuição de "tarefas que (segundo se pensa) exigem demasiada autoridade e habilidade para serem levadas à cabo por trás de um certo posto de pessoal de autoridade e habilidade demasiadamente pequenas para serem realizadas, por trás da fachada mantida pelo posto seguinte na hierarquia". Op. Cit. Goffman, 2014, p. 40. Os títulos escolares têm condição de aderir à conjuntura estatutária interna, pois, por meio do ponto de vista corporativo, as demonstrações da honra necessárias ao cargo são, indissociavelmente, provas tanto de *expertise* na atividade e quanto de dignidade do policial.

[83] A Ficha de Avaliação de Potencial e Experiência Profissional, similar entre praças e oficiais, avalia o policial militar por meio das titulações acadêmicas (graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado) e institucionais (os cursos policiais militares específicos necessários para a progressão de grau hierárquico em cada estrato) sob a legenda: "Qualificação profissional ao longo da carreira". O segundo item avalia o tempo de serviço na ocupação, o tempo de serviço dos militares que "equipara a ordem temporal com a

para a ascensão nas graduações, mas não estão diretamente relacionadas a seu exercício ocupacional.

Por outro lado, no caso dos oficiais, a representação da ocupação e a trajetória institucional permitem a especialização profissional. As burocracias modernas realizam a divisão social do trabalho com base em um gradiente de polos opostos: "concepção" e "execução", "interesse geral" e "interesses particulares", "teoria" e "prática", "central" e "local".

Essas dicotomias são características de uma hierarquização presente nas burocracias que organizam pontos de vista em torno das atividades sociais entre aqueles que "veem de cima", "de longe", "veem grande", que "veem a longo prazo" – e são prenhes de uma superioridade técnica e ética – e aqueles agentes ordinários, que estão "no chão", que por sua atividade "veem pequeno", "a curto alcance", "a curto prazo"[84]. Sendo assim, e em razão das diferenças estatutárias entre oficiais e praças, essas oposições adquirem o sentido de regular toda e qualquer expressão do *status* social do policial e da filiação institucional.

Dentro dessa perspectiva, a Minayo e colaboradores realizaram uma pesquisa em que a caracterização feita por um oficial sobre as condições de trabalho dos policiais militares cariocas é exemplar: "para os soldados e cabos, a motivação e a convivência são molas propulsoras de um bom relacionamento. No nível dos oficiais, 'o amor corporativo' é a força motriz para a satisfação do trabalho, o que influenciaria no bom relacionamento. Para esse gestor [oficial], 'o serviço público é para quem tem vocação'"[85].

Do ponto de vista do comandante, a expressão emotiva do pertencimento institucional acompanha a "vocação" profissional por parte dos oficiais, enquanto as motivações se resumem à construção de relações pessoais entre os praças. Portanto, há

---

escala valorativa do *mérito*". Opc. Cit. Leirner, 1997, p. 84. O terceiro item considera as publicações acadêmicas sobre segurança pública e o exercício da docência (dentro ou fora da corporação), sob a legenda "Atividades acadêmicas e de pesquisas institucionais na graduação atual". POLÍCIA MILITAR DO ESTADO PARÁ. Decreto nº 1337, de 17 de julho de 2015. **Boletim Geral N° 129**. Belém, PA, 20 jul. 2015, p. 13. No caso dos praças, a consideração dos títulos escolares nessa ficha opõe-se à avaliação dos critérios ligados à disciplina militar presentes na "Ficha de Avaliação de Desempenho Profissional". A disparidade entre as duas fichas ilustra a situação dos praças, que não conseguem ligar as aptidões escolares adquiridas com o conteúdo da atividade realizada. Como a fala do oficial citada acima, não é preciso "curso de pós-graduação para fazer o trabalho de rua", por outro lado, a especialização técnica não é vislumbrada pela instituição como um critério ligado à atividade.

[84] BOURDIEU, Pierre. Droit et passe-droit: Le champ des pouvoirs territoriaux et la mise en oeuvre des règlements. **Actes de La Recherche En Sciences Sociales**, Paris, v. 81-82, p.86-96, mar. 1990, p. 86.

[85] MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia (Org.). **Missão Prevenir e Proteger:** condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 146.

oposição entre o "ideal" e o "material", entre os que planejam e os que executam, entre os que se diferenciam pelo exercício moral baseado em vínculos abstratos com a corporação e os que devem ser "motivados" para o exercício da sua atividade.

Dessa feita, as competências escolares e técnicas para a atividade são absorvidas pela grade visão institucional que segmenta, segundo classificações estatutárias e morais – dignidade, honra, merecimento etc. A seleção é, portanto, realizada sobre a condição estatutária privilegiadamente masculina ("ser homem"), em razão do duplo acesso à instituição garantido por diferentes títulos escolares – ensino médio e superior – representando a primeira distinção estatutária que se deve à investidura realizada pela corporação no cargo.

Por conseguinte, os demais jogos de distinção individual interna apenas seguem a tendência inicial da segmentação entre oficiais e praças, o que conduz a duas representações sobre a ocupações diversas.

### 3.4 Corpo de oficiais: "profissionais militares"

Os critérios válidos para a ascendência dos oficiais sobre os praças não responde a todo o espaço de correlação de posições que os oficiais estão envolvidos. A Polícia Militar do Pará está em uma situação intermediária entre a submissão perante à Secretária Estadual de Segurança Pública e Defeso Social (SEGUP) e a posição marginal ao sistema de justiça criminal.

A SEGUP é o órgão responsável pela articulação das instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS): Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN), Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE) e Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.

Portanto, o acesso a cargos da SEGUP é considerado um privilégio entre os policiais militares, já que a secretaria é mais receptiva a policiais civis, advogados e ocupações ligadas a atividades jurídicas em geral. Ao mesmo tempo, a Polícia Militar ocupa uma posição marginal dentre as instituições do sistema de justiça criminal, pois possui uma competência que prescinde do diploma de direito[86].

[86] "O sistema de justiça criminal abrange órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário em todos os níveis da Federação. O sistema se organiza em três frentes principais de atuação: segurança pública, justiça criminal e execução penal". FERREIRA, Helder; FONTOURA, Natália de Oliveira. **Sistema de Justiça Criminal no Brasil:** Quadro institucional e um diagnóstico de sua atuação. Brasília: Ipea, 2008. (Texto para discussão nº 1330), p. 8. Apesar de o sistema de justiça criminal se referir tanto a órgãos de segurança pública como

Sendo assim, a Polícia Militar está entre um conjunto de atividades ligadas à segurança pública – policiamento e investigação criminal – e, ao mesmo tempo, compõem um conjunto de instituições jurídicas. A situação intermediária da instituição pode ser percebida pela distribuição de disciplinas do CFO, visto que esse é o primeiro contato para a definição ocupacional do corpo de oficiais.

O CFO possui nove áreas temáticas que se subdividem em 104 disciplinas dispostas segundo o volume de carga horária: Funções, Técnicas e Procedimento em Segurança Pública (28 disciplinas em 1900 horas); Conhecimentos Jurídicos Aplicados (21 disciplinas em 1200 horas); Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública (14 disciplinas em 500 horas); Atividades Complementares (8 disciplinas em 800 horas); Cultura Cotidiana e Prática Reflexiva (11 disciplinas em 400 horas); Valorização do Profissional e Saúde do Trabalhador (3 disciplinas em 360 horas); Comunicação, Informação e Tecnologia em Segurança Pública (8 disciplinas em 280 horas); Modalidade de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos (6 disciplinas em 200 horas); Violência, Crime e Controle Social (4 disciplinas em 140 horas)[87]. Para efeitos de análise, podemos dividir esses itens segundo quatro eixos principais: disciplinas "policiais", "profissionais", "jurídicas" e "militares".

As disciplinas "policiais" dirigem-se à atividade-fim da corporação – policiamento ostensivo e manutenção da ordem – e se associam a todos os níveis de prática, segundo o modelo profissional de policiamento, tendo a maior carga horária, 3820 horas. Podemos subdividi-la segundo três sub-eixos: primeiro, as técnicas de policiamento ostensivo e manutenção da ordem que se desenrolam em seus vários tipos específicos (policiamento ostensivo geral, tático, ambiental, turístico, de choque etc.), subsumido na área temática "Funções, Técnicas e Procedimento em Segurança Pública" e "Modalidade de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos".

O segundo eixo engloba o modelo gerencial de análise de dados criminais ("Comunicação, Informação e Tecnologia em Segurança Pública" e "Violência, Crime e Controle Social") e de "gestão para resultados" da corporação e do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS) ("Sistemas, Instituições e Gestão Integrada

---

judiciários, para efeitos de análise, quando o termo for utilizado estarei me referindo somente às instituições judiciárias, que necessitam do diploma de direito para o ingresso nos cargos de chefia.

[87] DIRETORIA DE ENSINO E INSTRUÇÃO. **ADITAMENTO AO BG N° 196 – 18 OUT 2017**: Projeto Pedagógico Do Curso De Formação De Oficiais PM / 2017. Belém: Polícia Militar do Estado do Pará, 2017.

em Segurança Pública”). Nesse eixo as atividades práticas inserem os policiais nas primeiras atividades de gestão e participação do policiamento ostensivo na corporação.

Nesse contexto, essas disciplinas justificam-se pela especialização funcional posterior dos oficiais por meio da inserção em diferentes atividades que são subsumidas no grande guarda-chuva “policiamento ostensivo e manutenção da ordem”. Entre os oficiais entrevistados, títulos de cursos exclusivos às polícias militares eram critérios para a alocação em determinado cargo. Todos possuíam alguma qualificação específica que o indicava àquela função[88]. Logo, existe alguma probabilidade de os cursos realizados junto ao posto ocupado dentro da hierarquia de autoridade militar terem ajudado os oficiais a ascenderem a posições que retiraram seu prestígio da natureza da tarefa. A especialização adquirida por meio do “conhecimento” é valorizada pela dimensão funcional da atividade corporativa realizada: o policiamento ostensivo.

> Tudo isso. A questão do conhecimento, primeiro. Eu acho que o profissional em qualquer área, cara, qualquer área que você faça, se você tiver numa área de uma escola de serviços gerais você tem que se especializar, entendeu, você tem quer dar um “plus” a mais. Uma hora ou outra você vai ser visto... não é que você seja “puxa-saco”, é que você ama aquilo que você faz. E aquilo que você faz é muito importante. Todos são importantes. Então tem que se especializar, seja o que for, seja na área do Direito, na área da engenharia civil, na engenharia elétrica, sempre tem que buscar conhecimentos e coisa novas. O conhecimento é muito dinâmico, e se transforma a todo o momento, e quem não acompanha essa transformação, e muito mais hoje, que a coisa tá muito mais acelerada, vai ficando pra trás cara. A verdade é essa (PM24).

Sendo assim, a equiparação da ocupação policial militar com outras áreas profissionais existe por meio do conteúdo das titulações necessárias ao exercício da atividade (os cursos de especialização interna). Os cursos realizados pelos oficiais podem inclusive lhes permitir ocupar cargos específicos, que pela particularidade da atividade demandam um conjunto de técnicas e conhecimentos particulares. Um exemplo disso é o que ocorreu com um tenente-coronel que ocupa seu cargo atual pela especialização

[88] Entre os oficiais entrevistados existem a seguinte distribuição entre cargos e títulos necessários: 2 policiais da corregedoria que possuíam graduação em Direito; 1 oficial do Comando de Missões Especiais (CME); 2 oficiais do Batalhão de Policiamento Tático (BPOT); 1 oficial comandante e 1 oficial 1º tenente do Batalhão de Polícia Militar (BPM); 1 oficial do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP), que possui mestrado e doutorado em ciências sociais, e que por isso havia sido alocado à instituição de ensino da área.

funcional conquistada pela realização do curso “Controle de Distúrbios Civis” em São Paulo.

Após o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, a Polícia Militar paraense sofreu uma séria crise de legitimidade. Isso levou a instituição a constituir uma tropa de choque especializada em distúrbios civis. O oficial e alguns colegas realizaram o curso para, ao retornar a Belém, ajudar na constituição da tropa especializada em distúrbios civis que se tornou o Batalhão de Polícia de Choque (BPC). Isso lhe conferiu grande prestígio na corporação, levando-o a ocupar o cargo de subcomandante do Comando de Missões Especiais (CME), responsável pela coordenação das tropas especiais de policiamento[89]:

> Porque era uma área que eu queria ter conhecimento, uma área técnica, tanto é que hoje eu estou Sub-Comandante do Comando de Missões Especiais por causa desse curso. Então lidar com toda essa dinâmica na época, logo, eu acho que foi em 95 salvo engano, ou 96, não lembro agora de cabeça, teve Eldorado de Carajás, né, então teve uma quebra de paradigma na polícia. A polícia precisava ter uma tropa especializada para lidar com esse tipo de situação, que não seria só com armamento letal, só com, entendeu? Precisava ter contato com essas pessoas. Saber do problema delas. Tentar ajudar a gerenciar também. Em contrapartida tem uma outra situação aqui da sociedade que precisa que aquele problema seja resolvido, tipo, uma obstrução de via, né. Então precisava de estudo pra isso. Então, a gente passou dois meses lá, nesse curso em São Paulo, fazendo lá, em 99, eu fiz esse curso lá. Então eu acho que foi um curso pra mim muito bom na construção da minha carreira. Aprendi muita coisa boa ali. Se eu te contra quantas missões eu já fui de lá, de 99, até hoje, 2017, quantas missões eu fui de presídio, obstrução de via, graças a Deus, todas elas com êxito, graças a Deus. Então assim, foi um curso que me ajudou muito pra isso, pra solucionar aquele pontual, aquele problema ali. Num nível de Polícia Militar (PM24).

Outro caso exemplar é o de um tenente-coronel que possuía um cargo alto no Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP), que congrega todas as instituições do sistema de segurança pública estadual. Os títulos escolares (mestrado em direito e doutorado em ciências sociais) possibilitaram-lhe alçar posições dentro dos quadros da SEGUP, tendo participado inclusive de grandes projetos do órgão. Por conseguinte, ele

[89] São essas: Batalhão de Polícia Tática (BPOT); Regimento de Polícia Montada - RPmont; Grupamento Aéreo; Batalhão de Polícia de Choque - BPChoque; Companhia Independente de Operações Especiais – CIOE; Companhia Independente de Policiamento com Cães – CIPC; Companhia Independente de Policiamento Fluvial – CIPFLU.

conseguiu ocupar cargos que extrapolavam o espaço institucional da Polícia Militar, e ascendido por meio do complexo de órgãos de segurança pública.

Essas duas trajetórias, portanto, indicam que a conquista de títulos educacionais (corporativos ou acadêmicos) possibilita maior espaço de mobilidade social aos oficiais, tendendo a aumentar suas chances de ascensão a cargos públicos, mas continua impossibilitando a mobilidade pelo sistema de justiça, excetuando o acesso por concurso. O que torna interessante a necessidade da segunda maior carga horária do CFO, a área temática "Conhecimentos Jurídicos Aplicados", que possui 1200 horas divididas entre 21 disciplinas[90].

Apesar de determinados cargos só conseguirem ser ocupados por bacharéis em direito, existe pouco recurso às aptidões jurídicas na grande maioria das atividades institucionais, excetuando os cargos de chefia da Corregedoria Interna, que só possui competência perante os policiais militares.

Sendo assim, a presença dessas disciplinas parece tentar validar a competência institucional pela conexão com o *métier* jurídico, contrariado pelas atividades efetivamente realizadas, sumamente não jurídicas[91]. Isso posto, o primeiro concurso realizado para o corpo de oficiais exigiu o ensino superior completo, tendo recebido, principalmente, inscrições de bacharéis em direito para a seleção, ou seja, mais de um terço dos selecionados possuía o bacharelado em direito:

> **Novo perfil do policial militar tem nível superior e maior preparação para mediação de conflitos:** Entre os 157 alunos do CFO, 75% são do Pará e os demais se dividem entre os vários estados da Federação, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, etc. Com relação à Titulação Superior, exigência para a matrícula no curso, são 57 Bacharéis em Direito, 13 em Administração, cinco em Contabilidade, 48 em licenciaturas, 12 em engenharias e cinco historiadores. Dentre estes, um já possui Mestrado e há ainda outros 16 especialistas em diversas áreas[92].

---

[90] As disciplinas são similares às constantes nos cursos de graduação em direito, sendo subdividas conforme as subáreas do campo jurídico: direto constitucional, administrativo, civil, penal, processual penal, militar processual penal militar, agrário etc. DIRETORIA DE ENSINO E INSTRUÇÃO. **ADITAMENTO AO BG N° 196 – 18 OUT 2017**: Projeto Pedagógico Do Curso De Formação De Oficiais PM / 2017. Belém: Polícia Militar do Estado do Pará, 2017.

[91] A atividade policial dispensa aptidões jurídicas na medida em que a linguagem jurídica só é iniciada no inquérito policial: "as atividades de polícia ostensiva – majoritariamente preventivas – estão circunscritas pela legalidade, mas, em boa medida, colocam-se em um momento anterior à conformação de um ato difuso em um fato criminal propriamente dito" Op. Cit. MUNIZ, 2001, p. 187.

[92] http://www.pm.pa.gov.br/index.php/artigos-menu/405-novo-perfil-do-policial-militar-tem-nivel-superior-e-maior-preparacao-para-mediacao-de-conflitos.html. Acessado em: 19/04/2017.

Destarte, o recrutamento do corpo de oficiais privilegia a entrada de bacharéis em direito, fato que pode ser justificado com base na posição da corporação entre o conjunto de instituições do sistema de justiça criminal. Esse complexo de instituições escalona-se segundo uma divisão do trabalho social que "inclui, além das profissões e das posições classicamente vistas como jurídicas (jurista, juiz, promotor, advogado), outras posições que fracamente reproduzem o *habitus* jurídico, como aquelas subalternas das carreiras policiais, funcionários de cartórios, estagiários, conciliadores, mediadores, técnicos e peritos"[93].

Portanto, os policiais militares geralmente recebem os piores salários e possuem o menor *status* dentre os componentes do sistema de justiça criminal brasileiro[94]. Porém, o corpo de oficiais realiza um trabalho social específico para legitimar sua competência perante as demais instituições de justiça, visto que a instituição está em desvantagem por não possuir como critério mínimo de acesso o diploma de direito.

Essa situação específica que relega as polícias militares a uma posição subalterna pode ser melhor compreendida por meio dos conflitos determinantes para o quadro atual das instituições do sistema de justiça criminal: a constituinte de 1988. A divisão de competências estabelecida pela Constituição de 1988 sedimenta o policiamento ostensivo e a manutenção da ordem como tarefas das polícias militares, e incumbe às polícias civis "as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares"[95].

Sendo assim, essa divisão tratou-se de uma consolidação do quadro institucional relegado pela ditadura civil-militar, que extinguiu as guardas civis e tornou o policiamento ostensivo exclusivamente militar. Durante o processo constituinte de 1987, os interesses das corporações policiais militares e civis entraram em conflito, dentro de uma disputa por prerrogativas institucionais. Enquanto as polícias civis queriam absorver a função de policiamento ostensivo, propondo o fim das polícias militares, as polícias militares, por sua vez, tentavam conservar sua competência para o policiamento ostensivo, pois além das propostas iniciais de sua dissolução, existiam tentativas de

[93] SINHORETTO, Jacqueline. Campo estatal de administração de conflitos: múltiplas intensidades da justiça. **Anuário Antropológico**, Brasília, II, p.109-123, 02 nov. 201, p. 111.
[94] SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato Sérgio de. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 133.
[95] §4º, art. 144, Constituição Federal.

limitação de suas atividades ao patrulhamento de choque, em casos de ameaça à ordem pública[96].

Nesse contexto, existiam duas propostas ao texto constitucional que tocavam especialmente no que tange às ações das polícias civis: a transferência da direção do inquérito policial das polícias civis para o Ministério Público e a criação de uma carreira de delegados restrita a bacharéis em Direito. Nas duas propostas estavam em jogo a proximidade dos delegados ao judiciário por meio da detenção de uma competência jurídica específica – o inquérito policial. Entretanto, o inquérito policial é um instrumento de caráter inquisitorial, sem contraditório, de caráter sigiloso e restrito[97], sendo uma delegação do judiciário, ao qual a Polícia Civil ficaria subordinada durante a realização das investigações[98].

Por outro lado, o bacharelado em direito é a tradução da competência da Polícia Civil em atividade jurídica, pois enquadrando os fatos em crimes, trazem os primeiros indícios de materialidade e autoria, ou seja, produzem a primeira tradução dos fatos à lógica jurídica[99]. Dessa feita, por meio da salvaguarda das prerrogativas do inquérito policial e da necessidade do diploma de direito para delegados, os policiais civis queriam garantir a profissionalização policial com base na criação de uma carreira restrita a bacharéis em direito, justificada em razão das demandas salariais, visto que, durante o processo constituinte, houve a reivindicação, pelos delegados, de isonomia salarial com os promotores, com a alegação de que as duas profissões demandavam diplomas universitários equivalentes[100].

Sendo assim, o inquérito policial e o acesso restrito aos bacharéis em direito para a carreira de delegado passaram a representar o lugar ocupado pela polícia civil dentro de

---

[96] GUERRA, Maria Pia. **Polícia e Ditadura:** A arquitetura institucional da segurança pública de 1964 a 1988. Brasília: Ministério de Justiça e Cidadania, 2016. (Coleção LAB-MDH laboratório de tecnologia para pesquisa em memória e direitos humanos, v.1).

[97] LIMA, Roberto Kant de. Polícia e exclusão na cultura judiciária. **Tempo Social**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.169-183, maio 1997.

[98] Ibidem, p. 174.

[99] "O inquérito policial reúne os resultados da investigação transpostos para a lógica e linguagem jurídicas, consistindo em um documento escrito e obrigatório previsto pelo Código de Processo Penal brasileiro". VARGAS, Joana Domingues; RODRIGUES, Juliana Neves Lopes. Controle e Cerimônia: o inquérito policial em um sistema de justiça criminal frouxamente ajustado. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 1, p.77-96, jan. 2011p. 77-78.

[100] DELUCHEY, Jean-françois (Org.). Segurança Pública na Constituinte de 1988: o primeiro fracasso da reforma democrática da segurança no Brasil. In: DIAS, Barbara Veloso; DARWICH, Ana. **Direito e Democracia:** Estudos sobre o ativismo judicial. Belém: Método, 2011. Cap. 4. p. 99-122.

uma hierarquia formalmente delimitada de competências jurídicas[101]. A ameaça da perda de competências e a consequente perda de *status* "inseparavelmente jurídica e social"[102], levaram ao apaziguamento das disputas e à manutenção do quadro estrutural pretérito da instituição do sistema de justiça criminal[103].

Contudo, as propostas de unificação das polícias militar e civil, com a possibilidade de subalternização dos primeiros aos últimos ainda assombra os oficiais da Polícia Militar, como é possível ver no depoimento a seguir:

> [...] que a visão e o objetivo dos policiais civis são bem específicos sobre a Polícia Militar. O Comandante disse que os policiais civis têm uma visão "errada" sobre os PM's. Não disse qual. Segundo ele, os policiais civis só querem a "massa", que no caso é a PM, para conseguir realizar o tipo de atividades que eles não podem, já que a sua circunscrição é só de investigação, e não ostensiva. Isso pode ser exemplificado por uma série de órgãos internos à Polícia Civil que tem uma estrutura militarizada, e algumas funções que a mesma desempenha que são ostensivos. Além disso, eles percebem os policiais civis como uma categoria próxima aos cargos do funcionalismo público ligados às funções jurídicas. Por isso nunca são questionados em suas atividades que "claramente" divergem das normas oficiais, como o "pseudofardamento", quando ficam vestidos de como o uniforme preto. Segundo o mesmo policial, em uma possível unificação os policiais militares ficariam em uma posição inferior aos mesmos. Isso pode ser percebido, por exemplo, nas indicações de cargos para a SEGUP, geralmente de Policiais Civis, e também dos benefícios auferidos pelos mesmos, com uma compensação maior para os policiais civis. O mesmo se coloca quando os policiais civis falam mal dos militares na tevê, o que não se dá de forma parecida com os militares, que se falarem sofrem uma "prenda" dentro da corporação (Diário de Campo, 16/02/2017).

O policiamento ostensivo é uma atribuição sumamente não-jurídica dirigida a uma contingência de fatos que determinam a ordem pública e, *a priori*, prescindem da tradução à lógica jurídica para serem enquadrados. Dessa maneira, a competência policial militar está representada na "farda", o que, do ponto de vista dos oficiais, caracteriza tanto uma exclusividade para as práticas a eles associadas quanto o patrimônio simbólico da corporação (construído sobre o modelo moral do grupo familiar).

---

[101] Lima, Roberto Kant (1989) "Cultura Jurídica e Práticas Policiais: a tradição inquisitorial". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, vol. 4, n. 10: 65-84.
[102] LENOIR, Remi. A desordem entre os agentes da ordem. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A Miséria do Mundo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 267.
[103] Op. Cit. Deluchey, 2011, p. 104.

Portanto, a disputa de forças entre as duas polícias está fincada sobre os títulos estatutários de honra e títulos escolares de competência jurídica, que joga o princípio de visão moral contra o princípio de visão legal hegemônico nesse espaço social. Esse conjunto de instituições organiza-se conforme a disposição de competências jurídicas específicas, cujo critério mínimo é o *diploma de direito*, subalternizando as corporações policial-militares.

Por conseguinte, a marginalidade da corporação militar nesse espectro relega a tentativa de aumento do *status* por meio do trabalho social de legitimação da competência baseado na validação por um título escolar específico, sancionado por uma instância legítima (MEC), e apoiado nas disciplinas do Direito.

Contudo, quando os oficiais da Polícia Militar relatam as disputas com a Polícia Civil, o fazem por meio do "fardamento", o qual expressa a especificidade de sua competência, sancionada legalmente, mas garantida internamente com base em um patrimônio simbólico de honra. Apesar da lateralidade das disciplinas "militares"[104], essa é a dimensão fundamental da identidade dos oficiais, pois são "profissionais militares". Dessa forma, a ordem de reconhecimento da hierarquia militar subsume a ordem de competências técnicas ("policiais"/"profissionais"):

> Cara, medalhas. Eu acho que na polícia só falta três. Não sei te dizer quanta[s] eu tenho, mas eu acho que só falta três. Porque tem uma que é de 30 anos, outra que é a de curso, que é a de 01 de curso que eu não fui, e a outra não lembro qual é, mas eu acho que só falta três, o resto todo, são várias. Qual é a importância? A importância é o reconhecimento. Tá certo? Dentro do militarismo quando você elogia o trabalho de alguém, quando você consigna uma medalha pra esse profissional, né, significa que o teus serviços foram bem prestado, né, foram olhados teu lado profissional, teu lado, né, como comandante, como subordinado, como oficial, a tua conduta, então tudo isso é um reconhecimento. Dentro do militarismo tem isso, entendeu? Pra alguns não sei se tem o mesmo valor, mas pra mim tem muito valor. Eu acho que você ser reconhecido é melhor coisa que tem. Ser reconhecido dentro de casa por ser um bom marido, por ser um bom pai. Não tem preço. Ser reconhecido dentro do teu emprego por você ser um bom profissional. O teu comandante, o teu chefe te chamar, e dizer "Olha, to te elogiando aqui. Vou consignar nos teus autos esse elogio pelo teus serviços que tu tem prestado na instituição e à sociedade paraense". Então, isso não tem preço, entendeu? (PM24).

[104] "Cultura Cotidiana e Prática Reflexiva" - Chefia e Liderança I, II e III; Ordem Unida I, II, III; Instrução Policial Militar; Metodologia de Ensino e Aprendizagem; Cerimonial, Protocolo e Etiqueta Social; Metodologia Científica – e "Valorização do Profissional e Saúde do Trabalhador" - Treinamento Físico Militar I, II e III.

Sendo assim, a representação da ocupação do oficial ("profissional militar") está, ligada ao espaço institucional no qual estão inseridos, o que garante as ascendências desses profissionais em relação aos praças, em função da clivagem estatutária-militar; garantindo ascensão, também, aos cargos dos órgão de segurança pública do poder executivo. Logo, esses oficiais são subalternos em um espaço de instituições jurídicas.

Por outro lado, a identidade da ocupação também revela as possibilidades de mobilidade social dos oficiais, por meio da posição intermediária que o corpo de oficiais ocupa entre esses três níveis da vida social. A possibilidade de ascensão com base nas ocupações jurídicas é vetada, só sendo possível àqueles que realizam concurso público ou aos que investem na carreira liberal de advogados – como o cabo que "veio lá de baixo", chegou ao cargo de coronel e, no final de sua carreira militar, começou a advogar.

No caso dos praças a situação é similar, e ocorre com base em um quadro estrutural diverso. Entretanto, a influência da origem social e da estrutura organizacional nas possibilidades de mobilidade social levam os praças a estagnarem na mesma posição.

### 3. 5 Corpo de praças: ascensão e estagnação

As estratégias de ascensão social dos policiais militares estão implicadas diretamente na estabilidade material permitida pela instituição, que possibilita a organização das demandas da vida com base em planos futuros. Contudo, existem outras características endógenas e exógenas à instituição que delimitam suas prováveis trajetórias sociais e as chances reais de ascensão ou estagnação nessa posição.

O fator exógeno mais importante a partir do pertencimento à corporação é a possibilidade de aquisição de um título universitário. Entre os policiais praças entrevistados existe uma divisão clara em relação àqueles que entraram até meados da década de 90 e os que entraram a partir dos primeiros anos da primeira década dos anos 2000. Entre os primeiros, existem duas motivações principais apresentadas para a inserção na corporação: a sempre afirmada "estabilidade financeira" e a identificação com a carreira militar. Muitos confessam que desde crianças tinham o "sonho" de entrar em alguma instituição militar. Fica claro que a carreira na Polícia Militar é encarada, por esses, tendo como foco o guarda-chuva das instituições militares que demanda um tipo específico de "vocação":

> É uma questão, assim, bem, a pessoa pra ser um militar, não digo nem um policial, um militar, seja Forças Armadas, Marinha,

> Exército, Aeronáutica, Bombeiros, PM, ela tem que ter vocação, ela tem que gostar do que ela faz, porque não é um serviço que se compare com um outro serviço qualquer, e sim é uma missão (PM25).

Sendo assim, a carreira dentro da Polícia Militar apresenta-se para muitos como uma "alternativa" ao serviço nas Forças Armadas, pois, ao não conseguirem acessar ou permanecer em nenhuma das três forças, entre estas, principalmente, no Exército, muitos indivíduos buscam como "prêmio de consolação" o serviço dentro da corporação policial militar[105]. A "escolha" aparece como alternativa, exatamente pela característica de inferioridade em relação às Forças Armadas que recai sobre a Polícia Militar.

Isso posto, observa-se que as polícias militares têm regime diferenciado, materializado na organização por meio da disciplina e da hierarquia, e pela dupla subordinação aos governadores dos estados e às Forças Armadas, por intermédio da Inspetoria-Geral das Polícias Militares[106]. Logo, são consideradas forças auxiliares e reservas do Exército[107], oferecendo uma "hierarquia incompleta", que vai até o posto de coronel.

Dessa forma, a sujeição em relação ao Exército fica explícita enquanto uma inferioridade de *status*[108]. Isso posto, o "prêmio de consolação", na realidade, significa a estagnação na mesma posição, em que o acesso do policial à corporação, em um período no qual o número de instituições de ensino superior no Pará ainda era muito restrito, por meio da entrada pelas Forças Armadas, muitas vezes, é frustrado, ao mesmo tempo em que esse policial tem de dar conta das necessidades materiais contingenciais, tendo de

---

[105] "A carreira policial tem sido uma espécie de "prêmio de consolação" para aqueles que não conseguiram entrar em nenhuma das três forças ou para o que só permaneceram durante o serviço militar obrigatório. Muitos dos que estão na polícia militar passaram antes pelas Forças Armadas, principalmente o Exército Brasileiro e só ingressaram na polícia depois de serem dispensados. Um fato interessante observado foi o sonho ou a vontade de "ser militar". Nenhum deles expressou o desejo de ser policial militar. A contingência os levou para essa carreira". LIMA, Elcimar Maria de Oliveira. **Polícia e Policiamento:** as ambivalências entre a formação profissional e a prática policial na periferia de Belém. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p. 90.

[106] Decreto Nº 88.777, de 30 de Setembro de 1983, Capítulo VIII – Da Competência do Estado-Maior do Exército, através da Inspetoria-Geral das Polícias Militares.

[107] "As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios". §6º, art. 144, Constituição Federal de 1988.

[108] "Os direitos, remuneração, prerrogativas e deveres do pessoal das Polícias Militares, em serviço ativo ou na inatividade, constarão de legislação peculiar em cada Unidade da Federação, estabelecida exclusivamente para as mesmas. Não será permitido o estabelecimento de condições superiores às que, por lei ou regulamento, forem atribuídas ao pessoal das Forças Armadas, considerada a correspondência relativa dos postos e graduações". Decreto Nº 88.777/83, art. 43.

garantir certo *status* por meio da continuação da estabilidade salarial, possibilitada pelo pertencimento à corporação policial militar.

É, portanto, assim que a maioria dos policiais dessa época afirmam categoricamente que "tudo que eles tem foi a Polícia Militar que lhes deu": interpretada como a única possibilidade de conquista de determinada condição econômica, ligada à continuidade da relação salarial, que lhes arma para as demandas da vida social. Contudo, eles mesmos compreendem as menores chances de entrar no ensino superior durante o período que acessaram a corporação:

> Antigamente a gente não tinha muito disso. Tu sabe que antigamente a gente terminava o famoso segundo grau, e depois ia tentar uma faculdade, naquele tempo só existia duas, que era a UNAMA e a Universidade Federal do Pará. Pagava a UNAMA se tu tivesse dinheiro, ou então tu tentava a Universidade Federal do Pará que era de graça. Aí no meu tempo como a gente fazia um bom segundo grau, a gente fazia um ensino médio bom, desde o primário. Aí a gente optava por trabalhar. Uns estudavam, continuavam estudando, e os outros já iam do segundo grau trabalhar. Fazia um curso técnico (PM18).

Encarada como uma categoria profissional desqualificada, ligada a critérios mínimos de escolaridade para acesso dentro do quadro de instituições estatais, a profissão de policial militar tem como característica central a constituição de um *ethos* militar ligado, intrinsecamente, a aptidões consideradas masculinas, o "ser homem" constitui-se como a principal competência no acesso à corporação para esse estrato de despossuídos de chances de adquirirem um diploma universitário.

Por outro lado, a segunda categoria de policiais, que entraram a partir de meados da primeira década dos anos 2000, encontra-se em um quadro diferente. O número de instituições de ensino superior no Pará, tanto públicas quanto privadas, e as condições de acesso as mesmas pelos estratos baixos tiveram um crescimento relevante nesse período[109]. Dessa forma, os policiais que entraram nessa época não mediam seus discursos por meio de afirmações sobre uma "vocação" profissional. Portanto, a instituição garante uma posição social "digna" e estável, mas não é visualizada como o ponto ideal de chegada de suas trajetórias sociais:

[109] No período entre 2000 e 2014, houve um aumento de matrículas no ensino superior, passando de 221%, para 139% de matrículas em instituições de ensino superior públicas. A Região Metropolitana de Belém concentra cerca de 90.606, das 134.588l matrículas realizadas em 2014. SUPERIOR, Sindicato das Mantenedoras do Ensino. **Mapa do Ensino Superior 2016.** Disponível em: <http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2018P. 168-171.

> Eu acho que eu to fazendo o mesmo percurso que eu fiz quando trabalhava na iniciativa privada. Eu vi que existe outras portas, né, tem concurso melhores, e que a Polícia Militar, ela não consegue segurar, assim, o policial pra viver, assim, 30 anos que é o tempo aqui pra se aposentar. Ela não dá suporte para o ser humano, então a gente tem que correr atrás de uma coisa melhor. Aqui serve mais como uma ponte, né. Eu converso com meus amigos aí, a maioria pensa assim. Só não, aqueles antigões lá, que já tão quase pra ir embora, também pudera, né. Mas eu acho que é isso mesmo, estudando pra fazer uma coisa melhor, e sair daqui (PM16).

Dentro dessa perspectiva, é possível perceber que os policiais encaram sua situação atual como uma "ponte" para posições sociais mais vantajosas, tanto com relação ao prestígio social quanto em função de aumentar nível salarial, ações que só conseguem ser conquistadas por meio da aquisição de um diploma universitário. O fato de não almejarem o *status* da profissão, mas somente as condições "materiais" que a corporação possibilita para a realização de curso de graduação, pode ser explicado com base na visão da ocupação como uma situação menos instável do que as relações de trabalho informais, ou precariamente formais (pequenas vendas familiares, caixas de supermercado, mecânicos etc.), porém menos vantajosas do que as demais ocupações em instituição pública do Estado. Isso posto, os praças se colocam entre a imprevisibilidade das ocupações temporárias e a garantia de ocupações mais privilegiadas:

> Olha, se tu for fazer a comparação, tu tem que fazer a comparação da Polícia Militar com a área privada, né, o setor privado, porque se tu for fazer a comparação da Polícia Militar com outro órgão público, com certeza a Polícia Militar trabalha mais. Mas se tu for fazer a comparação da Polícia Militar com o setor particular, com certeza a polícia trabalha menos (PM19).

Com base nesse cenário, as possibilidades de ascensão interna podem ser garantidas por intermédio da progressão nas graduações e da prova interna para oficial. O progresso nas graduações tem como critérios de ordem de prioridades o mérito (atestados pelas notas nas fichas de avaliação[110]) e antiguidade[111], ambos sinais iguais de

[110] "A promoção pelo critério de merecimento é aquela que se baseia no conjunto de qualidades e atributos que distingue o Praça entre seus pares e que, uma vez quantificados nas fichas de avaliação de desempenho profissional e de potencial e experiência profissional, passam a traduzir sua capacidade para ascender hierarquicamente". PARÁ. Decreto nº 1.337, de 17 de julho de 2015. Belém, PA, Regulamenta a Lei n° 8.230, de 13 de julho de 2015, que dispõe sobre a promoção de Praças da Polícia Militar do Pará (PMPA) e dá outras providências, §1º, art. 7º.

[111] A antiguidade é medida pelo período que o policial exerce a ocupação e pelo interstício – "período, contado dia a dia, em que o Praça deve permanecer na graduação para que possa ser cogitada à promoção subsequente". Ibidem, art. 4º, I.

precedência na ordem de recebimento das honras institucionais – medalhas, brevês e graduações.

Portanto, tanto dentro da organização da Polícia Militar quanto no Exército, a "antiguidade equipara a ordem temporal com a escala valorativa do mérito"[112]. Quando da realização de campo na corporação, o decreto que criava novas regras para a promoção de praças[113] estava prestes a completar dois anos, mas ainda era assunto de discordância entre os praças. Isso posto, o novo regulamento estabelecia critérios de promoção que prioriza critérios de antiguidade dos policiais em relação às provas (mérito), que eram critério anterior de progressão nas graduações.

Dessa forma, o decreto objetivava regulamentar a progressão das graduações conforme a necessidade de recrutamento – cria-se a Lei de Organização Básica da PM/PA[114] que aumentou o quadro de efetivo da corporação. Por conseguinte, a progressão para as duas primeiras graduações (cabo e 3º sargento) passa a ocorrer por critério exclusivo de antiguidade, e a progressão para as próximas graduações ,"pelos critérios de antiguidade e merecimento, na proporção de uma vaga por antiguidade e uma vaga por merecimento"[115]. Portanto, um oficial do Quadro de Oficiais de Administração (QOAPM), que começou como praça e teve a oportunidade de ascender à oficial por provas internas, enxerga uma nova organização do tempo social de ascensão dos praças a partir da própria experiência:

> Hoje nós não temos nenhum tipo de problema com relação a essa situação, porque a LOB (Lei de Organização Básica), ela tá muito recente, e como ele[a] foi implantada, ela ampliou muito as vagas relacionado com o tanto de polícia que nós temos. É como se você tivesse numa via sem nenhum engarrafamento, com trânsito livre, e nesse aspecto aí, o policial tá sendo muito valorizado, a exemplo, abriu concurso público, entra um soldado, com 6 anos certinho, ele é promovido à cabo, quando que em outros tempos, ele ia ter que se desdobrar numa caneta, fazendo concurso interno, e se ele não passasse ele ia ficando, ficando, passava os 30 anos ele como soldado. Hoje não tem mais isso. Nesses seis anos que ele passou, porque ele foi promovido a cabo, com mais seis anos ele vai promovido a 3º sargento. Se ao longo desse tempo, desses 12 anos, ele procurou fazer uma universidade, quando ele for a 3º sargento, ele pode prestar o concurso direto pra oficial, que é o administrativo, e levar a carreira dele sem nenhum problema. Então eu achei muito interessante essas mudanças, coisa que antigamente não tinha (PM17).

[112] Op. Cit. Leirner, 1997, p. 84.
[113] Op. Cit. Pará, Decreto nº 1.337.
[114] Lei Complementar Nº 053, De 7 De Fevereiro De 2006.
[115] Op. Cit. Pará, Decreto nº 1.337, art. 7º. São necessários ainda o Curso de Adaptação, para a graduação de 3º Sargento, e o Curso de Aperfeiçoamento de Sargento para as graduações de 1º Sargento e Subtenente.

Destarte, todos os praças com as quais conversei tinham uma opinião sobre a nova progressão da carreira, refletindo acerca da nova regulação, segundo a posição institucional que ocupavam – exatamente pelos critérios de antiguidade e merecimento. Em contrapartida, os policiais mais velhos tendiam a se opor à nova regulação da promoção, pois esta os obrigava a permanecer na mesma posição por mais tempo, tendendo à igualá-los com os mais novos. Dessa forma, o aumento do quadro pôde possibilitar, mesmo que temporariamente, aos praças mais novos progressão nos graus hierárquicos, mesmo que em algum momento estes encontrem dificuldades nesse acesso, visto que a hierarquia militar vai afunilando o número de cargos conforme a graduação. Logo, a antiguidade perde seu valor, pois policiais mais novos podem concorrer com os mais velhos, em que poucos serão os que ascenderão à próxima graduação:

> A incoerência: que veio gente de fora, e já pode fazer pra sargento. Ou seja, eu que já tinha um preparo dos cursos, curso de soldado e curso de cabo, não pude fazer o curso de sargento. Então é uma incoerência. E esse mesmo pessoal, não desmerecendo, esse mesmo pessoal foi que emperrou o quadro de progressão. Tanto é que eu já tenho vinte anos de sargento. Então, vinte anos de sargento, é muito tempo. Então, tem um desestímulo, um desânimo. Eu encontro que colegas, e falo "Como é que tá?", o camarada balança a cabeça, tá desanimado. A instituição puxou pra baixo. Aí veio agora ultimamente, mas uma medida dessa política de aumentar o quadro, melhorar a LOB. Realmente, muita gente ascendeu, mas ascender e estagnar, infelizmente vai ser isso, porque tá uma bagunça esse quadro todinho (PM21).

Com base nessa pesquisa, foi possível verificar que a Polícia Militar tem como objetivo fixar exatamente o número de vagas para cada grau hierárquico, pressuposto da hierarquia militar, condenando aqueles que estão na base a terem poucas chances de ascender até as últimas graduações, ou mesmo de conseguir se tornar oficiais, o que demandaria a realização da prova para oficiais e a realização de mais CFO.

Por isso, grande parte dos praças mais novos, dentre os entrevistados, tendia à apostar na conquista de títulos de ensino superior visando à ascensão social. Por outro lado, os mais velhos tinham de contar com a possibilidade de ainda conseguir ascender internamente, ou expressar a frustação de ter estagnado na mesma posição:

> Chega época de política, aí abre promoção pra um bocado de gente. Aí, outra época de política, aí "Não, vamos aumentar o quadro". Então isso tá prejudicando a instituição, porque no meu ponto de vista... inclusive eu penso na instituição, não querendo desmerecer os oficiais, mas na instituição se todo mundo pudesse... uma única via de entrada. Todo mundo vai começar

> aqui em baixo, e vai ter condições e oportunidades de ascender, chegar até lá em cima como coronel. Eu penso que seria muito mais viável para a instituição, porque o policial que entrar quando ele ia ter a base dele, formação, com o passar do tempo ele ia ter mais conhecimento (PM21).

Dessa forma, a dupla entrada na corporação separa permanentemente dois conjuntos de mobilidades possíveis. Logo, os oficiais tendem a possuir maiores possibilidade de mobilidade social vertical. Aqueles que entram "por baixo" tendem a permanecer na mesma posição estatutária, ou ascender alguns degraus em hierarquia que logo o condenará a estagnação. Isso resulta, por sua vez, na existência de uma forte dependência material em relação à corporação, porque a tendência é que esses policiais não tenham nada mais do que o recurso ao próprio vínculo com a instituição para manter sua posição ou ascender socialmente.

Por fim, os policiais mais novos, com chances de conquistar o título de ensino superior, pelo aumento do número de vagas, têm mais possibilidades de mobilidade social, por meio do concurso público para outros órgãos, ou mesmo para o oficialato. Desse modo, a própria instituição inviabiliza as chances igualitárias de ascensão interna, as quais vêm a ser ainda mais enfraquecidas em razão da baixa escolaridade do corpo de praças. Logo, todas as chances são para que, acessada à corporação, os praças diminuam suas chances de mobilidade social.

## 4 - Os “bons comandantes”: poder paterno e dependência social

Maria Sylvia Carvalho Franco, em seu livro *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, demonstra como se constituía a relação de dominação entre os patriarcas agrários e os homens livres ao final do Império. Apesar de o domínio do senhor de terras sobre os homens livres ser tão abrangente quanto sobre seus escravos, a relação de dominação estabelecia-se por meio da ligação de interesses e da associação moral. O proprietário de terra, dono da grande família agrária, cumpria, inclusive, funções de substituição do pai, como protetor do dependente[1].

Dessa forma, as contingências materiais empurravam “agregado” ou “camarada” à dependência pessoal do patriarca por meio da negação do nivelamento social de ambos agentes. Apesar do contato com as relações salariais, o homem livre era fracamente incorporado ao mercado de trabalho em função de a oferta de emprego ser escassa e incerta. Logo, as ocupações desses homens tornavam-se descontínuas e a própria relação com o patrono carecia do vínculo ocupacional concreto, pois prestava, apenas, eventuais serviços.

Nessa perspectiva, os trabalhos e os favores realizados pelo “camarada” atestavam a dívida ao senhor, com base na manutenção dos próprios meios de subsistência. E a dominação pessoal do patriarca tendia a anular a vontade do dependente, sem autonomia de decisão inclusive sobre a própria vida ou morte, gerando a “dissolução de motivos e objetivos próprios em interesses alheios, pelo dependente, que tem por corolário a atitude do superior, que afirma sua condição subumana”[2].

O dependente era simultaneamente um desqualificado social e moral, em uma ordem na qual o *status* provindo da honra estava diretamente ligado à posição na hierarquia social. Sendo assim, o homem livre era objetivo de coerção inclusive do Estado, que o obrigava a trabalhos servis, gerando para esse dívidas de tributos devidos – inclusive com a pena de prisão em caso de infração[3].

Portanto, a vulnerabilidade do homem livre perante o senhor era contrabalançada pelos compromissos pessoais, que juntavam patrono e dependente, estabelecidos por

---

[1] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** 4. ed. São Paulo: Unesp, 1997, p. 101-104.
[2] Ibidem, p. 103-104.
[3] Ibidem, p. 106.

intermédio do reconhecimento de igualdade entre os pares, fazendo-os aparecer como resultado de um acordo voluntário[4]. Dessa forma, a dependência objetiva aparece para ambos como a ilusão subjetiva de autonomia: "a retribuição de favores ao protetor poderoso adquire a realidade de uma retribuição honrosa que reestabelece, na consciência do dependente, algum sentido de bilateralidade e, através desta, alguma forma de autoestima de reconhecimento social"[5].

Se trouxermos esse cenário para analisar o objeto de nossa pesquisa, vamos perceber que a condição de vulnerabilidade e reconhecimento do dependente perante o patrono, é similar a dos praças perante os oficiais, no interior da Polícia Militar do Pará. Em pesquisa realizada na segunda metade da década de 90, sobre a corporação policial, Jean-François Deluchey já notava o paternalismo vigente por meio das relações de autoridade:

> É a polícia militar que tem os mais altos padrões de organização e possui as regras mais hierárquicas de sociabilidade. Os oficiais da polícia militar do Pará dizem que seria difícil para eles manterem uma amizade, mesmo fora do quartel, com um "não-oficial", um praça. Os oficiais administram seu pessoal de maneira bastante paternalista, "severa mas justa" e estão atentos às necessidades e especialmente aos problemas psicológicos e pessoais dos soldados que estão sob suas ordens. Por sua parte, os soldados são em sua maioria homens jovens, às vezes seduzidos pelo caráter paternalista desta organização, mas os mais velhos sentem amargura vis-à-vis a lacuna intransponível entre o posto de 1º sargento e 2º tenente classe. Em 1991, os praças exigiram um aumento para "democratizar a polícia militar" que, segundo eles, era "uma instituição onde as pessoas são robotizadas para poder aplicar ordens sem questioná-las". De acordo com esta greve chamada "União da Polícia Militar Exploitada", "O flerte e o casamento entre militares de diferentes patentes também é proibido". Tudo seria feito para separar oficiais e soldados. [...] Não é incomum para um batalhão ou comandante da empresa pedir a seus homens que compartilhem seus problemas, incluindo seus problemas particulares, para que o comandante possa ajudá-los a resolvê-los. Esta assistência é evidentemente acompanhada por uma autoridade considerada incontestável. Um comandante de uma companhia de polícia militar falou com seus homens um dia: "Sou eu quem decide os dias de licença, quem irá parar, quem irá para a rua (aqueles que

[4] Ibidem, p. 106-108.
[5] SOUZA, Jessé. A constituição do poder pessoal: O dependente formalmente "livre". In: SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania:** Para uma sociologia política da modernidade periférica. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2012. p. 126.

> teriam cometido irregularidades), quem ajuda (aqueles que estão em posição ruim) em delegacias de polícia”[6].

Por conseguinte ao que foi exposto, as classes populares, majoritariamente negras, que sempre se encontraram alijadas da participação contínua no mercado de trabalho, encontravam no funcionalismo público (Exército e polícia) as chances de sair da situação de pobreza, constituindo uma verdadeira relação de dependência excessiva do “emprego de uniforme”[7]. A dependência material relativa dos praças à continuidade da relação salarial é o atestado da falta de autonomia material desses no que se refere à manutenção de sua condição social.

Nesse cenário, todos os praças, e alguns oficiais, afirmam a instabilidade social antes do acesso à Polícia Militar e como, após o ingresso na corporação, conquistaram um novo *status* social e estabilidade material. Sendo assim, percebe-se que a hierarquia moderna de *status* e dignidade, comprovada por meio do trabalho “bom, digno e honesto”, impelem os praças advindos de famílias “honestas” – das quais, na maioria das vezes, só receberam uma herança moral – a ocupações precárias e desqualificadas (que prescindem de títulos escolares).

Dessa forma, a busca da dignidade por meio da autonomia pessoal esconde o fato de que “a dignidade do trabalho é apenas um rótulo genérico, e que na prática algumas ocupações são mais dignas do que outras”[8]. Essa é, portanto, a condição social da ocupação de praça em si e da abertura ao exercício volitivo dos oficiais. A associação moral (compromisso de honra) e o recrutamento voluntário constroem as condições de ilusão subjetiva de “liberdade” que, após o período de socialização, transformam a dependência material em dívida moral frente aos oficiais. Isso faz com que a situação de dependência, e tudo o que possa ser conquistado por intermédio dela, seja encarado como uma graça, expressado pela frase: “tudo que eu tenho foi a polícia que me deu”.

A necessidade do afastamento entre praças e oficias, inclusive sobre o controle do matrimônio entre diferentes estratos, é ao mesmo tempo acompanhada pelo poder pessoal do comandante, que cobra inclusive detalhes da vida pessoal de seus subordinados, como

---

[6] DELUCHEY, Jean-françois. **Sécurité Publique et Ordre Démocratique au Brésil L’Etat du Pará.** 2000. 582 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sciences Politiques, Ufr D'etudes Des Societes Latino-Americaines, Universite Paris Iii, Paris, 2000. p. 256-257.

[7] SANSONE, Livio. Fugindo para a Força: Cultura Corporativista e “Cor” na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 3, 2002, pp. 519-520.

[8] MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2009. Cap. 11. p. 258.

critério do uso de um poder irrestrito. Essa relação de distância e proximidade, segregação e intimidade, centro da dominação do patriarca familial, torna-se possível na corporação exatamente em razão da sociodicéia familial colocada em jogo a todo momento – não são apenas colegas de trabalho, são "camaradas" e "irmãos de farda".

Portanto, é no respeito a uma ordem doméstica apreendida – daqueles que podem ser próximos fisicamente, mas se hierarquizam segundo situações estatutárias diferentes – que o poder paterno dos oficiais justifica-se: idealmente todos respeitam os mesmos valores morais que os unem e os separam. A autoridade eticamente regulada por princípios que desautorizam a apropriação do cargo pode ser mobilizada como atributo pessoal pelos oficiais que, na relação de comando com os praças, podem fazer valer sua condição de dependentes frente à corporação – cujo potentado personificado são os próprios oficiais.

Destarte, os "bons comandantes" não são aqueles que abrem mão de seu poder paterno, mas aqueles que tendo consciência dessa posição, e apoiados na tradição da corporação (seu conjunto de normas morais escritas e costumeiras), agem de forma "justa" na disposição do destino social dos praças:

> Sim, eu acredito que comandante, um comandante bom, é aquele comandante correto, justo. Isso que eu tenho o pensamento de comandante. E mesmo a gente na rua, por exemplo, eu no caso, gravado, quando eu vou pra uma guarnição na rua, eu procuro ser justo também. Se a pessoa trabalhar correto comigo não vai ter benefício, mas vai ter um olhar diferenciado, vai ter uma amizade até. Eu vou gostar de trabalhar só pelo fato de ele trabalhar correto. Fora isso, o comandante sendo justo pra mim tá ótimo. Se eu tiver errado, eu vou aceitar a punição, mas se eu tiver certo eu vou reclamar (PM21).

Como veremos, a diferenciação social da corporação, com base na hierarquia social e na especialização funcional, estrutura em termos diferentes o exercício do poder paterno institucional, o qual opõem diferentes agentes em diferentes espaços sociais: o quartel e a "rua". Assim, o quartel é o equivalente militar da "casa", que garante o poder paterno do comandante sobre os subalternos (praças e oficiais) por meio dos instrumentos objetivados de poder delegados pela corporação: as sanções positivas (medalhas, elogios e promoções) e as sanções negativas (punições).

Em contrapartida, na "rua", a ascendência dos oficiais sobre as praças é gerada por critérios que tendem a tornar a relação de comando-obediência mais horizontais, já que pressupõem a dependência física mútua, a qual terá menos condições de se tornar

arbitrárias. Logo, entre esses dois espaços, a balança do poder paterno institucional pende da submissão dos praças às graças concedidas pelos comandantes na caserna – visada enquanto benefícios materiais – à relação baseada na defesa e proteção mútuas por todos os pares contra os perigos da "rua" – os "vagabundos", "bandidos".

A própria organização social da instituição propicia com que a dominação dos oficiais sobre os praças nunca leve às simultâneas dependências material (provisão) e física (proteção), o que ocasionaria total personificação da dependência em relação ao comandante, e, portanto, à completa submissão ao seu exercício volitivo pessoal. Isso posto, o único caso que mais se aproximou dessa foi a constituição da relação comando-obediência entre o comandante do Batalhão de Policiamento Tático (BPOT) e seus subalternos – e que será tratado ao fim do capítulo.

Com base na análise aqui proposta, observamos que existiram várias mudanças estruturais entre a pesquisa realizada por Deluchey e a presente pesquisa. Entretanto, nos dois trabalhos é fato perceber que a estrutura geral que dá condições ao exercício do poder paterno por parte dos oficiais se mantém. Para comprovar tal assertiva, estudaremos a questão da contraposição entre o "quartel" e a "rua", a fim de verificar a variação de exercício do poder paterno institucional.

A partir dessa perspectiva, é fato que existem duas tendências concomitantes presentes na relação de autoridade dentro da corporação policial militar. Primeiro, a tendência à dissociação dos policiais por meio da hierarquia das "dignidades" e das atividades que lhes são relativas. A ascendência do oficial ocorre por meio da delegação institucional, expressão impessoal da autoridade da corporação.

Segundo, a tendência à interdependência dos agentes nos espaços institucionais responsáveis pela atividade fim (policiamento ostensivo) da corporação. Esse tipo de ação estabelece uma relação de confiança na qual todos os policiais envolvidos precisam dar prova da sua perícia na atividade para conseguir receber crédito de seus companheiros. A submissão à representação comum da atividade por todos os participantes leva à construção de relações "horizontais" que derivam do próprio engajamento nesta.

Sendo assim, as duas tendências correspondem aos dois espaços sociais opostos: o quartel (distância) e a "rua" (proximidade) e, dependendo das condições estatutárias dos participantes das relações de comando-obediência, pode haver uma tendência diversa da realização do poder paterno.

### 4.1 O quartel

A dominação pessoal do patriarca está apoiada no seu potentado concreto frente ao dependente. Não existe ninguém acima do patriarca: sua palavra é sempre a final. Apesar de a tradição pesar sobre as ações do senhor, essa não oferece nenhum freio real a seu exercício volitivo. A passividade dos dependentes à arbitrariedade do patriarca não é exercida somente em relação ao exercício potencial de violência física, mas também diante de um "mínimo de submissão voluntária": a submissão deve ser encarada como legítima por aqueles mesmos que estão sendo submetidos[9].

Portanto, a dominação pessoal apoia-se na ilusão das graças concedidas pelo patriarca: as trocas realizam-se com base em uma dívida impagável pelo dependente. A exposição frente à vontade alheia se constrói pela confirmação por meio das barganhas de favores da situação de subalternidade daquele que nada pode conceder em troca. Por conseguinte, os comandantes policiais militares também se apoiam em graças para realizar seus desígnios: medalhas, elogios, notas nas fichas de avaliação etc. Todos esses elementos dão as condições de ascensão dos comandantes frente aos subalternos, e são conquistados em razão da posição de máxima autoridade dentro de um espaço físico delimitado: o quartel.

Sendo assim, a hierarquia é encenada por meio dos ritos militares (honras, tratamentos e sinais de respeito) a relação de submissão à vontade alheia. Porém, isso só ocorre em função do monopólio dos instrumentos objetivados, conseguidos pela primeira vez quando o oficial é alçado ao comando de uma Unidade de Execução Operacional (UEOp)[10]. Logo, nesse espaço, dependendo de quais forem os termos da relação de comando-obediência (oficiais superiores-oficiais subalternas ou oficiais-praças), a concessão de graças constituirá o resultado de uma relação social específica.

#### 4.1.1 Trocas sublimadas

A "economia" deve ser negada em todos os estratos da corporação policial-militar como condição de manutenção da honra ligada ao exercício da autoridade oficial. A devoção à instituição é a condição do exercício, conforme os preceitos da autoridade

---

[9] WEBER, Max. **The Theory of Social and Economic Organization.** Glencoe: The Free Press, 1947, p. 334-338.

[10] As UEOp são os batalhões e companhias independentes, responsáveis pelo policiamento ostensivo setorizado territorialmente. ESTADO MAIOR GERAL. **N° 001/2014**: DIRETRIZ GERAL DE EMPREGO OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ DGOp/PMPA. Belém: Polícia Militar do Estado do Pará, 2014, p. 34.

institucional agindo por meio do oficial, seu portador desinteressado, que por isso pode se confundir com a própria instituição. Sendo assim, esse ideal deve ser afirmado até quando está sendo negado.

Dentro desse cenário, a expressão de interesses materiais ("dinheiro") se desenrola em afirmações contínuas sobre as provas de devoção à instituição e da falta de *status* do policial, o que só funciona para reafirmar o compromisso com sua "nobre missão". Essa representação é garantida sobretudo entre os oficiais, que encaram o "poder econômico" como uma condição mínima para a realização dedicada da função. Com base nessa premissa, o "trabalho honesto" e "devotado" é ponto de honra para os oficiais:

> A motivação principal no mundo capitalista é o dinheiro, infelizmente. Você tem que ter um poder econômico pra se manter, pra viver uma vida digna, pra dar uma vida digna pra sua família. Tem que se assim, realmente, mas não pode ser só isso. O profissional, ele tem que dar aquele plus a mais. Quantas vezes eu chego em casa, pensando se vale a pena ou não eu me doar tanto. Eu como 25 anos de polícia chegar as vezes... eu não preciso mais, eu chegava às vezes 9 da noite, 10 da noite, rondando com a minha viatura, abordando, conversando, passando nos pontos, verificando se tá tudo bem nos postos de saúde, mas isso ninguém vai lembrar, eu não fiz nada mais nada menos que a minha obrigação. As pessoas que vinham da ilha estudar, eu tava lá no horário, na praça Princesa Isabel, aguardando por elas. Quando elas saiam de novo pra voltar. Ninguém vai lembrar. Mas uma abordagem infeliz que eu faça eu vou ser lembrado pelo resto da vida. Isso é ser policial. Mas se eu não procurar me motivar, não, eu sou uma peça essencial. Eu sei que eu não vou mudar, mas eu vou fazer algo diferente. Enquanto eu tiver aqui eu vou ajudar, porque eu sei que eu tenho como fazer isso, eu tenho como ajudar, e ajudei muita gente, graças a Deus. Mas eu vou sair daqui, dessa instituição, pela porta da frente, com sentimento de dever comprido. Se foi feito ou não, por questões de política pública, por questões de política, enfim, de outras situações, eu não sei, só sei que eu vou fazer o meu papel (PM24).

O depoimento do policial esconde as formas de troca que se realizam através da representação da abnegação, já que aparecem na forma de graças. As medalhas, elogios e as fichas de avaliação são trocados sem possibilidade de retribuição, concedidos de forma generosa e recebidos de forma desinteressada. Ou seja, são trocas sublimadas pelo sistema de regras morais que possibilitam a ascendência social interna por meio dos sinais objetivados de honra – medalhas, brevês e elogios[11].

[11] A contraposição das relações de abnegação com a metáfora da mercadoria, e a descrição econômica das trocas de dádivas, graças e favores, permitem construir um contraste sobre a oposição interesse/desinteresse advinda dos valores de altruísmo que prevalecem nos discursos e conduta dos policiais militares. Sobre a aplicação do modelo econômico na descrição da troca de dádivas. STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da**

Entre os oficiais, esses bens são valorizados simbolicamente como sinal de respeito que uns possuem frente aos outros. Em vários momentos, oficiais demonstravam admiração por seus pares, baseado nos brevês conquistados por estes. No primeiro contato com um oficial da corporação, este demonstrava efusiva admiração por um oficial da corporação que havia sido, por duas vezes, o número um da turma em cursos de formação que havia participado[12].

Por conseguinte, os oficiais mostravam com orgulho as medalhas e brevês que possuíam, alguns destes em suas fardas. Um oficial de alta patente possuía inclusive um quadro de cortiça em seu escritório, onde expunha todas as medalhas e brevês que possuía – segundo foi possível perceber existia algo a mais de 30. Isso posto, esses símbolos são insígnias que atestam a ascensão pelo prestígio, numa ordem de reconhecimento que deve ser respeitada com base nas expressões de abnegação e conformidade moral. O recalcamento dos interesses pessoais é condição primeira para eles serem atendidos, sempre na forma de graças concedidas por um superior hierárquico.

Sendo assim, a concessão desses sinais de honra objetiva, geralmente, a relação com um oficial superior próximo. A proximidade entre os oficiais é a chave da explicação do comando paterno nesse estrato. Porquanto, os oficiais subalternos estão mais próximos hierárquica e espacialmente de seus oficiais superiores e, por isso, acabam sendo mais "visíveis" a estes – visibilidade ligada às relações internas do quartel.

Portanto, sobre esse espaço, o oficial consegue realizar o ideal do papel paterno que vigia a coesão e a moral dos subordinados diretos. Para tanto, a concessão de símbolos distintivos é apenas um dos instrumentos objetivados que o oficial superior possui em relação a seus subordinados, e, de fato, é o símbolo mais importante no caso da distinção entre os oficiais.

Dessa forma, medalhas e brevês são recebidos como graças institucionais aprovadas por seus comandantes, e é nisso que repousa a dependência entre oficiais superiores e subalternos. Por isso, a associação moral do corpo de oficias possibilita o compartilhamento de um conjunto de valores morais, com base nos quais se dão o exercício de distinção. Portanto, a graça concedida pelo superior é o poder que este tem

---

**Dádiva:** Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade melanésia. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 48.

[12] A competição entre os oficiais do Exército é incentivada desde o período dos cursos da academia militar por meio das distinções em prestígio entre os militares: "a imagem de uma "competição sadia" é muito forte na Aman. Ela pressupõe a *igualdade de condições* para todas as pessoas num momento inicial. A partir daí, será formada uma escala de *méritos individuais*, provados através de exames". CASTRO, Celso. **O Espírito Militar:** um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 60.

sobre a posição social do subalterno na corporação. A concessão de medalhas, elogios e das notas das fichas de avaliação é utilizada como uma projeção da representação que os comandantes querem fazer respeitar sobre seus subordinados.

Dentro dessa perspectiva, essa relação de comando-obediência reforça a disposição a representar a entrega pessoal por meio do respeito aos critérios morais da conduta policial militar, em que a ascendência do comando é percebida como fundada no prestígio pessoal conquistado com base no exemplo da conduta, e não apenas na assimetria de poder em relação aos seus subordinados[13]. Por conseguinte, os oficiais subalternos respeitam as ordens, porque o comandante pode conceder os símbolos de distinção pessoal, que possibilitam em algum momento que aqueles estejam em uma posição de comando.

Por isso, o monopólio sobre a concessão das graças institucionais possibilita o exercício do comando por meio do prestígio pessoal e da projeção dos valores éticos institucionais sobre os oficiais subalternos, que se veem tendo que responder a essas expectativas caso queiram ter chances de ascender na carreira:

> Critérios: profissionalismo, lealdade, honestidade, conduta, companheirismo, humildade. E assim, esses são os critérios que nós passamos para o comandante das unidades. As indicações são deles, e eles vem aqui com a gente, e a gente vai conversar a respeito dos critérios que foram estabelecidos. E a gente tem que realmente não esquecer esse lado de homenagear quem trabalha bem. Eu acho que a gente tem que tratar desigual os desiguais. A verdade é essa. O cara que trabalha, que sua, que ganha pouco, mas mesmo assim se motiva, que ajuda (PM24).

Minorados o formal investimento do comandante de uma autoridade que retira a capacidade volitiva dos subordinados e as expressões de respeito à hierarquia por meio de todos os ritos da etiqueta militar, a autoridade entre os oficiais não se concentra, apenas, na relação de dependência, mas na ascendência com base na honra.

Por isso, o espírito de corpo tende a se perpetuar entre o corpo de oficiais: eles compartilham de um patrimônio simbólico conjunto que permite o *status* advindo da farda ao conjunto do grupo. A ilusão de homogeneidade social entre os oficiais é tão fortemente defendida, porque somente por intermédio dela é que os jogos de dissociação podem se dar entre oficiais, objetivando os cargos que assegurem o comando. Por conseguinte, a hierarquia do corpo de oficiais funciona com base no fracionamento de um grupo de pares por meio da antiguidade no posto e do merecimento individual.

[13] Op. Cit. Castro, 1990, p. 28.

É uma “hierarquia quantitativa”, pois divide comandantes e comandados apenas por uma diferença de tempo na carreira militar, e que logo pode ser conquistada pelos últimos[14]. Partindo de uma situação de igualdade formal de condições, a ascensão dos postos é possível a todos os seus membros. Isso não significa que todos ascenderão, mas sobretudo, “significa que todas as posições ocupadas pelos oficiais estão dispostas num mesmo eixo de tempo social e que, portanto, são redutíveis e comparáveis umas às outras”[15].

Sendo assim, o ocultamento das clivagens internas só é possível segundo um patrimônio conjunto de honra, que está indissociável da imagem de espírito de corpo, que preserva a unicidade da honra institucional: somente a partir dos princípios coletivos de conduta é possível realizar a distinção individual, pois todos os oficiais são, *a priori*, iguais em honra[16].

Dessa forma, a negação dos interesses materiais é a própria condição para os oficiais subalternos serem reconhecidos enquanto conformes à moral social que regula à instituição. Portanto, quanto mais próximo estiverem desse ideal, maiores serão as chances dos ganhos institucionais que advém do desinteresse. Logo, o recalque das demonstrações de interesse garante a representação da conduta honrosa de um policial militar, que coloca em primeiro lugar a corporação e a sociedade:

> Olha, é uma questão meio complicada essa de elogio, porque eu não faço muita questão, essa que é a realidade, eu não faço muita questão de elogio, de medalha ou coisa parecida. Inclusive agora recente o meu comandante até brincou comigo, quando ele falou que ele ia pedir pra mim a medalha “Tiradentes”, e antes que eu desse a resposta, se era interessante ou não, ele falou em tom de brincadeira “Eu sei que não é importante pra você, mas eu vou te dar do mesmo jeito”. E aí eu agradeci “Obrigado pelo reconhecimento”, mas eu nunca trabalhei, assim, visando elogio ou coisa parecida, eu sempre trabalhei visando mesmo o profissionalismo. Elogio já é consequência (PM25).

Por isso, a ascendência no corpo de oficiais é ao mesmo tempo moral e material, pois os cargos possibilitam ambas formas. A relação entre oficiais e praças estabelece-se pela assimetria de poder, pois os praças não podem conceder, mas apenas receber, esses signos, já que os oficiais possuem o monopólio sobre os meios oficiais de sanções positivas e negativas.

---

[14] Ibidem.
[15] Ibidem, p. 26-27.
[16] ROHDEN, Fabíola. Para que Serve o Conceito de Honra, ainda hoje? **Campos**: Revista de Antropologia, Curitiba, v. 2, n. 2, p.101-120, jan. 2006, p. 108.

Destarte, a sobreposição entre oficiais e praças é uma "hierarquia qualitativa", pois estão em desigualdade de condições de partida, visto que existe a entrada dupla na corporação[17]. Sendo assim, as posições de obediência são intransponíveis devido à divisão em corpos, que impossibilita aos praças ascender a posições de comando, adstrito ao corpo de oficiais.

Portanto, por se encontrarem despossuídos dos instrumentos objetivos que garantem o comando – fichas de avaliação, de concessão de medalhas, elogios, folgas e diárias e punições disciplinares –, os praças são o polo passivo do exercício de poder. Isso cria uma relação de dependência específica do corpo de praças com o corpo de oficiais. É o que será analisada à frente.

### 4.1.2 Comando e concessão de graças

> P: Quais são seus planos futuros dentro da polícia militar?
>
> R: Eu pretendo ficar, irmão, na polícia até o dia que Deus me permitir ficar. Porque daqui eu tiro o meu sustento, né, o meu sustento e da minha família. E eu tenho que permanecer aqui até do dia que Deus permitir (PM3).

A dependência em relação à ocupação na corporação estrutura a pequena mobilidade social possível para os praças. A maioria não percebe a mudança da situação atual, mesmo que consigam "galgar" alguns degraus da hierarquia social interna. Dessa forma, alijados do mercado de trabalho, que demanda qualificação escolar, e com poucas chances internas de ascensão, esses se percebem presos ao mesmo lugar social que conquistaram ao acessar a corporação.

Sendo assim, a fuga da anomia social anterior em direção a "estabilidade financeira" consegue tornar possível a provisão por parte dos policiais homens da família de origem e da atual. Por conseguinte, a ligação a essa coletividade torna mais difícil a ascensão individual do policial, já que, segundo as regras aprendidas no seio familiar (de entreajuda, solidariedade e provisão masculina), o praça só conseguira ascender se "levar consigo" seu grupo familiar: a ascensão individual deve ser acompanhada pela mobilidade social vertical da família como um todo. Porém, sem títulos escolares valorizados no mercado de trabalho e tendo que responder às demandas materiais do grupo familiar, o praça tem poucas esperanças de ascensão individual.

[17] Op. Cit. Castro, 1990, p. 28.

Por isso, em relação a esses policiais, a dependência material impede que os sinais distintivos de honra institucional, valorizados pelos oficiais, sejam considerados essenciais. O *ethos* militar é subsumido pelo *ethos* provedor dos policiais praças, incidindo sobre eles a desvalorização simbólica das graças institucionais, e sua consideração por aspectos sumamente materiais:

> P: O senhor acha importante a questão das medalhas? Quando chegasse o momento o senhor se sentiria gratificado de ganhar alguma medalha?
>
> R: A medalha ela influencia para a gente galgar um posto maior, ela influencia. Mas sinceramente, meu irmão, eu não como medalha, eu não compro nada com medalha. A minha família precisa de sustento, precisa de roupa, calçado, de comida, precisa de lazer. E nada disso eu vou obter com medalha. Então para mim medalha eu não faço nem questão (PM3).

Dessa feita, as medalhas e os elogios são considerados, pelos praças, somente como elementos que comporão as suas fichas individuais, e, quando chegar o momento, contribuirão para sua escalada hierárquica. A primeira medalha é conquistada somente com dez anos de efetivo serviço na Polícia Militar[18], por isso as considerações sobre sua importância só são levadas em conta por aqueles que conseguiram ascender a cabo e procuram ser promovidos a terceiro sargento.

Portanto, os policiais consideram os símbolos de distinção corporativo apenas pelos aspectos que os asseguram um provento melhor por meio da ocupação de novas graduações. Contudo, os praças concentram-se em melhorar as condições de provisão do seio familiar, mas não enxergam no avanço dos graus hierárquicos a realização do ideal de prestígio pessoal. Ao não se verem reconhecidos nessas distinções, percebem que os outros também não enxergam neles essas qualidades:

> P: Reputação, imagem... Como o senhor considera isso importante pra reconhecimento pessoal?
>
> R: Nossos comandantes não reconhecem isso em nós, pra eles tanto faz, tanto fez! Isso ai é momentâneo, tem uma hora que vai ter importância pra mim, tem outra hora que não vai ter!
>
> P: A medalha, no caso.
>
> R: É! Pra mim tem uma hora que vai ter importância, mas pra eles lá, não cheira, nem fede (PM2).

[18] Entre as várias medalhas, existem três que se dão conforme os serviços à corporação em decênios (medalha de 10 anos, de 20 anos e 30 anos).

Sendo assim, a percepção dessa diferença de *status* entre os dois estratos, oficiais e praças, condena os segundos a não encontrarem a mesma confirmação do reconhecimento individual nas distinções simbólicas institucionais como os primeiros. As graças concedidas pelos comandantes conformam-se por meio de outro ponto de vista: o dos praças que enxergam nas honras institucionais concedidas oportunidades econômicas. Por conseguinte, as graças concedidas não são a medalha ou o elogio, mas estão relacionadas diretamente à oportunidade de ascensão interna; não serão tampouco o reconhecimento oficial sobre seu *status*, mas as recompensas, em curto prazo, de folgas e viagens pagas, que lhes serão concedidas, quando forem eleitos os melhores profissionais do mês.

Sendo assim, a pontuação de produtividade, baseada nos flagrantes realizados na atividade de policiamento ostensivo, consegue lhes proporcionar alguns ganhos laterais, os quais são almejados pela provisão material imediata. O mérito aparece como uma ordem de acesso a bens materiais específicos:

> Gratificações. Viagens. Porque viagens tem um certo limite, então vai o policial que mais se teve a meritocracia atingida, ou... basicamente isso. É viagem, uma folga de serviço. Por exemplo, apreendeu várias drogas no dia, ou no mês, aí o ponto dele né que a gente coloca por pontos. Aí ele atingiu o maior ponto, então ele tem direito à folga. Apresentação de arma, direito à folga. Então basicamente isso. Folga, viagens concedidas, isso são a meritocracia (PM22).

Os praças não possuem proximidade hierárquica com os oficiais para conseguirem compartilhar da dimensão ritual das interações sociais que levam às recompensas simbólicas, e tampouco têm interesse nessas distinções, já que é por meio da resposta às contingências materiais familiares que eles conquistam a distinção social de "pai de família" – como só possuem recursos para responder a essa dimensão de suas vidas sociais, retiram o reconhecimento principalmente da garantia de provisão familiar.

Contudo, existe uma forma de adquirir proximidade com os comandantes: realizar as funções administrativas da polícia. Como as atividades burocráticas se concentram nos quarteis, elas são necessárias tanto em unidades menores de execução (os batalhões e companhias responsáveis diretamente pelo policiamento ostensivo) quanto nas maiores, estas responsáveis pelas funções de planejamento, nas quais ficam os oficiais em postos mais avançado. Portanto, ser indicado para as atividades nesses órgãos pode levar os praças a se aproximarem lateralmente dos oficiais que são distantes hierarquicamente. Ao

interagirem cotidianamente com os comandantes, que monopolizam a concessão de honras institucionais perante seus subalternos, os praças podem ter mais chances de receberem as graças:

> Medalha... o elogio, isso são regras, a própria questão de verificação do merecimento, do mérito do policial ascender, graduação posterior né, é válido? É válido. Agora a gente percebe que tem policial que trabalha interno, sobretudo no Comando Geral, que é mais acompanhado, eu não quero pensar que foi, como é que se diz, foram beneficiados "ah, porque trabalha comigo, ganhou medalha". Vamos dizer assim, que eles foram mais bem observados. E quase todos lá tem medalha. Então quando tava fazendo preparatório pro CHO[19], tem um colega que ele falou, que ele é uma turma depois da minha, ele falou que vai ser promovido a sub, porque tem todas as medalhas, eu não tenho todas as medalhas, então provavelmente eu não vou ser sub (PM21).

Como já detectado na pesquisa de Elcimar Lima sobre a polícia paraense, os cargos administrativos proporcionam aos praças a proximidade necessária em relação aos oficiais, para que os praças que trabalham nas atividades burocráticas tenham prioridade nas viagens para os melhores destinos (que pagam as maiores diárias), por ocasião das grandes operações policiais, e das medalhas, elogios e condecorações, por ocasião da mudança dos comandantes das unidades[20].

A jornada de trabalho das funções operacionais é diferenciada em relação aos policiais – que trabalham em turnos diurnos e noturnos de 12 horas, com folgas de 24 e 48 horas, respectivamente. Os policiais na atividade burocrática trabalham entre segunda e sexta, de 9h às 16h. O horário de trabalho é valorizado pelos praças que necessitam realizar alguma atividade diária extra-quartel: prioritariamente mães para cuidar de seus filhos e praças que estejam cursando uma graduação.

Portanto, a dimensão diária do tempo social é importante para compreender a relevância do horário de trabalho dos policiais militares. Como são controlados por seu estatuto e justiça específicos, os policiais militares não possuem seus direitos trabalhistas controlados pelos instrumentos costumeiros da relação de trabalho: nem pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e nem pelo Regime Jurídico Único (RJU) do

---

[19] O Curso de Habilitação para Oficiais (CHO) é necessária para aqueles praças que desejam ascender para o Quadro de Oficiais de Administração (QOAPM).

[20] LIMA, Elcimar Maria de Oliveira. **Polícia e Policiamento:** as ambivalências entre a formação profissional e a prática policial na periferia de Belém. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p. 107.

funcionalismo público. Sendo assim, a corporação gere a carga horária do policial por meio das necessidades inerentes às suas atividades, e não conforme o respeito a uma carga horária regulada de trabalho. O imperativo da "dedicação integral ao serviço"[21] é cobrado inclusive com base na disponibilidade do policial à corporação, que por "necessidade de serviço" pode vir a convocá-lo:

> Ainda tenho, de uma certa forma, porém nem tanto. Porque aquilo que tu falou "Porque quem tá no operacional não quer vir pro administrativo? Quem tá no administrativo não que ir pro operacional?". Porque a gente já cria uma rotina, a gente tenta criar, apesar do policial militar não poder ter nada... rotina certa mesmo, porque esse item "necessidade de serviço", a escala muda, mas tu já tá acostumado do ritmo. Mas eu to preparado. No momento, tá bom pra mim tando no administrativo, né, pela forma como eu já... tipo tu tá fazendo um curso, tá estudando inglês, ou tu tem uma rotina na tua casa, por enquanto. Mas também, lógico, no futuro, eu penso em voltar pro operacional (PM15).

Portanto, a partir do controle da vida dos policiais militares podemos ver como o caráter da dependência material da relação de assalariamento pode comprometer as próprias chances de mobilidade social dos praças. Os tempos da "casa" e do "estudo" são afetados pela rotina incerta de trabalho dos policiais militares, o que pode impossibilitar os investimentos nas atividades coligadas a esses tempos.

Os praças, que ainda conseguem investir na conquista de um título de ensino superior na tentativa de ascensão social, não conseguem estabelecer uma rotina diária necessária à presença nas aulas e aos momentos de estudo. Sendo assim, a concessão da função administrativa pelo comandante pode, então, lhes propiciar organizar o tempo individual em consonância com o "tempo civil", e não segundo rotinas de policiamento ostensivo que alternam entre cargas horárias de 12h diárias e noturnas.

Por outro lado, as mulheres grávidas e as com filhos pequenos são alocadas no setor administrativo, exatamente em razão da divisão entre a atividade ocupacional e o trabalho doméstico de cuidado das crianças. Para conseguir garantir os tempos domésticos necessários aos cuidados da família e da casa, as mulheres ocupam principalmente as funções administrativas. A necessidade da organização dessas duas rotinas leva policiais ainda jovens, principalmente mulheres, ao serviço administrativo. Isso posto, a disponibilidade do tempo da vida dos policiais militares à corporação faz

[21] **Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Estado do Pará**. Belém, PA, art. 6, §1, III.

com que esses necessitem da relação de “concessão de tempo” do comandante por meio de favores pessoais:

> R: Bastante, a gente tem, a gente precisa desse espaço aqui, né, de estudar, coisa que a gente não tem. Tem aquela concessão do comandante, mas como tem aquela rotatividade do comando, aí vai um vem outro, aí “Não, esse aqui eu não quero mais, é cabo”, aí outro “Não...” dá mais oportunidade. A gente fica muito a depender, entendeu, dessa concessão. Mas que deveria, eu até já procurei uma lei específica aí que tivesse, entendeu, que embasasse pra gente poder estudar.
>
> P: Mas a concessão que o senhor fala é pra que? Pra fazer a faculdade em si?
>
> R: Não, é tipo a concessão de tempo pra gente fazer. Que o nosso horário aqui não é aquela coisa fixa, sabe? Não pode dizer “Ah eu trabalho de manhã, aí a tarde eu vou estudar”, não, tu trabalha de manhã hoje, amanhã tu pode tá a tarde, e assim muda, todo o tempo. Aí quando muda, e tu tiver lá estudando, o que que vai acontecer? Tu via trancar ou vai largar. Eu acho que é uma dificuldade muito grande que a gente tem dessa daí, de conciliar Polícia e estudo. Uma grande dificuldade isso aí (PM16).

Além de estenderem sua vontade sobre a situação dos praças por meio do controle de suas rotinas e da concessão das honras, a corporação também possui como instrumentos as punições disciplinares. Alguns praças contam histórias antigas sobre algumas arbitrariedades cometidas por seus comandantes por meio de punições que eram e continuam sendo sua prerrogativa.

Segundo um 3º sargento com mais de 20 anos de serviços prestado à corporação, antes (até o começo dos anos 2000) as exclusões eram várias: “hoje nós somos muito mais entendidos. Conhecedores dos nossos direitos. Hoje não se exclui, hoje não se sai policiais por qualquer motivo. Tem que antes haver trânsito em julgado. Antes ocorria algumas coisas que não era para ocorrer” (PM17). Portanto, a diminuição das punições arbitrárias parece dever-se menos ao conhecimento dos seus direitos, como o sargento afirma, e mais à constituição da Corregedoria Interna e à garantia de processo formal para a exclusão dos policiais militares.

Dessa forma, o poder das punições disciplinares, prerrogativa de seus comandantes imediatos, poderia influenciar nas possibilidades de ascensão interna, e inclusive com expulsão da instituição. Porém, agora, devem respeitar os ritos oficiais obrigatórios:

> Não, a punição, ela não atrapalha em nada, a não ser que venha a ferir o decoro da classe, uma coisa, assim, extremamente... mas fora isso não, o que se pega ali é a pontuação que você vai somando negativamente, e essa pontuação, você muda de comportamento pra cada vez pior, até que um dia você responde um procedimento chamado "Conselho de Disciplina", se for praça, ou "Conselho de Justificação", se você for oficial. E aquilo ali poderá jogar ou não a pessoa na rua. Fora isso, não (PM25).

Atualmente, os comandantes imediatos podem influenciar as possibilidades de ascensão dos praças, positivamente, por meio da concessão de honras, ou dispor da própria organização de seu tempo. A segurança da manutenção da posição social atual dos praças possibilita que o paternalismo na relação entre o comandante e seus subalternos se expresse mais na relação próxima e nas graças do que na afirmação de seu potentado com base em atos arbitrários.

Dessa forma, a dependência material da ocupação corrobora com a discrição do comandante por meio da concessão das honras (medalhas, elogios etc.), que podem contribuir para sua ascensão interna, e da "concessão de tempo" ao praça para a realização de alguma graduação, o que também influencia em suas possibilidades de ascensão social. Assim, a proximidade dos policiais no quartel, o equivalente da casa para a "família policial militar", permite que o comandante represente o papel paterno frente aos filhos, por mio do conhecimento de seus problemas pessoais e das ajudas que pode conceder:

> E é amigável. Não tem porque ser um contato desrespeitoso, entendeu? Mesmo porque tu tá trabalhando com pais e mães de família. Tem que ser respeitado. Tu acabou de ver aqui. O menino entra aqui, de vez em quando [não audível] um policial. Chamo todo mundo de filho, de filha. "Não minha filha, fica tranquila". Mas assim, eu procuro ser o mais respeitoso possível, entendeu? Eu acho que tem que ser. Eu acho que não pode ser diferente (PM24).

Sendo assim, a disposição sobre a condição dos praças pelos oficiais-comandantes é apenas indireta, e ocorre pelo o que eles podem oferecer ao praças para melhorar sua situação social. Portanto, o comando conquistado no interior de uma organização policial militar, um prédio físico, na prática, dá as condições necessárias àqueles que estejam mais próximos dos seus comandantes a entrarem na relação de poder paterno, por meio das graças institucionais.

Se imaginarmos "que uma representação ressalta os valores oficiais comuns da sociedade em que se processa, podemos considerá-la como uma cerimônia, um

rejuvenescimento e reafirmação expressivos dos valores morais da comunidade”[22]. Dessa forma, podemos compreender a relação de comando-obediência nos quarteis. Sendo assim, as regulações das deferências militares e dos pequenos ritos de respeito realizados todos os dias nos quartéis são as condições da concessão de graças aos praças, que atestam sua posição de dependência e das trocas sublimadas entre os oficiais.

Por fim, podemos dizer que a “hierarquia é a base sobre a qual se exteriorizam cotidianamente sinais de respeito, honras, cerimonial, continências, ordens e comandos”[23], e impõe uma “visão do mundo como feito de categorias exclusivas, postas numa escala de respeitos e deferências”[24].

Sendo assim, A caserna é o espaço no qual esses cerimoniais têm suas condições de exercício. Como a maioria dos policiais militares são empregados em atividades de policiamento ostensivo, nas quais essas representações são pouco mobilizadas, esses acabam ficando afastados dos ganhos específicos das trocas sublimadas que se realizam no quartel. Portanto, para eles, permanecer nas ruas, distante de onde os ritos de deferência acontecem, “é permanecer longe do lugar onde a realidade está acontecendo”[25].

### 4.2 O comando operacional

O sistema de regras éticas impera como o ideal perseguido de conduta dos policiais militares e impõe uma espécie de ascese pessoal na busca da perfeição, segundo os princípios da moral social corporativa. A única forma de se distinguir entre camaradas é por meio de exemplar demonstração de entreajuda, abnegação e sinceridade. A correição moral dos policiais é a condição para que eles consigam firmar suas palavras diante um dos outros. Dessa forma, o *ethos* de honra dispõe da distinção alcançada por meio da imagem que se constitui de si e dos outros[26].

---

[22] GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 58-48.
[23] LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver:** um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Fgv, 1997, p. 53.
[24] Ibidem, p. 115.
[25] Op. Cit. Goffman, 2014. p. 48.
[26] BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática:** precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras: Celta Editora, 2002, p. 18-19.

Toda manifestação pública dos policiais deve ser sincera ("amor à verdade"[27]) e honrada (segundo a ética), conformando a identificação de sua palavra de honra: o policial fala por sua honra, mas não em seu nome. Dessa forma, ao respeitar os imperativos de discrição para com seus pares, o oficial está construindo as condições ideais para o exercício da autoridade no interior da instituição, já que qualquer de suas expressões deve ser interpretada como expressão da instituição, e não do indivíduo que a representa.

Por conseguinte, o afastamento dos vínculos íntimos entre os pares representa a pretensão de uma autoridade pela qual a devoção emocional à instituição faça com que o policial expresse, impessoalmente, sua individualidade, identificando-se completamente com esta. Contudo, a distância e a oficialidade em que a relação de autoridade deve se fundar esbarram nas condições de fato para seu exercício, como a proximidade necessária às atividades diárias da corporação:

> Olha, o que eu acho, a grande diferença, por exemplo, das Forças Armadas pra Polícia Militar é porque a própria dinâmica do nosso serviço, que é de rua, principalmente de rua, operacional, tá muito mais próximo, né, principalmente tenente-coronel, major, capitão, tenente, os praças tão muito mais próximos entendeu, existe uma proximidade maior. Isso é inerente, entendeu? Existe uma proximidade maior porque tu estás no combate do dia a dia. Então isso, eu acho que é muito diferente. O próprio rigor e tal, eu acho que as Forças Armadas é mais rigoroso que a gente. A gente flexibiliza mais pela própria dinâmica da coisa (PM24).

Dizer que a Polícia Militar e as Forças Armadas são diferentes pela "proximidade", relega outra forma de exercício da autoridade por parte dos oficiais da PM. Na realidade, essa diferença entre proximidade e distância está sinalizada nas próprias Forças Armadas, entre as unidades menores, operacionais, em situação de combate, e as unidades maiores, que comandam grandes contingentes e estão num quadro burocrático mais complexo, como o Estado-Maior.

Desse modo, para as primeiras, o tipo ideal do "líder", que conquista sua ascendência frente aos subalternos pelo carisma pessoal, realiza suas funções apelando para a construção de vínculos pessoais com a tropa, que incuta confiança nesta e consegue dirigir seus homens por meio de um tratamento "humano" e do exemplo da conduta ética conforme a exige de seus subalternos[28].

---

[27] "São atributos inerentes à conduta do policial militar, que se consubstanciam em valores policiais militares [...] o amor à profissão policial-militar e o entusiasmo com que é exercida". Op. Cit. Pará, 2006, XXV, art. 17.

[28] Op. Cit. Castro, 1990, p. 24-28.

Em contrapartida, para as unidades maiores, o comandante exerce a autoridade legal, baseada em sua competência, e não da maneira como se porta com seus companheiros[29]:

> Gradualmente se desvanecem as relações baseadas no carisma, e a tendência é se dissiparem os laços entre as patentes e se estreitarem os círculos hierárquicos; as relações circunscrevem-se às patentes respectivas, tão logo os critérios de sociabilidade passem a ser os predefinidos institucional e coletivamente. E, nesse sentido, esta é uma coletividade que se caracteriza basicamente como um corpo segmentado em hierarquias, daí seu critério de conduta ideal ser aquele que se fecha nas patentes — sem a chamada *promiscuidade*. O estreitamento hierárquico das pequenas unidades faz parte, assim, de um ciclo que envolve a hierarquia como um todo: ele aparece numa parte da cadeia comando-obediência, mas fica restrito a uma cadeia de unidades que são subcomandos (pelotões e companhias), separando até um determinado ponto os padrões de conduta que diferenciam liderança e comando, mantendo no entanto subordinados e superiores hierárquicos na mesma cadeia disciplinar[30].

Dessa forma, as condições do exercício formal da autoridade institucional precisam ser garantidas pelo afastamento dos subalternos, que, ao mesmo tempo, é hierárquico e ligado à função. Quanto mais "alto" se vai na corporação, mais longe se está dos elementos "auxiliares" e de "execução", das relações pessoais e das atividades de "chão" (policiamento ostensivo).

Por exemplo, caso a Polícia Militar fosse uma instituição totalmente "fechada em si", ou seja, fosse uma espécie de sistema burocrático puro e simples, a autoridade "militar", baseada na hierarquia e nos princípios de comando (ordens) e disciplina (obediência), poderia se realizar plenamente, pois estaria baseada somente nos aspectos do sistema de regras interna (ética policial militar).

Contudo, o "serviço de rua" e o "combate diário" levam os oficiais e os praças a manterem relações de maior proximidade, porque devem agir em equipe: grupos de indivíduos que entram em relação de interdependência pelo caráter de sua atividade[31]. A atividade operacional permeada pela incerteza, tarefas pouco prescritíveis e demandas nada previsíveis prescindem da previsibilidade quanto ao curso de ação dos pares, por meio de um sistema de exigências para o exercício da autoridade em relação ao entorno

---

[29] Op. Cit. Leirner, 1997, p. 73-83.
[30] Ibidem, p. 83.
[31] MONJARDET, Dominique. **O Que Faz a Polícia:** sociologia da força pública. São Paulo: Edusp, 2003, p. 81.

social ("rua"), baseado nas provas de virilidade da rotina do trabalho operacional, base do crédito recebido pelo policial por seus pares, por meio das aptidões consideradas necessárias à prática do policiamento: "atenção", "coragem", "autocontrole" e "tino policial".

Dessa forma, a expressão "ir para cima", diversas vezes citada nas entrevistas, traduz a disposição necessária à garantia da previsibilidade da ação do policial nos momentos em que o exercício da autoridade policial militar se faz necessário. Ou seja, passa-se da troca de palavras à troca de tiros:

> Quais são os companheiros que o senhor gosta de ter nesses momentos? Os companheiros que o senhor gosta de trabalhar?
>
> Os companheiros que a gente tem confiança, né. Aqueles que a gente tem confiança, que a gente já trabalhou, conhece, sabe quem é quem [...] Todo mundo é profissional, mas tem aquele que é mais recuado, tem aquele que já vai pra cima. Daí a gente tem que avaliar no trabalho, no serviço do dia a dia. Tem policial que é bom de serviço, tem uns que já fica com medo. Tem esses detalizinhos aí. Quem é de rua, né? Tá na rua direto, o dia a dia (PM20).

Para conseguir dar *fides* de sua atuação, receber crédito dos subordinados, nessas situações, não é recorrendo simplesmente à autoridade de "linha" (comando) que o oficial consegue desenvolver sua atividade. A confiança necessária dos subordinados ao "trabalho de rua" só pode ser conquistada por meio da prova de perícia nas mesmas atividades realizadas por estes. Portanto, é somente por intermédio da experiência profissional conquistada no trabalho diário e do aprendizado na proximidade com as praças que a atividade consegue ser realizada.

Dessa forma, a sinceridade aparece como uma disposição valorizada em momentos em que a oposição nós-eles torna-se quase absoluta. A solidariedade fraterna que vincula os policiais militares opõe-se aos "vagabundos": um tipo social construído pelos policiais com base na experiência no trabalho de rua e que pode representar ameaça para a própria vida dos policiais. Segundo os policiais, na rua, trabalhando, indo e voltando do trabalho, saindo com a família, é sempre necessário estar "ligado". Nunca se sabe quem é ou não "bandido", quem pode ou não vir a ameaçar sua existência física e de sua família.

Por isso, a atividade de policiamento ostensivo ajuda a conseguir treinar a percepção do "*modus operandi* dos vagabundos", a forma como eles se comportam e se

vestem. Os cargos burocráticos da corporação ao afastarem o policial das "ruas", enfraquecem seu tirocínio[32] – senso prático por meio dos quais os policiais reconhecem quem é ou não "bandido" – e os deixam "relaxados":

> Não, não, tem caras bons no administrativo, porque o batalhão precisa do administrativo. Mas eu acho que com o tempo tu vai relaxando, do que tu ta na rua. Com o tempo tu vai relaxando, relaxando e começa a ficar normal pra ti ficar relaxado. Eu acho que a principal dificuldade de quem trabalha no administrativo é isso, de não ficar relaxado do que estar em rua, porque na rua hora tu está em alerta. Na rua tu começa a ficar mais ligado no modus operandi dos vagabundos, que vai mudando, com o tempo muda. Então tu fica mais ligado do que com o administrativo (PM9).

Dessa forma, a tensão entre os "amigos" e os "inimigos" é percebida como um jogo de demonstrações de força pelos policiais militares. O "trabalho de rua" está marcado pelo risco à vida dos policiais militares e as disputas fatais contra os eventuais "vagabundos" que venham encontrar. Portanto, as demonstrações de virilidade e perícia na atividade, que garantia que todos os policiais preservassem sua integridade física, aparece como critério de validação da autoridade nesse espaço.

Os "antigões", que aprenderam a atividade na prática, devem ensinar aos mais novos aquilo que não foi aprendido no curso da academia de polícia[33]. A ordem de preferência não é concedida pela posição hierárquica, mas pela mútua confiança dos policiais no exercício da atividade, tornando as interações menos cerimoniosas do que as observadas da rotina do quadro burocrático.

Sendo assim, a proximidade nos espaços sociais subalternos, em uma instituição em que a distância é exigida como condição de exercício formal da autoridade, proporciona a possibilidade de validação, pelos praças, da ascendência dos oficiais, já que a própria organização da atividade torna necessária a interdependência dos policiais envolvidos. A própria definição da situação de interação poderá ser negociada entre superiores e subalternos.

---

[32] Tirocínio é a dimensão prática de como os policiais encaram a abordagem de "suspeitos". Caracterizam seus modo de andar, vestir e os locais onde se encontram os "suspeitos" de determinadas práticas criminais. Para uma análise detalhada sobre os critérios da abordagem policial, ver: REIS, Dyane Brito. A Marca de Caim: As características que identificam o "suspeito", segundo os relatos de policiais militares. **Caderno Crh**, Salvador, v. 1, n. 26, p.181-196, jan. 2002.

[33] Op. Cit. Lima, 2011, p. 63-68.

Dentro dessa perspectiva, o oficial não poderá se comportar perante os praças como uma autoridade incontestável, mas terá que construir sua "legitimidade" perante eles por meio das demonstrações de proximidade:

> Os fatores que influenciam, eu acho que é o seguinte, o que eu acho, né, primeiro você se colocar numa situação de... quando você vai pedir pra fazer um ofício, entendeu, pede por favor, cara, não custa nada, o cara é soldado. "Faz esse serviço pra mim, por favor. Me ajuda nisso aqui". Entendeu? Eu acho que nisso tu aproxima mais. Nunca faltaram com respeito comigo por você ser assim, entendeu? Eu acho que quando você determina alguma coisa, existe várias formas de determinar. Você pede uma coisa, existe várias formas de você pedir. Então assim, quando a pessoa tá com dificuldade, hoje em dia, hoje ele já trás aqui pra mim "Comandante!" "Não, peraí, eu vou falar aqui, aí tu mete ficha aí. Aí a tua ideia, bora junto. Se tu achar que não tem nada a ver tu corta a minha, eu corto a tua, mas a gente bora construir esse negócio aqui junto". Então isso é muito legal, muito importante. Isso te trás legitimidade pra tropa, entendeu? Agora a parte operacional, essa legitimidade, ela se dá muito quando tu passa junto. Não adianta eu fazer uma operação tipo "Bom Dia Cidadão", e mandar só os praças pra lá, se o tenente não vai, o capitão não vai, se ele tá de serviço também. Porque não? Vai pra lá mostrar pro cara que tu tá acordando 5h30 da manhã, pra ajudar o pessoal que tá lá em Nazaré, que tá aqui nos corredores, na Pedreira, junto com eles, pô. Isso te trás legitimidade. [...] Depende de cada um. Como eu te falei, depende da maneira que você pede, da maneira que você solicita, determina. Da maneira que você se conduz, né. E a tua legitimidade. Pra te fazer qualquer coisa na vida, administrativo, operacional, ser comandante, tem que ter legimitidade (PM24).

No caso da corporação policial militar paraense, os atributos da "legitimidade" perfazem a relação entre a posição institucional e o caráter das atividades. Por um lado, realizar e possuir perícia nas mesmas atividades que os subordinados têm implicações morais, já que a corporação divide as atividades segundo a dignidade das posições. Contudo, ao realizar a mesma atividade dos subordinados, o oficial confirma a representação que estes (os praças) possuem sobre o valor de suas próprias atividades.

Por outro lado, ao renunciar a distância requerida pela relação de comando, os oficiais abrem mão da representação das diferenças objetivas (de honra, e consequentemente dignidade) nas interações cotidianas. Logo, a "legitimidade" perante os subordinados não é nada mais do que a confirmação, pelo oficial, da autoimagem que os praças possuem de si, mesmo que isso preserve as divisões objetivas.

Segundo os espaços sociais em que as situações de interação são negociadas – a "caserna" ou a "rua" –, estas tomam contornos diferentes, já que existem diferenças,

também, nas próprias atividades envolvidas. Ao contrário do que a corporação impõe por meio da hierarquia, que busca afastar oficiais e praças, com base em deferências militares regulamentares que preservam a interação as distâncias sociais[34], existem aspectos específicos do cenário das interações que permitem relações muito mais próximas.

Sendo assim, a profissão de praças, sendo setorizadas segundo as funções administrativas e operacionais, tende a conferir valor às próprias atividades, que são os elementos por meio dos quais os oficiais podem construir a própria "legitimidade", já que realizar a mesma atividade é se aproximar – física e pessoalmente – dos praças e de sua representação sobre si mesmos:

> Mas assim, a questão de trabalho, de motivação vai depender muito também do comandante, o nosso comandante atual é um bom comandante, entendeu. Ele motiva a tropa, conversa, ele é muito próximo da tropa. Apesar de ele ser oficial, ele é muito próximo dos praças. Ele conversa, brinca, claro tem seus momentos de brincadeira, mas assim, ele é diferenciado, ele é um oficial diferenciado e isso acaba motivando o nosso trabalho na rua. Ele também é um comandante que não fica só na sala dele, assinando papel, ele também tá na rua com a gente, entendeu, fazendo o mesmo trabalho (PM28).

Assim como no caso do exército, isso não leva a uma relação de intimidade entre superiores e subordinados[35], mesmo porque as próprias exigências de uma ética baseada na honra controlam as demonstrações de individualidade, mas também porque a relação de cumplicidade entre estratos diferentes impossibilitaria a própria possibilidade de autoridade. Nem tampouco, existe uma identificação completa de oficiais e praças por meio da realização de uma atividade.

Sendo assim, a representação de um papel paterno media a autoridade para com os subalternos, e não o compartilhamento das dimensões "privadas" das vidas dos policiais. Os círculos hierárquicos estabelecem os laços mais próximos, aqueles que realmente são componentes do que o policial pode considerar a "família policial militar" – seus "irmãos de farda" mais próximos e suas famílias[36].

---

[34] Op. Cit. Leirner, 1997, p. 115.
[35] Op. Cit. Castro, 1990, p. 29-30.
[36] "Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os Policiais-Militares da mesma categoria e tem a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança sem prejuízo do respeito mútuo" PARÁ (Estado). Lei nº 5.251, de 31 de julho de 1985. **Estatuto dos Policiais-militares da Polícia Militar do Estado do Pará**. Belém, PA, art. 14. "Esses *círculos* não representam apenas uma predisposição estatutária; eles realmente são incorporados a fundo na conduta militar. Nota-se uma divisão por círculos no ambiente de trabalho, salas, refeitório, banheiros e, às vezes, como ocorre na Eceme, andares

Portanto, os círculos hierárquicos continuam definindo o salário do policial, suas honras institucionais, a associação a que pode participar e as pessoas a que pode estar próximo:

> R: Temos contatos, mas, assim, são contatos sazonais. Tipo, quando tem alguma festa, alguma coisa. A minha família em si, conhece a maioria, mas, assim, só companheiros de turma, de turma que a gente chama. Mas eu quando passo por um quartel, no comando, eu costumo reunir os oficiais, a família dos oficiais com a minha família. Eu vou pra casa, faço um churrasco. Converso, porque eu acho importante esse intercâmbio, pra gente conhecer. Eu acho que a gente conhece muito mais a pessoa quando a gente conhece o ambiente que ela vive, a família, né, mora, enfim, eu acho muito produtivo isso [...] As vezes, quando, já teve situações de, por exemplo, major pedir pra mim "Olha, comando, o Marcelinho tá doente", e eu "vai", porque eu já conheço o Marcelinho, já sei quem é. Então existe essa aproximação, isso aí cria um vínculo muito bacana, entendeu? Então a gente já vê com outros olhos, a gente já conhece a família, já que saber a dinâmica do lar do policial. E é assim, que infelizmente algumas empresas, algumas instituições, aqui não é diferente, a gente costuma olhar só pra... olhou pra você, olhou pra farda, e acabou entendeu, mas só que por baixo dessa farda existe um homem, existe uma mulher, existe um ser humano, e existe uma família por trás.
>
> P: Esses oficiais que o senhor, que tem essa frequência da família, etc, são mais os oficiais ou os graduados?
>
> R: Não, é mais oficiais, porque é um círculo menor, entendeu? E a dinâmica não dá pra reunir todo mundo (PM24).

Dentro dessa perspectiva, os praças, durante a atividade de policiamento ostensivo, são muito mais distantes hierarquicamente dos oficiais em altos postos e, em sua maioria, têm pouco ou nenhum contato social com estes, inclusive durante os horários de trabalho. Logo, as interações se dão entre os oficiais subalternos, no trabalho nas subunidades administrativas das Unidades de Execução Operacional (UEOp) ou na função operacional, no contato com os oficiais responsáveis pelos turnos de policiamento ostensivo das companhias – divisão organizacional dos Batalhões, na atividade fim da corporação.

Sendo assim, o paternalismo entre oficiais e praças, mesmo nos espaços institucionais em que a estruturação da atividade está relegada a relações de proximidade, parece pouco frequente em razão da limitação do contato social entre estes estratos. Logo,

---

inteiros vão se restringindo a determinadas ocupações, próprias de certas posições, formando cenários distintos". Op. Cit. Leirner, 1997, p. 75.

o oficial só consegue exercer esse poder paterno sobre aqueles que estão à vista: oficiais comandados e praças que trabalham no administrativo. Contudo, mesmo quando presentes, os oficiais precisam pautar sua conduta pelo exemplo da capacidade profissional e técnica e pela "lealdade" aos companheiros, valores de relação pautadas pela honra, que dao importância às demonstrações públicas dos valores morais do grupo e do compromisso com os demais companheiros.

Por conseguinte, a demonstração pública do compromisso parece ter tanta importância que, em determinados momentos, sua ritualização chega a ser imprescindível. Quanto mais próximo na hierarquia se está a atividade de policiamento ostensivo, maior é a necessidade e demonstração do investimento na atividade.

O investimento caracterizado pelo "ir pra cima", ou a forma ritualizada que os policiais da ROTAM preparam-se para ir para as "ruas" – por meio das orações e rituais no quartel que precedem o policiamento ostensivo – é o critério básico para o recebimento de crédito nessas atividades: são palavras de honra e afirmações de entreajuda perante os camaradas, de que chegada a hora "não os deixará na mão". Essas demonstrações são exigidas a todo momento, inclusive nos meios administrativos com base nas deferências militares.

Contudo, para aqueles que "estão na guerra", na "rua", local de toda sorte de ameaças, personificadas no personagem do "vagabundo", essas demonstrações tendem a ser horizontais. As deferências militares são unidirecionais – para aqueles estão em situação de maior honra –, enquanto os compromissos dos que estão implicados no policiamento ostensivo são mútuos. Nessas situações, os policiais tendem a funcionar mais enquanto "corpo", na contraposição total entre o nós (policiais) e o eles ("vagabundo"). As demonstrações de sinceridade são valorizadas como demarcação da confiança dos companheiros frente aos outros. Assim, as situações de imaginado confronto levam a demonstrações públicas de investimento na atividade, tanto por parte dos praças quanto dos oficiais[37].

[37]A "camaradagem" aparece como uma forma de amizade institucionalizada, e voltada para o investimento na ocupação corporativa, similar às alianças pré-modernas, baseadas na honra: "amizades institucionalizadas eram essencialmente formas de camaradagem. As mesmas características relativas ao apego emocional e da sinceridade baseado na palavra de honra dos participantes eram essenciais para a definição dos parceiros em oposição aos "inimigos": "a sinceridade é obviamente possível de ser uma virtude altamente valorizada em circunstâncias onde as linhas divisórias entre amigos e inimigos eram geralmente distintas e tensas". Da mesma forma, os policiais militares devem dar provas, baseados na sua

Na prática, no funcionamento das Gu Motorizadas responsáveis pelo policiamento rotineiro, a relação de comando-obediência entre os praças tende a ser suavizada, e a ascendência entre esses parceiros, geralmente, se dar sobre a experiência no "trabalho de rua" e na confirmação das aptidões consideradas necessárias para esse tipo de atividade – "atenção", "coragem", "autocontrole" e "tino policial". Por isso, os praças recém inseridos na função operacional (os "novinhos") têm que conquistar a confiança daqueles policiais praças que já apresentam anos de experiência no serviço operacional (os "antigões")[38].

Dessa maneira, no espaço social da "rua", os "outros" que ameaçam todos e qualquer um dos que estão na viatura, levam os policiais envolvidos a funcionarem enquanto "corpo", dando preferência as aptidões viris ligadas diretamente à atividade. A interação entre oficiais e praças vai depender do espaço social – "caserna" ou "rua" – e da atividade envolvida. Quando a organização das atividades leva a situações nas quais os atores tem igual importância no sucesso dos cursos de ação e as quais podem igualmente prejudicá-los, as relações entre praças e oficiais tendem a independer da hierarquia formal.

Sendo assim, o Batalhão de Policiamento Tático (BPOT) foi onde encontrei a relação mais próxima entre o comandante e os praças. Em uma conversa informal com uma praça do BPOT, cheguei a ser informado que devido à natureza da atividade do batalhão, geralmente iam para lá os chamados "oficiais-praças", aqueles que tinham mais "perfil" para a função operacional. A necessidade de passar pelo Curso de ROTAM – treinamento necessário para a entrada no batalhão – tanto por oficiais quanto por praças incutia um forte sentimento de homogeneidade interna.

Dessa feita, a retórica familiar é a todo momento mobilizada para justificar os vínculos de união de todos os policiais militares do BPOT. O espírito de corpo é encenado sempre, como a representação do compromisso comum que os move, e que perante uma atividade arriscada – o "combate ao crime organizado" – leva a um compromisso mútuo de proteção. Por conseguinte, a existência física própria torna-se dependente da entreajuda e da cooperação com os companheiros. Por isso, o comandante dessa tropa é muito presente, e compartilha dos problemas íntimos dos subalternos:

---

palavra e da sua conduta, da confiabilidade da sua conduta nos mesmos em que as demonstrações de virilidade (confrontos com "vagabundos") são essenciais, segundo seu ponto de vista, para a preservação da vida de todos os companheiros. GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1991, p. 6.

[38] Op. Cit. Lima, 2011, p. 63-68.

> Tem, porque por exemplo, quando você está com problemas em casa, você chega com o comandante e diz que não está muito bem, que quer tirar o serviço. O comandante entende e diz "Não, já que você não tá bem, você fica na base". Entao tem essa preocupação, os comandantes sempre perguntam se está tudo bem, eles escutam a gente. Tem a questão da oração também, a gente só saí pra rua se orar. Então essa é uma diferença, aqui é uma família! (PM11).

O tratamento "humano" dispensado pelo comandante revela exatamente a disparidade da situação, em que a concessão das graças e favores se dá como condição de acesso à vida pessoal do comandado. O que poderíamos enxergar como a proximidade que conseguiria igualar a condição dos praças aos oficiais, na verdade, representa a produção da dependência pessoal em relação a ele. Esse comandante é "bom" porque se distingue em sua pessoa nas demonstrações de intimidade, contrariando as normas éticas que impelem praças e oficiais a se afastarem – como a necessidade de discrição mútua e as representações de respeito por meio das deferências militares.

Portanto, o "carisma" do comandante do BPOT foi a situação que mais se aproximou do quadro apresentado por Deluchey acerca da relação paternal entre oficial e praças. O "bom comandante" é "justo" e "humano, conhece pessoalmente sua tropa, e lhes concede as graças conforme a relação pessoal que estabelece com seus subalternos – que acumulam a dependência material da continuidade da relação de assalariamento com a dependência pessoal dos favores concedidos pelo superior.

Dito isso, o poder paterno tem seu máximo de assimetria quando os aspectos da diferença estatutária e o espírito de corpo se coligam mais fortemente: por exemplo, nas atividades de policiamento ostensivo. Quanto mais os policiais tendem a se comportar enquanto "corpo" – através da interdependência necessária ao "trabalho de rua" – mais a condição estatutária do comandante é convertida em um atributo pessoal.

## Considerações Finais

No início do campo na Polícia Militar do Pará, havia acabado de eclodir a greve dos policiais militares do Espírito Santo. A reivindicação das pautas do movimento grevista eram levadas à cabo não pelos próprios policiais – que certamente sofreriam, como sofreram, processos disciplinares que resultariam na expulsão da corporação policial-militar[1] –, mas por suas esposas que acamparam em frente aos batalhões e, simbolicamente, impediram a saída das tropas para o serviço.

Ação parecida foi algumas vezes acionada pelos policiais militares paraenses, tanto em tentativas de mobilização de greve por demandas salariais quanto em manifestações contra a falta de segurança dos maridos pela natureza da ocupação profissional[2]. Quando estive em campo, existiam algumas ameaças vindas de alguns praças da corporação em relação ao começo de uma greve, o que levou à tentativa de abafamento dessas manifestações públicas por parte dos oficiais – como eu presenciei quando estava fazendo o campo na Corregedoria: "No momento, existem algumas ameaças de greve por alguns policiais, inclusive um do 2º Batalhão. Eles iam entrar com processos na corregedoria precisamente pelo seu incentivo a tais atos, e provavelmente iam ser expulsos da corporação" (Diário de Campo, 14/02/2017).

Em um dos BAPM, encontrei dois cabos que estavam quase entrando para a reserva. Nessa conversa, eles representavam o pesquisador como um ator externo à corporação que poderia publicizar seus relatos – algo como um jornalista – mesmo que não aceitassem gravar nenhuma entrevista, com medo de uma punição por falar o que estavam falando. Eles reclamavam que a estrutura militar da corporação, baseada numa pirâmide que ia diminuindo de tamanho até o topo, e que era acessada por duas vias paralelas – uma para os "de cima" e outras para os "de baixo" – impedia a grande massa

---

[1] Esses movimentos aparecem localmente todos anos, e sempre resultam na responsabilização penal dos praças, o que acaba sendo um dos motivos pelos quais eles afirmam o afastamento de qualquer manifestação público de reinvindicação de direitos. G1 Pará (Rede Liberal). **Em Belém, Justiça Militar interroga PMs que promoveram greve em 2014:** Depoimentos de 41 praças da PM iniciam nesta segunda-feira, 2. Em abril de 2014, categoria interditou BR-316 e PM agrediu jornalistas. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/02/em-belem-justica-militar-interroga-pms-que-promoveram-greve-em-2014.html>. Acesso em: 01 jun. 2017.

[2] PARÁ, Diário do. **Familiares de PMs interditam 6º batalhão da PM em Ananindeua e secam pneus de viaturas.** 2018. Disponível em: <https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-504630-familiares-de-pms-interditam-6-batalhao-da-pm-em-ananindeua-e-secam-pneus-de-viaturas.html>. Acesso em: 08 ago. 2018.

de policiais militares de ascenderem na ocupação. Reivindicavam condições melhores de ascensão para a carreira dos praças, já que as condições que se apresentavam aos oficiais não o impediam de ter uma ocupação privilegiada dentro da corporação: "O Rogério[3] basicamente disse que, na realidade, essas mudanças não afetam a parte 'de cima da pirâmide', os oficiais, pois eles tem uma forma específica de entrada na corporação, o nível superior completo" (Diário de Campo 16/03/2017). Essa discussão foi interrompida pela chegada do comandante do BAPM:

> Outra coisa que o policial Costa chegou a sugerir foi a carreira integrada na Polícia Militar como uma possibilidade, mas meio que chegou a conclusão, quando eu lhe fiz uma pergunta de como aquilo poderia mudar as chances de um policial conseguir subir na carreira na Polícia Militar, já que na parte de cima continuaria um número pequeno de vagas, o que provocaria que um número grande de policiais se estagnasse na sua parte da pirâmide. Foi aí que ele falou que a solução talvez fosse a desmilitarização da Polícia Militar. No meio da conversa que estávamos tendo o Comandante José[4] chegou em uma viatura da Polícia Militar, e quando desceu todos se levantaram para fazer continência, coisa que não tinham feito antes, sendo que o Comandante respondeu de forma rígida, demonstrando o respeito que exigia dos subalternos (Diário de Campo 16/03/2017).

Essa cena revela a tendência dos praças de individualizarem sua condição social em relação ao corpo de oficiais; e, ao mesmo tempo, se perceberem como um grupo subalterno que vive sobre o domínio do paternalismo expresso por um grupo social à parte – oficiais. Entretanto, durante as greves em série das polícias militares ocorridas em 1997, existiu a apropriação do modelo de greve pelos praças, como um repertório que reivindicava condições estatutárias iguais entre oficiais e praças, especialmente direitos básicos das relações de trabalho assalariado – liberdade de expressão, de opinião, associação, maiores salários e igualdade – mas, ao mesmo tempo, afirmavam sua identidade militar, valores e normas institucionais, para afirmar o *status* igual ao dos oficiais[5].

Portanto, apoiavam na própria imagem do militar o ideal de igualdade entre os dois estratos e o consequentemente desmonte da clivagem estrutural que possibilitasse o exercício do poder paterno do corpo de oficiais sobre o corpo de praças. Dessa forma,

---

[3] Nome fictício.
[4] Nome fictício.
[5] ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Tropas em Greve: Militarismo e democratização no ciclo de protestos dos policiais militares brasileiros. **SÆculum**: Revista de História, João Pessoa, n. 24, p.105-122, jan. 2011, p. 106-112.

apoiavam-se sobre a "cultura policial militar" para dar credibilidade a sua democratização que, necessariamente, veio junto com ruptura com a ilusão de "espírito de corpo":

> As manifestações dos praças revelaram o rompimento dos laços de solidariedade corporativa na relação praças/oficiais da Polícia Militar. Essa ruptura, por outro lado, indicou o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os praças, o que contribuiu para o estremecimento, mesmo que contextual, dos princípios institucionais obedecidos historicamente por meio de um novo repertório de ações coletivas.

Para além da discussão pública que liga à militarização com a violência policial e o desrespeito a direitos dos cidadãos, os policiais militares têm poucos recursos com que expressar suas demandas específicas, e transformá-las em problemas públicos, já que "os termos utilizados para assinalar as dificuldades por que passa para uma categoria social variam segundo o prestígio e o *status* da profissão"[6].

Desse modo, os policiais militares são formalmente alijados de certos direitos políticos (a greve, a associação, a reunião etc.) que o identificariam como um grupo a parte dentro da corporação, e o que tornaria possível à constituição da estrutura militar como problema público a partir do ponto de vista específico dos praças, subjugados pela relação de dependência que estabelecem com a corporação.

Dentro dessa perspectiva, os eventos de greve que colocam as claras às diferenças por meio das demandas públicas dos praças são garantidas por um trabalho social interno contínuo que busca preservar a hierarquia social interna com base na organização militar. Dito isso, este trabalho procurou, de alguma forma, colaborar com a análise dos conteúdos possíveis da "militarização" das polícias militares, por meio do questionamento do papel estrutural da Polícia Militar do Pará frente ao recrutamento e à mobilidade social das classes populares.

---

[6] LENOIR, Remi. A desordem entre os agentes da ordem. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A Miséria do Mundo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 267.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


AGUIAR, Neuma. Patriarcado, Sociedade e Patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 15, n. 2, p.303-330, jun. 2000.

ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 5, p.214-239, jan. 2001.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Tropas em Greve: Militarismo e democratização no ciclo de protestos dos policiais militares brasileiros. **SÆculum**: Revista de História, João Pessoa, n. 24, p.105-122, jan. 2011.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARREIRA, César. **Crimes por encomenda:** Violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. A polícia em transição: o modelo profissional-burocrático de policiamento e hipóteses sobre os limites da profissionalização das polícias brasileiras. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, n. 1, p. 65-96, 2011.

BEATTIE, Peter M.. Ser homem, pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick (Org.). **Nova história militar brasileira.** Rio de Janeiro: Fgv, 2004. Cap. 10. p. 269-300.

BEATTIE, Peter M.. **Tributo de Sangue:** Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009

BITTNER, Egon. As Funções da Polícia na Sociedade Moderna: uma revisão dos fatores históricos, das práticas atuais e dos possíveis modelos do papel da polícia. In: BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial.** São Paulo: Edusp, 2003. Cap. 4. p. 143-155.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Bibliográfica. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas:** Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática:** precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras: Celta Editora, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **La eficacia simbólica:** Religión y política. 2. ed. Buenos Aires: Biblos, 2010. Cap. 1. p. 43-89.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique de. La Sagrada Família: El episcopado francés en el campo de poder. In: BOURDIEU, Pierre. **La eficacia simbólica:** Religión y política. 2. ed. Buenos Aires: Biblos, 2010. Cap. 2. p. 93-192.

BUTLER, Judith. Violência, luto y política. **Íconos**: Revista de Ciencias Sociales, Quito, n. 17, p.82-99, set. 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50901711>. Acesso em: 06 jun. 2018.

CAMPOS, Marcelo da Silveira; ALVAREZ, Marcos César. Políticas Públicas de Segurança, Violência e Punição no Brasil (2000-2016). In: MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos Benedito (Org.). **Sociologia Brasileira Hoje.** Cotia: Ateliê Editorial, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armas e Política no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. A origem social dos militares. *Novos Estudos - Cebrap*, v. 37, p. 225-231, 1993.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar:** um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CAVALCANTI, RB. Problemas e desafios da polícia civil: as percepções dos delegados. In SADEK,T., org. *Delegados de polícia* (online). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 107-125.

CLEARY, David. "Lost Altogether to the Civilised World": Race and the Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850. **Society For Comparative Study Of Society And History**, Cambridge, v. 40, n. 1, p.109-135, jan. 1998.

CUNHA, Neiva Vieira de. Como se "fabrica" um policial: algumas considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional. **Comum** – Rio de Janeiro, v.9, n 22, p. 198-207, janeiro, 2004.

**CZUDNOWSKI,** M. M. 1970. Legislative Recruitment under Proportional Representation in Israel: a Model and a Case Study. *Midwest Journal of Politcal Science,* vol. 14, n. 02, p. 216-248, May.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELUCHEY, Jean-françois (Org.). Segurança Pública na Constituinte de 1988: o primeiro fracasso da reforma democrática da segurança no Brasil. In: DIAS, Barbara Veloso; DARWICH, Ana. **Direito e Democracia:** Estudos sobre o ativismo judicial. Belém: Método, 2011. Cap. 4. p. 99-122.

DELUCHEY, Jean-françois. **Sécurité Publique et Ordre Démocratique au Brésil L'Etat du Pará.** 2000. 582 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sciences Politiques, Ufr D'etudes Des Societes Latino- Americaines, Universite Paris Iii, Paris, 2000.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders:** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista Usp**, São Paulo, n. 17, p.14-29, 30 maio 1993.

FAORO, Raymundo. **Os Donos de Poder:** Formação do patronato político brasileiro. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 2001.

FARIAS, William Gaia. A Brigada Militar do Pará na Guerra de Canudos. **Alpha**, Patos de Minas, n. 11, p.62-71, ago. 2010.

FARIAS, William Gaia. Como Lendários Espartanos: a invenção da heroica atuação da polícia paraense na Guerra de Canudos. **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p.410-430, dez. 2015.

FARIAS, William Gaia. Do Corpo de Polícia ao Regimento Militar: reorganizações, condições materiais e conteúdos simbólicos – dos anos finais do Império a Guerra de Canudos. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 1, p.207-234, jan. 2013.

FIGUEIREDO, Isabel Seixas de; BAPTISTA, Gustavo Camilo (Comp.). **Pesquisa perfil das instituições de segurança pública 2013 (ano-base 2012).** Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (senasp), 2014.

FRANÇA, Fábio Gomes; GOMES, Janaína Letícia de Farias. "Se não aguentar, corra!": Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.142-159, ago. 2015.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** 4. ed. São Paulo: Unesp, 1997.

FULLER, Claudia Maria. Os Corpo de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p.52-66, jun. 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Relations in Public:** microstudies of the public order. New York: Basic Books, Inc., Publishers, 1971.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre.** São Paulo: Edusp, 2003.

GOMES, Janaína Letícia de Farias. “Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.142-159, ago. 2015.

GUERRA, Maria Pia. **Polícia e Ditadura:** A arquitetura institucional da segurança pública de 1964 a 1988. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGGINS, Martha K.; FATOUROS, Mika Haritos. **Operários da Violência:** Policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

KELLING, George L.; COLES, Catherine M. **Fixing Broken Windows:** Restoring Order and Reducing Crime in our Communities. New York: Martin Kessler Books, 1996, p. 73-77. Wilson, James Q; Kelling, George L , "Broken Windows: The police and neighborhood safety", *The Atlantic*, Mar 1982. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465>. Acesso em: 20 mai. 2018.

KELLING, George L.; MOORE, Mark H.. The Evolving Strategy of Policing. **National Institute Of Justice**, Washington, v. 1, n. 4, p.1-15, nov. 1988.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver:** um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Fgv, 1997.

LEITE, Maúrea Mendes. **Origens Sociais e Trajetórias Profissionais das Primeiras Mulheres Policiais Pertencentes ao Círculo de Oficiais da Polícia Militar do Pará.** 2013. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

LENOIR, Remi. A desordem entre os agentes da ordem. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A Miséria do Mundo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

LIMA, Elcimar Maria de Oliveira. **Polícia e Policiamento:** as ambivalências entre a formação profissional e a prática policial na periferia de Belém. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

LIMA, Roberto Kant (1989) "Cultura Jurídica e Práticas Policiais: a tradição inquisitorial". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, vol. 4, n. 10: 65-84.

LIMA, Roberto Kant de. Polícia e exclusão na cultura judiciária. **Tempo Social**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.169-183, maio 1997.

MACHADO, Eduardo Paes. MEU CASACO DE GENERAL: 500 dias no front da Segurança Pública do Rio de Janeiro. Resenhas in CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 275-278, jul. 2003.

MACHADO, Selma Suely Lopes. Gênero, geração e o lugar da avós: estudo com famílias de bairro popular em Belém. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 14, n. 1, p.131-137, jan. 2010.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2009.

MCNAMARA, John H.. Uncertainties in Police Work: The Relevance of Police Recruits' Backgrounds and Training. In: BORDUA, David J. (Ed.). **The Police:** Six Sociological Essays. New York: John Wiley & Sons, 1967.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia (Org.). **Missão Prevenir e Proteger:** condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MONJARDET, Dominique. **O Que Faz a Polícia:** socologia da força pública. São Paulo: Edusp, 2003.

MONJARDET, Dominique. **O Que Faz a Polícia:** socologia da força pública. São Paulo: Edusp, 2003.

MUNIZ, Jacqueline; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia Para Quem Precisa De Polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. **Caderno Crh**, Salvador, v. 23, n. 60, p.437-447, set. 2010.

MUNIZ, Jaqueline. A Crise de Identidade das Polícia Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. **Security And Defense Studies Review**, Washington, v. 1, p.177-198, fev. 2001.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. "Esses miseráveis delinquentes": desertores no Grão-Pará setecentista. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick (Org.). **Nova história militar brasileira.** Rio de Janeiro: Fgv, 2004. Cap. 3. p. 87-110.

OLIVEIRA, Antonio. Uma Polícia Militar em uma Sociedade Democrática. **Caderno CRH**, Salvador, v. 14, n. 18, p.281-298, maio 2005.

PANTOJA, Ana Lídia Nauar. “Ser alguém na vida”: uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, p.335-336, 2003.

PARÁ (Estado). Constituição (2006). Lei nº 6.833, de 13 de fevereiro de 2006. **Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Estado do Pará**. Belém, PA.

PARÁ (Estado). Lei nº 5.251, de 31 de julho de 1985. **Estatuto dos Policiais-militares da Polícia Militar do Estado do Pará**. Belém, PA.

PARÁ. Decreto nº 1.337, de 17 de julho de 2015. . Belém, PA, Regulamenta a Lei n° 8.230, de 13 de julho de 2015, que dispõe sobre a promoção de Praças da Polícia Militar do Pará (PMPA) e dá outras providências.

PARÁ. Hilton Benigno. Polícia Militar do Pará. **Ordem do Dia:** 25 de setembro de 2017. 2017. Disponível em: <http://www.pm.pa.gov.br/index.php/comandante-geral/152-ordem-do-dia-25-de-setembro-de-2017.html>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PATEMAN, Carole (1989). *Feminist interpretations and political theory*. The Pennsylvania State University Press.

PAULA, Ricardo Henrique Arruda de. Matadores: A construção social e simbólica de identidades violentas. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, jul. 2010.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista Usp**, São Paulo, n. 9, p.45-56, mar. 1991.

PIRES, G. L. A cor da farda. As relações raciais na Polícia Militar de Sergipe. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, 2010.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO PARÁ. Decreto nº 1.672, de 28 de dezembro de 2016. **Boletim Geral N° 003**. Belém, PA, 04 jan. 2017.

PONCIONI, Paula Ferreira. O Modelo Policial Profissional e a Formação Profissional do Futuro Policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p.585-610, mar. 2005.

RAMALHO NETO, J. P.. Farda & "cor": um estudo racial nas patentes da Polícia Militar da Bahia. Afro-Ásia, 45, 2012, 67-94.

REIS, Dyane Brito. A Marca de Caim: As características que identificam o "suspeito", segundo os relatos de policiais militares. **Caderno Crh**, Salvador, v. 1, n. 26, p.181-196, jan. 2002.

REISS JUNIOR, Albert J.. Organização da Polícia no Século XX. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). **Policiamento Moderno.** São Paulo: Edusp, 2003.

ROCHA, Emerson; TORRES, Roberto. O Crente e o Delinquente. In: SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira:** Quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 205-240.

ROHDEN, Fabíola. Para que Serve o Conceito de Honra, ainda hoje? **Campos**: Revista de Antropologia, Curitiba, v. 2, n. 2, p.101-120, jan. 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes:** Mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANSONE, Livio. Fugindo para a Força: Cultura Corporativista e "Cor" na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 3, 2002, pp. 513-532.

SILVA, Cristina Rodrigues da. Família de Militares: explorando a casa e a caserna no Exército brasileiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 21, p.861-882, jul. 2013.

SIMMEL, Georg. **The Sociology of Georg Simmel.** Glencoe: Illinois, 1950.

SINHORETTO, Jacqueline. Campo estatal de administração de conflitos: múltiplas intensidades da justiça. **Anuário Antropológico**, Brasília, II, p.109-123, 02 nov. 201, p. 111.

SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato Sérgio de. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015.

SIRIMARCO, Mariana. A Vida com Farda: O vestimento policial como relato institucional em disputa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, p.31-43, jun. 2013.

SKOLNICK, Jerome H.. **Justice without Trial:** Law Enforcement in Democratic Society. New York: John Wiley & Sons, 1966.

SOUZA, Jessé. A constituição do poder pessoal: O dependente formalmente "livre". In: SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania:** Para uma sociologia política da modernidade periférica. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2012.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2009.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Dispositivo militarizado da segurança pública: Tendências recentes e problemas no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p.207-223, jan. 2015.

STORANI, Paulo. **“Vitória sobre a morte. A glória prometida”:** O “rito de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE. Nitéroi: Programa de Pós-graduação em Antropologia, 2008. Cap. 1. p. 25-43.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da Dádiva:** Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade melanésia. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

WALBY, Silvia (1990). *Theorizing patriarchy*. Oxford: Brasil Blackwell.

WALKER, Samuel. **A Critical History of Police Reform:** The Emergence Of Professionalism. Heath: Lexington Books, 1977.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** Fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WEBER, Max. **The Theory of Social and Economic Organization.** Glencoe: The Free Press, 1947.

WILSON, James Q.. **Varieties of Police Behavior:** The management of law and order in eight communities. Cambridge: Harvard University Press, 1973.

ZALUAR, Alba. Um Debate Disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 3, n. 13, p.3-17, jan. 1999.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta:** As organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

## ANEXO I – DESENHO DE PESQUISA E O ACESSO AO CAMPO

O desenho da metodologia de pesquisa abarcou a realização de entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise de documentos institucionais. Os roteiros de entrevistas foram construídos focando na trajetória social dos policiais militares e em aspectos que traduziam suas chances de mobilidade social, não adstrita somente aos efeitos do pertencimento à instituição (anexo II). A observação direta ofereceu a possibilidade de captar a dinâmica dos órgãos da Polícia Militar, e prover dados relevantes para a compreensão da mobilidade interna à corporação. Os documentos institucionais, principalmente o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, o Estatuto dos Policiais Militares e os instrumentos de avaliação interna[1], facilitaram a leitura das clivagens internas e dos critérios considerados para a mobilidade interna dos policiais na corporação. Como os documentos institucionais são públicos, o verdadeiro desafio foi realizar as entrevistas e a observação participante nos órgãos da Polícia Militar do Pará, o que demandou uma série de negociações com os agentes institucionais ao longo do caminho.

Minha primeira incursão em campo foi feita através de um oficial que ocupava um cargo de direção no Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP), instituição responsável pela formação dos agentes dos órgãos de segurança pública do estado do Pará. Esse primeiro contato foi intermediado pelo Prof. Jean-François Deluchey da Universidade Federal do Pará (UFPA), que possui um contato mais próximo com os agentes da instituição pelas pesquisas que vem realizando ao longo dos últimos anos. Esse oficial estabeleceu os contatos iniciais com os comandantes de dois Batalhões de Polícia Militar (BAPM), responsáveis pelo policiamento em territórios circunscritos por diferentes bairros de Belém, e com o Corregedor Geral da Polícia Militar. Havia lhe solicitado o contato de algum comandante do Batalhão de Policiamento Tático (BPOT), mas este me foi negado, sob a justificativa de que o comandante deste batalhão não autorizaria o acesso ao campo neste órgão. Até este momento, nenhum tipo de documentação ou solicitação formal havia sido necessário, tendo o pesquisador somente que explicar o conteúdo e os objetivos da pesquisa.

[1] Respectivamente as Fichas de Avaliação de Potencial Técnico e Profissional (a mesma ficha para oficiais e praças) e as Fichas de Avaliação de Desempenho Profissional (fichas diferentes entre os estratos). POLÍCIA MILITAR DO ESTADO PARÁ. Decreto nº 1337, de 17 de julho de 2015. **Boletim Geral N° 129**. Belém, PA, 20 jul. 2015, p. 11. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO PARÁ. Decreto nº 1.672, de 28 de dezembro de 2016. **Boletim Geral N° 003**. Belém, PA, 04 jan. 2017. p. 5-27.

A partir do contato com os comandantes dos BAPM e com o Corregedor Geral, precisei formalizar a solicitação para a realização da pesquisa, enviando cópias de documentos pessoais, a comprovação do meu vínculo com a Universidade de São Paulo e o objetivo e conteúdo da pesquisa para cada um destes. Um dos comandantes de BAPM (adiante BAPM1) colocou a necessidade da redação de uma solicitação formal ao Comando de Policiamento da Capital para a realização da pesquisa, que demorou quase o período todo em que o pesquisador teve acesso ao campo para ser aprovada. Neste BAPM, só foram realizadas duas entrevistas, pois o campo nos outros órgãos da Polícia Militar já havia sido concluído, e restava pouco tempo para o retorno do pesquisador à São Paulo. O comandante do outro BAPM (adiante BAPM2) possibilitou o contato do pesquisador com o subcomandante do Comando de Missões Especiais (CME), órgão superior ao Batalhão de Policiamento Tático (BPOT). Após o primeiro contato, marquei um novo encontro com o subcomandante, que resultou em uma entrevista feita com ele de aproximadamente duas horas e trinta minutos. A realização da entrevista construiu a relação de confiança necessária à autorização do acesso ao BPOT, sem a necessidade de maiores formalizações.

As entrevistas se distribuíram nesses órgãos da seguinte forma: 1 oficial no IESP; dois oficiais na Corregedoria Geral; um oficial no CME; catorze praças (entre estes, uma mulher) e dois oficiais no BPOT; dois praças no BAPM1; seis praças (entre estes duas mulheres) e um oficial no BAPM2. O grande empecilho para a realização das entrevistas não foi acesso propiciado pelos oficiais aos órgãos da Polícia Militar, excetuado o caso do BAPM1, mas sim a própria receptividade dos entrevistados. Os oficiais dispunham de pouco tempo hábil para as entrevistas, tanto que em determinados casos foram necessários vários reagendamentos para que estas fossem possíveis. Além disso, os oficiais cediam muito pouco tempo para estes contatos, sendo roteiro de entrevista somente parcialmente utilizado nesses encontros. Somente no caso do subcomandante do CME foi possível maior profundida nos dados coletados, pela colaboração do entrevistado. No caso dos praças, o grande empecilho era a desconfiança quanto às intenções do pesquisador, como retratado no capítulo dois da presente dissertação (p. 81-88).

A gravação das entrevistas foi outro elemento que na interação com os policiais delimitou o conteúdo das informações concedidas. A desconfiança dos praças quanto as intenções do pesquisador, que em várias momentos era o resultado incompreensão do tipo de atividade que o pesquisador realizava – sendo o mesmo muitas vezes confundido com

um jornalista – se refletia na insegurança em ter as conversas gravadas, mesmo com o compromisso de anonimato. Os assuntos que os praças abordavam de forma mais calculada eram as perguntas referentes à função de policiamento e a relação com os oficiais. Isso se devia ao receio da divulgação de elementos do "trabalho de rua" que os policiais achavam que podia revelar algo prejudicial à imagem da corporação, quanto ao medo das punições que podiam advir de falar algo que sobre oficiais que pudesse ser interpretado como uma falta disciplinar.

Ao desligar o gravador os policiais começavam a relatar vários aspectos tanto da função operacional quanto da relação com os oficiais que haviam se tolhido durante as gravações. Dois momentos são especialmente exemplificativos. O primeiro foram o dos praças citados nas considerações finais deste trabalho, que falavam abertamente sobre o movimento dos policiais militares que ameaçava iniciar uma greve no Pará. As queixas contra os oficiais se deram de forma aberta, sem nenhuma reserva até o momento que o pesquisador os questionou sobre a possibilidade de uma entrevista gravada, ao que eles prontamente se negaram. O outro caso, foi de uma entrevista realizada em uma viatura do BPOT. Nela estavam três policiais militares, que entrevistei enquanto se deslocavam pelas ruas de Belém. Ao final da gravação começaram a me relatar vários casos de "injustiças" cometidas por oficiais, e aspectos muito interessantes sobre o policiamento, que haviam evitado ao longo da entrevista – como a realização dos "bicos". Essa relação de suspeita prejudicou especialmente a coleta de dados para a análise do último capítulo desta dissertação, já que várias informações úteis para construção dos argumentos não eram expressamente colocadas pelos praças.

A rotina de trabalho nos órgãos da corporação também foram um obstáculo a qualidade da aplicação do roteiro de entrevista. Entre os praças, o policiamento ostensivo propiciava apenas um tempo curto de permanência nos prédios dos batalhões da instituição. Impossibilitado de acompanhar a rotina de serviços dos policiais na função operacional, o pesquisador precisava aproveitar o pouco tempo que estes permaneciam nos batalhões antes do início de seus expedientes. O roteiro de entrevistas era melhor empregado entre os praças que permaneciam nas funções burocráticas, e por isso não saiam dos limites físicos do batalhão. O órgão em que as entrevistas tiveram mais condições de serem realizadas foi o BPOT, por dois motivos: primeiro, a rotina de trabalho que incluía exercícios físicos antes da jornada de trabalho operacional, e a rotatividade dos policiais entre as funções burocráticas e operacionais, possibilitou tanto

mais tempo para aplicação dos roteiros quanto uma maior variedade de policiais disponíveis; segundo, a permanência e convivência em um batalhão menor, onde os contatos entre os próprios policiais, e entre os policiais e o pesquisador, eram mais frequentes, possibilitaram a construção de um vínculo de confiança, que com o tempo diminuiu as suspeitas sobre as intenções do pesquisador. Por essas razões, o número de policiais entrevistados é bem maior no BPOT do que nos outros órgãos.

A estrutura das entrevistas realizadas, conforme os tópicos gerais presentes no anexo II, foram importantes para a comparação das informações coletadas. A comparação das entrevistas resultou na tabela (anexo III), que compara nove aspectos: órgão onde exerce a função, grau hierárquico, sexo; ocupação dos pais; escolaridade e ocupação antes do ingresso na Polícia Militar; idade no momento de ingresso; motivo expresso de ingresso; estado civil atual e número de filhos; títulos escolares adquiridos após o ingresso; escolaridade atual; estratégias expressas de mobilidade social futura. A tabela busca traçar uma comparação concreta entre as possibilidades de mobilidade social de ambos os estratos, focando principalmente na trajetória escolar, na constituição familiar e nas apostas futuras de ascender a uma ocupação mais prestigiosa e bem remunerada.

Ao todo foram realizadas trinta entrevistas, mas apenas vinte e sete estão tabeladas. Essas três entrevistas foram realizadas com oficiais – o Corregedor Geral (coronel), o comandante do BAPM2 (tenente-coronel) e um componente do BPOT (capitão) - e se dirigiram a temas diversos da sua trajetória social, focando em aspectos mais ligados a rotina de trabalho e a relação de comando. Em alguns pontos da tabela estão faltando alguns dados, que podem ser explicados pelas dificuldades de realização das entrevistas apontadas acima, mas que não comprometem a comparação como um todo, pela quantidade de dados coletados. Dois tipos de dados importantes que ajudariam na construção do argumento desta dissertação, mas que não foram coletados sistematicamente (e por isso não constam na tabela), são a escolaridade dos pais e a ocupação e escolaridade das (os) companheiras (os). A falta de indicação da escolaridade dos pais, em parte, não prejudica a análise, já que as ocupações indicam o baixo nível de escolaridade (empregadas domésticas, mecânicos, lavradores, etc.). Contudo, a indicação dos anos de formação escolar precisaria melhor os efeitos da herança familiar sobre a trajetória posterior do policial. A falta da indicação dos dados da (o) companheiro (a) diminuem as chances de oferecer um diagnóstico mais acertado sobre o *status* social atual do policial.

Por último, é necessário especificar a tipificação dos motivos expressos de ingresso na instituição. Foram utilizadas quatro categorias de análise: estabilidade material, herança familiar, "vocação" e ascensão social. Em alguns casos mais de um tipo foi utilizado para classificar a motivação dos policiais. Primeiramente, o termo *estabilidade material* é utilizado para categorizar os motivos expressos que se referenciam no salário, na continuidade da relação de assalariamento e na manutenção material própria e familiar:

> "Eu nunca tinha sonhado em ser policial. Tem gente que diz "Ah, sonhei!", mas não. Eu estava procurando emprego e fui fazendo concurso um atrás do outro e o que eu tinha passado era o da polícia e eu resolvi entrar e fiquei" (PM9).
>
> "Eu acho que foi mais a questão financeira mesmo. Eu olhei pro salário da época que tava, acho que... acho que em torno de uns 700 pra baixo, e quando eu vi, anunciaram o edital, o valor da polícia, e eu me interessei" (PM16).
>
> "O meu ingresso foi em virtude da falta de emprego, de opção, de trabalho. Antes disso eu não havia adquirido uma profissão, nem concorrido com minha formação acadêmica. Em virtude disso eu tinha como ingressar numa instituição, e em função disso. Vindo de uma família pobre, sem formação acadêmica, intelectual" (PM17).
>
> "Eu não vou te falar que eu nao tinha admiração pelo trabalho policial, mas também tem a situação da estabilidade e independência financeira dos pais, né?! Da minha mãe no caso, porque meu pai já é falecido, mas tem um pouco de admiração" (PM8).
>
> "Depois que eu fiquei maior, eu saí de casa, porque eu vi que não tinha muita coisa pra mim ali. Aí eu peguei sai, fui procurar emprego, arranjei emprego e depois fiz o concurso da polícia. Depois que eu já estava trabalhando, aí eu fiz o concurso da polícia, passei e larguei a empresa" (PM14).

A *herança familiar* é utilizada quando existe a tendência de entrada na corporação pelo convívio com familiares que eram ou do Exército ou da Polícia Militar. Essa classificação se diferencia da "vocação", pois à propensão ao recrutamento é um valor aprendido no seio familiar, geralmente através do exemplo da figura paterna ou da palavra paterna (como é o caso da PM22). O ingresso na corporação traduz uma socialização prévia realizado no seio familiar, e do contato mais próximo com a instituição:

> "Eu tive a vocação por causa do meu pai, porque eu sempre admirei meu pai pelo seu comportamento, pela sua índole, pela sua forma de trabalhar, pela forma de conduzir as coisas, e o respeito que as pessoas, na época, tinham por ele" (PM4).

> "A motivação veio de tentar seguir a mesma carreira do meu pai e também a parte financeira" (PM5).

> "Como eu sempre gostei de ser militar, a maior parte da minha família é militar, preferir fazer o concurso da polícia e já fiquei [...] foi meu tio, o meu tio mais velho era militar do exército e saiu do exército e foi pra Polícia Militar. Aí eu via e aprendi a gostar na infância" (PM7).

> "Por conta do pai, por iniciativa do pai. "Não, fica que é bom. É um concurso público". Eu ainda não tinha essa visão, essa maturidade, né, que emprego concursado é algo que hoje em dia a gente, todo mundo almeja, né. Então eu não tinha muito essa visão, mas daí por insistência do pai, da família. "Não, vai que é concurso público. É estabilidade"". (PM22).

O termo *vocação* é utilizado quando não existe a comunicação entre a famílias e as instituições militares, mas a propensão a encontrar na ocupação uma via aberta de simbolização da força física, inerente ao *ethos* masculino das classes populares:

> "Minha motivação era o sonho que eu tinha na minha infância, eu sempre quis entrar na polícia, eu achava que eu me identificava com a profissão, eu queria ser policial militar. Eu admirava, sempre admirei, tinha uma admiração muito grande pelas pessoas que são policial militar e também pelo corpo de bombeiros, na minha juventude e foi isso que me incentivou muito a entrar" (PM10).

> "Eu era soldado. Fuzileiro. E eu fora continuei alimentando aquele sonho, de ser um sargento, quando abriu um concurso direto pra sargento na Polícia Militar em 94, e é justamente o que eu queria" (PM25).

> "Abriu a oportunidade de entrar na carreira militar, como era um desejo meu, entrei na Polícia Militar. Não fui militar das forças armadas porque na época tinha atrasado o estudo, e não quis prejudicar o estudo. Deixei de servir as Forças Armadas, completei o estudo, nível médio, e depois houve a oportunidade de entrar na Polícia Militar" (PM21).

> "Eu tinha, assim, um... vamos dizer assim, uma... amores, eu tinha uma paixão pela farda, entendeu?"

A *ascensão social* só foi utilizada em um único caso (PM24), significando a apreciação pretérita da ocupação como uma via possível de mobilidade social vertical:

> "E assim, fiz vários concursos, o que tu imaginar aí, vários concursos, e concursos bons, inclusive a própria Polícia Rodoviária Federal, né, passei. E meu pai foi que me falou "Filho, não vai. Não vai porque você passou na Polícia Militar também. Lá você passou pra oficial. Daqui a 20 anos você vai ver que lá tem uma ascensão de carreira muito boa" (PM24).

## ANEXO II: ROTEIRO DE ENTREVISTA

### Família

O objetivo é compreender os tipos de herança familiar apresentados pelos policiais militares, aspectos de sua origem social ligadas os *status* social de sua família e do conjunto de bens simbólicos e materiais que foram transmitidos aos filhos. Tentar compreender como as condições sociais da família de origem esquematizaram a trajetória social possível aos seus filhos. Entender, caso existe, a transmissão do legado ocupacional por parte dos pais e mães policiais militares. Perceber as características de mobilidade social da família atual dos policiais militares, em comparação com a família de origem, e de que forma o convívio familiar da família atual se comunica com a corporação policial militar (se existe convívio da família com os colegas de serviço, ou contato do meio familiar com a instituição).

*Qual era a profissão dos seus pais? Como eles conciliavam trabalho e família? Como era a vida de vocês: muito apertada, mais ou menos, ou viviam com folga? Fale mais sobre isso. Seus pais estudaram até que série? Quem cuidava de você? Como cuidava? Você se sentia querido? O ambiente na sua casa era tranquilo ou era mais conturbado? Quem mais morava na mesma casa? Como era a divisão do espaço e das tarefas? Descrava um dia típico da sua infância? Quando você fazia algo de errado, como você era punido? Como era a vida de vocês: muito apertada, mais ou menos, ou viviam com folga? Por quê? Quais eram as preocupações centrais em termos financeiros? Faltava alguma coisa em casa? Nós sabemos que todas as famílias têm coisas boas e também têm muitos problemas. Quais eram as melhores coisas na sua família? E quais eram as piores? A gente sempre herda muitas coisas dos nossos pais. O que você herdou do seu pai? O que você herdou da sua mãe? O que você tentou fazer diferente do seu pai? O que você tentou fazer diferente da sua mãe? Olhando para a sua família hoje e para o tempo em que você vivia com seus pais, quais as grandes diferenças que você vê na maneira de criar os filhos? E na maneira de conviver com o companheiro? E na condição social? Sua família costuma ter contato com os policiais da corporação através de eventos sociais (aniversários, comemorações, etc...) ou através de outras circunstâncias? Você divide com sua/seu companheiro os assuntos que envolvam de alguma forma as funções na PM? Se não, qual é o motivo? Qual é a ocupação de sua/seu companheira/o? (explorar um pouco isso)*

### Escola e Universidade

O objetivo é compreender a influência do meio familiar na conquista de títulos escolares, e quais foram os percalços na conquista destes. Procurar compreender de se, e de que forma, os policiais militares ligam à posse dos títulos escolares com melhores chances no mercado de trabalho e de ascensão social.

*Descreva um dia típico na sua escola quando você estava no primário. Teve algum professor do qual você gostou muito? Você estudava em casa? Como era isso? Você fazia alguma atividade além da escola? Como era isso? Você inteligente na escola? Fale mais sobre isso. E seus pais e professores, em geral, eles te achavam inteligente? O que você mais gostava de fazer na escola? E quando você ficou adolescente, o que mudou*

*na sua vida escolar? Quando você começou a pensar em uma profissão? No que a escola te influenciou nisso?*

***Praças e graduados -*** *Frequenta, ou tem vontade de frequentar alguma graduação? Qual curso seria, e qual o motivo de mesmo? Caso faça curso superior, qual visão tem sobre seu desempenho? Você leva bem o curso? Considera que domina bem as matérias? Você consegue conciliar bem a realização desses estudos, e as suas funções na corporação? Se não, você acha que é devido a qual motivo? Você enxerga que esses estudos tem alguma funcionalidade para dentro da corporação? De que forma? Você acha que ajuda na função que você exerce, ou e alguma função que você pretende exercer dentro dos quadros da PM?*

***Oficiais*** *– Você realizou ensino superior antes de adentrar a Polícia Militar? Qual o motivo de ter escolhido o seu curso? Realizou algum trabalho após a realização do seu curso, tirando a própria PM? Caso tenha realizado a graduação durante a sua carreira na corporação qual o motivo de tê-la feito? Qual visão tem sobre seu desempenho? Você levou bem o curso? Considera que dominou bem as matérias? Você se considerava bom dominador da área? Fez pós-graduação, qual o motivo? Pensa em continuar de alguma forma sua formação? Caso deseje, qual o motivo, e que direção pretende tomar? Você enxerga que esses estudos tem alguma funcionalidade para dentro da corporação? De que forma? Você acha que ajuda na função que você exerce, ou e alguma função que você pretende exercer dentro dos quadros da PM?*

## Trabalho e a Polícia Militar

Identificar a trajetória laboral dos policiais militares, focando na migração e troca de empregos, e nas habilidades (intelectuais e físicas) necessárias a essas ocupações. Compreender como se deu a transição entre a escola e o trabalho, e quais foram as circunstâncias dessa ocorrência. Perceber a transição para a ocupação policial militar, e os "motivos" apresentados para a entrada na corporação. Interrogar sobre as percepções sobre a mudança de *status* social quando do acesso à instituição e sobre a própria ocupação (junto com as habilidades consideradas necessárias ao exercício da função).

*Quando você começou a trabalhar? Por quê? Quantos trabalhos diferentes você teve? Conte essa história. Como veio a oportunidade de entrar na PM? O/A senhor/a pode contar essa história? A visão que você tinha da instituição era diferente antes de você entrar nela? Se sim, qual era essa visão? Descreva um dia típico no seu trabalho no seu trabalho dentro da Polícia Militar[1]. Quantas horas o/a senhor/a trabalha semanalmente, ou diariamente? O que o senhor/a acha necessário (competências e habilidades) para exercer sua função? Como o/a senhor/a desenvolveu essas habilidades? O que ajudou o senhor a adquirir essas habilidades? Com quais outros sujeitos da corporação o senhor tem mais contato? Essa relação é mais amigável ou profissional (usar de autoridade talvez)? Como é sua relação com eles? Que tipo de pessoa o/a senhor/a prefere que trabalhe com o senhor? Com que tipo de colega de trabalho o senhor pode contar mais*

[1] Se fizer trabalho operacional perguntar se ele realiza o BAPM, e em que circunstâncias. Quais são as principais ocorrências que ele se depara? Com qual tipo de público tinha ou tem que lidar? Se já se viu em alguma situação mais complexa? Quais as infrações ou crimes mais comuns costuma lidar na sua rotina?

*para o seu tipo de trabalho? E em relação aos seus superiores, ou subalternos, é uma boa relação? O que o/a senhor/a acha necessário para o exercício dessas funções (superiores/subalternos; administrativo operacional)?*

*Que valores são importantes para pessoas que exerçam a sua função? Que tipos de sujeitos o senhor acha que não se encaixam no tipo de trabalho que o/a senhor/a exerce? Quais são as maiores dificuldades no exercício de uma função como a sua?*

*Você acha que existe algum tipo de habilidades ou competências diferentes para atuação de um oficial e de um praça, de um comandante e de alguém que esteja na rua no serviço direto? Se sim, quais são as diferenças? O que é necessário para cada uma das funções? Você que sua função possui muito risco? Quais são eles? É só durante o momento de trabalho ou também se aplica aos momentos em que você não usa farda? Você pode exemplificar uma situação de risco que esteve? Como você age para controla-los, tanto dentro como fora de serviço? Se existe esse risco, você saberia explicar quais são os fatores que influenciam levam a esse risco fora do ambiente de trabalho? Você considera o ambiente que você mora seguro? Se não, quais os motivos? Já esteve na situação de sofrer algum ferimento, ou conhecido do senhor dentro da corporação sofreu alguma tipo de situação nesse sentido? Isso influencia na sensação de insegurança? O senhor pode desenvolver um pouco de que forma?*

**Percurso na Polícia Militar**

O objetivo é compreender quais as estratégias de mobilidade social interna são apresentadas pelos policiais militares, e quais são os elementos considerados relevantes para suas trajetórias de ascensão nos graus hierárquicos. Compreender quais são as chances de ascensão social percebidas pelos policiais através do próprio percurso profissional, e, caso existam, os investimento externos realizados pelos policiais para a tentativa de mobilidade social vertical.

*Qual curso foi necessário para o/a senhor/a fazer a sua entrada na Polícia Militar? Como o senhor acha que esse curso influenciou o seu primeiro posto na PM? Quais foram os cargos que o/a senhor/a passou, e em que períodos? O senhor pode falar um pouco do que cada um deles trouxe para a sua experiência profissional? Qual desses postos o senhor se sentiu mais à vontade na função, teve mais vontade de atuar? Por quais motivos? Qual o senhor acha que foi o mais importante, ou que trouxe mais acumulo para sua carreira dentro da PM? Quais foram os cursos que o senhor realizou estando na PM? De que forma o/a senhor/a acha que eles influenciaram no exercício da sua profissão? Quais motivos o/a senhor/a acha que levou a realizar esses cursos? Qual deles o/a senhor/a acha mais relevante na sua formação? O/a senhor/a pode descrever um pouco desse curso? Quais motivos o levaram a pleitear o cargo que o senhor ocupa atualmente? Se não pleiteou-os, como foi sua indicação? Quais fatores que o/a senhor/a acha que foram determinantes? Descreva um pouco o processo. Quais premiações, condecorações ou medalhas o/a senhor/a recebeu enquanto pertencente a está instituição? Qual ou quais o/a senhor/a considera as mais importantes? Qual o/a senhor/a acha que é a importância dessas insígnias? O/A senhor/a acha que ocupar algum posto específico muda as chances que conquistar tais insígnias? Por que? O/A*

*senhora tem algum plano futuro de progressão dentro da corporação? E fora existe algum plano?*

***Oficiais e comandantes***[2] *– O que é levado em conta para a progressão de postos e o recebimento de medalhas na PM, além dos quesitos formais? Tem algum fato ou ato dentro da corporação que o/a deixa especialmente orgulhoso/a? Como foi isso? Qual o motivo? Como o/a senhor/a acha que é sua imagem ou reputação dentro da PM? Sua reputação é diferente perante os colegas de mesmo nível hierárquico, de nível superior e de nível inferior? Qual o senhor acha que é essa diferença? Quais são os motivos que o senhor coloca para essa reputação? Se for boa ou má, o senhor pode explicar os motivos? Tem algum profissional ou profissionais específicos dentro da corporação que o senhor tem algum tipo de apreço especial, tanto admiração quanto amizade? Quais os motivos? E entre o seus subordinados, existe algum policial que o senhor admiração especial? Qual o motivo? Existiu algum momento em que o/a senhor/a esteve dentro da corporação que achou que a sua "imagem" pudesse ser comprometida? Que o/a senhor/a achou que pudesse ser rebaixado de alguma forma? O/a senhor/a pode contar um pouco sobre isso? E fora da corporação, o senhor já esteve em alguma situação que o senhor acha que pode ter sido atentatória a sua imagem como policial? O senhor pode contar um pouco sobre isso? Quais tipos de atitudes os sujeitos da corporação o/a senhor/a considera negativas para o exercício da profissão? De que maneira? Negativas em que sentido? O/a senhor/a acha que existe alguma atitude ou ação de um sujeito que não pertence a PM que pode atentar contra sua imagem? De que forma isso pode acontecer?*

## Estrutura Institucional

O objetivo é entender através da comparação das com diferentes trajetórias e tempos de permanência na PM, de que forma houve uma mudança na estrutura da instituição, quais aspectos eles acham que foram os mais importantes, e de que forma isso se relaciona com as posições que ocuparam dentro da instituição. Entender também que sentido é dado para o militarismo na instituição, de que forma eles enxergam os valores internos à instituição ligados ao militarismo, e a sua imagem. Que visão eles tem das diferentes simbologias da corporação. Como eles acham que deve ser seu comportamento perante um "superior" hierárquico. Como eles acham que deve ser o seu comportamento perante um inferior hierárquico. Ver a relação institucional com a Polícia Civil, e se existem atritos ou alguma representação específica sobre essa corporação. Entender o que existe de diferentes entre as instituições para além do militarismo e da missão institucional.

Se for um oficial, de que forma ele enxerga o comando de um corpo sobre seu controle? Como enxerga a diferença entre sujeitos que fazem a sua função de forma "correta", e aqueles que não estão exercendo sua função da "melhor maneira"? Como conseguem negociar as escalas, serviços, e diferentes formas de prestação de serviço pelos policiais militares. De que forma eles gerenciam o efetivo em momentos "excepcionais", como na ocorrência de um evento criminal que atinja sua área de cobertura, ou que se coloque contra um dos policiais militares. Sobre essa questão é

[2] Perguntar se são eles os responsáveis pela indicação de policiais para a progressão na carreira.

melhor não perguntar diretamente. Em vez disso, perguntar sobre a sensação de risco pelos PMs, e como a tropa se sente quando ocorre quando acontece a morte de um policial, mas de forma sucinta. Perguntar se o comandante acha que existe momentos em que pode ser mais difícil controlar o corpo policial, e em que situações.

*Como se dá a divisão de tarefas neste batalhão? Do trabalho operacional? E do administrativo? É pré-determinado pelo comandante ou aberto a diálogo/negociação? O senhor acha muito "rígido" a forma como isso é estabelecido? Você prefere o trabalho operacional ou o administrativo? Qual o motivo? O que o senhor definiria como o militarismo da Polícia Militar? Qual a importância do militarismo para a instituição Polícia Militar? O que você acha que a organização militar da corporação influencia no seu trabalho nas ruas? E no seu planejamento interno? E no controle dos policiais que pertencem a instituição? O que você acha que o militarismo influencia diretamente a sua função? Qual é a importância do uso do fardamento? O que ele coloca de específico para o efetivo da PM? O que você acha que acha que diferencia o fardamento da sua unidade/repartição para o resto da corporação? Porque especificamente vocês usam esse fardamento específico? Como vocês enxergam que deve ser seu comportamento perante o superior hierárquico? E perante o inferior hierárquico? O/A senhor/a acha que existiu uma mudança com o tempo da forma como se estabeleceu o militarismo na PM? Você pode descrever essa forma específica? Você consegue apontar algo que você possa ser um motivo disso ter acontecido? Qual problema(s) de segurança pública o/a senhor/a acha que é ou são os principais que a PM tem que responder hoje em dia? O senhor acha que isso mudou comparado com períodos anteriores? Fale um pouco sobre isso. O a relação com a Polícia Civil, o senhor acha que existiu uma aproximação com passar dos anos, ou não? O senhor acha que existe um complementariedade entre as funções, e que essa divisão de funções é bem colocada, ou existem coisas a melhorar? O que influenciou na relação com seus colegas que não se limita somente ao militarismo?*

***Oficiais e comandantes*** *– Como você consegue exerce o controle específico sobre os oficiais, graduados e praças que estão sobre seu comando? Como você vê esse comando, e de que forma você consegue exercê-lo? Quais são os fatores que influenciam esse comando? De que forma o militarismo influencia nisso? O que você acha que influencia no seu comando que não são necessariamente ligados aos valores militares? Como o senhor consegue negociar todos os aspectos necessários ao trabalho rotineiro com seus comandados (escala de trabalho, divisão do efetivo para as diferentes tarefas, etc)? Como você determina se algum policial não está cumprindo bem sua tarefa, ou a está cumprindo bem? O que você considera um bom policial em seu efetivo, e um mau policial? Como você exerce o controle do efetivo sobre seu controle em momentos excepcionais?*

## Amigos e Vizinhança

*Você tem muitos amigos? Como você os conheceu? Algum amigo ou conhecido já te deu algum tipo de ajuda que foi importante para sua vida profissional? Que lugares você frequenta com seus amigos? O que fazem juntos? O que você acha do espaço onde mora? Gosta de residir lá? Gosta da vizinhança? Tem muito contato com os habitantes da sua área? Tem boas relações com eles? Tem alguma amizade ou relação próxima a*

*de amizade com algum (ou alguns) morador? Você acha que é bem visto na sua área? O senhor vê que o fato de ser PM influencia nessas relações? De que forma? O senhor já teve algum problema pelo fato de ser PM na zona onde mora?*

**Relações de gênero**

*Você acha que homens e mulheres são iguais ou diferentes? Por quê? E dentro do serviço da PM como essa diferença se expressa? Você acha que existe algum quesito específico para a Polícia Militar ser uma instituição majoritariamente masculina? Qual o/a senhor/a acha que é motivo? É algo ligado ao exercício específico de sua função?*

*Você acha que as mulheres podem exercer melhor o administrativo ou o operacional? Você já foi comandado por uma oficial? Você acha que existe alguma diferença para um policial homem? Quais? Você já comandou policiais mulheres? Você acha que existe alguma diferença no perfil desse comando? Você acha que existe alguma diferença nas habilidades e nas características das policiais mulheres e dos policiais homens? Quais?*

# ANEXO III – TABELA DE TRAJETÓRIAS SOCIAIS

| | **Órgão onde exerce a função/grau hierárquico/gênero** | **Escolaridade e ocupação dos pais** | **Ocupação e escolaridade anterior ao ingresso na PM** | **Ano de ingresso** | **Motivo expresso de ingresso na PM** | **Estado Civil/Filhos** | **Adquiriu título escolar após o ingresso? Quais?** | **Escolaridade atual** | **Estratégias expressas de mobilidade social futura** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **PM1** | BPOT/Cabo/Homem | Pai (militar das Forças Armadas) e mãe (agente penitenciária) | Auxiliar de produção e operário de serraria/ensino médio | 2008 (24 anos) | Estabilidade material | Casado/um filho | Não | Ensino médio | Continuar na ocupação |
| **PM2** | BPOT/ 1º Sargento/Homem | Criado pelos avós: avô (oficial da polícia militar) e avó ("dona de casa") | Ensino médio completo | 1994 (19 anos) | Estabilidade material | Solteiro | Sim | Ensino superior incompleto (Tecnólogo em Segurança Pública) | Concurso para oficial/realizar alguma atividade remunerada após a ida para a reserva |
| **PM3** | BPOT/Cabo/Homem | Pai (policial militar praça) e mãe (professora de ensino médio). | "Bico" (sem carteira assinada) /ensino médio completo | 2009 (24 anos) | Herança familiar | Casado | Sim | Ensino superior incompleto (teologia) | Continuar na ocupação |
| **PM4** | BPOT/Cabo/Homem | Pai (policial militar praça) e mãe (dona de casa) | Serviço no exército/Ensino fundamental completo | 1994 (22 anos) | Herança familiar | Casado/três filhos | Não | Ensino Fundamental completo | Continuar na ocupação |
| **PM5** | BPOT/Soldado/Homem | Pai (policial militar praça) e mãe (não informado) | Técnico em segurança do trabalho e possuía um depósito de bebidas/Ensino médio | 2013 (27 anos) | Herança familiar/Estabilidade material | Casado/dois filhas | Cursando no momento da entrevista | Ensino superior incompleto (administração) | Concurso para oficial |
| **PM6** | BPOT/3º Sargento/Homem | Pai (militar praça das forças armadas) | Ensino superior completo | 1990 (25 anos) | Estabilidade material | Casado/três filhos | Sim | Ensino Superior completo (não informado) | Continuar na corporação |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **PM7** | BPOT/Cabo/Homem | Professor universitário/doméstica | Serviu nas Forças Armadas/Ensino médio completo | 2005 (25 anos) | Herança familiar | União Estável/dois filhos | Cursando no momento da entrevista | Ensino Superior incompleto (biomedicina) | Concurso para oficial do Quadro de Saúde (QOAPM) |
| **PM8** | BPOT/Cabo/Homem | Pai (servidor público) e mãe (técnica de enfermagem) | Estudante/Ensino médio completo | 2013 (19 anos) | Estabilidade material | Solteiro | Cursando no momento da entrevista | Ensino Superior Incompleto (direito) | Concurso para delegado da Polícia Civil |
| **PM9** | BPOT/Cabo/Homem | Criado pelos tios: tio (mecânicos de carros) e tia ("dona de casa"). Pai (desconhecido) e mãe (empregada doméstica) | Atividades informais sem carteira assinada ("bicos") / Ensino médio | 2008 (24 anos) | Estabilidade material | União estável/um filho | Sim | Ensino superior completo (Biologia) | Concurso para oficial |
| **PM10** | BPOT/Cabo/Homem | Pai (marceneiro e motorista à frete) e mãe (pequena vendedora de jóias e bijuterias) | Ensino Superior Incompleto (engenharia de produção) | 2009 (22 anos) | Vocação | Solteiro | Não | Ensino Superior Incompleto | Concurso para oficial e para a Polícia Federal |
| **PM11** | BPOT/Cabo/Mulher | Criada pela tia (ocupação não informada) | Gerente de hotel/Ensino médio completo | 2013 (idade não informada) | Estabilidade material | Solteira/uma filha | Não | Ensino médio completo | Concurso para oficial do Quadro de saúde |
| **PM12** | BPOT/Soldado/Homem | Pai ausente e mãe (empregada doméstica) | Subgerente de uma rede de farmácias/Ensino médio completo | 2013 (23 anos) | Estabilidade material | Casado/uma filha | Cursando no momento da entrevista | Ensino Superior Incompleto (Recursos Humanos) | Concurso para oficial |
| **PM13** | BPOT/Cabo/Homem | Pai (lavrador) e mãe (costureira) | Atividades informais sem carteira assinada ("bicos") /Ensino médio completo | 1998 (20 anos). | Estabilidade material | Casado/um filho | Sim (graduação e pós-graduação) | Ensino superior completo (Ciências contábeis) / MBA. | Concursos públicos (indeterminado) |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **PM14** | BPOT/Sargento (graduação não informada) / Homem | Pai e mãe agricultores | Trabalhou com a família na roça, no comércio e em "empresas" /ensino médio completo | 1990 (23 anos) | Estabilidade material | Omitido. | Sim | Ensino superior completo (gestão ambiental). | Não informado |
| **PM15** | BAPM1/Soldado/Homem | Pai (pedreiro) e mãe (costureira e empregada doméstica) | Empresa de venda de motocicletas e ocupações informais sem cateira assinada ("bicos") /Ensino superior incompleto (Comunicação Social, Publicidade e Propaganda) | 2012 (23 anos) | Estabilidade material | Solteiro. | Sim | Ensino superior completo (Comunicação Social, Publicidade e Propaganda) | Concurso para a Polícia civil, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, para oficial da Polícia Militar |
| **PM16** | BAPM1/Cabo/Homem | Pai (diversas ocupações desqualificadas: almoxarifado, reprodução de alumínio, de brita etc), e mãe (pequenas atividades informais, "bicos") | Comércio /Ensino médio completo | 2009 (idade não informada) | Estabilidade material | Casado/uma filha | Cursando no momento da entrevista | Ensino superior incompleto (Letras e Língua Portuguesa). | Concurso para professor de ensino médio |
| **PM17** | BAPM2/2º Sargento/Homem | Pai (pequenas atividades informais, "bicos") e mãe (pequenas atividades informais, "bicos") | Desempregado /Ensino médio incompleto | 1991 (22 anos) | Estabilidade material | Casado/dois filhos | Não | Ensino médio incompleto | Continuar na ocupação |
| **PM18** | BAPM2/Cabo/Homem | Pai (mecânico de máquinas pesadas e motores diesel) e mãe (professora de ensino fundamental)" | Escritório de contabilidade /Ensino médio completo | 1991 (idade não informada) | Estabilidade material | Casado/filho (quantidade não informada) | Não | Ensino médio | Continuar na corporação |
| **PM19** | BAPM2/Cabo/Mulher | Pai ausente e mãe (ocupação não informada) | Caixa de supermercado /Ensino médio completo | 2005 (24 anos) | Estabilidade material | Casada/dois filhas | Sim | Ensino superior (Pedagogia) | Continuar na corporação |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **PM20** | BAPM2/2º sargento/Homem | Pai (dono de comércio familiar) e mãe ("dona de casa") | Ensino fundamental completo | 1988 (19 anos). | Vocação | Casado/4 filhos | Não | Ensino fundamental completo | Continuar na corporação |
| **PM21** | BAPM2/1º Sargento/Homem | Pai "guarda portuário da CDP" e mãe (comércio familiar) | Ensino médio completo | 1991 (23 anos) | Vocação | Casado/dois filhos | Não | Ensino médio completo | Continuar na corporação e realizar alguma atividade remunerada após a ida para a reserva |
| **PM22** | BAPM2/Cabo/Mulher | Pai (policial militar praça) e mãe ("dona de casa" | Ensino médio completo | 2009 (20 anos) | Herança familiar | Solteira/uma filha | Sim | Ensino superior completo (Licenciatura em História) | Concurso para oficial e Polícia Civil |
| **PM23** | BPOT/Capitão/Homem | Pai (dono de restaurante) e mãe (funcionária pública) | Trabalhava com o pai em restaurante /Ensino superior incompleto (Bacharelado em Direito) | 2008 (19 anos) | Vocação /estabilidade material | Casado/um filho | Não | Ensino superior incompleto | Ascender ao comandada do BPOT |
| **PM24** | CME/Tenente-Coronel/Homem | Pai (Polícia Rodoviária Federal) e mãe ("dona de casa") . | Ensino superior completo (Engenharia civil) | 1994 (23 anos) | Ascensão social | Esposa/um filho. | Não | Ensino superior completo | Ascender ao posto de coronel |
| **PM25** | BAPM2/1º Tenente/Homem | Pai ausente e mãe (empregada na Cooperativa dos Rodoviários, na função de auxiliar de laboratório de análises clínica). | Serviu como fuzileiro naval/Ensino médio incompleto | 1994[1] (idade não informada) . | Vocação | Não informado | Não | Ensino médio incompleto | Continuar na corporação |

[1] O policial entrou diretamente como 3º sargento através de um concurso atípico realizado em 1994. Posteriormente, conseguiu realizar a prova interna para o Quadro de Oficiais de Administração (QOAPM) e, em consequência, o Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), necessário aos praças que ascendem através desse instrumento. Esse quadro só permite a ascensão hierárquica até o posto de capitão.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **PM26** | IESP/Tenente-Coronel | Pai (técnico de refrigeração) e mãe (“dona de casa”) | Ensino médio completo | 1994 (idade não informada) | Estabilidade material | Casado/um filho. | Sim | Graduação (Bacharelado em Direito) / Mestrado em Direito / Doutorado em Ciências Sociais | Continuar na corporação |
| **PM27** | Corregedoria/Major/Homem | Pai (dono de um pequeno bar) e mãe (pequeno comércio familiar, “venda”) | Ensino superior completo (Geografia) | 1998 (idade não informada) | Estabilidade material | Casado/um filho | Não | Ensino superior completo | Continuar na corporação |